

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LETÍCIA MARIA SCHABBACH

**TENDÊNCIAS E PREDITORES DA CRIMINALIDADE
VIOLENTA NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. Juan Mario Fandino Marino

Porto Alegre, 2007

LETÍCIA MARIA SCHABBACH

TENDÊNCIAS E PREDITORES DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO
RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 28 de agosto de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juan Mario Fandino Marino – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (presidente)

Prof. Dr. Jose Ignacio Cano Gestoso – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Soraya Maria Vargas Cortes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Para Renato,
Vicente e Helena.*

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas e instituições colaboraram de uma ou de outra forma com a realização desta Tese de Doutorado, às quais agradeço imensamente.

Sempre disponível e alentador, o Professor Doutor Juan Fandino, meu orientador, acompanhou todas as fases deste trabalho, enriquecendo-o com críticas, comentários e sugestões pertinentes, estimulando-me com sabedoria e amizade. Ele também oportunizou preciosos encontros de aprendizagem, troca de idéias e alegre convivência, que foram compartilhados com os colegas de orientação Alexandre Medeiros, Martim Moraes Jr., Richardson Luz, Thaís Rodrigues, Pedro Vargas, entre outros.

Os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desvendaram as principais linhas teóricas e perspectivas metodológicas dentro da Sociologia indispensáveis à execução deste estudo, que se insere na linha de pesquisa “Violência, Cidadania e Direito”.

O curso de Doutorado em Sociologia proporcionou-me um intenso convívio com colegas brasileiros e de outros países latino-americanos, com quem troquei experiências, conhecimentos e camaradagem. Sou especialmente grata a César Góes, Dani Rudnicki, Margarete Christoff, Carlos Colombo e Alexandre Virgínio pela sua cordialidade, interesse e apoio.

Na qualificação do projeto de pesquisa contei com a excelente avaliação dos professores doutores Marcelo Baquero (do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), Soraya Cortes (do Programa de Pós-Graduação em Sociologia), os quais, juntamente com o meu orientador, formularam críticas, comentários e sugestões valiosas que foram posteriormente cotejados no desenvolvimento da pesquisa.

Os bibliotecários da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Raquel Schimitt Domingos e Rafael Bertoglio, assessoraram-me na formatação técnica da Tese e elaboraram a ficha catalográfica.

A Universidade de Santa Cruz do Sul, na qual sou professora assistente de Sociologia, financiou-me bolsa de afastamento das atividades docentes, a fim de que eu pudesse desempenhar a abnegação necessária à execução da pesquisa e redação da Tese. Esta Universidade também providenciou recursos financeiros para a realização de parte da pesquisa de campo. Os meus colegas professores do Depar-

tamento de Ciências Humanas – dentre eles Ricardo Mayer, Cláudia Tirelli, Marília Ramos, Joseane Ulrich – sempre me apoiaram e incentivaram, propiciando um excelente ambiente profissional e preservando a minha dedicação exclusiva ao Doutorado.

Na Academia de Polícia Civil, onde exerço o cargo de socióloga e sou professora de Sociologia da Violência, conto com um excelente ambiente de ensino e de pesquisas no âmbito da segurança pública e com um grupo seleto de colegas que me presentearam com a sua preocupação, carinho e auxílio em momentos cruciais. Lembro especialmente do apoio proporcionado pelos delegados de polícia Elisabete Müller (quando diretora da Divisão de Assessoramento Especial) e Mário Wagner, especialmente quanto ao espaço e ao tempo necessários à execução deste trabalho, o último tendo contribuído, inclusive, com críticas e comentários muito apropriados à versão preliminar da Tese. Aos anteriores diretores da ACADEPOL, delegados de polícia Adalberto de Oliveira e Ênio de Oliveira, agradeço os encaminhamentos efetuados junto a outros órgãos policiais para a disponibilização de informações. Maria Bernadete Machado, Rosane Lopes, Getúlio Jair Vieira, Alaídes Toniazzo, José Luiz de Carvalho, Alexandre Ortiz e Maria da Graça Ruschel foram colegas afetuosos e compreensivos, principalmente nos momentos de envolvimento quase absoluto com este estudo. Com o também professor da ACADEPOL, Saulo Marimon, troquei informações sobre questões criminológicas e técnicas. Minha comadre e amiga de longa data, Aida Griza, juntamente com Acácia Hagen, acompanharam todo o percurso do Doutorado, incentivando-me, lendo os manuscritos, formulando críticas perspicazes, dirimindo dúvidas teóricas e estilísticas, enfim, brindando-me com sua sincera e fraterna amizade.

A execução da pesquisa de campo foi compartilhada com as pesquisadoras Luciane Soares da Silva, Renata Guilhon, Clarice Scherer e Jane Carneiro, que se esmeraram em contatar os informantes e aplicar os questionários com profundidade, objetividade e no prazo estipulado. Para o acesso às informações secundárias, contei com a prestimosa atenção de funcionários de diversos órgãos, dentre eles: Admir Kouchner e Sônia Zanotto (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Luciano Peixoto, Véra Mendes, Ana Maria Peiter e Lenara Uszacki (da Divisão de Informática da Secretaria Estadual da Educação); Beatriz Morem da Costa (da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre); e Roberto Moraes (do Departamento Estadual de Informática Policial).

Durante a pesquisa de campo foram entrevistadas e/ou participaram da aplicação dos questionários centenas de pessoas vinculadas a órgãos do Poder Judiciário e da Polícia Civil, Conselhos Tutelares, estabelecimentos de ensino e Prefeituras Municipais, às quais manifesto minha gratidão por seu interesse e solicitude.

Palavras de estímulo, conforto e indicações de rumos práticos não me faltaram nesta empreitada, na qual foram fundamentais as presenças das amigas Marion Pegoraro, Véra Soares e Rosângela Schulz.

A minha família sempre me trouxe incentivo e apoio incondicional, apostando em minha capacidade e persistência. Com meus pais, Acelmo e Maria Bernardete, e meus irmãos, André e Virgínia, pude extravasar as aflições e planejar a logística doméstica adequada a cada etapa da pesquisa. Virgínia também me auxiliou na digitação de dados secundários.

Renato, meu esposo, foi companheiro constante, amoroso, compreensivo e crítico das idéias e escritos. Marina e Laura, suas filhas, também acompanham com interesse, vivacidade e carinho a minha trajetória acadêmica. Por fim, meus filhos Vicente e Helena dinamizaram, com sua pequenina existência, os períodos produtivos, completando-os com prazerosos e inigualáveis momentos lúdicos.

RESUMO

Esta Tese analisa as principais tendências e causas da criminalidade violenta em três regiões socioculturais do Rio Grande do Sul – Colônia Velha, Fronteira, Metropolitana de Porto Alegre -, durante a década de 1990 e início da seguinte.

A criminalidade violenta foi expressa por taxas por 100.000 habitantes de homicídios, lesões corporais e roubos, além das relativas a dois cenários criminais: 1) não organizados entre conhecidos, abrangendo ameaças e lesões corporais leves; e 2) não organizados entre desconhecidos, reunindo modalidades ordinárias de roubos.

Conjuntamente com fatores socioeconômicos, o modelo explicativo incluiu: a disposicionalidade social para a violência, a oferta de serviços de segurança pública e privada, a prevenção comunitária, bem como a presença de gangues de crianças e de adolescentes e do crime organizado, ambos representando a dinâmica da criminalidade violenta. Como fundamentação teórica das variáveis examinou-se diversas correntes sociológicas e criminológicas.

Elaboraram-se indicadores sociais e criminais de 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes pertencentes às três regiões socioculturais, utilizando-se dados primários e secundários, para então se efetuar a análise estatística multivariada que testou a influência de cada indicador sobre as taxas de delitos violentos.

Em termos de resultados, sobressaíram-se como fatores explicativos: a) para os homicídios, a urbanização, a presença de gangues escolares e a segurança privada; b) para as lesões corporais, as taxas de pessoas sem companheiro, de tráfico de entorpecentes e de armas registradas; c) para os roubos, a precariedade domiciliar e a segurança privada; d) para o cenário do crime 1, a vulnerabilidade familiar; e) para o cenário do crime 2, a segurança privada.

A Tese também apresenta uma extensa revisão bibliográfica das principais linhas de análise da violência e do crime no Brasil, assim como uma relação de estratégias de enfrentamento da criminalidade violenta que demandam a articulação de vários atores, públicos e privados.

Palavras-chave: Criminalidade violenta. Etiologia. Gangues. Crime organizado. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This theses analyses main tendencies and causes of violent crimes in three socio-cultural regions of the State of Rio Grande do Sul (Brazil) – Colonia Velha, Fronteira and the Metropolitan Area of Porto Alegre – through the decade of the 1990's and the beginning of the following one.

Violent crime was dealt with in terms of crime rates per 100.000 inhabitants for intentional homicides, aggravated assaults and robberies. Along with those, two kinds of social scenarios of crimes were analyzed. One includes non-organized aggressors victimizing friends and acquaintances through threats and minor assaults. The second one includes also non-organized aggressors, but this time victimizing individuals unrelated to them through ordinary types of robberies.

Conjointly with socioeconomic factors, the explanatory model included: social predisposition for violence, supply of social safety services and community prevention measures. The presence of youth gangs and organized crime are also incorporated, representing the internal dynamics of violent criminality. Different theoretical currents in sociology and criminology were used to sustain the inclusion of the variables.

Social as well as crime indicators were designed and collected from primary and secondary sources, for 32 state counties [municípios] with population equal or above 20.000 inhabitants within the regions contemplated. From such data set, multivariate analysis were performed estimating the influence of each indicator over the crime rates.

In terms of results, the following explanatory factors stand out: a) for intentional homicides: level of urbanization, presence of school gangs and use of private safety services; b) for aggravated assaults: persons living alone, level of illegal drugs trade, and registered guns; c) for robberies: inadequacy of housing and private safety services; d) for the type-one scenario: family vulnerability; e) for the type-two scenario: private safety services.

The theses also presents an extensive bibliographical review of the main analytical currents of violent crime research in Brazil as well as a squeme of strategies for dealing with violent crime.

Keywords: Violent criminality. Ethiology. Gangs. Organized Crime. State of Rio Grande do Sul (Brazil).

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01 - Modelo Analítico.....	21
Gráfico 01 - Evolução histórica das taxas de óbitos por homicídio de acordo com o local de residência da vítima – 1992/2004.....	71
Gráfico 02 - Evolução histórica das taxas de lesões corporais – 1992/2004	75
Gráfico 03 - Evolução histórica das taxas de roubos – 1992/2004.....	76
Gráfico 04 – Evolução histórica das taxas do cenário 1 – Crimes violentos não organizados entre conhecidos – 2001 e 2004	78
Gráfico 05 - Evolução histórica das taxas do cenário 2 – Crimes violentos não organizados entre desconhecidos - 2001 e 2004	79
Figura 02 – Modelo explicativo do curso da violência cfe. Eastman	152
Gráfico 06 - Intensidade da presença das gangues nos municípios – 1990/2003 ..	177
Gráfico 07 - Intensidade da presença das gangues nas escolas – 1990/2003	188
Gráfico 08 – Intensidade da presença do crime organizado – 1990/2003	220
Gráfico 09 - Evolução histórica das taxas do cenário 3 – Crimes violentos organizados entre desconhecidos ou sem vítimas – 2001 e 2004	222
Gráfico 10 - Evolução histórica das taxas de tráfico de entorpecentes – 1994/2004 223	
Gráficos 11 e 12 - Comparativo da intensidade da presença das gangues municipais e do crime organizado – 1990/2003	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Parâmetros de classificação dos cenários sociais de crimes violentos.	54
Quadro 02 - As três regiões socioculturais pesquisadas e suas diferentes agregações	57
Quadro 03 – Síntese da tipologia das subculturas delinqüentes cfe. Cloward e Ohlin	165
Quadro 04 – Principais características dos grupos desviantes	173
Quadro 05 - Tipos de gangues e atividades típicas	179
Quadro 06 - Tipos ideais de empresas segundo Mingardi	204
Quadro 07 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de homicídios e direções esperadas	230
Quadro 08 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de lesões corporais e direções esperadas	236
Quadro 09 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de roubos e direções esperadas	241
Quadro 10 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com a taxa do cenário 2 e direções esperadas	245
Quadro 11 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com a taxa do cenário 1 e direções esperadas	247
Quadro 12 - Relação dos 32 municípios pesquisados e do número de questionários aplicados.....	293
Quadro 13 - Demonstrativo da contribuição dos municípios-mãe à população dos filhos	299
Quadro 14 – Itens para o cálculo das taxas criminais isoladas.....	300
Quadro 15 – Cenários sociais de crimes violentos e delitos característicos	302
Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes.....	303
Quadro 17 – Recomposição das taxas e índices	312
Quadro 18 – Relação das variáveis independentes complementares.....	313

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição das taxas médias de crimes de acordo com o nível de urbanização – 1992 e 1998	43
Tabela 02 – Distribuição do IDHM nas sete regiões socioculturais gaúchas – 1991 e 2000.....	58
Tabela 03 – Evolução histórica da razão entre roubos e lesões – 1992/2004	81
Tabela 04 - Bateria inicial de variáveis independentes socioeconômicas	86
Tabela 05 – Evolução histórica dos indicadores demográficos – 1991/2000	90
Tabela 06 – Evolução histórica dos indicadores de configuração urbana – 1991/2000 106	
Tabela 07 – Evolução histórica dos indicadores positivos de desenvolvimento – 1991 e 2000.....	114
Tabela 08 – Evolução histórica dos indicadores negativos de desenvolvimento – 1991/2003.....	118
Tabela 09 – Evolução histórica do Índice L de Theil – 1991 e 2000	126
Tabela 10 – Evolução histórica do efeito da migração residual - 1991 e 2000	128
Tabela 11 – Bateria inicial de variáveis independentes referentes à disposicionalidade social para a violência, à prevenção comunitária, à segurança pública e privada	131
Tabela 12 – Evolução histórica das taxas de armas registradas – 1991/2003.....	140
Tabela 13 - Evolução histórica dos indicadores de segurança pública – 1991/2003 142	
Tabela 14 - Evolução histórica das taxas de policiais – 1991/2000	143
Tabela 15 - Evolução histórica da razão de habitantes por guarda municipal – 1990/2003.....	144
Tabela 16 - Existência de Conselho Pró-Segurança (CONSEPRO) - 2002.....	145
Tabela 17 – Evolução histórica dos indicadores de segurança privada – 1991/2003 150	
Tabela 18 - Existência de gangues nos municípios	176
Tabela 19 - Distribuição dos tipos de gangues municipais.....	180
Tabela 20 - Características das gangues municipais	181
Tabela 21 - Existência de gangues nas escolas	187
Tabela 22 - Distribuição dos tipos de gangues escolares	189
Tabela 23 - Características das gangues escolares.....	190
Tabela 24 - Existência de crime organizado.....	219
Tabela 25 - Ações mais freqüentes do crime organizado	221
Tabela 26 - Características do crime organizado.....	225
Tabela 27 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de homicídios (tempo 1).....	231
Tabela 28 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de homicídios (tempo 2).....	231
Tabela 29 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de lesões corporais (tempo 1).....	237
Tabela 30 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de lesões corporais (tempo 2).....	237
Tabela 31 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de roubos (tempo 1).....	242
Tabela 32 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa de roubos (tempo 2).....	242
Tabela 33 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa do cenário 2	246
Tabela 34 – Regressão <i>stepwise</i> final da taxa do cenário 1	248
Tabela 35 – Relação dos 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes em 2000 e alguns de seus indicadores	319

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACADEPOL: Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul
- ATLAS: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
- BM: Brigada Militar
- CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CONSEPRO: Conselho Pró-Segurança
- COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento
- DAME: Delegacia de Armas, Munições e Explosivos da Polícia Civil
- DATASEG: site que disponibiliza algumas informações contidas no SIP e capturadas pela PROCERGS
- FEE: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDESE: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
- IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- METROPLAN: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
- MTE–RAIS: Ministério do Trabalho e Emprego - Relatórios Anuais de Informações Sociais
- OP: Orçamento Participativo
- PIB: Produto Interno Bruto
- PROCERGS: Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio G. do Sul
- RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre, correspondente à sua definição legal com 31 municípios (dos quais foram excluídos Montenegro e São Jerônimo)
- RS: Rio Grande do Sul
- SEDUC: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
- SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SIM: Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SIP: Sistema de Informações Policiais
- SINARM: Sistema Nacional de Armas
- SJS: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, que foi desmembrada em 2007, passando a Secretaria da Segurança Pública (SSP)
- SMIC: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre
- SPSS®: Statistical Package for the Social Sciences
- UAMPA: União das Associações de Moradores de Porto Alegre
- UMM: Unidade Multimunicipal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	17
1.2 Justificativas	18
1.3 O modelo analítico e as hipóteses de trabalho	20
1.4 O desenho amostral	24
2 A VIOLÊNCIA E O CRIME COMO PROBLEMAS SOCIOLÓGICOS.....	26
2.1 As tendências da criminalidade violenta no Brasil e sua etiologia na visão dos cientistas sociais.....	36
3 A CRIMINALIDADE VIOLENTA NO ESTADO E EM TRÊS DE SUAS REGIÕES SOCIOCULTURAIS	53
3.1 A espacialização do Rio Grande do Sul em regiões socioculturais	56
3.2 A conformação das regiões gaúchas e seus reflexos na criminalidade	60
3.3 As tendências históricas dos crimes violentos nos espaços estudados ..	68
4 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS.....	85
4.1 A seleção dos indicadores socioeconômicos	85
4.2 Análise descritiva dos indicadores socioeconômicos.....	90
5 A DISPOSICIONALIDADE SOCIAL PARA A VIOLÊNCIA E AS AGÊNCIAS DE CONTENÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA	131
5.1 A seleção dos indicadores de disposicionalidade social para a violência e de segurança pública e privada	131
5.2 A disposicionalidade social para a violência	132
5.3 A segurança pública e privada	141
6 A DINÂMICA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA	152
6.1 As gangues de crianças e de adolescentes e a delinquência juvenil	154
6.2 Os estudos sobre gangues no Brasil	170
6.3 As gangues culturais e delitivas e o crime organizado: uma tipologia dos grupos desviantes	173
6.4 Análise descritiva das variáveis acerca da presença das gangues municipais e escolares	176
7 O CRIME ORGANIZADO.....	192
7.1 As múltiplas definições do fato social.....	192
7.2 O novo caráter do crime organizado	200
7.3 O tráfico de entorpecentes no Brasil	209
7.4 Análise descritiva das variáveis acerca da presença do crime organizado	219
8 ANÁLISE CAUSAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA.....	228
8.1 Homicídios	230
8.2 Lesões corporais (exceto as culposas e as de trânsito).....	236
8.4 Cenário do crime 1 – crimes não organizados entre conhecidos	247
8.5 O impacto dos principais preditores na criminalidade violenta ao longo do período analisado	250

9 CONCLUSÃO	252
REFERÊNCIAS.....	270
APÊNDICE A – Metodologia	291
APÊNDICE B – Relação dos 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes em 2000 (população da pesquisa)	319
APÊNDICE C - Questionário (delegados de polícia)	322
APÊNDICE D – Questionário (diretores de escola)	329

1 INTRODUÇÃO

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (Marco Pólo em “As Cidades Invisíveis” de CALVINO, 1990, p. 150)

Nunca a problemática da violência ocupou tão intensamente a arena discursiva nacional como em 2006, entre ações terroristas do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de São Paulo e julgamentos de homicídios notórios (a filha rica que matou seus pais, o adolescente excluído que torturou e assassinou um casal de namorados), cotidianamente atualizados por imagens televisivas. O que há de novo nestes fatos é a audácia e a recorrência das ações praticadas pela organização criminosa mais conhecida do País, bem como a grande cobertura jornalística de processos judiciais que criou um imenso tribunal de júri virtual dentre a população brasileira. Como cidadãos, assistimos atônitos a essas cenas, todavia, como cientistas sociais, elas incitam nossa reflexão acerca dos nexos explicativos da violência e da criminalidade. Trata-se de tarefa complexa que não implica apenas a satisfação de mero capricho intelectual, pois contém um importante objetivo prático, no sentido de que, ao compreendermos as raízes do problema, possamos urgentemente arquitetar e executar soluções viáveis.

Ao se examinar a produção científica brasileira acerca da criminalidade e da violência, percebeu-se uma escassez de trabalhos teórica e empiricamente fundamentados, que utilizassem séries históricas e contassem com vários nexos causais, não restritos aos socioeconômicos geralmente privilegiados. Por outro lado, existe uma lacuna nesta bibliografia sobre o tema das gangues juvenis e do crime organizado, e a sua influência sobre as variações dos crimes violentos.

Dentro deste contexto histórico e com o propósito de se contribuir com o desvendamento dos fatores explicativos do crescimento presumido do crime e da violência no Rio Grande do Sul, realizou-se o presente estudo - requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia – buscando-se responder a duas questões centrais: a) Quais as principais causas da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul?; b) Qual a influência específica da presença de gangues de crianças e de adolescentes

e do crime organizado sobre o hipotético aumento das taxas de crimes violentos no Estado durante a década de 90 e primeiros anos do século XXI?

Trata-se de um estudo multicausal envolvendo municípios gaúchos como unidades de análise, no qual a elaboração de taxas de crimes violentos isolados ou reunidos em cenários delitivos permitiu a apreensão do fenômeno enquanto fato social agregado, diferentemente da abordagem individual ou psicológica. Os fatores causais aqui considerados não se restringiram aos socioeconômicos, abrangendo igualmente a disposicionalidade social para a violência, a disponibilidade dos serviços de segurança pública e privada, a prevenção comunitária, bem como a presença de gangues de crianças e de adolescentes e do crime organizado. Como já é consenso na literatura sociológica mundial, cada modalidade de ato criminal e/ou violento incide diferenciadamente nos espaços sociais e, em geral, associa-se com um perfil etiológico distinto.

Atos violentos são aqueles que atingem a integridade física da vítima, através do emprego da força (ou da ameaça em fazê-lo), na sua forma bruta ou com a utilização de armas de fogo ou outros objetos. Tais práticas são as que mais causam impacto social e interferem diretamente na percepção da população acerca dos movimentos da criminalidade, por vezes contribuindo com a configuração de uma atmosfera de insegurança ou até de pânico onde ocorrem (ou se presume sua incidência).

Para a formulação das hipóteses e escolha dos indicadores da pesquisa, partiu-se da idéia de que cada variável é potencialmente capaz de explicar parte da variação das taxas criminais (CULLEN; AGNEW, 2003) e que cada teoria aporta apoio específico para a interpretação dos dados. Como se verificará adiante, a fundamentação teórica de cada indicador envolveu uma combinação de correntes sociológicas e criminológicas (entendendo-se a Criminologia como um campo multidisciplinar de produção de conhecimento), aplicadas a situações específicas. Ainda assim, não se utilizou um modelo teórico integrado *stricto sensu* e estabelecido *a priori*.

O presente estudo não pretendeu aperfeiçoar as várias teorias que dão conta da criminalidade e da violência, mas sim conhecer, na situação específica do Brasil e do Rio Grande do Sul, as principais tendências e preditores destes fenômenos, relacionando-os com o arcabouço teórico existente, em nosso país e no exterior.

A pesquisa incluiu ainda a dimensão temporal, ao buscar captar as mudanças ocorridas nas práticas criminais violentas e nos seus fatores influentes em dois períodos históricos: década de 1990 e início da de 2000.

1.1 Objetivos

A construção da problemática investigada desenvolveu-se concomitantemente à trajetória profissional da autora, como pesquisadora de temas como a violência, a criminalidade e a segurança pública, e professora de Sociologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Ao se avaliar a produção técnica e outros estudos realizados durante este percurso, detectou-se a necessidade de melhor delimitar os objetos das pesquisas, bem como aprofundá-los por intermédio da utilização do legado teórico sociológico e criminológico. Em termos metodológicos, citam-se os seguintes pontos anteriormente não explorados, mas contemplados nesta pesquisa: a) Cotejamento de um conjunto maior de fatores explicativos do comportamento das taxas criminais, além dos determinantes socioeconômicos e institucionais; b) Realização de recortes longitudinais (análise diacrônica) que considerem as mudanças nos movimentos da violência e da criminalidade e de suas variáveis influentes, viabilizando a apreensão de tendências. A partir daí, estipularam-se os seguintes objetivos deste trabalho:

A) Contribuir para o debate acadêmico em torno da temática da criminalidade violenta, através da:

- Consideração de um maior número de fatores causais relacionados com o fenômeno, além dos condicionantes tradicionalmente estudados (desemprego, pobreza, desigualdade), quais sejam: a disponibilidade dos serviços de segurança pública e privada, a disposicionalidade social para a violência (a aquisição de armas pela população), a prevenção comunitária, e, em especial, a própria dinâmica da criminalidade violenta, por intermédio da análise dos processos de formação de grupos organizados, tanto de adolescentes quanto de adultos.
- Incorporação da dimensão temporal, ou seja, as mudanças das taxas criminais e das variáveis associadas ao longo da década de 1990 e no início da de 2000.

B) Disponibilizar aos órgãos de segurança pública um conhecimento sistematizado e amplo das manifestações e causas da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul e em algumas de suas regiões, que possa subsidiar o planejamento de programas de enfrentamento da criminalidade, a alocação de recursos materiais e humanos, e outras políticas e ações proativas nesse âmbito.

C) Proporcionar à população em geral, aos movimentos sociais e aos operadores do Sistema de Justiça Criminal¹, meios para avaliarem a dimensão, as tendências e os fatores associados às práticas criminais violentas no Rio Grande do Sul.

Por fim, pretende-se que os resultados desta Tese não representem uma simplificação e afunilamento da problemática da criminalidade violenta, mas que apontem caminhos teóricos e metodológicos que venham a consolidar esta linha de pesquisa acerca da violência e da organização do crime e da delinquência.

1.2 Justificativas

As questões da violência e da criminalidade estão cada vez mais presentes nas discussões públicas sobre problemas sociais e nos debates políticos² e acadêmicos.

Nos mais distintos territórios urbanos (sejam eles áreas metropolitanas, municípios ou bairros), presencia-se uma sensação generalizada de crescimento das ações criminosas e violentas, que nem sempre corresponde aos fatos objetivamente medidos. Este suposto aumento é apontado pela população como uma das principais razões da deterioração da qualidade de vida nas cidades. Também os meios de comunicação têm noticiado o recrudescimento dessas ações, demonstrando seu forte apelo social. A freqüência dos noticiários e o maior destaque conferido a determinados tipos de delitos – em especial os cometidos com violência - acabam, muitas vezes, por potencializar o sentimento de pânico na população e por maximizar as práticas de violência através da reação antecipada provocada pelo medo da vitimização.

No Brasil, o próprio avanço na organização da sociedade civil desde o final da década de 70 contribuiu para que a violência e a criminalidade adquirissem maior visibilidade. As diversas entidades - governamentais ou não - direcionadas às denúncias de violação dos direitos humanos tornaram públicos acontecimentos indivi-

¹ O Sistema de Justiça Criminal é aqui entendido como: “[...] todo aparato que envolve a política criminal e penitenciária, organismos e forças públicas que atuam na prevenção e repressão da delinquência, os vários meios de controle formal e informal do Estado, como a polícia ostensiva e judiciária, os promotores de Justiça, os magistrados, os agentes penitenciários, os legisladores, e os servidores e/ou funcionários públicos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário que trabalham inter-relacionados.” (MAIA NETO, 1998, p. 1).

² Durante a campanha eleitoral de 2002 (para presidente da república, governadores, senadores, deputados federais e estaduais), indicador ilustrativo da importância social adquirida pela criminalidade e violência no Rio Grande do Sul foi a presença de candidatos aos cargos executivos e legislativos provenientes das organizações policiais e/ou que priorizavam o enfrentamento destes problemas em suas plataformas políticas. Esta tônica repetiu-se quatro anos depois, nas eleições de 2006.

duais anteriormente omitidos. Desta forma, elas promoveram a mobilização da sociedade na busca de soluções para tais questões, conferindo-lhes caráter de problema social prioritário.

Por sua vez, os órgãos estatais responsáveis pela segurança pública têm sentido a necessidade de compreender o movimento, a magnitude e a distribuição da criminalidade e da violência, com o objetivo de desenvolver políticas que respondam às demandas sociais por maior segurança, e que envolvam não só a repressão, mas, sobretudo, a prevenção.

No âmbito acadêmico, o enfoque sobre a temática vem se destacando desde a década de 80, quando passou a se diferenciar das análises que gravitavam em torno da violência cometida pelo Estado contra grupos políticos (especialmente a perseguição e a tortura praticada contra presos políticos e comuns), a arbitrariedade policial e as ações dos grupos revolucionários. Desde então, surgiram vários grupos de pesquisadores geralmente vinculados a Universidades³ e preocupados com a mensuração e a compreensão daqueles fatos sociais, através de pesquisas com dados primários ou secundários.

Todavia, apesar da magnitude objetiva e subjetiva adquirida pelos fenômenos da violência e da criminalidade no Brasil, ainda permanece precário o conhecimento sistematizado sobre os seus movimentos, a comparação entre as suas várias modalidades e a identificação de suas causas principais, para além das socioeconômicas tradicionalmente enfocadas.

Recentemente, após considerar a violência como um dos principais problemas mundiais de saúde pública em sua 49^a Assembléia (1996), a Organização Mundial da Saúde (OMS) diagnosticou a necessidade de se realizar estudos aprofundados que sirvam de subsídios para o desenvolvimento de ações preventivas em nível mundial:

Os programas de saúde pública devem precaver-se de agir com base unicamente em suposições ou evidência casual. Para serem eficazes, as estratégias de prevenção precisam basear-se em conhecimentos sólidos, apoiados por pesquisa de grande qualidade, dos fatores que influenciam a violência e da maneira como atuam entre si. [...] A violência é muitas vezes previsível e evitável. Tal como o

³ Dentre eles, citam-se: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD-ONU), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Centro de Estudos da Violência (que até 2002 era o NEV-USP), sediados na cidade de São Paulo; Centro de Estudos sobre Crime e Segurança Pública (CRISP), instalado em Belo Horizonte; e Instituto de Estudos da Religião (ISER), com sede na capital carioca.

Relatório mundial sobre violência e saúde mostra, certos fatores possibilitam prever a violência, ainda que algumas vezes é difícil estabelecer a relação direta de causa e efeito. A identificação e a avaliação de tais fatores podem mostrar oportunamente aos responsáveis pela tomada de decisões a necessidade de agir. (KRUG et al., 2002, p. 10 e 33, tradução nossa)⁴

Buscar relacionar os eventos criminais violentos com as particularidades sociais, econômicas, culturais, institucionais e criminogênicas (a presença de grupos organizados de crianças e adolescentes ou de criminosos adultos) do contexto municipal ou regional onde ocorrem representa um caminho consistente para se compreender este fenômeno. Em termos sociológicos, a análise da maneira como se caracterizam, se distribuem e se alteram as práticas criminais violentas em determinada sociedade, exige do pesquisador a busca do entendimento de como se conformam as relações sociais no interior de espaços geográficos delimitados, seja de um país, de um Estado, de uma cidade, ou mesmo de um bairro ou outro micro-território.

Por outro lado, a literatura sociológica refere o reconhecimento unânime a respeito da necessidade de se realizar desenhos longitudinais e estratégias metodológicas multidimensionais para se estudar os fenômenos da violência e da criminalidade, aspecto salientado, por exemplo, por Levine e Rosich (1996).

Neste sentido, este estudo pretende contribuir – teórica e metodologicamente – para o debate acadêmico sobre a temática da criminalidade violenta; para a promoção de ações preventivas (em nível primário – das ações sociais; ou em nível secundário – da ocorrência dos delitos) que ultrapassem o simples controle direto, repressivo e reativo deste problema social, bem como para que os cidadãos sul-riograndenses possam aquilatar a sua dimensão objetiva e os seus fatores explicativos.

1.3 O modelo analítico e as hipóteses de trabalho

Através da investigação empírica buscou-se estimar para dois períodos históricos - década de 1990 (tempo 1) e início da de 2000 (tempo 2) – o modelo analítico exposto a seguir, que articula os diversos conjuntos de indicadores em uma única estrutura. À direita estão colocadas as variáveis dependentes – que medem o fenôme-

⁴ A resolução 4925 da OMS estabeleceu a prevenção da violência como prioridade no campo da saúde pública. De acordo com Mello Jorge (2002), este fenômeno interessa ao setor principalmente em razão do número de mortes que provoca, bem como pela necessidade de atendimento médico às pessoas lesionadas.

no que se pretende explicar - e à esquerda, as independentes que, hipoteticamente, têm um efeito sobre as primeiras.

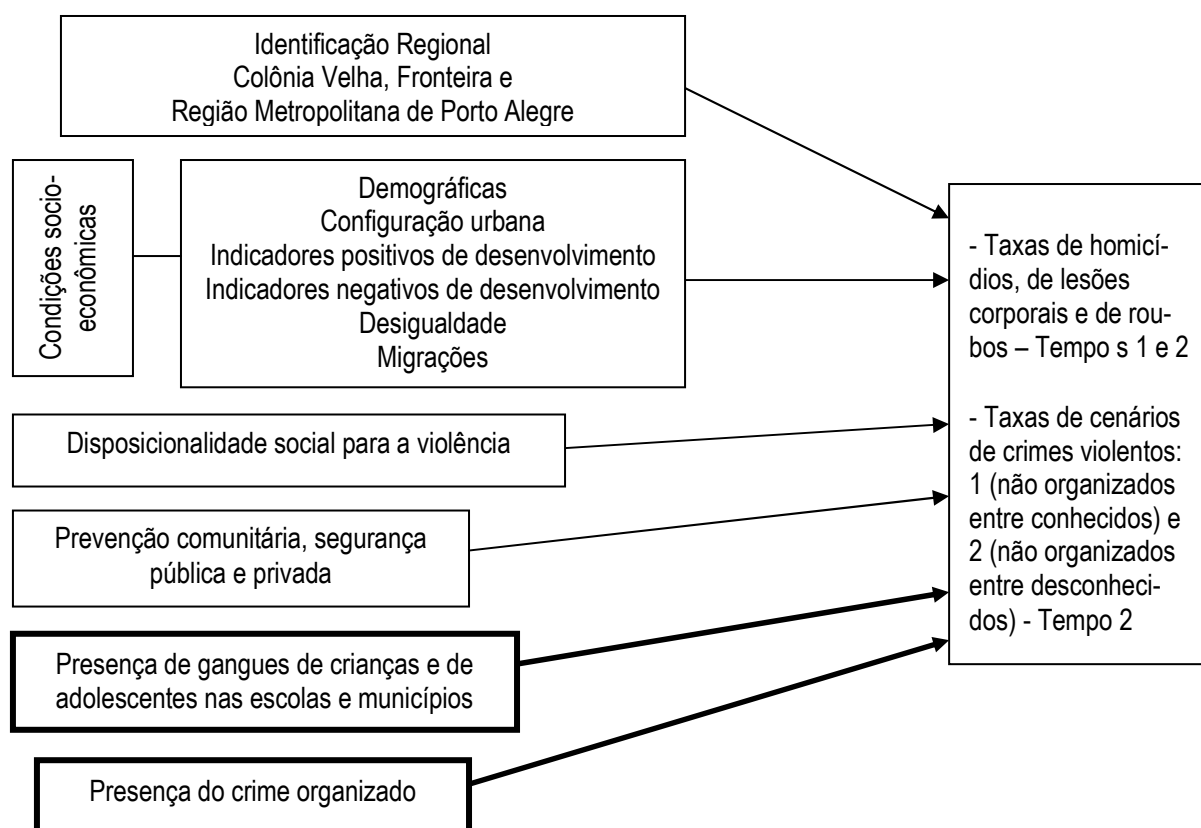


Figura 01 - Modelo Analítico

Fonte: Esquema elaborado pela autora.

Este modelo organiza as variáveis “assimétricas” (ROSENBERG, 1984), pressupondo-se que um conjunto delas (independentes) influencia outro (dependentes). As setas sinalizam as supostas associações entre as variáveis, e as em negrito, as de interesse específico desta Tese, por conta do ineditismo da inclusão de indicadores de fonte primária em uma metodologia estatística multivariada.

O desenho da pesquisa seguiu o método de “delineamento de painel”, que incorpora a dimensão temporal como essencial para a apreensão dos fenômenos e suas conexões causais, cuja consideração nos trabalhos empíricos é uma recomendação da literatura sociológica sobre o crime e a violência (LEVINE; ROSICH, 1996).

O trabalho não abrangeu a dimensão individual (utilizada, por exemplo, nos estudos sobre o comportamento criminal pessoal ou sobre as trajetórias criminais), mas, ao tomar como casos os municípios e suas respectivas regiões, enquadra-se dentro da tradição ecológica ou dos estudos de comunidade, uma vez que “[...] busca determinar os elementos das estruturas comunitárias que produzem taxas diferenciais

de crime.” (SHIHADDEH; STEFFENSMEIR, 1994, p. 730). Neste tipo de abordagem, “Obviamente, não há condições que garantam que uma pessoa cometerá crime, mas é certo que determinados contextos favorecem mais a proliferação da delinquência.” (CANO, 2002, p. 14)⁵

Neste sentido, as unidades de análise não representam territórios inanimados burocraticamente delimitados, mas configuram espaços de relações e atividades sociais, como “ambientes criados” ou “sistemas de interação”. Neles busca-se apreender a “contextualidade” das práticas sociais, sua coordenação no espaço e no tempo, dentro de circunstâncias estruturais e culturais que as condicionam. (GIDDENS, 1989, p. 293, 296 e 297)

A análise causal foi operacionalizada através de regressão linear, na modalidade *stepwise*, tornando possível estimar os coeficientes dos principais preditores das taxas de crimes violentos, através do método passo a passo de entrada e remoção das variáveis independentes. Neste método, a ordem de entrada de cada indicador determina o seu peso explicativo, especialmente quando há alta correlação entre as variáveis independentes. Não obstante, as altas colinearidades foram controladas metodologicamente no presente estudo, precisamente através da eliminação de uma das variáveis correlacionadas.

Por intermédio de análise estatística multivariada testaram-se certas hipóteses de pesquisa cujos fundamentos teóricos e situacionais são examinados ao longo da Tese. A fim de se encaminhar esta discussão, apresentam-se abaixo as principais hipóteses de pesquisa.

- Percebe-se um movimento histórico no Rio Grande do Sul de alteração dos padrões violentos – de impulsivos ou relacionais (crimes praticados sob forte emoção, geralmente entre conhecidos e nos espaços de convivência) para instrumentais (crimes planejados com vistas à obtenção de bens e envolvendo geralmente

⁵ Aqui se deve evitar o problema da “falácia ecológica”, erro metodológico de escala comum em pesquisas que envolvem unidades territoriais, resultante da falta de clareza sobre o tipo de sujeito ou caso examinado, ou, ainda, da tentativa equivocada de relacionar teorias relativas a indivíduos a dados envolvendo grupos ou comunidades. De acordo com Eufrásio (1999), este equívoco foi identificado pela primeira vez por Robinson (1950 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 276). Por exemplo, o fato de a “taxa de responsáveis do sexo feminino, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa” correlacionar-se com certo tipo de crime não significa que essas mães sejam criminosas ou seus filhos infratores. As presumidas altas correlações entre os dois fenômenos podem ser explicadas pela presença de certo tipo de vulnerabilidade familiar nos municípios com altas taxas criminais. Isto é, não se pode atribuir as correlações provenientes de grupos ou de unidades territoriais às características dos indivíduos que os integram.

desconhecidos⁶) -, que pode ser evidenciado pelo crescimento dos roubos⁷ e diminuição dos homicídios; ou ainda, da aproximação dos valores dos roubos com os das lesões corporais dolosas.

- As diferenças regionais no Estado são suficientemente marcantes para determinar distintas tendências criminais. A Região Metropolitana apresenta taxas delitivas mais elevadas, especialmente de crimes contra o patrimônio e organizados. A Fronteira possui um padrão tradicional de resolução dos conflitos por conta própria, com maior incidência dos crimes relacionais (envolvendo conhecidos e conflitos interpessoais) e lá se percebe, recentemente, uma combinação do crime organizado “moderno” (protagonizado pelo tráfico de drogas) com o tradicional (representado pelo contrabando e descaminho). A Colônia Velha situa-se aquém das outras duas regiões em termos de incidência e variação dos delitos violentos.
- Identificam-se perfis etiológicos distintos no território gaúcho, vinculados às características dos delitos violentos: se instrumentais, se relacionais ou impulsivos, se letais.
- Em geral, o agravamento das condições socioeconômicas produz aumentos lineares das taxas de crimes violentos, com exceção da renda *per capita*, cuja elevação influencia o crescimento da taxa de roubos e de suas modalidades difusas.
- Variações nos índices de desigualdade social refletem-se diretamente nas taxas criminais violentas.
- Os indicadores de configuração urbana, de afluxo migratório e de disposicionalidade social para a violência (aquisição de armas) influenciam direta e positivamente todas as taxas de crimes violentos.
- As variáveis que medem a prevenção comunitária, a segurança pública e a segurança privada incidem, embora com peso reduzido, como fatores de contenção das taxas de roubos e de suas modalidades difusas.
- O crescimento exponencial (maior do que o previsível por uma tendência linear) da criminalidade violenta é imputável à “presença de gangues de crianças e adolescentes” e à “presença do crime organizado”, após a consideração dos outros

⁶ Conforme classificação encontrada nos estudos sobre homicídios de Souza (2001) e de Llorente e outros (2002), embora os dois trabalhos apresentem resultados empíricos distintos quanto à maior ou menor prevalência de um ou outro tipo nos espaços analisados.

⁷ Existe um consenso na literatura em considerar, dentre outros, o crime de roubo como instrumental, pois é planejado e praticado, muitas vezes, por grupos organizados, atingindo, algumas vezes, a integridade física e a vida das vítimas (SOUZA, 2001).

grupos de indicadores. Presume-se que a atuação destes grupos incida sobre todas as manifestações da criminalidade violenta, constituindo a sua dinâmica.

1.4 O desenho amostral

A pesquisa não envolveu diretamente indivíduos, mas unidades territoriais: 32 municípios do Estado do Rio Grande do Sul que possuíam 20.000 ou mais habitantes em 2000 e integram as regiões socioculturais Metropolitana de Porto Alegre, Colônia Velha e Fronteira. Tais regiões diferem muito entre si quanto aos aspectos socioeconômicos, históricos e criminais, bem como possuem grande relevância no contexto estadual.

Como forma de se evitar a grande instabilidade e imprecisão das taxas de delitos pouco freqüentes, como os homicídios, as cidades com número de habitantes inferior ao estipulado não foram contempladas, à exceção dos pequenos municípios emancipados na década de 1990, cujas informações foram somadas às dos municípios-mãe no tocante às variáveis obtidas de fontes secundárias.

Os recursos disponíveis permitiram a investigação de 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes, o que corresponde a 58% do total de 55 pertencentes às três regiões socioculturais. Estritamente falando, as conclusões deste estudo aplicam-se apenas aos municípios estudados, mas se pode, tentativamente, fazer uma inferência a partir delas para os universos regionais.

A seleção dos casos seguiu os métodos de amostragem não aleatória por cotas e por julgamento, uma vez que os elementos (municípios) escolhidos foram considerados típicos e sua quantidade aproximou-se da respectiva proporção regional. Neste sentido, a fim de se garantir uma variabilidade suficiente dos fatores de interesse e a aleatoriedade dos valores das variáveis dependentes, em cada região sociocultural escolheram-se municípios distintos quanto à urbanização e ao tamanho populacional, isto é, com altas e baixas taxas de urbanização e grandes e pequenos em termos populacionais.

Considerando-se a distribuição heterogênea das taxas criminais e a intensidade maior ou menor da presença de gangues de crianças e de adolescentes e do crime organizado nestes territórios, pode-se considerá-los como “espaços sociais de vulnerabilidade criminogênica” (MEDEIROS, 2004) distintos, ou contextos de risco diferenciado de incidência de delitos violentos (CEDEC, 1996a).

Esta Tese está dividida em sete capítulos, além da introdução e conclusão. No próximo capítulo discutem-se os conceitos de violência e de crime na perspectiva sociológica e se apresenta uma revisão bibliográfica dos estudos brasileiros, destacando-se as principais linhas interpretativas acerca das causas destes fenômenos. Segue, no capítulo 3, uma caracterização das três regiões socioculturais estudadas, inseridas dentro da conformação dualística do território sul-rio-grandense, bem como a análise descritiva do comportamento das variáveis dependentes - as taxas criminais violentas - ao longo da década de 1990 e início da de 2000. Os capítulos 4, 5, 6 e 7 tratam das variáveis independentes, combinando a análise descritiva de sua variação histórica com a discussão das principais abordagens dentro da Sociologia ou da Criminologia que fundamentam a sua presumida potência causal sobre as taxas criminais violentas. No capítulo 8 apresenta-se a análise causal multivariada da criminalidade violenta, onde se interpretam os resultados das regressões lineares *stepwise* relativos aos preditores de cada taxa criminal no tempo 1 (década de 1990) e no tempo 2 (início da década de 2000). Após a conclusão e as referências bibliográficas, consta o Apêndice A, que descreve os vários procedimentos metodológicos adotados durante o levantamento de campo, a construção dos indicadores, a seleção das variáveis, os passos da análise multivariada, dentre outros. Além deste, está anexada uma tabela relacionando os 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes, suas respectivas regiões e alguns de seus indicadores, além dos instrumentos de pesquisa aplicados aos informantes dos municípios estudados.

2 A VIOLÊNCIA E O CRIME COMO PROBLEMAS SOCIOLÓGICOS

A violência é encontrada em qualquer sociedade, de qualquer época. Enquanto fato sociológico, ela representa um fenômeno vinculado à própria socialização das pessoas em determinados espaços sociais e culturais, em grupos ou totalidades mais amplas. Sendo assim, a classificação dos atos em violentos ou não violentos varia de cultura para cultura, de período histórico para período histórico. Por exemplo, a prática da infibulação feminina (a extração do clitóris de mulheres de origem muçulmana, especialmente na África), ao mesmo tempo em que choca a cultura ocidental-cristã pela sua extrema violência, tem um significado no meio onde ocorre: o de distinção social, pois a mulher que a ela não se submete é considerada excluída da sociedade, uma pária social. Na Índia é interdita a ingestão de carne bovina, o que não acontece em nosso País.

A violência estrutura as coletividades, não é um fenômeno transitório. O seu estudo descortina um aspecto renegado da sociedade que diz muito a seu respeito, pois, como enfatiza Da Matta (1982, p. 11): “Uma sociedade se revela tanto pelo que preza como sagrado e como fundamental para o seu bem-estar, quanto pelo que tem e despreza como pecado, crime e violência.”

Em termos sociológicos, portanto, a análise da violência colabora com o desvelamento das teias constitutivas da intersubjetividade contemporânea. Para Coser (1982) este fenômeno possui três funções sociais:

- A violência como realização de si mesmo, para adquirir *status*, alcançar as metas sociais, conquistar um lugar na sociedade ou transformá-la. Este é o caso de grupos de jovens do sexo masculino que buscam afirmar a sua identidade através do uso da força física, ostentando valores como a virilidade, a coragem, a velocidade, o poder pelo constrangimento e pela ameaça de agressão.
- A violência como sinal de perigo ou disfunção, que chama a atenção para problemas até então negligenciados. Neste caso, os acontecimentos violentos podem provocar mudanças.
- A violência como catalisadora da solidariedade na comunidade, elemento presente no conceito durkheimiano de crime.

Por sua vez, Tavares dos Santos (1993) estipula quatro tipos de violência:

- Violência política, do e contra o Estado, observável em ditaduras, movimentos revolucionários, terrorismo, guerrilhas.

- Violência costumeira ou difusa, produto da fragilização das relações sociais e da quebra das regras de sociabilidade, como, por exemplo, a violência ordinária e o crime doméstico.
- Violência simbólica exercida através dos vários discursos que negam o lugar do outro. De acordo com Bourdieu (2001), dentro de uma relação de dominação os dominados tendem a tomar o que é apenas uma representação ou classificação (dominante) como se fosse a sua própria realidade. Quase nunca é uma imposição, pois se exerce através do jogo de forças entre os agentes sociais. Exemplo: o rótulo de “ignorante” aplicado a um indivíduo que fracassou na escola.
- Violência como negação da condição humana e restrição de direitos, evidenciadas em situações como a fome, a miséria, a exclusão social e política.

Luiz Eduardo Soares, por sua vez, refere-se a duas dimensões da violência. Por um lado, a objetiva, caracterizada como sendo “[...] um cardápio de crimes, um catálogo de delitos, bastante objetivo, vividos pela população, na esquina, em casa, no transporte, no trabalho, passíveis de serem computados, agregados e classificados.” (SOARES, L., 1996, p. 166). Esta é completada pela sua contraparte subjetiva:

[...] conjuntos múltiplos de imagens, símbolos, fantasias, relatos, mitos e emoções, refratáveis ao cômputo numérico, às agregações e, freqüentemente, inclusive, às codificações que os reduzam a estruturas comuns, a ordens inteligíveis, a sentidos bem definidos. (SOARES, L., 1996, p. 166).

Dentre as várias definições de violência, produzidas nas mais diversas áreas do conhecimento, pode-se citar a de Michaud (1989, p. 11):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas poses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Esta acepção *lato sensu* de violência destaca o dano causado à pessoa, em várias dimensões de sua existência. Por outro lado, o conceito de violência *stricto sensu* refere-se à extrapolação da força física, ou, no dizer de Chesnais (1981, p. 12): “Trata-se de uma ação direta e corporal contra as pessoas, cuja vida, saúde e integridade corporal ou liberdade individual está em jogo.”

A noção estrita de violência - enquanto ato unilateral de extrapolação da força que causa dano a outrem – aproxima-se do conceito de poder em Weber, qual seja:

[...] a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o

fundamento dessa probabilidade [...] Os meios utilizados para alcançar o poder podem ser muito diversos, desde o emprego da simples violência até a propaganda por procedimentos rudes ou delicados: dinheiro, influência pessoal, poder da palavra, sugestão e engano grosseiro, tática mais ou menos hábil de obstrução dentro das assembleias parlamentares. (WEBER, 1969, p. 34 e 693)

Enquanto tal, a violência diferencia-se da relação social de dominação (WEBER, 1969, p. 699), pois não presume legitimidade e consentimento de parte daqueles que se subordinam à autoridade por conta de: dever, crença na legalidade, afeto, interesse, etc. Sendo assim, a violência física, quando generalizada, pode provocar o rompimento da relação social legítima e solapar a própria validade da ordem social.

Por fim, Hannah Arendt concebe o poder de forma distinta a Weber, enfatizando o seu sentido positivo:

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo: pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. [...] O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, mas precisa, isto sim, de legitimidade. [...] a sua legitimidade deriva da reunião inicial [de pessoas agindo em comum acordo] e não de qualquer ação que possa se seguir [...] (ARENDR, 2004, p. 27, 32 e 33)

Em contrapartida, a violência representa, para esta filósofa, o oposto do poder. Enquanto meio, ela possui caráter instrumental, arbitrário e não argumentativo⁸:

A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios está sempre em procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma [...]. Ademais, ao passo que os resultados das ações humanas escapam ao controle dos seus atores, a violência abriga em seu meio um elemento adicional de arbitrariedade [...]. A questão é que em certas circunstâncias a violência – atuando sem argumentos ou discussões ou sem atentar para as conseqüências – é a única maneira de equilibrar a balança da justiça de maneira certa. (ARENDR, 2004, p. 35, 32 e 40)

Embora justificável, como aparece no final desta citação, a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDR, 2004, p. 33 e 35).

Nesta pesquisa adotamos a definição *stricto sensu* de violência, que privilegia o seu aspecto instrumental. Neste sentido, entende-se que um ato transgressor carac-

⁸ Nesta mesma linha, pode-se pensar a violência como “o exercício abusivo de direitos” (SANJUAN, 1998, p. 169).

teriza-se pelo afrontamento das normas aceitas como legítimas em uma dada sociedade ou grupo social, e se torna violento quando vem acompanhado da utilização da força no sentido de causar dano a outrem em uma situação conflituosa. Envolve tanto o ato quanto a ameaça de praticá-lo⁹.

Já o conceito de crime diz respeito àqueles atos que, por transgredirem normas sociais, estão sujeitos a uma sanção, definição que remonta a Durkheim.

Conforme Durkheim (1989, p. 100), "[...] um ato é socialmente mau porque é repellido pela sociedade. [...] Não o reprovamos porque é um crime, mas é um crime porque o reprovamos". Assim, para este autor o fundamento do crime - ação que ofende sentimentos coletivos muitos fortes - não reside no indivíduo atomizado, mas nas reações que determinados atos provocam na consciência coletiva¹⁰ da sociedade, geralmente na forma de sanções legais ou espontâneas. O crime é considerado um fato normal e não patológico, pois é encontrado em todas as sociedades e se liga às condições de existência da espécie considerada, cumprindo uma função primordial: manter coesa a sociedade, ao reforçar a consciência coletiva através da punição. Este fato social também tem um papel inovador, quando não somente abre caminho para mudanças necessárias, mas também as prepara, *vide* o exemplo clássico citado por Durkheim (1995): o crime de Sócrates - a independência de seu pensamento - teria prestado um serviço para a humanidade.

Já a noção jurídica de crime refere-se a:

[...] toda ação ou omissão prevista em lei, ou que transgrida um direito estabelecido pela lei penal, resultando, pois, de definição da lei, que encontra no esquema legal o conteúdo explicativo, a razão determinante de uma conduta humana constituir infração penal sujeita a uma pena regulável. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1987, p. 99)¹¹.

⁹ Vários autores mencionam a falta de operacionalidade do conceito amplo de violência, dentre eles Giddens (1989) e Platt (1992). Para este último: "Esta infeliz combinação de um conteúdo descritivo relativamente vago e de uma ressonância moral e emocional negativa faz da palavra 'violência' um termo idealmente adaptado ao discurso polêmico." (PLATT, 1992, p. 191, tradução nossa).

¹⁰ A noção de consciência coletiva corresponde ao "[...] conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria." (DURKHEIM apud QUINTANEIRO et al., 2001, p. 29). O desenvolvimento posterior da teoria sociológica do crime pela Escola de Chicago, por Merton e por outros, foi influenciado de certa forma pelas premissas durkheimianas, conforme Taylor et al. (1990).

¹¹ A definição jurídica é mais limitada do que o conceito de crime durkheimiano, pois se circunscreve à sua dimensão legal, isto é, nenhum fato é crime até ser enquadrado em um dispositivo legal que lhe impute uma pena. Durkheim, por sua vez, inclui entre as possíveis sanções as reações espontâneas não previstas em lei.

Neste sentido, o crime não é qualquer ação desaprovada socialmente, mas aquela para a qual está legalmente prevista uma sanção.

A violência distingue-se, assim, da criminalidade, uma vez que nem todos os atos violentos são considerados crimes e nem todos os delitos são cometidos através de grave ameaça ou agressão contra a vida ou à integridade física da (s) vítima (s).

Na atualidade, a violência e o crime vêm recebendo outras interpretações, associadas com a emergência de uma nova ordem mundial. Para Wieviorka (1997), a questão da violência adquiriu novos significados com a globalização e a reestruturação produtiva, distanciando-se dos paradigmas sociológicos da desintegração social e das práticas políticas do Estado ou contra ele, vigentes até a década de 70¹². Neste novo contexto, na visão do autor, a violência relaciona-se com categorias como nação, exclusão social e indiferença, raças perigosas (e não mais “classes perigosas”), individualismo e demonização do outro. Além disso, ela evoca a questão da proteção à pessoa, de seus direitos individuais e de sua dignidade (WIEVIORKA, 1999). Wieviorka (1997) propõe, então, encarar a violência a partir de quatro níveis articulados:

A) O Sistema Internacional Pós Guerra Fria

Com o término da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim em 1989, disseminaram-se os conflitos localizados e isolados. Até então, a divisão geo-ideológica em dois blocos polarizava e simplificava os conflitos internacionais¹³.

Por outro lado, a globalização da economia faz com que a violência alimente-se, ainda que indiretamente, das desigualdades, da exclusão social; estas, por sua vez, reforçam-se com o mercado globalizado, o livre comércio, o rigor orçamentário, a livre concorrência e a competição. Diante disto, surgem processos mais ou menos

¹² As novas manifestações de violência seriam para Wieviorka (1999): a urbana nos anos 80 (roubos e furtos de veículos, revoltas espontâneas, ataques contra instituições – escola, transporte coletivo - , pequenas agressões cotidianas e incivildades, terrorismo dos bairros de periferia, toxicomania, tráfico de drogas e criminalidade das ruas), e a doméstica e a pedofilia na década de 1990.

¹³ Anthony Giddens também aborda esta questão, ao afirmar que, nas sociedades contemporâneas, o problema da violência coletiva é uma das maiores fontes de incerteza artificial, principalmente pela disseminação de armas de destruição de massa e proliferação de situações de conflito: “O problema da violência, como diminuí-la ou preveni-la, afigura-se como uma das mais difíceis questões relevadas pelo desaparecimento do confronto das superpotências. Como todos nós (reflexivamente) sabemos, existe uma nova ordem mundial, que parece, no entanto, tão perturbadora quanto a antiga. O problema não é só a acumulação de equipamento militar, mas o agravamento das tensões sociais locais em muitas áreas diferentes e geralmente associadas a divisões nacionalistas, religiosas ou étnicas. Em retrospecto, é evidente que o empate da Guerra Fria, embora terrivelmente perigoso, foi, em alguns aspectos, uma força estabilizadora em muitas áreas do mundo”. (GIDDENS, 1996, p. 115)

reativos de reagrupamento identitário, de comunitarismos, de nacionalismos, de racismos, muitos deles contrários à cultura cosmopolita simbolizada pelos Estados Unidos. Tais reações podem significar uma estratégia de certas coletividades para se inserirem de forma diferenciada no contexto globalizado.

Enfim, a globalização contribui para a expansão da violência, das redes de narcotráfico, do contrabando, das máfias, do crime globalmente organizado. Este último, especialmente as suas modalidades de comércio ilegal de armas e de drogas, vem se ampliando no Brasil desde a década de 1980.

B) O enfraquecimento dos Estados Nacionais

Na medida em que o Estado encontra-se enfraquecido em sua tarefa regulatória, proliferam-se as atividades ilícitas. Aquele passa, então, a encobrir uma violência ilegítima e contrária ao discurso oficial, que é praticada por agentes policiais e militares (por exemplo: tortura, abuso de autoridade). Da mesma forma, a organização estatal delega o uso da força a atores privados que a utilizam em proveito dos seus próprios interesses, como ilustram o crescimento da segurança privada e dos modernos sistemas de segurança em condomínios fechados. Também o enfraquecimento da idéia de Nação, de coletividade nacional, enquanto eixo de identificação, e a (re) aglutinação de certas identidades, provocaram choques culturais entre grupos antagônicos, tais como: a destruição das representações coletivas da nação iugoslava e soviética, da comunidade dos Balcãs, do território palestino, afegão e iraquiano.

Por fim, a tendência de minimização do Estado e de redução do provimento de serviços básicos à população, que é provocada, dentre outros fatores, pela atual crise fiscal dos governos e pelo enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, também pode estar associada à disseminação da violência, ainda que indiretamente.

C) As mutações ocorridas nas sociedades contemporâneas

O progresso industrial e global não tem garantido bem-estar à população mundial. A perda da centralidade do trabalho na vida das pessoas e as trajetórias vivenciadas de exclusão (desemprego, trabalho precário, enfraquecimento do sindicalismo e das relações profissionais tradicionais) criaram uma situação propícia ao desencadeamento de atos transgressores. Não há uma ligação automática entre violência e privação econômica, porém, aquela se expressa também através da discriminação

de imigrantes, da violação de direitos, da violência institucional. Como exemplos, Wieviorka (1997) cita motins ocorridos na França e na Inglaterra, desvinculados aparentemente da perda do poder aquisitivo, cujos protagonistas combateram os excessos policiais, as decisões judiciais inadequadas e a discriminação cultural e racial.

D) A disseminação do individualismo

Dentro de um quadro de negação da existência da pessoa, de exclusão e de perda de sentido, as práticas violentas, como projeções de si ou reforçadoras de identidades, podem estar se intensificando com os processos globalizadores. São exemplos destas práticas: a delinqüência juvenil, os sectarismos raciais ou religiosos, os *skinheads*, o terrorismo, os fundamentalismos.

Márcia Costa (1998) enfatiza que a perda das referências tradicionais e a angústia de viver em um cenário urbano anti-social provocaram a constituição de subjetividades conservadoras, violentas e nazi-fascistas na juventude. Percebe-se um fechamento narcísico sobre si mesmo ou dentro de novos grupos de referências, juntamente com a recusa da ação coletiva pacífica. Esta situação abre espaço para a emergência de lideranças políticas conservadoras (populistas ou de extrema direita), de clamores pelo agravamento da penalização e de exaltação de valores xenófobos e racistas, tanto nos países centrais, quanto na periferia do sistema capitalista.

Jurandir Freire Costa classifica esta ambiência como “cultura do narcisismo¹⁴”:

[...] onde a experiência de impotência e de desamparo é levada a um ponto tal, que torna conflitante e extremamente difícil a prática de solidariedade social. Dentro destas circunstâncias emergem as ações violentas, onde o homem pode criar o ‘impensável, o inimaginável’.
(FREIRE COSTA, 1986, p. 21)

Em adendo, alguns autores percebem, na atualidade, um processo de “banalização da violência”¹⁵, na medida em que “[...] a violência se desenvolve e se generali-

¹⁴ Narcisismo representa a situação provocada pela angústia ante a impotência, quando o Ego ativa mecanismos de preservação, de afirmação do “mínimo Eu” (conceito elaborado por Christopher Lash, 1986), na luta pela sobrevivência. Tais mecanismos culminariam com o surgimento de um Ego Delinqüente, em suas versões Impotente (tendo como exemplo típico o burocrata passivo) ou Onipotente (simbolizado pelo criminoso). Ver em: Freire Costa (1986) e Lash (1986, 1989).

¹⁵ Entretanto, com base nos resultados de *survey* realizado em 10 capitais brasileiras, Nancy Cardia contesta este diagnóstico: “Os dados da pesquisa revelam que, apesar de estarem expostos direta e indiretamente à violência, de que essa violência, que ocorre com maior freqüência nas imediações de suas casas, também afete parentes, amigos e conhecidos, não se está desenvolvendo uma cultura de aceitação ou de tolerância à violência. [...] O contato com a violência não parece ser um elemento que leve a mais violência como conseqüência de uma perda de sensibilidade em relação a ela ou de sua banalização.” (CARDIA, 1999, p. 97).

za. Escandaliza, choca, torna-se cada vez mais banalizada, mas parece também, como outros aspectos da vida social, fugir ao controle dos homens e das instituições.” (COSTA, 1997, p. 289)

Para Giddens, a violência física dissemina-se pelos diferentes espaços sociais, do privado ao público, do local e nacional ao internacional, em múltiplas manifestações interligadas:

[...] desde a violência masculina contra as mulheres até a guerra em grande escala, passando pela violência casual das ruas. Existiriam fios ligando essas diversas situações e que, portanto, poderiam ser relevantes para uma teoria da pacificação? Acredito que sim, e eles nos levam de volta aos temas do fundamentalismo e da democracia dialógica. (GIDDENS, 1996, p. 27)

Já Tavares dos Santos, ao fazer analogia com o conceito de “microfísica do poder” de Foucault (1988), evoca a existência de uma “microfísica da violência”, que interfere no nível de integração social dos grupos:

[...] o que significa dirigir o olhar sociológico para os modos pelos quais o corpo passa a ser levado em conta nos dispositivos disciplinares: nas prisões, nas casernas, nas escolas, nos asilos, nos programas de colonização. Até mesmo, os espaços infinitesimais da vida cotidiana, por onde a violência se exerce de modo polivalente. (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 133-134).

Neste contexto de “banalização da violência” sobressaem-se dois aspectos:

A) O aumento das agressões interpessoais¹⁶ e a busca de resolução dos conflitos sem a intermediação das agências de controle¹⁷, como enfatiza Costa:

A violência passa a ser cada vez mais um recurso, e quase nunca o último. Este comportamento é incentivado pelo individualismo da sociedade contemporânea, que analisa cada questão como resultante de necessidades e anseios absolutamente pessoais e únicos. Antigas formas de solidariedade perdem sua força, enquanto as mais antigas instituições sofrem duros golpes em sua credibilidade e legitimidade. Tudo favorece o comportamento individualista que se

¹⁶ Diversas pesquisas comprovam este fato. Estudo realizado por Soares, L. (1996) concluiu que, do total de homicídios dolosos registrados no Rio de Janeiro, 20% resultaram de conflitos interpessoais. Em outro estudo, que mapeou as representações dos agentes do Sistema de Justiça Criminal de Candelária sobre a violência no município, identificou-se a grande incidência de motivos aparentemente fúteis para o cometimento de homicídios, dentre eles, rixas pessoais e brigas ocasionais entre vizinhos e parentes potencializadas pelo abuso de álcool. Nestes atos constatou-se um típico padrão de relacionamento entre agressores e vítimas, ou, no dizer de um informante, “*sempre tem relação*” (SCHABBACH, 1998). Em outra pesquisa (SCHABBACH, 2000b), concluiu-se que a maioria (68,8%) dos processos criminais envolvendo atentados contra a vida (homicídio, infanticídio, aborto e instigação ao suicídio) que ingressaram no Fórum de Candelária entre 1988 e 1998 envolvia agressores conhecidos por suas vítimas.

¹⁷ Aqui também se situa o “vigilantismo”, que, segundo Méndez e outros (2000), refere-se às tentativas de se fazer justiça com as próprias mãos, inclusive a violência policial

manifesta, por sua vez, não só na produção, mas também no desenvolvimento de estratégias de autodefesa ou de procurar 'fazer justiça pelas próprias mãos'. (COSTA, 1997, p. 287-288).

É conhecida a subnotificação dos registros policiais (cifra oculta), que demonstra a pouca recorrência das vítimas de crime às agências, variando de acordo com as características do delito (valor do bem roubado, sua gravidade, etc.). Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou pesquisa de vitimização de âmbito nacional, cujos resultados demonstraram que 67,5% das vítimas de roubo e furto não recorreram à Polícia. Na Região Sul, esta situação era explicada pelas classes altas porque "não acreditava", e nas classes baixas por "não querer envolver a polícia", revelando um misto de descrença e temor das práticas policiais. Dos envolvidos em crime na Região Sul, 57% não moveu ação judicial, alegando ter resolvido o problema "por conta própria" (que tanto pode envolver o diálogo quanto o uso da violência). Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) este percentual atingiu 73%. (Tirelli, 1996)

B) Um crescente sentimento de insegurança entre as pessoas residentes nos mais diferentes espaços sociais, promovido, muitas vezes, pela espetacularização midiática da violência.

A violência vem sendo crescentemente apontada como fonte de preocupação por pessoas residentes em áreas metropolitanas e/ou em municípios brasileiros mais populosos, fato que é comprovado por várias pesquisas de opinião.

Em dois levantamentos de 1999 - um envolvendo 1.628 pessoas de 108 cidades brasileiras sobre as coisas de que elas mais tinham medo, realizado pelo Vox Populi (ÉPOCA, 1999) e outro intitulado "Comportamento Teen", que entrevistou 445 jovens entre 13 e 19 anos da Grande Porto Alegre acerca de seu maior medo, executado pelo CEPA/UFRGS (ZERO HORA DIGITAL, 1999 a, b) - a questão da violência foi a mais citada, atingindo 68% e 29,6% das respostas, respectivamente.

Por sua vez, pesquisa mais recente efetuada pelo Instituto Datafolha (VIOLÊNCIA, 2003) demonstrou ser a violência o maior problema apontado pelos entrevistados, atingindo 21% das respostas, o maior índice desde 1996. Outro estudo realizado em Porto Alegre em 2003, que envolveu 397 participantes dos seminários regionais de segurança urbana promovidos pela Secretaria Municipal de Direitos Huma-

nos e Segurança Urbana, mostrou que 60% dos pesquisados têm medo de sair de casa, mesmo que não tenham sido vítimas da violência. (GOMES, 2003).

Alguns trabalhos empíricos indicam que esta preocupação é encontrada também em municípios do interior do Estado, como é o caso de Santa Cruz do Sul. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul em março de 2001 revelou que a violência é o segundo problema que mais preocupa a população urbana do município (26% dos respondentes citaram-na), vindo logo após a redução dos postos de trabalho (39% das respostas). (SCHABBACH; TIRELLI, 2002)

Por vezes, tal sensação de insegurança não tem relação direta com a incidência real de manifestações de violência e crime no meio em que as pessoas vivem, estando associada à tendência da mídia em cobrir fatos contingentes e isolados, suprimindo a sua temporalidade, e assim influenciando a construção de uma realidade específica (SOARES, L., 1996).

Alguns estudos demonstram, por exemplo, que a mídia geralmente privilegia certos crimes em suas coberturas e reportagens. Túlio Kahn (1998), comparando a quantidade de delitos publicados por dois jornais de circulação nacional e a sua frequência computada pelos órgãos de segurança pública de São Paulo, concluiu que os pequenos furtos e as lesões corporais são proporcionalmente menos divulgados, ao passo que os roubos e os assaltos são os únicos crimes que aparecem em proporção próxima à sua incidência concreta. Por sua vez, homicídios, latrocínios, tráfico de drogas, estupros e seqüestros são noticiados em quantidade muito superior às suas respectivas ocorrências policiais.

Também a pesquisa “Mídia e violência em Santa Cruz do Sul” (SCHABBACH, 2000a), que comparou as reportagens sobre crimes do jornal “Gazeta do Sul” com os delitos registrados pelas Delegacias de Polícia de Santa Cruz do Sul no período de setembro de 1998 a agosto de 1999, mostrou que aquele veículo privilegiou certos crimes para figurarem na sua página “Polícia”, quais sejam: homicídios, tráfico de entorpecentes e roubos. Estes, embora menos freqüentes, são praticados com violência e causam grande impacto social.

Além disso, a referida dimensão subjetiva da violência é engrandecida pelos discursos dramáticos da mídia, configurando-se uma “cultura do medo” (SOARES, L., 1996), onde a vivência da violência é substituída pela expectativa de sofrê-la, fazen-

do com que os indivíduos reajam antecipadamente, e de forma violenta, ao risco presumido:

[...] se não há segurança, tudo é permitido, a começar por mim, seja para defender-me, por antecipação, e proteger meus próximos, seja para tirar proveito ou levar vantagem, antes que outro aventureiro lance mão. (SOARES, L., 1996, p. 166)

Como enfatiza Wievioka (1999), os meios de comunicação jogam um papel muito importante em nível de representações, ao proporcionar aos indivíduos atraídos pela violência uma visibilidade que não teriam de outro modo. Ainda que não seja a sua intenção, eles podem fomentar a violência ao difundir fatos espetaculares, bem como ao traduzi-los de maneira simplificada e deformada ou ao fornecer informações incertas em momentos de tensão e conflito.

Todavia, deve-se ter cuidado de não se atribuir um poder desmedido à mídia, o de criar realidades. Neste sentido, Adorno (1998b) sustenta que o medo e a insegurança têm bases materiais concretas na contemporaneidade, e a mídia,

[...] está no fundo traduzindo, sob uma linguagem específica, um mundo cada vez mais violento. Não é uma mistificação, não é uma invenção, não é a criação imaginária. Acho que a mídia muitas vezes dramatiza este mundo violento, no sentido de transformar a violência cotidiana em drama. [...] como isso é recebido depende da leitura que os cidadãos terão, com as suas experiências sociais, culturais e subjetivas. (ADORNO, 1998b, p. 9).

Em outro trabalho (ADORNO, 1991), este autor ressalta que a "expectativa de vitimização" vivida pelas populações urbanas - que produz estratégias de defesa como o autoconfinamento e o armamento pessoal - não é infundada, já que as estatísticas oficiais em nível mundial comprovam o crescimento da quantidade de delitos, especialmente dos violentos e organizados.

2.1 As tendências da criminalidade violenta no Brasil e sua etiologia na visão dos cientistas sociais

Muitos estudos brasileiros, apoiados ou não por pesquisas empíricas, destacam o avanço generalizado dos crimes violentos no País, especialmente a partir do final da década de 1970.

Kant de Lima e outros (2000), em revisão das principais obras sobre a temática da criminalidade urbana, identificaram, entre os autores, uma convergência entre os autores a respeito da mudança do fenômeno naquela década, mormente nos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Esta modificação caracterizou-

se por: um aumento generalizado de roubos e furtos a residências, a veículos e transeuntes, um grau maior de organização e de violência das ações criminais e o aparecimento de quadrilhas de assaltantes de bancos e outras instituições financeiras. Durante a década de 80, vários estudos focaram a generalização do tráfico de drogas e a maior sofisticação das armas utilizadas nos conflitos.

Para Zaluar (1999a), neste mesmo período o quadro da mortalidade mudou: as mortes violentas tomaram o lugar das doenças infecto-contagiosas, estas controladas em quase todos os Estados brasileiros.

Valendo-se de estatísticas recentes, pesquisadores mineiros (BEATO FILHO, 1998; BEATO FILHO; REIS, 2000; BEATO FILHO et al., 1998) destacam o movimento ascendente dos crimes violentos desde a década de 1990 no Brasil, especialmente dos crimes contra a propriedade.

Tal movimento da criminalidade violenta acontece justamente no período de consolidação democrática, situação que, para certos autores, revelou-se paradoxal, uma vez que a expectativa geral era de que o aprofundamento democrático resultasse na implementação do Estado de Direito (um dos meios de controle da violência), contudo, este se mostrou extremamente precário em algumas regiões (ADORNO, 1995; PINHEIRO, 1998).

Frente a essas tendências, vicejaram trabalhos sobre a distribuição temporal e espacial da violência e do crime, bem como acerca de seus possíveis nexos causais. Ao analisar 25 anos de estudos brasileiros sobre o assunto, Alba Zaluar (1999a, p. 26) avaliou que o debate nunca foi bem organizado e bem fundamentado teoricamente, apesar da consolidação de vários campos temáticos. Todavia, ao se examinar tal produção, é possível identificar-se certas linhas interpretativas, embora seja notável a escassez de estudos empíricos consistentes¹⁸. Muitas das argumentações defendidas aproximam-se de correntes teóricas tradicionais da criminologia e da sociologia do crime nos Estados Unidos e Europa, especialmente, da anomia durkheimiana, do controle social, do estresse econômico, da associação diferencial, das estruturas de oportunidades, das atividades rotineiras, etc.

¹⁸ De acordo com Cerqueira e Lobão (2004, p. 253), é notória a limitação dos estudos empíricos, devido principalmente à inexistência de dados confiáveis de cobertura nacional e temporal.

Por sua vez, os mapas de risco¹⁹ e outros trabalhos de geo-referenciamento da criminalidade representam contribuição recente, dentro de uma perspectiva eminentemente descritiva-empiricista. Eles vêm sendo elaborados desde a década de 1990 pelos principais centros de pesquisa brasileiros, e focalizam Estados, regiões, municípios ou espaços intramunicipais. Dentre os trabalhos pioneiros, destacam-se os mapas das cidades de São Paulo (CEDEC, 1996a), Rio de Janeiro (CEDEC, 1997a e Cano, 1997), Curitiba (CEDEC, 1996b) e Salvador (CEDEC, 1997b). O que se percebe nestes mapeamentos é uma grande sofisticação metodológica e visual e pouca interpretação teoricamente embasada dos resultados de pesquisa²⁰.

Relacionam-se, na seqüência, as principais contribuições de autores brasileiros para o entendimento do crime e da violência, sem a pretensão de abrangê-las em seu vasto conjunto²¹. Elas foram organizadas conforme a sua ênfase sobre determinado aspecto causal, estando por vezes interligadas.

As poucas pistas explicativas elaboradas pelos autores contêm, implícita ou explicitamente, argumentações encontradas em correntes teóricas reconhecidas, no âmbito da Criminologia, da Sociologia e das Ciências Sociais em geral, as quais são sucintamente identificadas no final de certos itens a seguir expostos²².

¹⁹ No cerne desses trabalhos aparece o conceito de risco, que “Significa a chance que um indivíduo ou uma população tem de sofrer um dano futuro no seu equilíbrio vital. [...] estes danos estarão, então, intimamente conectados com as condições de vida sob as quais vivem os indivíduos e as populações. [...] E como esse risco coletivo não é um somatório dos riscos individuais das pessoas que ali vivem, importa então conhecer as condições a que estão submetidos os espaços territoriais urbanos. [...] A heterogeneidade entre os diversos espaços da cidade vem sendo demonstrada por diversos estudos já realizados, apontando que territórios submetidos a condições sócio-econômicas distintas tendem a oferecer às populações que neles residem situações de risco diferenciado [...]” (CEDEC, 1996a, p. 3 e 2). Várias dessas pesquisas abordam a criminalidade como um problema epidemiológico, visto que a violência tem se constituído, por toda a América Latina, em uma das principais causas de óbitos, sobretudo de jovens, ou seja, o risco também se distribui muito desigualmente quanto à idade, sexo ou classe social.

²⁰ Sem fundamentação teórica, a propalada espacialização dos crimes e da violência permanece descritiva, problema já detectado na década de 1960 por Burgess, um dos principais representantes da Escola de Chicago, em cujo âmbito gestaram-se as primeiras cartografias da criminalidade: “Os dados estatísticos e a plotagem de mapas diziam-nos muito, mas não nos diziam tudo. Diziam-nos muitas coisas interessantes que exigiam investigação ulterior. [...] Muitas destas questões, naturalmente, podiam ser aprofundadas por investigação estatística; outras, para serem entendidas, exigiam que fôssemos sob a superfície do comportamento observável.” (BURGESS, 1964, p. 8 e 9 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 117-118).

²¹ Duas revisões dos estudos brasileiros sobre violência e crime fornecem um panorama mais completo dos cerca de 30 anos de produção: Zaluar (1999a) e Kant de Lima et al. (2000). Nestas obras encontramos as informações essenciais à nossa revisão bibliográfica.

²² Algumas das teorias citadas neste capítulo serão aprofundadas adiante.

A) A conformação do Estado Brasileiro, sua relação com a sociedade e sua ineficácia em controlar a violência, bem como a desigualdade entre direitos políticos e sociais

Os primeiros estudos brasileiros enfocaram a violência estrutural e o autoritarismo perpetrado pelo Estado contra a população necessitada, que, de acordo com Pinheiro (1997), decorrem da continuidade de uma longa tradição de práticas autoritárias das elites contra as não elites e de arbitrariedade policial contra os mais vulneráveis. Esta vertente pode ser encontrada em: Adorno (1990, 1991b,c), Carrara (1991), Corrêa (1981), Kant de Lima (1989, 1997), Misse e Motta (1979). Conforme Zaluar (1999a), ao seu lado estavam aqueles que percebiam a violência como benéfica e revolucionária, uma estratégia de sobrevivência, sendo o conflito e a desordem fatores constitutivos da vida social (OLIVEN, 1980; RIFIÓTIS, 1997; DIÓGENES, 1998; DA MATTA, 1982²³).

O “autoritarismo socialmente implantado”, peculiaridade cultural brasileira que não se modificou com a democratização política, representou outra linha interpretativa muito difundida entre os cientistas sociais. Através dele esclarecia-se que o recurso sistemático à violência e a busca de resolução dos conflitos por conta própria eram devidos à baixa confiabilidade da população nas instituições públicas, ao vazio institucional, à rígida hierarquia social, à herança autoritária. Conforme Adorno (1995, p. 325):

Esse ‘autoritarismo socialmente implantado’ parece inscrito em uma grande continuidade de práticas autoritárias, que transpassam toda a estrutura social e que são diretamente dependentes dos sistemas de hierarquia sustentados pelas classes dominantes.

Este aspecto também aparece em: Zaluar (1994a), Adorno e Cardia (1997) e Pinheiro (1997).

Outra vertente assinalava o hiato entre os direitos políticos e os sociais, uma vez que no Brasil a justiça social não se ampliou e os direitos sociais não se universalizaram na mesma extensão dos políticos (ADORNO, 1995). Adicionalmente, ressal-

²³ Por exemplo, analisando os quebra-quebras ocorridos no Rio de Janeiro e em outras capitais brasileiras no início da década de 80, Da Matta (1982) descreve-os como uma estratégia das massas de indivíduos despossuídos diante do “Você sabe com quem está falando?”, ou seja, uma reação violenta à impessoalidade e à universalização da cidadania: “Aqui, como estamos vendo, a violência surge como um mecanismo que permite a singularização e a obtenção da própria cidadania.” (DA MATTA, 1982, p. 23). Soares, G. ([s/d], p. 102) critica esta perspectiva classista, ao lembrar que: “Os pobres não matam, predominantemente ricos – matam outros pobres.”

tava-se a ausência de cidadania e o não reconhecimento da igualdade entre as pessoas quanto aos seus direitos e deveres (TIRELLI, 1996).

Por fim, cita-se a argumentação baseada no esgotamento e ineficácia dos modelos convencionais de controle social (ADORNO apud KANT DE LIMA et al., 2000), ou na inexistência de instituições mediadoras (TIRELLI, 1996; TAVARES DOS SANTOS, 2002). Pinheiro (1997,1998) refere que a consolidação da democracia não foi acompanhada por um avanço dos aparelhos estatais vinculados ao monopólio da violência legítima (dentre eles a Polícia e o Judiciário), portanto, o fracasso das democracias latino-americanas em consolidarem o controle legítimo da violência explicaria a persistência endêmica deste fenômeno no continente.

Sem a pretensão de esgotá-los, neste primeiro tópico identificam-se argumentos muito próximos das seguintes correntes: marxismo, relativismo cultural, de Michel Foucault (principalmente seus estudos sobre o sistema prisional), autoritarismo estatal e societário (Ciência Política), teoria da dissuasão, concepção do Estado Moderno em Weber.

B) Anomia e retrocesso civilizatório na esfera social, onde a violência transforma-se em mediadora das relações

Certos autores brasileiros salientaram a disseminação da violência na própria lógica dos microcosmos sociais, dentro de um raciocínio próximo ao de Giddens (1996) e de Wiewiorka (1997 e 1999):

No microcosmo - espaço do cotidiano -, produzem-se relações de dominação particulares geradoras de violência [...] A prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações de vários tipos - classe, gênero, etnia, etária, por categoria social, ou a violência simbólica - que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 23)

Pinheiro (1997) acrescenta que no meio pobre a violência torna-se mediadora das relações sociais, enquanto que para Soares, L. (1996, p. 166) “[...] entre nós, a violência tem se constituído na linguagem com que se tece a rede intersubjetiva, em cuja trama a realidade comum ganha significação para os agentes sociais.”

Outra referência trata da emergência da sociabilidade violenta, especialmente quanto à criminalidade organizada. (MACHADO DA SILVA, 1999; MISSE, 1998). Alba Zaluar (2004, p. 162) refere a “[...] reciprocidade violenta e da vingança privada [do tráfico de drogas], devido à ausência de uma instância jurídica na resolução dos conflitos internos”, bem como o desmantelamento das teias de sociabilidade no es-

paço privado e de civilidade no público. Tavares dos Santos e Tirelli (1999) falam de uma “conflitualidade violenta em curso na sociedade brasileira” perpetrada pelas organizações criminosas entre si e destas para com a polícia. Já Gilberto Velho (1987) menciona a crise de reciprocidade nas relações do sistema hierárquico-individualista, enquanto que o sistema tradicional convivía com canais que garantiam às pessoas condições mínimas de subsistência e conferiam legitimidade à dominação.

Por sua vez, Sérgio Adorno (1999), em conferência ministrada no Congresso Brasileiro de Sociologia, argumentou que as normas reguladoras do comportamento dos indivíduos perderam sua validade, provocando a erosão da lei e da ordem. Além disso, houve um esfacelamento da solidariedade e um esgotamento das relações com as instituições. Ao lado desta explicação próxima à anomia durkheimiana, tem-se o trabalho de Cardia (1999), que, analisando *survey* acerca das atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras, identificou uma distância entre aquilo que os jovens valorizam e as suas realizações, geradora de frustração e violência, o que faz lembrar a teoria do estresse mertoniano.

Por fim, Michel Misse (1998) refere uma ruptura da normalização, ao afirmar que o final da cadeia causal da violência (após considerar pobreza, privação relativa, transformações familiares, associação diferencial, problemas de socialização, impunidade) seria:

[...] uma ruptura do tecido social, da civilidade, da normalização, do autocontrole moral de grande parte dos brasileiros [...] há uma crise na normalização, há uma crise no assujeitamento e que é preciso pensar menos na capacidade do Estado de controlar esta crise e pensar mais nas razões que levam cada vez mais pessoas a perderem parte (ou a não terem mais) o autocontrole²⁴ que levou quase três séculos para lhes ser imposto. (MISSE, 1998, p. 20).

Nesta mesma linha, Zaluar (1999a, 2004) introduz o termo “retrocesso civilizatório” que significa a não conclusão do processo civilizador, o qual, para Norbert Elias, abrangia a sociedade domesticada através da internalização dos interditos e o envolvimento dos indivíduos em redes de trocas cada vez mais complexas. Para aquela autora, nos bairros pobres os laços segmentais (familiares ou locais) são fortes, característica grupal que diminui o controle sobre as emoções e o uso da violência física, pois “[...] o processo civilizador foi interrompido e involuiu, provocando a ex-

²⁴ Neste aspecto, Misse cita Gottfredson e Hirschi (1990), autores que identificaram uma associação entre a opção criminal e o baixo autocontrole dos indivíduos.

plosão da violência intraclasse e intra-segmento que não se pode explicar pelo econômico apenas." (ZALUAR, 2004, p. 194 e 195).

Neste tópico identificam-se pistas explicativas próximas das seguintes teorias: banalização da violência (COSTA, 1997; GIDDENS, 1996; TAVARES DOS SANTOS, 1993; WIEVIORKA, 1997, 1999), dominação weberiana, anomia durkheimiana, estresse mertoniano, teorias do controle (em suas dimensões interna - do autocontrole - e externa - dos vínculos com as instituições sociais).

C) A urbanização e seus efeitos deletérios

A violência nos estados parece ter, a julgar pelas estatísticas, um cenário urbano [...]. A violência urbana é, sobretudo metropolitana. (ZALUAR, 2004, p. 26).

A busca de explicações para a associação entre a urbanização e seus indicadores correlatos e a criminalidade (principalmente a patrimonial) intensificou-se na medida em que esta correlação foi aparecendo nos resultados de várias pesquisas, por exemplo:

- Utilizando dados de mortalidade por homicídio de 1985 a 1995, Mendonça (2000) desenvolveu um estudo de painel em que o determinante principal foi a taxa de urbanização, seguido pela desigualdade de renda, renda familiar e desemprego.
- Entre os municípios mineiros foi verificada forte correlação dos crimes contra o patrimônio com variáveis demográficas (densidade e urbanização), indicadores de desenvolvimento (IDH, número médio de anos de estudo) e incidência de drogas (BEATO FILHO et al., 1998). Estes crimes também prevaleceram nas áreas centrais de Belo Horizonte (BEATO FILHO; REIS, 2000).
- A criminalidade contra o patrimônio foi mais freqüente em municípios gaúchos com urbanização, densidade populacional e taxa de crescimento elevadas (TAVARES DOS SANTOS; MARINO, 1998). Outro estudo revelou que os furtos e roubos concentram-se em municípios populosos, altamente urbanizados e com grande número de famílias chefiadas por mulher (GRIZA et al., 1999a, b). Resultados de outra pesquisa, reunidos na tabela a seguir, demonstram a prevalência da criminalidade em cidades altamente urbanizadas.

Tabela 01 – Distribuição das taxas médias de crimes de acordo com o nível de urbanização – 1992 e 1998

Taxas médias de crimes por 100.000 habitantes de 1992 e 1998	Média do RS	Nível de urbanização			Razão entre a respectiva taxa e a média estadual		
		Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
Homicídios	14,5	17,3	13,6	12,7	1,2	0,9	0,9
Lesões corporais	409,3	550,4	397,1	280,9	1,3	1,0	0,7
Roubos	78,1	172,8	39,1	23,5	2,2	0,5	0,3
Furtos	971	1.411,6	894,3	609,1	1,5	0,9	0,6
<i>Total de municípios</i>	263	87	89	87	87	89	87

Fonte: Marino e outros (2002a, p. 26).

Nota: Níveis de urbanização: alto = acima de 0,63; médio = entre 0,39 e 0,63; baixo = inferior a 0,39.

Nesta tabela verifica-se que, nos municípios altamente urbanizados, todas as taxas criminais superaram as médias estaduais, especialmente a de roubos, duas vezes maior. Nos demais níveis, as taxas de quase todos os delitos (com exceção das lesões corporais nas cidades de urbanização média) foram inferiores às estaduais.

- Pesquisas sobre homicídios em nível interestadual (CANO; SANTOS, 2001) e intermunicipal (CANO; SANTOS, 2001; TIRELLI et al., 1999) indicaram a sua prevalência em espaços altamente urbanizados.

Considerando a urbanização como a dimensão de maior impacto sobre o comportamento das taxas de homicídios interestaduais e intermunicipais, Cano (2002) enfatiza que no Brasil a sua consolidação deu-se de forma acelerada e desordenada, produzindo uma infra-estrutura deficiente e alimentadora da desigualdade:

[...] a urbanização acelerada e desordenada do Brasil a partir de 1950 conformou grandes periferias metropolitanas, com equipamentos urbanos insuficientes, que atraíram uma migração jovem de baixa renda e com sérios problemas de inserção social. Essas metrópoles caracterizadas por uma desigualdade profunda constituem, como em toda a América Latina, o melhor caldo de cultura para a violência criminal. (CANO, 2002, p. 14).

Dentro deste mesmo raciocínio, Nancy Cardia ressalta que os bairros com infra-estrutura precária foram surgindo de forma espontânea, sem a participação do Estado, configurando contextos de:

[...] desorganização social - entendida como pouca participação em atividades coletivas, pouca filiação a igrejas, muita mobilidade de moradores, desemprego, grande densidade populacional - ou seja, nos centros urbanos. (CARDIA, 1999, p. 139).

Neste contexto, Cano e Santos enfatizam que a associação da urbanização com homicídios vincula-se ao enfraquecimento do controle social (principalmente o infor-

mal) nos ambientes urbanos: "[...] o anonimato urbano diminui o controle social e aumenta a impunidade." (CANO; SANTOS, 2001, p. 84). Esta regulação, segundo os autores, seria mais forte nas áreas rurais e pequenas comunidades, onde as pessoas se conhecem e o desvio é imediatamente detectado e estigmatizado.

Outras explicações relacionadas com a urbanização são apresentadas por Marino e outros (2002b, p. 6):

Quanto à urbanização é sabido que a impessoalidade (falta de laços sociais sólidos), a forma da pobreza (diferente da pobreza no campo), pressões financeiras, e a erosão dos valores tradicionais (anomia), somadas à possibilidade de contatos para delinquir, determinam um acréscimo no crime contra o patrimônio, e um decréscimo relativo dos crimes de honra.

Por sua vez, Alba Zaluar (2004) assinala que não se trata de qualquer urbanização, pois a cidade de Curitiba, apesar do grande afluxo de imigrantes, detém as taxas de homicídios mais baixas do País, denotando um processo mais organizado e planejado.

Os argumentos dos autores supracitados originam-se, implícita ou explicitamente, das teorias: da Ecologia Humana (conceito de “desorganização social”), do controle social, da anomia durkheimiana, do estresse mertoniano e das atividades rotineiras.

D) A controvérsia em torno dos fatores econômicos

Uma das questões mais debatidas na produção sociológica brasileira sobre o crime e a violência refere-se à discutível associação entre criminalidade e pobreza. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, vários autores (dentre eles: ADORNO; BORDINI, 1989; ZALUAR, 1994a, b; CAMPOS COELHO, 1980, 1988; PAIXÃO, 1983, 1988) criticaram a tendência de relacionar a delinquência²⁵ com o desemprego, a exclusão social e a privação de bens e serviços públicos (estes seriam consequências inevitáveis da dominação capitalista e, mais recentemente, dos processos de globalização). Segundo eles, este enfoque terminou por criminalizar antecipadamente os pobres, não explicando, por exemplo, as ações diferenciadas frente à violência dentro de uma mesma classe social, além de não considerarem a participação dos órgãos de segurança pública na produção da criminalidade, inclusive por sua ineficácia. São ilustrativos desta vertente os seguintes argumentos: a) criminalidade

²⁵ Adota-se aqui o conceito sociológico de delinquência, que se refere a um conjunto de infrações cometidas por indivíduo ou grupo, que, quando recorrentes, configuram uma estrutura ou trajetória. Ele se diferencia, assim, do ato isolado ou único. Ver discussão a este respeito no capítulo 6.

e pobreza são problemas sociais autônomos (CAMPOS COELHO, 1980, p. 65), b) os valores da delinquência não são distribuídos por toda a sociedade e poucos jovens pobres enveredam pela carreira criminosa (ZALUAR, 1999a)²⁶.

Para Zaluar (1999a), muitos cientistas brasileiros de formação marxista criticaram a explicação de sociólogos americanos de inspiração liberal de que:

[...] os pobres cometem crimes porque, com o *status* de trabalho não qualificado e a conseqüente baixa renda, jamais obteriam, nos padrões socialmente valorizados, o poder e a alta renda provenientes do vício organizado, da fraude e do crime. (ZALUAR, 1999a, p. 64).

Também Beato Filho e Reis (2000) criticam o que chamam de “estudos convencionais” centrados nas características sociais dos criminosos e os enfoques sobre os grupos destituídos, que revelam uma espécie de profecia autocumprida que criminaliza antecipadamente os pobres.

Todavia, a determinação econômica ainda permanece como pano de fundo para muitos autores (até entre os seus críticos²⁷), traduzida em conceitos como pobreza, privação relativa, desigualdade, exclusão social, uma vez que: “Não basta, pois, remeter a violência às determinações econômicas ou políticas, embora seguramente elas permaneçam atuando como causas eficientes”. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 23). Kant de Lima e outros (2000) mencionam a inserção dos estudos sobre criminalidade na dimensão mais abrangente da violência contida nas enormes desigualdades sociais e na pobreza urbana.

Para Adorno (1997), a violência urbana não decorre simplesmente da pobreza, mas da desigualdade e da concentração de renda; bem como da crise fiscal do Estado, que não garante padrões mínimos de sociabilidade e reduz as políticas sociais e de segurança. Assim, conforme este autor, a questão-chave ultrapassa a pobreza econômica, referindo-se à carência de padrões mínimos de sociabilidade e à inadequada infra-estrutura de serviços.

²⁶ Como contrapartida, Zaluar (1999a) refere a distinção entre “trabalhador” e “bandido” e um dilema de disposições – para matar ou para trabalhar - existentes nas favelas e bairros pobres: “[...] jovens pobres atraídos pelas quadrilhas de traficantes que constituíam uma pequena minoria nas suas vizinhanças e que teriam uma característica pessoal e interna: a ‘disposição para matar’.” (ZALUAR, 1999a, p. 67). Entretanto, o desemprego ascendente enfraqueceu a identidade positiva de trabalhador da população pobre, ao diluir as suas bases materiais e sociais (FAUSTO NETO, 1995).

²⁷ Zaluar reconhece que a criminalidade representa uma opção de vida entre os pobres: “A mera existência de opções informais do mercado ilegal de drogas e demais crimes contra a pessoa e contra o patrimônio minou a visão da profissionalização e da educação como saídas da pobreza.” (ZALUAR, 2004, p. 70).

A desigualdade, a pobreza e a exclusão social, resultantes das políticas neoliberais, seriam, para Pinheiro (1997, p. 44), propulsores da violência urbana. Em sua visão, ainda, o “[...] alto índice de vítimas jovens e de seu envolvimento com o crime revela um elo claro entre pobreza e violência”, esta se tornando o canal mais rápido e fácil de mobilidade social para a juventude pobre. (PINHEIRO, 1997, p. 46).

Referindo a insuficiência das explicações acerca do crescimento da violência no Brasil desde a transição democrática, Cardia (1998) comenta que a maior violência ocorre em áreas com pouca infra-estrutura: “[...] ruas sem asfalto, sem iluminação pública, de difícil acesso a veículos - como carros de polícia, coletores de lixo, ambulância, correios, gás, serviços de entrega em geral - e transporte público deficiente.” (CARDIA, 1998, p. 136). Nelas existiriam, ainda, poucas escolas públicas e espaços coletivos, todos de baixa qualidade.

Gilberto Velho propõe uma associação não linear entre violência, pobreza, miséria e desigualdade:

Pobreza, miséria e desigualdade não explicam a violência, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento de violências dos mais diferentes tipos. O Brasil é um país de desenvolvimento desequilibrado, de grandes desigualdades entre os grupos sociais. Não existem as garantias mínimas de sobrevivência para a maior parte da população, que está longe de ter seus problemas de alimentação, habitação, terra, saúde e educação satisfeitos. Mas tudo isso não justifica simples e linearmente a questão da violência. Ela não é desencadeada necessariamente pelas pessoas pobres, miseráveis, mas por grupos que ocupam posições diferentes na hierarquia social. (VELHO, 1987, p. 3)

[...] uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de esta estar acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. Ou seja, a pobreza tomada isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos. (VELHO; ALVITO, 1996, p. 15)

Por sua vez, Cano e Santos (2001) sugerem o foco na vítima, afirmando que a renda age como fator de proteção contra a violência letal, que é prevalente em bairros pobres.

Além disso, indicadores econômicos geralmente associados com os de urbanização aparecem em vários estudos a respeito dos homicídios e dos crimes violentos:

Uma comparação das taxas de homicídios entre países, com base em dados da Organização Mundial da Saúde, mostra que renda e desigualdade parecem ter realmente um impacto moderado. Os pa-

íses mais pobres e mais desiguais tendem a apresentar taxas de homicídio mais altas do que os países mais ricos e mais igualitários. (CANO; SANTOS, 2001, p. 82).

- Em um dos primeiros trabalhos quantitativos sobre a temática (análise em *cross-section* para a Região Metropolitana de São Paulo com dados de 1970 a 1984), Pezzin (1986) identificou uma correlação positiva entre urbanização, pobreza, desemprego e crimes contra o patrimônio e nenhuma relação com os crimes contra a pessoa.
- Andrade e Lisboa (2000b), analisando as probabilidades de vitimização por idade em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro entre 1991 e 2000, encontraram uma relação estatisticamente negativa entre homicídios, salário real (para jovens entre 15 e 19 anos) e desemprego e positiva com a desigualdade (para faixas etárias inferiores a 20 anos).
- Cerqueira e Lobão (2003, p. 255), estudando os homicídios das décadas de 70 e 80 nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, concluíram que eles são determinados pela desigualdade, renda esperada no mercado legal, densidade populacional, poder de polícia e valor da punição.
- Em quatro Estados brasileiros, aumentos da desigualdade de renda fizeram crescer as taxas de homicídios, enquanto que maiores despesas com a segurança diminuíram-nas. Em três deles (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo) o aumento da renda diminuiu as mortes. (SOARES, G., [s/d]).
- Correlacionando dados criminais de 2000 com o IDH dos Estados Brasileiros, Kahn (2002) concluiu que a criminalidade contra o patrimônio é relativamente mais incidente nas unidades federativas com maiores índices de desenvolvimento humano, renda *per capita* e participação no PIB nacional e menor taxa de analfabetismo e de mortalidade infantil. Esta relação também foi constatada nas áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife), ou seja, municípios com alta criminalidade são mais prósperos e apresentam melhor qualidade de vida do que os de média e baixa criminalidade. (KAHN, 2002, p. 66)
- No interior de quatro capitais brasileiras - São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba – os homicídios prevalecem nos bairros mais pobres, com baixo nível de satisfação de necessidades e com população menos instruída. (CEDEC, 1996 a, b; CEDEC, 1997a, b; CANO, 1997; CANO; SANTOS, 2001). Pesquisando a criminalidade da capital paulista, Izumino e Neme (2002) também constataram que

os homicídios concentram-se em áreas periféricas enquanto que os crimes contra o patrimônio são mais incidentes nas áreas centrais, onde há maior concentração e circulação de riquezas.

- No Distrito Federal, Gláucio Soares ([s/d]) identificou uma relação entre subdesenvolvimento social e taxas de homicídio. Em comparação com áreas nobres e de classe média, as favelas apresentam muitas condições facilitadoras e poucas dissuasórias da violência letal. Por outro lado, as correlações entre os homicídios e o coeficiente de GINI foram baixas.
- Entre municípios gaúchos, os homicídios associaram-se com a evasão do 1º grau, famílias chefiadas por mulher e média de pessoas por família. Os furtos, os roubos e os estelionatos relacionaram-se com o “desemprego disfarçado” (atividades econômicas não codificadas ou a categoria “sem ocupação” do Censo Demográfico de 1991) em municípios altamente urbanizados. As lesões corporais vincularam-se às famílias chefiadas por mulher, especialmente por se tratar de crimes ocorridos, freqüentemente, na esfera doméstica. (MARINO et al., 2002a). Outro trabalho, utilizando o método estatístico “Análise de trajetórias” (MARINO et al., 2002b), demonstrou que os homicídios correlacionaram-se com a taxa de famílias chefiadas por mulher, e negativamente com indicadores de instrução formal e de configuração demográfica moderna, embora não tenham coligado com pobreza e desenvolvimento econômico. Por outro lado, os roubos prevaleceram em municípios ricos (proporção de altas rendas) e com alta incidência de famílias chefiadas por mulher; contudo, tiveram relação negativa com a pobreza e a indigência. Para o coordenador destas pesquisas, talvez o desenvolvimento econômico, além do desemprego, esteja produzindo concentração de riqueza e desigualdade social nestas cidades.
- Griza e outras (1999a, b) concluíram os crimes contra a pessoa (homicídios e lesões corporais) concentram-se em cidades gaúchas com elevadas deterioração da qualidade de vida, desigualdade social (alto índice de GINI), evasão do 2º grau e densidade por dormitório.
- Em Porto Alegre, a criminalidade violenta prevaleceu nas regiões do Orçamento Participativo de urbanização recente e precária e que contam com menor provimento de recursos públicos (TAVARES DOS SANTOS; RUSSO, 2003).

Percebe-se, dentre os resultados dos vários estudos supramencionados, que os homicídios e os crimes patrimoniais relacionam-se com fatores econômicos distintos

que variam de acordo com o nível de agregação das unidades de análise. Quanto aos primeiros, variáveis como a pobreza, a desigualdade e a exclusão atuam mais no interior de cidades, especialmente as metropolitanas. Já os crimes patrimoniais prevalecem em áreas de renda alta e economicamente desenvolvidas, nos mais distintos âmbitos territoriais (bairros, municípios, regiões, estados, países).

Conforme Beato Filho e Reis (2000), explicações para a alta incidência de crimes letais nos bairros pobres de Belo Horizonte seriam fornecidas pela teoria da “desagregação” social (ecologia humana da Escola de Chicago) e pelo enfraquecimento dos laços tradicionais de controle (teorias de controle). Além destas, citam-se como pistas explicativas da determinação econômica dos delitos violentos: a anomia durkheimiana, o estresse mertoniano, a privação relativa, a corrente das atividades rotineiras.

E) O surgimento do “crime negócio”

Dentre os cientistas sociais brasileiros, Alba Zaluar é, reconhecidamente, a que possui a mais extensa e rica produção sobre a criminalidade organizada no País, especialmente sobre o tráfico de entorpecentes. Suas pesquisas, de orientação qualitativa, centram-se no Estado do Rio de Janeiro e em sua capital, embora suas conclusões também possam ser aplicadas a outros contextos nacionais. Sua primeira obra dentro deste tema – *A máquina e a revolta* (1985) -, versa sobre o tráfico de entorpecentes e a sua relação com os moradores da favela da Cidade de Deus, que se tornou famosa com a veiculação recente de filme de mesmo título. Ulteriormente, no capítulo que tratará da variável independente “presença do crime organizado”, detalharemos as principais contribuições da autora além de outros estudos sobre a temática.

Zaluar, revisando 25 anos de produção acadêmica sobre o crime e a violência nas Ciências Sociais (1999a), comenta o pouco interesse demonstrado por estudiosos brasileiros, *vis a vis* a grande amplitude e gravidade atingidas pelo crime organizado contemporaneamente. O “crime negócio” transcendeu as fronteiras nacionais, tornando-se:

[...] mais extenso e reticular no território nacional nas ações e intercâmbios realizados em torno do contrabando de armas e de drogas, assim como nas redes de escambo entre mercadorias roubadas e o tráfico de drogas ilegais, crime este baseado na lógica da acumula-

ção capitalista e no qual as corporações policiais estariam profundamente envolvidas. (ZALUAR, 1999a, p. 63)²⁸

Outros trabalhos empíricos latino-americanos demonstraram a vinculação do tráfico de entorpecentes com outros crimes. Por exemplo, Beato Filho e Reis (2000) e Zaluar (1999b), analisando os homicídios ocorridos nas cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, respectivamente, demonstraram a sua concentração nas favelas e bairros pobres, devido à maciça presença do tráfico de drogas (por exemplo, mortes motivadas por dívidas geradas pelo consumo, disputas de pontos de venda, desacertos entre membros de quadrilhas).

Na Colômbia, Eastman (1998) percebeu uma correlação entre a curva ascendente dos homicídios e o auge do narcotráfico, estimando que 30% destes delitos seriam dele resultantes. “O narcotráfico, como forma criminosa de conseguir enriquecimento, alimenta-se de outras atividades violentas, como a intimidação e a prepotência das armas”. (EASTMAN, 1998, p. 75). Ou seja, o tráfico de entorpecentes engendra várias outras infrações penais, organizadas ou não.

F) Os homens jovens como agressores e vítimas da criminalidade violenta

Vários resultados de pesquisas produzidas no Brasil demonstraram que os jovens de sexo masculino, principalmente pobres, são tanto as principais vítimas quanto os autores das mortes violentas: “No Brasil, o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total das mortes verificadas na faixa etária de 5 a 39 anos.” (ZALUAR, 2002, p. 39)

Andrade e Lisboa (2000a) identificaram que o homicídio foi a principal causa de mortalidade da população masculina de 15 a 24 anos em 1995 nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, bem como nos Estados Unidos (em 1996). O “Mapa da violência II” elaborado pela UNESCO mostra que, no Brasil, as taxas de mortalidade por homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos têm crescido mais do que os índices gerais. (WAISELFISZ, 1998).

Analisando informações em nível nacional dos últimos 25 anos, Pochmann (2002) refere o aumento da participação da faixa etária de 15 a 24 anos no total de mortes por homicídios no País, atingindo 28,7% em 1997 e 37,3% em 2000. Tal elevação é mais pronunciada na Região Sudeste, onde a taxa de mortalidade elevou-se

²⁸ A força adquirida pelo crime organizado no Brasil também é enfatizada por Misse (1998) e Machado da Silva (1999).

de 24,6 em 1980, para 74,2 por 100.000 jovens em 1999. No Rio Grande do Sul, 58% das mortes por homicídios entre 1995 e 1999 concentraram-se no intervalo dos 20 aos 39 anos de idade. (SCHABBACH; GRIZA, 2002)

Na seqüência, expõem-se algumas hipóteses interpretativas defendidas por autores brasileiros para essa combinação entre violência e homens jovens.

Para Ignacio Cano, a explicação para o protagonismo dos jovens inclui tanto aspectos hormonais ou psicológicos quanto sociais:

A juventude é a fase da vida adulta em que o desejo de consumo é maior e a renda, menor. Do ponto de vista psicológico, os jovens são as pessoas que assumem maiores riscos no seu comportamento. Outros estudos falam da necessidade dos jovens de emoções intensas, de 'adrenalina', que pode ser obtida em atividades lícitas ou ilícitas. (CANO, 2002, p. 14)

Esta argumentação também aparece em Cardia (1999), quando identificou que os jovens de 16 a 24 anos, em comparação com os entrevistados mais velhos, rejeitam menos o uso da força para reparar danos e ofensas, bem como legitimam certas formas defensivas de agressão física. A menor incidência desta atitude na fase adulta é explicada “[...] pelo fato que o processo de amadurecer implica também no desenvolvimento de um maior autocontrole em relação a impulsos agressivos.” (CARDIA, 1999, p. 55)

Por fim, Gláucio Soares ([2004?]) sustenta que a associação entre juventude e crime é válida para muitos países e épocas diferentes e foge de uma explicação propriamente sociológica:

[...] o que levou Hirschi e Gottfredson (1983 apud Soares, G., [2004?], p. 8)²⁹ a afirmar que não existe teoria sociológica adequada do homicídio e do crime; isso se deveria a que nenhuma teoria sociológica consegue explicar satisfatoriamente a universalidade de existência dessa relação nem as variações que a forma dessa relação têm assumido no tempo e no espaço. (SOARES, G., [2004?], p. 8)

São teorias afins a esse padrão argumentativo: psicologia e sociologia da adolescência, estresse mertoniano, teorias de controle social, abordagens sobre a “curva etária do crime”, independência dos fatores demográficos. (THORNBERRY, 1987; MATSUEDA; HEIMER, 1997).

²⁹ HIRSCHI, Travis; GOTTFREDSON, Michael. Age and the explanation of crime. **American Journal of Sociology**, v. 80, 1983. p. 552-584 apud SOARES, G. ([2004?]), p. 8.

G) O aumento das oportunidades para a ação criminosa

Beato Filho e Reis (2000), acima citados, avaliando resultados de pesquisas realizadas em Minas Gerais, identificaram uma alta correlação entre desenvolvimento econômico e crimes contra o patrimônio, bem como sua concentração nas áreas centrais da capital mineira. Para interpretá-los, os autores recorreram à teoria das “oportunidades criminais” de Cohen e Felson (aqui denominada “atividades rotineiras”), concluindo que nos espaços com grande incidência de crimes patrimoniais há uma maior disponibilidade de alvos para a ação criminosa, a ausência de mecanismos de vigilância e um maior número de agressores motivados.

O desenvolvimento social e econômico, ao contrário do que se imagina, pode se constituir num contexto mais propício ao crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crimes contra o patrimônio. Esta não é uma idéia nova, se considerarmos a literatura clássica sobre o tema (DURKHEIM, 1978³⁰), mas certamente é, se considerarmos as explicações na produção latino-americana sobre o crescimento das taxas de criminalidade. (BEATO FILHO; REIS, 2000, p. 402)

Uma maior disponibilidade de alvos e de oportunidades também foi citada por Marino e outros (2002a) como explicação da forte correlação entre riqueza (taxa de rendimentos altos) e roubos no Rio Grande do Sul, e por Kahn (2002) ao interpretar a associação positiva entre taxas de crimes e indicadores de crescimento econômico e de qualidade de vida de Estados Brasileiros e de alguns municípios metropolitanos: “Em outras palavras, a oportunidade para o cometimento de crimes é tão menor quanto a renda média é menor”. (KAHN, 2002, p. 64)

Nos próximos capítulos analisam-se as variáveis dependentes e independentes (reunidas em conjuntos de indicadores) que integram o modelo analítico da pesquisa. Os tópicos incluem uma discussão das principais teorias que fundamentam a potência causal de cada grupo de variáveis, bem como o exame de suas séries históricas distribuídas nas três regiões socioculturais - Colônia Velha, Fronteira e Região Metropolitana de Porto Alegre -, e no conjunto do Estado. Nesta análise descritiva, verificar-se-á como a criminalidade violenta e seus prováveis preditores comportaram-se ao longo de um período de 12 anos, nos âmbitos inter-regional e estadual.

³⁰ DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Ed. Presença, 1978 apud BEATO FILHO; REIS, 2000, p. 402.

3 A CRIMINALIDADE VIOLENTA NO ESTADO E EM TRÊS DE SUAS REGIÕES SOCIOCULTURAIS

Em face das múltiplas definições de violência (agressividade, violência simbólica, negação de direitos, conflitos políticos, etc.), neste trabalho utilizamos a sua versão *stricto sensu*, qual seja, a extrapolação da força (física ou através de instrumentos) que causa dano à (s) vítima (s) que se materializa como ato ou ameaça em uma interação social. A fim de operacionalizá-la, tomaram-se alguns crimes violentos previstos no Código Penal Brasileiro.

No Brasil, cada pesquisador escolhe certas modalidades como típicas de crimes violentos. Enquanto isso, nos Estados Unidos existe maior padronização, por exemplo, o Relatório Anual *Uniform Crime Report* (UCR) define como crimes violentos o homicídio, o roubo, o estupro e a lesão corporal grave. Embora nem todos estes crimes sejam classificados juridicamente como sendo contra a pessoa, eles provocam algum tipo de dano (ou a ameaça de) à integridade física da vítima.

Nossa estratégia metodológica envolveu práticas criminais violentas intencionais (dolosas) e consumadas, expressas nos registros de óbitos por homicídio do Ministério da Saúde e nas ocorrências policiais de ameaças, lesões corporais e roubos. Os números absolutos de delitos foram transformados em taxas por 100.000 habitantes, que é o procedimento usual utilizado nas pesquisas nacionais e internacionais sobre criminalidade. Ele torna os valores comparáveis, na medida em que a variabilidade dos crimes é ponderada pela da população.

Muitos estudiosos do crime e da violência do Brasil (dentre eles: CANO; SANTOS, 2001; BEATO, 1998) e de outros países (CAMACHO; GÚZMAN, 1997), ressaltam a necessidade de se tratar os crimes de forma desagregada, diferenciando-os em seus diferentes tipos e abandonando, desta forma, a construção de índices ou taxas compostas que reúnem fatos sociais distintos. Para os sociólogos colombianos Camacho e Gúzman (1997), cada ato criminal e suas circunstâncias configuram um “cenário social” do crime, uma vez que:

[...] não parece adequado procurar as mesmas raízes para fenômenos tão díspares, como o homicídio ocasional produzido por uma briga ou por um ‘ajuste de contas’ e a confrontação política armada ou a ação de gangues organizadas de seqüestradores. (CAMACHO; GÚZMAN, 1997, p. 25)

A noção de “cenário social” privilegia a relação entre os atores envolvidos no ato criminal (quer se tratem de classes, grupos sociais ou outros segmentos da popula-

ção, estes tendo sempre certo grau de consciência e de intencionalidade), contemplando as circunstâncias de sua ocorrência:

Isso significa que as análises das situações empíricas têm que partir da elucidação das partes enfrentadas, dos temas de confrontação, dos interesses em jogo, das perspectivas e possibilidades de soluções alternativas à eliminação de algumas das partes e das conseqüências para a estrutura social na qual se gestam. (CAMACHO; GÚZMAN, 1997, p. 28-29)³¹.

Com base na noção de cenário social do crime, elaborou-se a seguinte tipologia, que abrange o grau de organização e o nível de interação social entre as partes:

Parâmetros de classificação	Características	Combinações
Grau de organização	Organizados	- Não organizados entre conhecidos – Cenário 1
	Não organizados	- Não organizados entre desconhecidos (difusos) - Cenário 2
Nível de interação social	Entre conhecidos	- Organizados entre conhecidos (não pesquisado)
	Entre desconhecidos	- Organizados entre desconhecidos ou sem vítimas - Cenário 3

Quadro 01 - Parâmetros de classificação dos cenários sociais de crimes violentos³²

Fonte: Elaboração pela autora.

Através desta classificação considerou-se, por um lado, os padrões de interação social subjacentes aos crimes violentos, que incluem: a) pessoas conhecidas (parentes ou vizinhos), que conflitam geralmente em local privado ou no meio de convivência; b) estranhos que não têm relação social, envolvidos em fatos ocorridos aleatoriamente em espaços públicos. (MARINO et al., 2002b).

Por outro lado, a noção de cenário social do crime também se refere ao grau de organização dos agressores, tendo-se, assim, dois tipos delitivos: os crimes organizados e os não organizados. O primeiro tipo engloba tanto organização em pequena escala (quando o grupo tem um número reduzido de indivíduos que agem em bloco, com grau primário e esporádico de organização e liderança informal, as infrações sendo eventuais e se restringindo a uma determinada área geográfica), quanto em grande escala (quando o crime é cometido de forma sistemática e especializada, por um grupo maior de indivíduos hierarquicamente organizados e de longa duração, em busca de objetivos essencialmente financeiros e atuando dispersamente em âmbito

³¹ Idéia semelhante à noção de cenário aparece em Misse (1995), quando defende uma perspectiva relativista que, além de evitar a associação linear e unívoca entre criminalidade e privação econômica e social, “[...] recusa reificar o crime ou a violência urbana, retirando-os da teia de inter-relações sociais complexas que constituem o espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras, construídas sobre uma miséria industrial e moderna sem paralelo na história.” (MISSE, 1995, p. 86)

³² Esta tipologia foi construída exclusivamente para atender aos propósitos desta pesquisa.

regional, nacional ou internacional, por vezes com ramificações legais). (MARINO et al., 2002b).

Por sua vez, o crime não organizado, quando não envolve pessoas conhecidas, pode ser chamado de difuso ou ordinário³³. A esta modalidade aplicam-se as seguintes características citadas por Gomez Buendia (1989): 1) é uma conduta desviante sistemática, 2) é predatório e provoca dano a indivíduos concretos, 3) independe dos atributos pessoais do agressor como raça, classe ou ocupação, 4) busca a vantagem ou a satisfação privada do agressor, e 5) é um crime cometido entre estranhos, em espaços públicos e de forma aleatória.

Operacionalizando-se a tipologia dos cenários sociais do crime acima apresentada, construíram-se, além dos delitos isolados, dois indicadores compostos para os anos de 2001 e 2004: Cenário 1 - não organizados entre conhecidos e Cenário 2 - não organizados entre desconhecidos (difusos). O primeiro foi obtido através da soma das ocorrências policiais de ameaças³⁴ e de lesões corporais leves³⁵ e o segundo reuniu modalidades difusas de roubos³⁶, sem atribuir-se pesos diferenciados aos componentes das taxas. Salienta-se que todos os delitos integrantes desses cenários são violentos, embora nem sempre impliquem a concretização do uso da força (por exemplo, nas ameaças)³⁷.

³³ Segundo Marino e outros (2002b, p. 5), os crimes ordinários de rua ou difusos possuem dois significados: a) não são organizados (“eventual, aleatório e sem qualquer organização social”), b) sem relação social (“não existe relação social, no sentido weberiano, entre agressor e vítima; existe apenas, por parte do agressor, o interesse no resultado de sua ação”).

³⁴ Ameaça é o crime previsto no artigo 147 do Código Penal Brasileiro, que se refere a: ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Pena: Detenção de 1 a 6 meses ou multa. Vide: BRASIL, 1996.

³⁵ Lesão corporal de natureza leve é a ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem que pode comprometer as ocupações habituais da vítima até 30 dias, sujeita à pena de detenção de 3 meses a 1 ano. Vide: BRASIL, 1996.

³⁶ As seguintes modalidades difusas de roubos foram somadas para a elaboração do cenário 2: a estabelecimento comercial (minimercado e armazém), a estabelecimento de ensino, a motorista de táxi, a passageiro de transporte coletivo e lotação, a pedestre, a pedestre escolar, a transporte coletivo, e de telefone celular.

³⁷ Elaborou-se também a taxa do cenário 3 – crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas (no caso do tráfico de drogas) -, que integra o conjunto de variáveis independentes “presença do crime organizado”. Ela reúne ocorrências policiais de tráfico de entorpecentes, extorsão mediante seqüestro e modalidades organizadas de roubos de 2001 e 2004, e é examinada descritivamente no capítulo 7.

Antes de se analisar descritivamente a variação das taxas criminais, serão comentadas características dos contextos de ocorrência dos delitos: as três regiões socioculturais e o conjunto do Estado.

3.1 A espacialização do Rio Grande do Sul em regiões socioculturais

Para a realização deste estudo, dividiu-se o Estado nas seguintes sete regiões socioculturais, valendo-se de critérios como: proximidade geográfica dos municípios, características socioeconômicas, culturais e de ocupação histórica do espaço.

- Campos do Nordeste
- Centro-sul e Litoral Lagunar
- Colônia Nova
- Colônia Velha
- Fronteira
- Litoral Norte
- Região Metropolitana de Porto Alegre

Esta regionalização foi utilizada inicialmente em pesquisa anterior sobre os cenários sociais do crime e sua etiologia no Rio Grande do Sul (MARINO et al., 2002b). No presente trabalho foram feitas algumas modificações referentes à inclusão de novos municípios e à troca das regiões de certas cidades.

Como universo da pesquisa, selecionaram-se as regiões da Colônia Velha, Fronteira e Metropolitana de Porto Alegre³⁸, que representam áreas muito distintas entre si e ocupam lugar de destaque no cenário estadual. Elas pertencem às seguintes divisões territoriais do IBGE e COREDES³⁹:

³⁸ Inicialmente pretendia-se investigar um conjunto de municípios (cerca de 60) que incluísse todas as sete regiões, que foi reduzido a fim de se garantir a exeqüibilidade da pesquisa.

³⁹ Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados em 1994 pelo Governo Estadual.

Pesquisa	Macrorregiões	Mesorregiões IBGE	Microrregiões IBGE	COREDES Predominantes
Colônia Velha	Metade Norte	Centro Oriental Nordeste Sudeste (Encruzilhada do Sul) Alguns municípios da Metropolitana do IBGE	Cachoeira do Sul Caxias do Sul Gramado-Canela Guaporé Lajeado-Estrela Montenegro Santa Cruz do Sul Serras do Sudeste	Serra Vale do Rio Pardo Vale do Taquari
Fronteira	Metade Sul	Sudoeste Sudeste (Caçapava do Sul)	Campanha Central Campanha Meridional Campanha Ocidental Jaguarão Serras do Sudeste	Campanha Fronteira Oeste Central
Metropolitana	Metade Norte	Metropolitana (inclui o Litoral Norte)	Porto Alegre São Jerônimo Gramado-Canela Montenegro	Metropolitano Delta do Jacuí Paranhana-Encosta da Serra Vale do Rio dos Sinos

Quadro 02 - As três regiões socioculturais pesquisadas e suas diferentes agregações

Fonte: Elaboração pela autora.

Na seqüência, comentam-se as especificidades das três regiões socioculturais estudadas.

A) Colônia Velha

Esta região congrega municípios situados em zonas interioranas pioneiras de colonização⁴⁰ teuto-italiana, que reúnem minifúndios de agropecuária diversificada e industrialização em alguns pólos regionais. Ela divide-se em duas sub-regiões – a) Serra, b) Vales do Rio Pardo e do Taquari -, fortemente integradas com a Região Metropolitana de Porto Alegre, acompanhando o crescimento industrial metropolitano e do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Todavia, os efeitos negativos da urbanização e do crescimento econômico ainda não atingiram o conjunto desta região, prevalecendo um fator de qualidade de vida em muitas de suas localidades, medido, por exemplo, pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 1991 e 2000.

⁴⁰ No Rio Grande do Sul, a “colonização” deu-se através da ocupação dos territórios e localização dos imigrantes em pequenas propriedades ou núcleos, diferenciando-se, desta forma, do processo de “imigração” de italianos como mão de obra assalariada em São Paulo. Vide: BAZAN, 1997.

Tabela 02 – Distribuição do IDHM nas sete regiões socioculturais gaúchas – 1991 e 2000

Regiões socioculturais	Nº de municípios c/20.000 ou + hab.	IDHM 1991	IDHM2000	Variação
Campos do Nordeste	2	0,727	0,780	7,3%
Centro-sul e Litoral-lagunar	16	0,721	0,783	8,6%
Colônia Nova	15	0,746	0,815	9,2%
Colônia Velha	22	0,751	0,819	9,1%
Fronteira	13	0,723	0,785	8,6%
Litoral Norte	5	0,737	0,809	9,8%
RMPA	20	0,750	0,812	8,3%
<i>Sete regiões socioculturais</i>	93	0,736	0,800	8,7%

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); IBGE. Censos Demográficos (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>). Cálculos efetuados pela autora.

Nota: Em negrito aparecem as três regiões socioculturais pesquisadas. Consideraram-se apenas os municípios com 20.000 ou mais habitantes.

Observa-se nesta tabela que a Colônia Velha ostentou, em 1991 e 2000, os valores mais elevados de desenvolvimento humano dentre as sete regiões socioculturais do Rio Grande do Sul; enquanto que a Fronteira aparece com índices mais baixos (juntamente com as regiões dos Campos do Nordeste e Centro-sul/Litoral-lagunar).

A Colônia Velha situa-se na Metade Norte do Estado e reúne as microrregiões do IBGE cujos estabelecimentos agrícolas possuem a menor área média do Estado: Santa Cruz do Sul e Lajeado-Estrela. Além do COREDE Serra - cuja área nordeste da capital é a mais industrializada e com o maior volume de exportações estaduais – esta região também reúne os COREDES Vale do Taquari e Rio Pardo, os quais atingiram forte participação industrial no final da década de 90, especialmente através da sua agroindústria (fumo, suínos e aves).

B) Fronteira

A região sociocultural da Fronteira, situada na Metade Sul do Estado, possui grande extensão fronteiriça com o Uruguai e a Argentina, o que lhe atribui um padrão cultural e societário próprio. Ela se caracteriza pela secular estrutura fundiária das grandes propriedades, que empregam poucos trabalhadores na pecuária extensiva e, apenas de forma sazonal, nas lavouras mecanizadas de arroz, atividade que vem se destacando como a mais importante em muitos municípios (LIMA, A., 2004).

Esta área apresenta alto grau de urbanização, porém baixa densidade populacional. Isso se explica pelo fato de seus municípios possuírem extensas áreas ocupa-

das por latifúndios que empregam pouca mão-de-obra, mas cuja população, em sua maioria, reside nos centros urbanos.

Além de sua ocupação original (luso-brasileiros, espanhóis e mestiços), mais tarde a região recebeu descendentes de italianos de outras localidades gaúchas, bem como imigrantes palestinos atraídos pelas oportunidades comerciais.

Recentemente, houve uma melhoria da acessibilidade intra e intermunicipal com a construção de rodovias e vias de circulação. Surgiram pequenos e médios estabelecimentos destinados à produção de alimentos para o abastecimento dos crescentes centros urbanos. Estes não apresentam hierarquia bem definida, sendo deficientes em termos de moradia para a população de baixa renda.

Como se sabe, a região da Fronteira ainda não reverteu o declínio econômico iniciado nos primórdios do século XX (especialmente de sua pecuária e indústria).

C) Metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi definida pelo governo estadual em 1968 e instituída pela Lei Complementar nº 14, de 1973 (BRASIL, 1973). A partir daí, foram sendo implementadas ações conjuntas de planejamento entre os municípios agrupados em torno da capital.

A ocorrência de um intenso processo de conurbação faz com que esses municípios apresentem uma problemática comum quanto a questões como a rede viária, os transportes coletivos e a disposição de resíduos urbanos, demandando a cooperação na busca de soluções. (RIO GRANDE DO SUL, [s/d], p. 22).

Esta região sociocultural situa-se na Metade Norte do Estado e reúne os municípios contíguos a Porto Alegre, além dos localizados no Vale do Rio dos Sinos. Por suas características, possui forte representatividade no Rio Grande do Sul.

Sistematicamente, a RMPA vem incorporando municípios, por conta de seu crescimento demográfico, das migrações, dos processos emancipatórios ou de decisões político-administrativas. Seu perfil industrial fortaleceu-se em 1989 com a inclusão do Complexo Petroquímico de Triunfo, e sua composição mais recente (do ano de 2001) abrange 31 municípios (METROPLAN, 2006).

Paralelamente à concentração urbana, percebe-se na área metropolitana e no corredor que forma com Caxias do Sul uma industrialização bastante diversificada. Até hoje este eixo recebe grandes fluxos migratórios intra-estaduais.

Nesta região também se destaca o setor de serviços, cuja participação supera a das outras regiões estaduais.

3.2 A conformação das regiões gaúchas e seus reflexos na criminalidade

Muitos economistas gaúchos referem a existência de duas macrorregiões diferenciadas no Rio Grande do Sul: a Metade Norte e a Metade Sul⁴¹. Para alguns delas haveria, ainda, uma terceira região: a Nordeste, que detém a mais elevada participação no PIB estadual e a maior concentração de indústrias, principalmente no Eixo Porto Alegre-Caxias e áreas contíguas⁴².

As diferenças entre as duas macrorregiões (incluindo-se a Região Nordeste na Metade Norte) ultrapassam as características geográficas de seus territórios demarcados pelos rios Jacuí e Ibicuí, incluindo também elementos históricos, econômicos, sociais e culturais⁴³. Os pré-requisitos do desenvolvimento regional – integração social, geração e distribuição de capital social e mobilidade social – “[...] estão historicamente condicionados pelas configurações originais de ocupação dos territórios e relações sociais ali estabelecidas.” (RAMOS; MARIÑO, 2004, p. 79). Supõe-se que estes diferenciais – a seguir analisados - também influenciam os movimentos da criminalidade nestes territórios.

A) A Metade Sul

A Metade Sul do Rio Grande do Sul deteve uma hegemonia político-econômica até o século XIX. Povoada por portugueses, espanhóis, negros e mestiços, em seu apogeu a principal mercadoria regional era o charque, produzido com mão-de-obra escrava. A pecuária extensiva caracterizava os grandes latifúndios implantados nos séculos XVIII e XIX, momento em que, através da sua ocupação, a coroa portuguesa e o império brasileiro procuravam proteger o sul das investidas de outros países limítrofes, uma vez que a área sempre foi litigiosa e com fronteiras frágeis. As principais

⁴¹ Estas áreas foram classificadas por Ramos e Marino (2004) como regiões do pequeno e do grande domínio, respectivamente.

⁴² A regionalização binária foi formulada por Fonseca, P. (1983), que estipulou: a) Norte – com duas zonas: Planalto e Serra e b) Campanha. A tríplice divisão foi proposta por Alonso e Bandeira (1994), com: Norte, Nordeste e Sul.

⁴³ Ver Arend e Cário (2005) para uma atualizada revisão da literatura sobre a formação histórico-política do Rio Grande do Sul.

idades sul-rio-grandenses daquela época eram Pelotas e Rio Grande, sendo que a capital - Porto Alegre - desempenhava somente funções administrativas.

Essa situação começou a mudar no início do século XX, devido à colonização europeia e ao declínio da produção de charque e de derivados de gado. Nem mesmo a instalação dos frigoríficos e da indústria têxtil nas primeiras décadas do século passado reverteu a crise da pecuária extensiva e do charque⁴⁴, pois tais empreendimentos reproduziram a estrutura econômica (de extrema especialização produtiva) e a concentração fundiária da região.

Ainda hoje a Metade Sul abriga as maiores propriedades rurais e os municípios de maior extensão territorial. Caracterizada historicamente como sendo uma sociedade patriarcal, hierárquica, subpovoada e desigual (JANSEN, 2004), ela representa a área economicamente mais atrasada do Estado, cuja crise é um desafio para as sociedades civil e política gaúchas. Recentemente, a orizicultura expandiu-se em alguns municípios sulinos, trazendo certo crescimento econômico, *vis-à-vis* o persistente declínio industrial da região.

B) A Metade Norte

Até meados do século XIX, a Metade Norte permaneceu pobre, subpovoada, com zonas de pecuária atrasada, de pinheirais inexplorados, de extrativismo ervateiro e de florestas virgens. Esta situação começou a mudar com a colonização europeia, quando a região passou a se definir por: grande número de pequenas propriedades cujos proprietários acumularam renda relativamente expressiva, rede urbana com centros pequenos, diversificação industrial e agropecuária, várias identidades culturais fortalecidas no interior de comunidades mais ou menos homogêneas, distribuição de renda menos concentrada, existência de mercado interno.

Em 1824 chegaram os primeiros alemães, estabelecendo-se na Colônia de São Leopoldo, situada ao norte de Porto Alegre, e nos vales dos rios próximos. Os primeiros imigrantes italianos chegaram em 1875, instalando-se na encosta superior da serra nordeste, onde ficaram isolados devido à difícil acessibilidade da região. Estes colonos italianos receberam áreas menores e de pior qualidade comparativamente

⁴⁴ A crise da indústria "saladeiril", de acordo com Lima, A. (2004), foi provocada pelos seus altos custos, pela competição com a produção capitalista da Argentina (enquanto que a daqui era escravista), pela inexistência de mercado interno e pelo enfraquecimento do protecionismo estatal com a instalação dos governos republicanos.

às dos alemães, e não contaram com a ajuda oficial prometida. Em 1920, o processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul já estava concluído⁴⁵.

Atualmente, a Metade Norte caracteriza-se, por um lado, pela economia baseada nas pequenas e médias propriedades de agropecuária diversificada e no agronegócio (especialmente no Planalto Médio); por outro, pela expansão do seu parque industrial, com a criação de um conjunto de pequenas empresas voltadas para o mercado local e, a partir deste, projetando-se para outras regiões gaúchas e para fora do Estado e do País. Nela concentram-se a geração de empregos e de valor agregado, e as maiores rendas *per capita* do Rio Grande do Sul.

Alguns economistas formularam explicações para tal configuração dicotômica, entre as quais se citam:

- O norte formou-se dentro de um ambiente institucional (relações de propriedade, cultura, ideologia, produtos e instituições) mais propício, versátil e adaptativo ao desenvolvimento industrial (AREND; CÁRIO, 2005).
- No sul, a elevada concentração fundiária acarretou um crescimento de longo prazo baseado na especialização produtiva de um reduzido número de produtos agropecuários. “A região Sul possui a concentração da riqueza como um dos principais fatores que inibem o seu crescimento.” (MARQUETTI; BÊRNI; MARQUES, 2005, p. 114)
- O atraso industrial da Metade Sul deveu-se às características de grande porte das poucas unidades industriais, sem que tenha se formado um mercado consumidor local. (LIMA, A., 2004)
- Ao sul criou-se uma sociedade com baixos estoques de capital social (MONASTERIO, 2002, p. 194 apud LIMA, A., 2004, p. 13⁴⁶).

Dentro do campo sociológico, Ramos e Marino (2004) destacam a importância do capital social⁴⁷ para o desenvolvimento regional. Para estes autores, na campanha

⁴⁵ A instalação de colonos europeus significou o desalojamento de grande parte de caboclos (posseiros) fixados nos matos próximos aos campos e ervais. Eles ainda são encontrados em terras sem valor comercial e nas fronteiras agrícolas. (JANSEN, 2004)

⁴⁶ MONASTERIO, Leonardo M. Capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002 apud LIMA, A., 2004, p. 13.

gaúcha consolidou-se um forte e mais antigo dualismo cultural entre os donos da terra e os chamados “pêlo duro” (frutos da miscigenação entre ibéricos e aborígenes, da violência dos primeiros sobre as índias), com fortes aspectos de “dominação não-legítima”. Esta peculiaridade histórica inviabilizou o sentimento de pertencimento (de consciência comunitária), conduzindo a um fraco desenvolvimento do capital social e a uma baixa mobilidade social (RAMOS; MARINO, 2004, p. 96).

O norte do Estado, por sua vez, apresentou perfil diferenciado, com elevados níveis de cooperação e reciprocidade, componentes típicos de uma “comunidade cívica” (PUTNAM, 1996). Para este autor, em áreas de grande desenvolvimento econômico e tecnológico (que requerem maior cooperação impessoal), o capital social representa um antídoto para problemas advindos com o progresso, como, por exemplo, o oportunismo, a trapaça e a transgressão. Na parte norte, o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e alguns pólos regionais, como o Vale do Rio dos Sinos, o Vale do Caí, o Vale do Rio Pardo e o Vale do Taquari, vêm apresentando destacados dinamismo e crescimento econômico, os dois últimos Vales em anos mais recentes.

Em contrapartida, nos últimos 20 anos está se consolidando um novo dualismo nessas áreas pujantes, que divide os antigos e os novos moradores. Quando conseguem se instalar nos municípios mais desenvolvidos, os migrantes que para lá acorrem em busca de trabalho e de melhores oportunidades de vida não chegam a se integrar plenamente nas comunidades locais, culturalmente mais homogêneas, verificando-se uma dicotomia entre “nós” (moradores mais antigos) e “eles” (os “de fora”). Esta problemática foi estudada por Elias e Scotson (2000), no livro “Os estabelecidos e os *outsiders*”, através da comparação de três zonas de uma cidade inglesa – uma de classe média, outra de classe operária com famílias antigas e uma terceira de classe operária com habitantes recentes. Os autores constataram a existência de

⁴⁷ O conceito de capital social vem sendo aprimorado desde a década de 1950 por diversos autores. Para Coleman (1990), ele engloba os recursos produzidos através da interação social entre indivíduos ou grupos, que resultam em obrigações mútuas, confiança e credibilidade. Quando estão disponíveis, eles facilitam a ação social individual, grupal ou comunitária, sendo que as organizações civis são fomentadoras de capital social. Conforme Putnam (1996), a cooperação depende diretamente do capital social, que envolve regras de reciprocidade, sistemas de participação cívica, confiança e ajuda mútua. A partir daí o autor distingue a comunidade cívica (com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo) da não cívica (com alto grau de desconfiança, omissão, exploração, isolamento, desordem, estagnação, dependência), citando como exemplos o Norte e o Sul da Itália, respectivamente. Salienta-se que este conceito de “capital social” difere do de Bourdieu, pois tais redes de contatos, além de representarem recursos coletivos, não necessariamente implicam em poder ou prestígio (propriedades individuais), os quais, segundo o sociólogo francês, resultariam do convívio com pessoas ou grupos de destacada posição social.

preconceito e de discriminação dos habitantes antigos das duas primeiras zonas sobre os novatos, demonstrando que o estigma dos “estabelecidos” sobre os “intrusos” não tem caráter classista, pois é encontrado dentro de uma mesma classe social (por exemplo, a zona 2 *versus* a zona 3 de Elias e Scotson, 2000).

No Rio Grande do Sul, o estudo de Bazan (1997) sobre a construção de identidade nas relações industriais do município de Dois Irmãos - de colonização alemã e integrante do complexo coureiro-calçadista estadual -, também identificou a presença do estigma dos moradores nativos sobre os de fora. Aquele e outros municípios pertencentes ao Vale do Rio dos Sinos receberam, por um longo período (até o final do século passado, com o advento da mais recente crise da produção coureiro-calçadista), grandes contingentes de pessoas oriundas de outras regiões estaduais. Apesar de esta cidade integrar a Região Metropolitana desde 1989, o processo lá ocorrido exemplifica o dualismo encontrado em outras localidades da Metade Norte do Estado, mormente onde há atração populacional.

O comportamento discriminatório constatado em Dois Irmãos não se restringia a uma única classe social:

Adicionalmente, é importante notar que tanto para os empresários quanto para os trabalhadores, a identidade étnica e corporativo-setorial estão sobrepostas ao senso de pertencimento à localidade, entendida esta como região (do Vale dos Sinos), ou, por outra, como associada à municipalidade. Essas outras duas variantes da identidade atuam tanto no sentido de elevar a cooperação quanto, em outras situações, os conflitos entre os agentes em estudo. Isso ocorre, por exemplo, quando empresários da região fortalecem o sentimento corporativo ao se identificarem como empresários do setor calçadista do Vale dos Sinos, ou por outra, quando utilizam a condição de ser da região ou do município como fator de proteção em relação ao empresário de fora. O mesmo ocorre com os trabalhadores originários de Dois Irmãos, que fortalecem sua identidade étnica com a idéia de pertencimento ao território, percebendo nos trabalhadores migrados uma ameaça externa à comunidade local. (BAZAN, 1997, p. 302)

No final da década de 1970, o município passou por um processo de reestruturação urbana, com a implantação de vários loteamentos, alguns destinados à instalação dos trabalhadores migrados. Esse parece ter exacerbado os conflitos, extrapolando a estigmatização sobre os recém-chegados, ao ponto de um dos informantes ter se referido a um destes locais como o “*câncer da cidade*” (BAZAN, 1997, p. 230).

Os bairros operários passaram a expressar e a corresponder, no nível geográfico, às fronteiras e distâncias existentes no plano econômico entre a população nativa e a população migrada. Embora essas distâncias residissem tanto no plano econômico quanto no cultural, foi especialmente sob este último, ou seja, como conflito interétnico, que os conflitos sociais eclodiram. Contribuíam para isso o fato de muitos trabalhadores migrantes provirem de regiões bastante miscigenadas ou, por outra, nas quais os habitantes guardavam acentuadas características culturais das populações lusa, espanhola, negra ou indígena. Tratavam-se, portanto, de trabalhadores que não compartilhavam dos códigos regulados de conduta da população teuto-brasileira. Nesse sentido, passaram a ser socialmente estigmatizados pelo acionamento de atributos negativos através dos quais apareciam socialmente como sujos e preguiçosos, dentre outros estereótipos. Este enquadramento social pela diferença não era distinto nem mesmo para o caso dos trabalhadores provenientes de áreas que, no passado, foram de colonização germânica. (BAZAN, 1997, p. 230-231)

Integrante da Metade Norte, mas com particularidades próprias, a Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, ainda se caracteriza como pólo concentrador das migrações intra-estaduais, atualmente menos intensas do que em décadas passadas. A rápida industrialização e a atratividade do seu terciário sem a contrapartida de uma boa infra-estrutura urbana acarretaram aos municípios metropolitanos sérios problemas sociais, dentre os quais se citam: desemprego estrutural, custo de vida elevado, carência de serviços públicos, proliferação das favelas e dos moradores de rua, altas taxas criminais, etc.

A continuidade de um padrão de crescimento espacialmente concentrado implicará um aumento da pressão sobre a infra-estrutura de transporte, comunicações, energia, saneamento e habitação em áreas apresentando sinais de congestionamento. (ALONSO; BANDEIRA, 1990, p. 109).

Na RMPA, houve um longo processo de incorporação seletiva dos migrantes de outras localidades estaduais, que resultou na formação das favelas, na constituição de um grande contingente de excluídos e na perda dos valores culturais originais. Tais problemas agravaram-se com a concentração populacional, especialmente nos espaços periféricos metropolitanos. Entre 1980 e 1991, de acordo com levantamento das vilas irregulares dos municípios metropolitanos (exceto Porto Alegre) realizado pela METROPLAN, essas cresceram 179,6% e suas populações aumentaram 147,9%, quase três vezes mais do que a elevação da população metropolitana, de

53,7% (RIO GRANDE DO SUL, 1992 apud MARTINS; MAMMARELLA, 1997)⁴⁸. Em 1991, a densidade populacional média metropolitana foi de 2,78 hab/km², enquanto que nos assentamentos irregulares atingiu 171,59 hab/km². (MARTINS; MAMMARELLA, 1997).

Um dos expoentes da Escola de Chicago, Robert Park (1994), menciona que as *slum areas* das grandes cidades - que crescem nas franjas das zonas de negócios ou às margens do centro -, são zonas deterioradas, pobres, abrigando amontoados de pessoas excluídas da industrialização. Para o autor, elas constituiriam a “*hobohemia*” (hobo = sem teto, pedintes, desempregados) de Nels Anderson.

Para Túlio Kahn, a criminalidade no Brasil não é resultado apenas da miséria, mas do desenvolvimento, ou:

[...] de um certo tipo de desenvolvimento que se fez rápida e desordenadamente, inchando as periferias dos centros urbanos mais ricos. Este desenvolvimento trouxe melhorias econômicas e sociais – diminuição do analfabetismo, da mortalidade infantil, aumento da renda média. Mas à reboque, este processo de crescimento e desenvolvimento aglutinou no entorno dos grandes centros urbanos uma massa de população urbana que convive com a riqueza e a abundância, beneficia-se parcialmente dela – em comparação com as periferias dos Estados menos desenvolvidos – mas não se integrou nem tem meios de se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo dos pólos desenvolvidos destas cidades. Este diagnóstico aplica-se especialmente a São Paulo, ao Distrito Federal e ao Rio Grande do Sul que, junto ao Amapá e Rondônia compõem o grupo de Estados de alta criminalidade. Este processo de desenvolvimento desigual e desorganizado ajuda a entender porque, no Brasil, o desenvolvimento trouxe o aumento dos crimes contra o patrimônio, mas não sua contrapartida positiva, que é a diminuição dos homicídios. (KAHN, 2002, p. 61-62)

Enfim, o padrão discriminatório – do antigo e do novo dualismo – existente nas regiões socioculturais gaúchas impede a solidariedade, a cooperação e a confiança comunitárias, resultando em desintegração social. Atualmente existe dualismo (s) nos três espaços estudados, embora na Fronteira o seu tipo recente seja menos acentuado. Tal fato influencia as tendências criminais regionais.

⁴⁸ RIO GRANDE DO SUL. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). **II Inventário das vilas irregulares na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: 1992 apud Martins e Mammarella, 1997.

Por outro lado, a nova criminalidade organizada e grupal de rua (MARINO et al., 2002b) origina-se na Região Metropolitana, onde os grupos formam-se, articulam-se e se desenvolvem, em especial, nos grandes complexos prisionais metropolitanos⁴⁹.

Esta nova criminalidade difunde-se para a região de Caxias do Sul (integrante da Colônia Velha), de certa forma acompanhando os resultados do processo de conurbação urbana e integração industrial do eixo Porto Alegre-Caxias. Este movimento relaciona-se com a conformação serrana recente, decorrente do impacto de outros locais e da transformação tecnológica que reduziu drasticamente os postos de trabalho, paralelamente com a permanência de sua atratividade populacional. Por exemplo, diretora de escola do município de Flores da Cunha (município da região serrana) associou o crescimento recente das gangues de crianças e de adolescentes no município ao incremento populacional decorrente do fluxo migratório para aquela cidade: *“Houve uma migração muito grande para a cidade. Não tem oportunidade de emprego para quem não tem especialização.”* De fato, a população da cidade cresceu 19% de 1991 para 2000 – mesmo com a emancipação do seu distrito, Nova Pádua, em 1992 -, e o efeito da migração residual sobre a sua população observada foi de 10% (em 1991) e 16% (em 2000).

Todavia, pressionada pela maior vigilância das agências de segurança, a nova criminalidade também se expande para outras áreas, em um movimento de interiorização através de surtos efêmeros. Assim, através de ações intermitentes (roubos a carros-fortes e de cargas em várias rodovias estaduais, roubos a bancos e outras agências financeiras em pequenas cidades, seqüestros-relâmpago em municípios de porte médio, assaltos a postos de pedágio em rodovias) e sem se fixar nas localidades, a criminalidade grupal e organizada atinge, em anos recentes, os pequenos municípios da Colônia Velha, até então pacatos e sem forte controle policial.

⁴⁹ Por exemplo, no Presídio Central de Porto Alegre, com mais de 3.000 apenados, algumas facções disputam o poder, mantendo, por vezes, conexões com outras prisões e com as ruas: os “manos”, os “brasas”, os “abertos”, os “duques” (FRAGA, 2000). “Ali os presos ditam as regras, aplicam seus próprios métodos de justiça e fletam com a ilegalidade ao determinar leis e castigos para quem descumprir as normas internas. Os criminosos condenados têm sua própria hierarquia dentro do presídio: escolhem seus representantes para interlocução com as autoridades de direito e dividem o poder por área, onde cada uma das nove galerias de detenção tem prefeito, secretário, assessor jurídico e outros cargos adjacentes. As formas de conquistar uma dessas posições, sinônimo de bem-estar, privilégios e respeito, nem sempre são democráticas. Ainda vale a lei do mais forte”. (A CIDADE DO CRIME, 2006, p. 7). Este fato foi confirmado por oficial da Força-Tarefa da Brigada Militar, responsável pela segurança do Presídio Central, ao comentar a existência de duas facções organizadas litigantes naquela prisão: os “brasas” x os “manos”. (Visita realizada pela autora e uma turma de alunos do Curso Superior de Formação de Inspetores de Polícia da ACADEPOL, no dia 31/08/2003). O crime organizado é discutido no capítulo 7 da Tese.

Por outro lado, na Fronteira, até por sua localização estratégica limítrofe com o território uruguaio e argentino, a nova criminalidade organizada (e principalmente o tráfico de entorpecentes e de armas) convive com um tipo mais antigo e tradicional, simbolizado pelos abigeatos e pelo contrabando e descaminho⁵⁰. Estes não são delitos novos na Fronteira, pois desde o século XIX registrava-se a atuação de bandos de ladrões de gado, bem como a existência de contrabando de gado e de charque platinos de melhor qualidade. (ARENDE; CÁRIO, 2005, p. 70 e 86).

3.3 As tendências históricas dos crimes violentos nos espaços estudados

Na seqüência, apresentam-se as modificações históricas das variáveis dependentes, visando-se analisar como a criminalidade violenta – expressa em taxas criminais por 100.000 habitantes – evoluiu ao longo dos últimos doze anos nas três regiões socioculturais selecionadas e no conjunto do Rio Grande do Sul.

Conforme referido no capítulo anterior, a maioria dos estudos brasileiros assinala o movimento ascendente da criminalidade violenta desde a década de 1980, principalmente dos delitos patrimoniais⁵¹. Esta é, reconhecidamente, uma tendência mundial: "Um outro aspecto abordado por especialistas é uma tendência internacional de redução dos crimes contra a vida e um aumento dos crimes contra a propriedade." (Túlio Kahn, entrevista concedida a ETCHICHURY, 1998⁵²)

A classificação sociológica entre crimes contra a pessoa e contra o patrimônio é antiga, vem desde Sutherland (1949):

Nos crimes de violência pessoal as vítimas e os agressores são geralmente do mesmo meio social, e têm as residências não muito afastadas. Os negros assassinam negros, os italianos assassinam italianos e os chineses assassinam chineses. Esses crimes de violência pessoal cometem-se, em geral, contra pessoas com quem os ofensores têm relações pessoais. Eles se originam de conversa, relações românticas e transações de negócios, e são praticados contra amigos ou conhecidos. A embriaguez está envolvida em muitos ca-

⁵⁰ Embora ambos os crimes sejam tipificados no artigo 334 do Código Penal, eles se diferenciam em suas características: a) contrabando – importar ou exportar mercadoria proibida, b) descaminho – iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. Vide: BRASIL, 1996, p. 123.

⁵¹ No Rio Grande do Sul, de 1997 a 2001 a taxa total de crimes aumentou 44,9%, e com maior intensidade no interior do Estado (56,2%) (RIO GRANDE DO SUL, 2002b, p. 206).

⁵² Contudo, segundo *ranking* de homicídios elaborado pelo ILANUD com base no estudo "International Study on Firearm Regulation" (dados provenientes de diferentes fontes e datas), o Brasil encontra-se na 7ª colocação, com uma taxa de 24,11 homicídios por 100.000 habitantes em 1998. Antes dele aparecem: Swaziland (88,1); Colômbia (78,4); Namíbia (72,4); África do Sul (64,6); Honduras (63,6) e Jamaica (29). Vide: <<http://www.conjunturacriminal.com.br>>.

sos de homicídio. Estimou-se que 40% das vítimas de assassinato estavam embriagadas na ocasião em que foram assassinadas. Os crimes contra a propriedade são geralmente cometidos contra estranhos. Podem tratar-se quer de ataques diretos e pessoais, como no roubo ou no arrombamento, ou podem ser mais gerais e públicos, como na venda fraudulenta de ações e obrigações ou anúncios fraudulentos. (SUTHERLAND, 1949, p. 36)⁵³

As tendências históricas das taxas criminais dos espaços sociais pesquisados são apresentadas na seqüência, lembrando-se que os resultados desta análise descritiva referem-se, de forma aproximada, às populações regionais.

3.3.1 Os homicídios

Os homicídios são aqui representados pelos registros de óbitos do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM), de acordo com o local de residência da vítima. Neste sistema também constam informações referentes ao local de ocorrência, porém, conforme Soares, G. ([s/d]), a sua utilização acarreta um aumento artificial das taxas onde os hospitais especializados em traumas estão situados, ou seja, pessoas que foram vitimadas em certas cidades muitas vezes são deslocadas para hospitais dos municípios maiores.

Diferentemente das baseadas nos registros de ocorrências policiais e tipificadas juridicamente, as estatísticas sobre mortalidade do Ministério da Saúde baseiam-se em levantamento dos atestados de óbito (a unidade é a vítima e não a ocorrência) feito nos cartórios pelas secretarias estaduais. Elas são agrupadas por tipos de *causa mortis*, segundo normas da Organização Mundial da Saúde. Ou seja, ao invés do critério jurídico dos registros policiais, aqui prevalece o médico. As chamadas mortes violentas ou por causas externas (acidentes de transporte, outros acidentes, suicídios, efeitos adversos de drogas ou medicamentos, homicídios ou agressões, e outras violências) são declaradas em formulário padronizado, de preenchimento obrigatório pelos médicos legistas.

O fluxo das informações dos óbitos por homicídio inicia nos hospitais e delegacias de polícia com o registro do tipo de violência que acompanha o encaminhamento

⁵³ Soares, L. (1996) apresenta classificação semelhante à de Sutherland, ressaltando que os atos delitivos seguem lógicas distintas que variam conforme o espaço social de ocorrência. Na sua visão, os crimes contra o patrimônio são instrumentais e visam a posse de bem ou de propriedade alheia, estando mais vinculados a causas econômicas. Já os crimes contra a pessoa referem-se a conflitos envolvendo quebra nas regras de sociabilidade, falta de um consenso mínimo relativamente a um padrão societário, e por vezes, afirmação de valores diferenciais de certos grupos sociais (honra, virilidade, coragem, vingança, etc.).

do corpo para necropsia. Nos institutos de medicina legal, esses dados e os resultados da necropsia são transcritos na declaração de óbito que é a fonte usada pelas secretarias de saúde para a codificação da causa básica de morte. Então, as secretarias estaduais transmitem os dados para o Ministério da Saúde.

No *site* do Ministério da Saúde encontram-se informações sobre mortalidade geral e específica que cobrem o período 1979 a 2004. Os óbitos por homicídio referem-se ao item “agressões”, uma das causas externas de morbidade e mortalidade constante na “Classificação Internacional de Doenças” (CID) n° 10. Anteriormente a 1996, a denominação era “homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outra pessoa”, referente ao grupo E55 da CID9. As estatísticas podem ser agrupadas por estados, microrregiões, regionais de saúde, regiões metropolitanas, municípios e aglomerados urbanos. Devido a sua cobertura nacional e por incluir fatos letais que nos registros policiais são tipificados em outras categorias (latrocínios, lesões corporais graves seguidas de morte, assassinatos ocultados pelo registro de “encontro de cadáver”), vários autores utilizam esta fonte⁵⁴.

Também foi avaliada a possibilidade de se utilizar as ocorrências policiais, nas quais o fato é a unidade de análise e não a vítima (cada registro pode conter mais de uma vítima). Entretanto, constatou-se que a cifra cinzenta (erros de tipificação e de duplicidade) das ocorrências do Sistema de Informações Policiais (SIP) é excessivamente alta (em torno de 27% na década de 1990 para os registros de homicídios dolosos), exigindo um exaustivo trabalho de correção (leitura do histórico e demais itens das ocorrências policiais dos anos de 1992, 1997, 2001 e 2004).

Enfim, inexistem, no Rio Grande do Sul, estatísticas confiáveis que informem o local onde o fato aconteceu (o homicídio ou a agressão). Diante disso, optou-se pela utilização das informações sobre óbitos (estatísticas de mortalidade) conforme o local de residência da vítima, que obtiveram um coeficiente de correlação de Pearson acima de 0,9 com as relativas ao local de ocorrência.

⁵⁴ Apesar de serem amplamente utilizadas, as estatísticas sobre mortalidade não são isentas de problemas. Matos et al. (2007), avaliando a confiabilidade das informações de Belo Horizonte existentes no SIM, constataram o número excessivo de lesões de intencionalidade ignorada, e dos suicídios e homicídios classificados erroneamente como acidentes. Através de comparação entre os dados do SIM e os do Instituto Médico Legal daquela cidade, verificaram que 5,7% dos óbitos classificados como acidentes não especificados ou eventos de intenção indeterminada deveriam ter sido tipificados como homicídios.

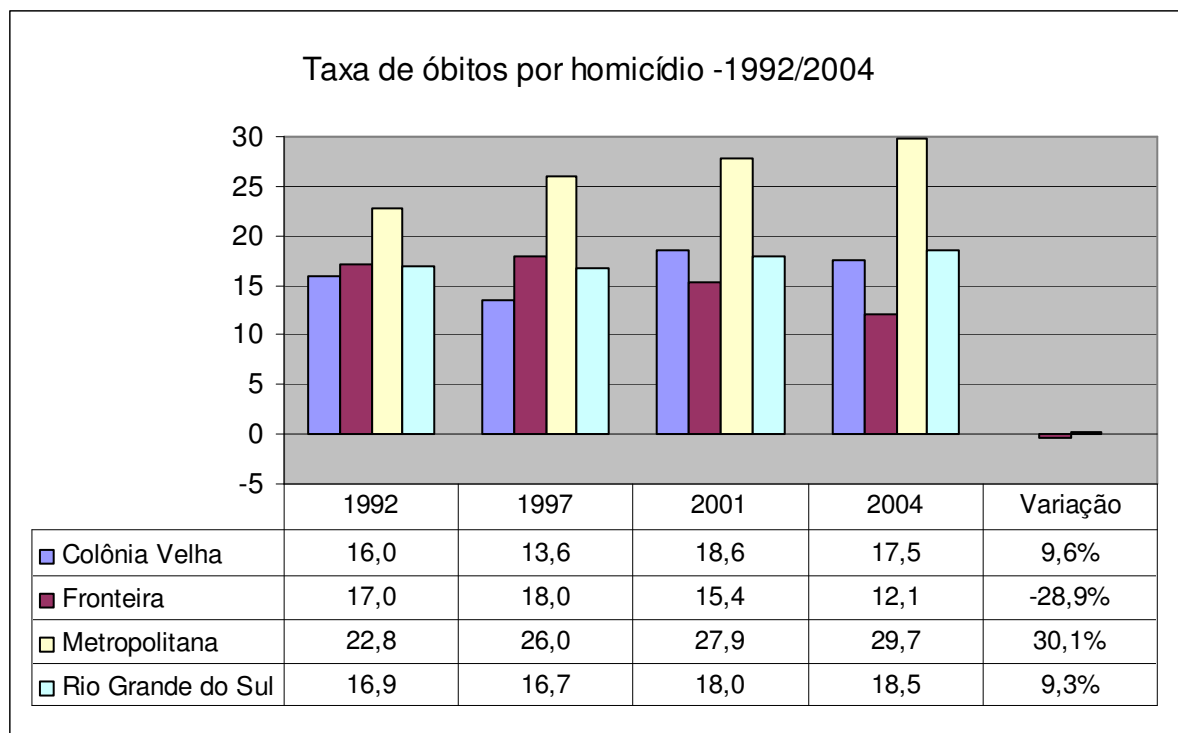


Gráfico 01 - Evolução histórica das taxas de óbitos por homicídio de acordo com o local de residência da vítima – 1992/2004

Fontes: Ministério da Saúde. SIM. (Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>) e IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

Com exceção da Fronteira (com decréscimo de $-28,9\%$), todos os outros espaços registraram aumento das taxas de óbitos por homicídio, especialmente a Região Metropolitana ($30,1\%$), cujos valores superaram os demais. Na Fronteira, o declínio deste indicador iniciou em 2001, atingindo o valor mais baixo dentre todas as regiões em 2004. Na Colônia Velha e no Estado, a elevação das taxas no período 1992-2004 foi mais modesta, naquela região verificando-se, inclusive, um decréscimo recente, de 18,6 homicídios por 100.000 habitantes em 2001 para 17,5 em 2004.

Vários estudos nacionais e internacionais consideram o crime de homicídio o indicador mais eficaz para se medir a magnitude da violência em determinado espaço social e a probabilidade de risco de sua população (KAHN, 1998). Além de sua padronização jurídica internacional, os homicídios contabilizam uma cifra oculta (subnotificação) ínfima em comparação com os demais crimes (por exemplo, roubos, lesões corporais, tráfico de drogas e ameaças, também incorporados nesta pesqui-

sa), o que aproxima os registros oficiais da magnitude real destes fatos. Estas e outras peculiaridades (como a sua gravidade) fazem do homicídio o delito mais estudado, através de fontes policiais ou da área da saúde.

O homicídio é interessante não apenas devido à sua gravidade, mas também porque é considerado por estudiosos um barômetro bastante confiável do crime violento. Em nível nacional, nenhum outro crime é medido tão acurada e precisamente. (FOX; ZAWITZ, 2002, p. 1, tradução nossa)

Salienta-se que os homicídios são delitos extremamente complexos e heterogêneos⁵⁵, que podem abranger desde a extrema racionalidade e planejamento (como no caso do acerto de contas do crime organizado) até a conflitualidade doméstica ou nos espaços de convivência e os desentendimentos por motivos fúteis entre conhecidos ou desconhecidos. Tais distinções aparecem no trabalho de SanJuan (1998), que divide os homicídios e as lesões corporais envolvendo jovens de Caracas (Venezuela) em dois tipos:

A) A violência interativa ou relacional – que envolve acontecimentos mais frequentes e, em princípio, de menor importância, mas que podem se tornar graves por falta de tratamento emocional adequado, pela ausência de arbitragem e pelo uso indiscriminado das armas de fogo:

Trata-se de uma forma de criminalidade não delinqüencial [no sentido sociológico do conceito de delinqüência], uma vez que os responsáveis não são delinqüentes, mas chegaram a cometer crimes por causa de excessos em brigas de rua, da presença de bebida alcoólica, de discussões ocasionais, desavenças entre familiares ou conhecidos e conflitos de território. (SANJUAN, 1998, p. 167)

B) A violência instrumental associada à aquisição de um bem econômico, praticada, em geral, por delinqüentes profissionais ou pelo crime organizado:

Essa forma requer estratégias complexas, necessárias à criação de mercados ilegais e, por isso, torna-se uma atividade muito profissional, longe de ser uma via de acesso para que os pobres consigam meios de sobrevivência. Entre as características que se destacam nesse tipo de delito, encontra-se o envolvimento de mais de uma pessoa para a consecução do objetivo, pessoas geralmente desconhecidas, presença de armas caras e de grosso calibre, uso de veículos e alto grau de impessoalidade e premeditação. Os jovens que aparecem envolvidos neste tipo de violência têm entre 20 e 24

⁵⁵ Os sociólogos colombianos Camacho e Gúzman, por exemplo, em estudo sobre a violência em seu país, afirmam que “[...] não parece adequado procurar as mesmas raízes para fenômenos tão díspares, como o homicídio ocasional produzido por uma briga ou por um ‘ajuste de contas’ e a confrontação política armada ou a ação de gangues organizadas de seqüestradores.” (CAMACHO; GÚZMAN, 1997, p. 25).

anos de idade e boa parte deles não chega a ser responsável pela organização a que pertence. Comumente, tais organizações recebem, por parte da polícia e da coletividade, o qualitativo de 'bandos' (quadrilhas). Em Caracas, elas se dedicam, entre outras atividades, ao tráfico de drogas, ao roubo de veículos, aos assaltos a bancos e a grandes lojas e joalherias. Embora alguns dos membros integrantes dessas organizações residam na periferia, os chefes moram nas melhores regiões da cidade. (SANJUAN, 1998, p. 166)

Sérgio Adorno (1998, p. 233 e 234), por sua vez, relacionou circunstâncias distintas subjacentes às elevadas taxas de homicídios tentados e consumados na capital e região metropolitana de São Paulo: a) conflitos entre quadrilhas, vinculadas ou não ao tráfico de drogas, b) assassinatos praticados por justiceiros e grupos de extermínio, cujo alvo principal são crianças e adolescentes das classes populares, c) mortes causadas por policiais militares em confronto com civis, e d) tensões nas relações intersubjetivas mais incidentes nos bares, nos lares e nas ruas, que,

[...] nada parecem ter em comum com a criminalidade cotidiana. Trata-se de um infindável número de situações envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. (ADORNO, 1998, p. 234).

Esse último tipo assemelha-se ao conceito de violência interativa ou relacional de SanJuan, modalidade referida por outros pesquisadores. Por exemplo, Souza (2001), analisando 350 processos entre as décadas de 1930 e 1980 envolvendo crimes contra a pessoa com danos físicos (lesões corporais, homicídios tentados e consumados) no Estado de Goiás, concluiu que prevalece a violência expressiva – motivada pela valorização pessoal adquirida com a força física – como forma de resolução dos conflitos interpessoais cotidianos.

Ao estudar casos de homicídios ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo, Renato Lima (2000) concluiu que 56% deles decorreram de conflitos interpessoais (vinganças, discussões privadas e atritos não relacionados com a criminalidade organizada), 23% associaram-se com o crime organizado e 21% eram latrocínios. “Em certos casos, os conflitos são entre pessoas que se conhecem, e que guiados por momentos de pânico, desespero, loucura, acabam por cometer erros irreversíveis.” (LIMA, R., 2000).

Estudo realizado pelo sociólogo Guaraci Mingardi na zona sul de São Paulo e citado por Ricardo (2002, p. 67) demonstrou que 48,3% dos homicídios envolvem motivos fúteis, como brigas de trânsito, discussões em bares ou conflitos entre vizinhos. Em entrevista a Ricardo (2002, p. 67), Túlio Kahn comentou que: “No Rio, o

ISER, em pesquisa semelhante, em março de 1998, revelou que, dos 164 crimes com vítimas fatais, em 58 casos existia algum tipo de relacionamento entre o autor e a vítima (35,4%).”

Também em pesquisa sobre os cenários sociais do crime no Rio Grande do Sul (tipificados através de análise de conteúdo dos históricos dos registros policiais), Marino e outros (2002b) apontaram a prevalência do cenário ordinário ou difuso entre desconhecidos (61%), seguido pelo doméstico ou de vizinhança (25%) e a criminalidade organizada (13%). Dentre os delitos, os mais circunscritos à esfera doméstica ou das relações contíguas (vizinhança) são, em ordem de frequência: ameaça (70%), lesão corporal (53%), estupro (46%) e homicídio (40%), os quatro superando a proporção total – considerando-se todos os crimes pesquisados - do cenário doméstico (26%). Ou seja, apesar da maior proporção de homicídios difusos, ela é inferior à total para este tipo de cenário (54% contra 61%). Os restantes 6% das mortes por homicídio tinham provavelmente ligação com o crime organizado (em pequena ou grande escala).

Além dessas referências, indica-se pesquisa realizada pela autora no município gaúcho de Candelária, na qual os operadores do Sistema de Justiça Criminal (delegado de polícia, promotor, juiz) contatados relacionaram a mortes a motivos fúteis envolvendo conhecidos e ao uso de armas de fogo. Veja-se o depoimento do então delegado de polícia da cidade:

O tipo de homicídio que acontece em Candelária, invariavelmente, com raríssimas exceções, é assim circunstancial, decorrente do envolvimento das partes com álcool e em virtude de estarem armadas [...] porque na hora que se embriaga toma coragem para fazer. [...] Agressores e vítimas são pessoas conhecidas que têm algum relacionamento. [Motivos das mortes:] ou de algum atrito antigo ou de problemas de terra, ou de discussão de boteco, onde os mesmos freqüentam. Pode ter algum caso em que marido e mulher se atritaram e acabam utilizando arma e se agredindo. (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Candelária, em: SCHABBACH, 1998)

Por outro lado, entre os autores que ressaltam o aspecto menos relacional e mais instrumental (tipo b de SanJuan, acima) dos assassinatos, situam-se Llorente e outros (2002), que, ao investigarem a violência homicida em Bogotá no período 1997-1999, concluíram que as mortes concentram-se em poucos focos geográficos onde existem estruturas criminais associadas a mercados ilegais e atividades ilícitas do ‘baixo mundo’. Grande parte delas seria do tipo instrumental (ajustes de contas e

assaltos, “*atraques*”). Também Eastman (1998) mencionou que mais de 30% dos homicídios estão associados com o narcotráfico na Colômbia.

Por sua vez, Cláudio Beato (BEATO FILHO, 1998; BEATO FILHO; REIS, 2000) e Zaluar (1999b), anteriormente citados, relacionaram os homicídios mais incidentes em favelas e bairros pobres de Belo Horizonte e da cidade do Rio de Janeiro à presença do tráfico de drogas nestes locais.

3.3.2 As lesões corporais

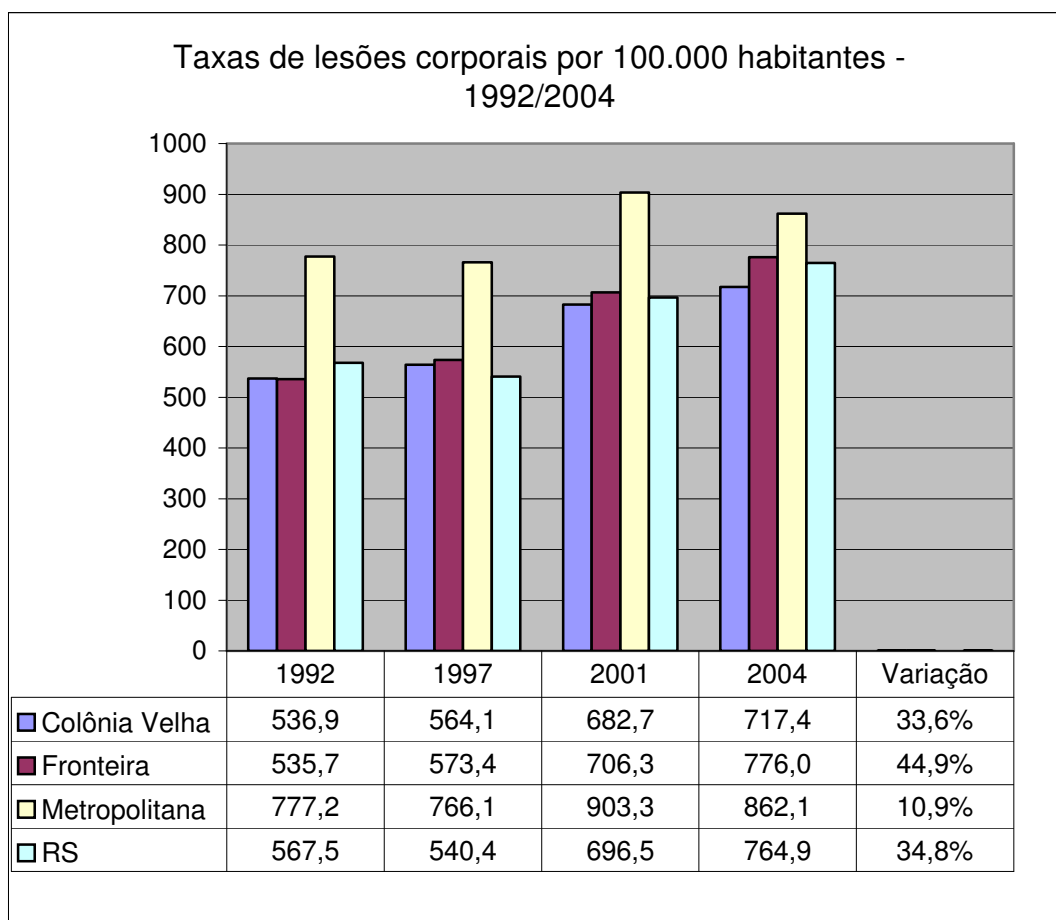


Gráfico 02 - Evolução histórica das taxas de lesões corporais – 1992/2004

Fontes: Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Excluíram-se as lesões corporais culposas ou de trânsito.
- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

Em todos os espaços sociais, as taxas de lesões corporais apresentaram valores aproximados e cresceram no período. Na Fronteira, o aumento foi superior ao Estado, atingindo 44,9%; enquanto que na RMPA ele foi mais tênue, com 10,9%, todavia, nesta os valores de suas taxas sempre foram mais elevados.

Pesquisando a criminalidade no Rio Grande do Sul, Marino e outros (2002a, b) concluíram que as lesões corporais, crimes mais frequentes no cenário doméstico e de vizinhança, relacionam-se positivamente com a variável “famílias chefiadas por mulher”.

3.3.4 Os roubos

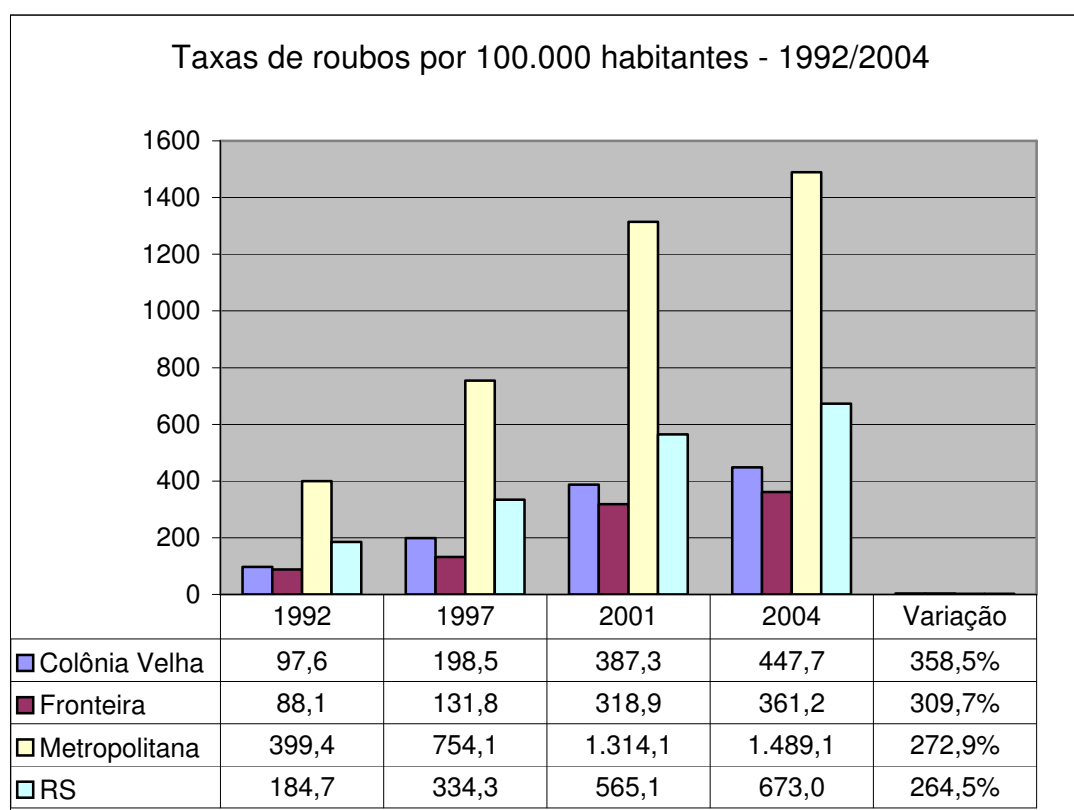


Gráfico 03 - Evolução histórica das taxas de roubos – 1992/2004

Fontes: Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- As taxas de roubos não incluem os seqüestros-relâmpago.
- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

As taxas de roubos da Região Metropolitana de Porto Alegre superaram amplamente as das outras regiões socioculturais e as estaduais. Entretanto, foi na Colônia Velha que este indicador mais cresceu, em 358,5%; ainda que as variações proporcionais de todas as áreas sejam próximas.

Estes resultados condizem com os supracitados estudos empíricos sobre a criminalidade, que apontam o aumento generalizado dos crimes contra a propriedade em todo o território nacional. Eles crescem preponderantemente nas áreas com melhor qualidade de vida e desenvolvimento econômico, seja em nível de bairros, municípios ou regiões.

A elevação dos roubos (crimes geralmente praticados por pessoas com trajetórias criminais⁵⁶) faz crescer significativamente o grau de violência das práticas criminais, na medida em que neles são utilizadas, muitas vezes, armas de fogo para minimizar a resistência das vítimas. Estas possuem um poder de letalidade muito superior ao das armas brancas (facas ou outros objetos cortantes)⁵⁷.

Tais crimes, assim como os outros delitos patrimoniais, ocorrem geralmente no espaço público, caracterizando-se pela inexistência de relação social e pelo anonimato entre as partes envolvidas. Na pesquisa sobre os cenários sociais do crime, Marino e outros (2002b) verificaram que todos os crimes contra o patrimônio estudados eram majoritariamente ordinários ou comuns (80% dos furtos, 79% dos estelionatos e 64% dos roubos; contra uma proporção média de 61% para o conjunto dos delitos). Além disso, os roubos tiveram proporção superior à média de crime organizado (34% contra 13%). O cenário ordinário não é uma particularidade exclusiva dos roubos ocorridos no Estado ou no Brasil, pois é encontrada em outros países latino-americanos, como a Colômbia:

Os autores dos assaltos são, particularmente, desconhecidos, jovens, e não agem sozinhos, diferentemente do que acontece nas brigas e casos de violência doméstica ou passional, em que o agressor é único e, na maioria das vezes, conhecido. (EASTMAN, 1998, p. 89).

⁵⁶ Conforme Tavares dos Santos e outros (1997), os presos por furto e roubo entre 1986 e 1996 no Rio Grande do Sul eram mais freqüentemente reincidentes do que os presos por outros crimes.

⁵⁷ Segundo Carneiro (1997), foram utilizadas armas de fogo em 61% dos casos de roubos ocorridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1996. Para Shihadeh e Steffensmeier (1994, p. 746-747), o roubo é um comportamento violento predatório, especialmente o latrocínio. Pela legislação brasileira, este último crime está sujeito à maior pena privativa de liberdade, de 20 a 30 anos de reclusão.

3.3.4 Os cenários sociais de crimes violentos

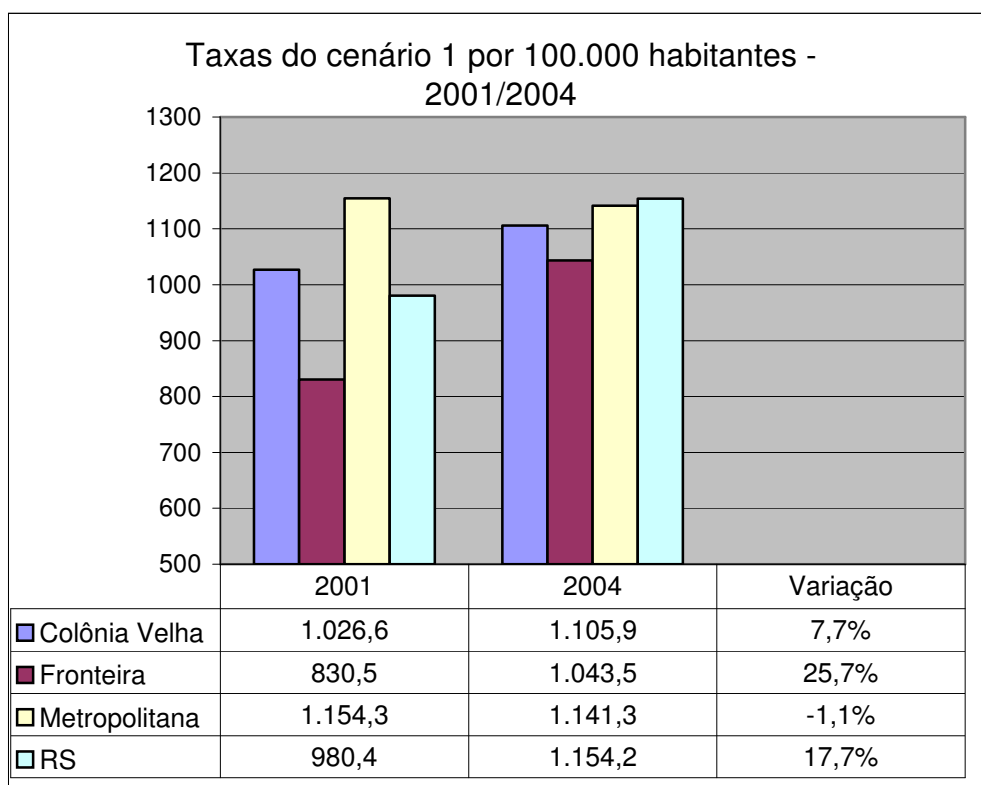


Gráfico 04 – Evolução histórica das taxas do cenário 1 – Crimes violentos não organizados entre conhecidos – 2001 e 2004

Fontes: SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

As taxas dos crimes violentos não organizados e entre conhecidos (lesões corporais leves e ameaças, delitos menos graves) cresceram no Rio Grande do Sul, especialmente na Fronteira (25,7%). Em contrapartida, na RMPA houve um pequeno decréscimo (-1,1%) deste cenário. Em todos os espaços e anos considerados, os valores das taxas são relativamente próximos.

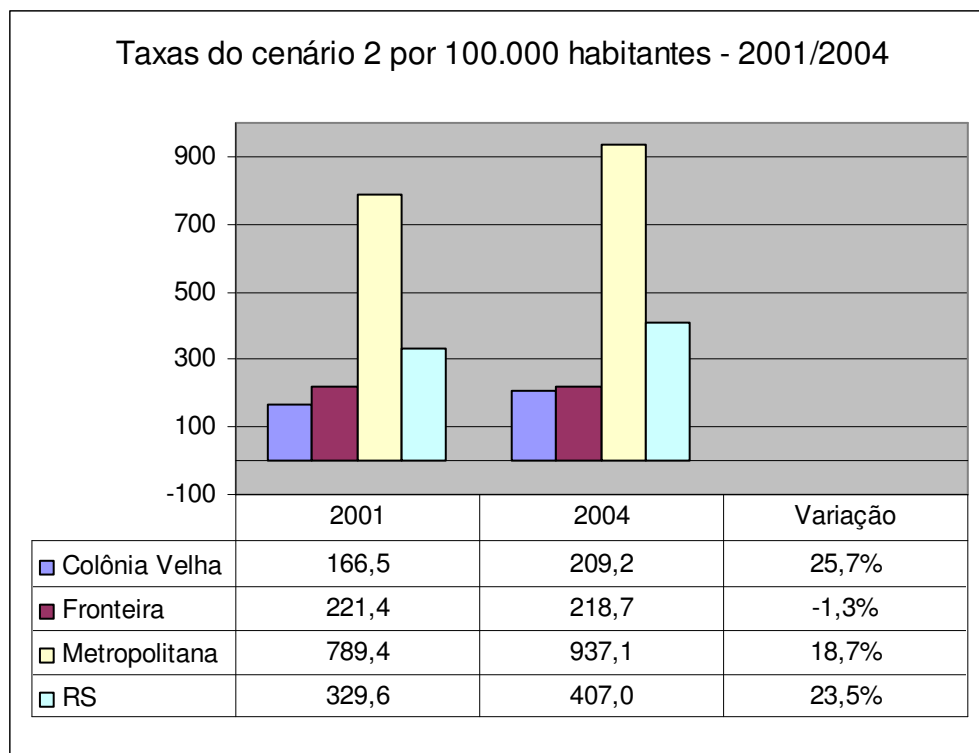


Gráfico 05 - Evolução histórica das taxas do cenário 2 – Crimes violentos não organizados entre desconhecidos - 2001 e 2004

Fontes: SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

Este cenário de crime violento reúne as seguintes modalidades de roubos: a estabelecimento comercial (minimercado e armazém), a estabelecimento de ensino, a motorista de táxi, a passageiro de transporte coletivo e lotação, a pedestre, a pedestre escolar, a transporte coletivo, de telefone celular. Como se esperava, a taxa média do cenário 2 apresentou alta correlação com a de roubos, com coeficiente de Pearson de 0,974. Tais modalidades geralmente são não organizadas e ocorrem entre desconhecidos, sendo, portanto, difusas ou ordinárias.

As taxas do cenário 2 cresceram no Estado como um todo, com exceção da Fronteira, onde apresentaram leve decréscimo de -1,3%. Embora todos os percentuais de variação positiva tenham se aproximado, os valores das taxas metropolitanas sempre superaram os das outras regiões socioculturais e do Estado.

Comparando-se a variação no Estado das taxas estaduais deste cenário 2 com as do total de roubos (gráfico 03, considerando-se os dois últimos anos), constata-se que as modalidades difusas de roubos (integrantes do cenário 2) cresceram mais.

Em resumo, as principais tendências históricas das taxas criminais (variáveis dependentes) são:

- Com exceção da Fronteira, as taxas de óbitos por homicídio aumentaram no período. Na RMPA estes crimes cresceram progressivamente até atingir uma variação de 30,1%, superior às demais regiões. Em contrapartida, a elevação destas taxas na Colônia Velha e no Estado foi menor, de 9,6% e 9,3% respectivamente.
- As lesões corporais disseminaram-se e cresceram em todos os espaços, especialmente na Fronteira, em 44,9%, variação superior à estadual, de 34,8%.
- Dentre os quatro delitos isolados, as taxas que apresentaram maior elevação no Estado foram as de roubos (264,5%), sendo que a RMPA sempre ostentou os valores mais altos. Todavia, estes delitos disseminaram-se por todo o território estadual, e relativamente menos na área metropolitana.
- Dentre os quatro delitos isolados, os valores das taxas dos crimes contra a pessoa (homicídios e lesões corporais) não apresentaram grandes disparidades entre os espaços sociais estudados.
- Ambos os cenários sociais de crimes violentos – não organizados entre conhecidos e não organizados entre desconhecidos (1 e 2) cresceram no Rio Grande do Sul, sendo que o cenário 2 aumentou mais (23,5% contra 17,7%). Com exceção da Região Metropolitana para o cenário 1 e da Fronteira para o cenário 2 (ambos com pequeno decréscimo, em torno de -1%), estes tipos delitivos elevaram-se em todos os espaços analisados.
- No período 2001-2004, as taxas estaduais do cenário 2 (modalidades difusas de roubos) cresceram mais do que o total de roubos (23,5% contra 19,1%).

Além de mostrarem o avanço generalizado das práticas criminais violentas no Estado, quanto aos roubos estes resultados confirmam parcialmente a hipótese da mudança histórica dos padrões de violência no Rio Grande do Sul, de impulsivos para instrumentais⁵⁸. Outros resultados, obtidos pela divisão da taxa de roubos (crimes instrumentais e difusos) pela de lesões corporais (crimes impulsivos e domésticos),

⁵⁸ Adiante verificaremos que também as taxas de tráfico de entorpecentes cresceram em todo o território estadual.

também comprovam esta modificação das práticas delitivas, em torno de sua maior instrumentalização e racionalização.

Tabela 03 – Evolução histórica da razão entre roubos e lesões – 1992/2004

Região	Razão entre as taxas de roubos e de lesões corporais				Variação
	1992	1997	2001	2004	
Colônia Velha	0,18	0,35	0,57	0,62	243,3%
Fronteira	0,16	0,23	0,45	0,47	183,0%
Metropolitana de Porto Alegre	0,51	0,98	1,45	1,73	236,1%
Rio Grande do Sul	0,33	0,62	0,81	0,88	170,3%

Fontes: Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Os roubos não incluem os seqüestros-relâmpago e as lesões excluem as culposas ou de trânsito.

Percebe-se na tabela acima uma tendência global de aproximação entre as taxas de roubos e as de lesões corporais, com maior intensidade na Colônia Velha, embora os índices mais elevados sejam os da RMPA, onde a taxa de roubos supera a de lesões corporais desde 2001. Em contrapartida, na Fronteira observam-se os menores índices do período, demonstrando uma forte incidência relativa das lesões.

Este processo de racionalização delitiva remete ao conceito de racionalização em Weber (1969), ou seja, a expansão da racionalidade (fundada na adequação dos meios aos fins das ações sociais e na consideração dos seus objetivos e consequências) por todas as esferas sociais, em substituição às explicações mágicas ou divinas (o chamado “desencantamento do mundo”) e aos atos irracionais. No caso da mudança da violência impulsiva para a planejada, o autocontrole dos impulsos desempenha uma dupla função: a) a busca de formas não violentas de resolução dos conflitos, dentre elas a arbitragem judicial e b) racionalizar a conduta para uma ação violenta mais eficaz e planejada, como é o caso, por exemplo, dos “acertos de contas” entre traficantes (SOUZA, 2001, p. 6). Para Zaluar (1999a, p. 44):

[A violência] Pode ser também instrumental e friamente calculada como o meio mais adequado de se atingir o fim desejado, como no caso das intimidações, assassinatos, chantagens, extorsões e ameaças que marcam os negócios da chamada economia ilegal subterrânea.

Verifica-se, portanto, que o Estado acompanha tendência nacional e internacional de crescimento vertiginoso dos crimes violentos contra a propriedade⁵⁹ e, parcialmente, de diminuição ou estabilização nos homicídios (com exceção da RMPA). Para alguns autores, este movimento decorre dos processos de modernização, de urbanização e de complexificação das sociedades, os quais desembocaram no enfraquecimento das formas tradicionais de controle social (pela família, vizinhança, religião, comunidade), na ampliação do anonimato nas relações interpessoais e na mudança comportamental de largos segmentos da população face aos novos padrões de interação:

Padrões criminais dos últimos 200 anos em muitos países de toda parte do mundo exibiram uma consistente resposta para os desenvolvimentos subsumidos sob o termo modernização. Sociedades caracterizadas por uma predominância de crimes violentos tornaram-se dominadas por crimes contra a propriedade. [...] O aumento *standard* do padrão de vida que segue a modernização é então acompanhado pelo incremento do crime contra a propriedade. (SHELLEY⁶⁰, 1981, p. 101 apud GOMEZ BUENDIA, 1989, p. 6, tradução nossa)

Tal mudança generalizada dos padrões delitivos já fora referida por Durkheim, quando diferenciou as sociedades inferiores de moral antiga – onde os "verdadeiros crimes" não eram os que se dirigiam ao indivíduo, mas "contra a ordem familiar, religiosa ou política", pois, "quando se trata de vingar um deus, o que vale a vida de um homem?" -; das sociedades modernas, nas quais é a "dor individual que aborrece" (DURKHEIM, 1966, p. 107 e 108) e a moral individual suplanta as outras morais (doméstica, religiosa e política). Este autor vaticinou que, nos países civilizados, onde mais se desenvolveu o individualismo, os homicídios tendem a diminuir, pois o culto místico do Estado perde terreno para o culto do homem⁶¹.

Contudo, o incremento significativo e não esperado das taxas de homicídios na RMPA, ainda que inferior ao dos roubos, requer explicação distinta da que vincula a modernização e a urbanização à redução dos crimes contra a vida. Isto é, apesar desta região concentrar mais intensamente do que os demais espaços os resultados

⁵⁹ Outro estudo mostrou que não apenas os roubos, mas também os furtos cresceram em todo o território estadual, variando 54,7% de 1997 a 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2002b).

⁶⁰ SHELLEY, Louise. **Crime and modernization**: the impact of industrialization and urbanization on crime. Carbondale, Ill.: Southern Illinois Un.Press, 1981, p. 101 apud GOMÉZ BUENDIA, 1989, p. 6.

⁶¹ De acordo com Sérgio Adorno, Boris Fausto (1984 apud Adorno, 1998) identificou este fenômeno em São Paulo no período entre 1880 e 1924, ao comentar que: "[...] assiste-se à passagem de uma criminalidade de sangue para a criminalidade de bens." (ADORNO, 1998, p. 238).

desses processos, foi nestes que os homicídios diminuíram ou se estabilizaram no período 1992 a 2004.

Neste sentido, Soares, G. ([2004?], p. 7) afirma que um crescimento súbito das taxas de homicídio pode estar relacionado a fatores como: o aumento do consumo de drogas e dos conflitos inerentes ao tráfico, o acesso fácil a novas e potentes armas, o colapso dos fatores inibidores (como a polícia), e o fim de uma guerra.

Marino ([2007?]), por sua vez, ressalta que os homicídios passam por uma transição etiológica, na qual os motivos de seu declínio vinculam-se à institucionalização da justiça para a resolução de conflitos interpessoais (como fator inibidor); enquanto que as causas de sua elevação advêm de sua maior instrumentalização por grupos organizados em favelas metropolitanas caracterizadas pela ausência do Estado, desorganização social e disputa em torno da dominância. Isto é, a racionalização das práticas pode tanto reduzir quanto aumentar o número de homicídios em determinado local, dependendo de como se dá este processo e por quem. Aqui também se retoma a dupla função do autocontrole proposta por Souza (2001), conduzindo por um lado, à busca de formas não violentas de resolução dos conflitos, e, por outro, ao maior planejamento das ações criminosas para garantir a sua eficácia.

Supõe-se que o crescimento dos homicídios na RMPA decorra principalmente da expansão das estruturas e atividades criminais (LLORENTE et al., 2002), das gangues, e da maior disponibilidade de armas de fogo. Em face disto, presume-se que os homicídios metropolitanos sejam proporcionalmente mais difusos e instrumentais do que os das outras regiões socioculturais, onde a incidência de mortes relacionais e ocorridas no espaço doméstico ou de vizinhança talvez seja relativamente maior.

Por outro lado, na Fronteira, onde as taxas de homicídios vêm decrescendo, parece estar ocorrendo uma alteração no conhecido padrão cultural de comportamento da população fronteiriça: o de resolução dos conflitos por conta própria, sem a intermediação de terceiros, e muitas vezes com o acionamento da violência. Esta tendência sugere, ainda, que os enfrentamentos interpessoais naquela região, embora persistentes (veja-se o crescimento das lesões corporais), estão perdendo o seu caráter letal, devido, talvez, ao maior autocontrole dos indivíduos (ELIAS, 1990, 1993; GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

Para a operacionalização da Análise Causal incluíram-se duas - Colônia Velha e Fronteira -, das três regiões socioculturais como variáveis independentes (dicotômicas), mantendo-se a RMPA como categoria de referência, por exibir padrão criminal

distinto e pela concentração de problemas sociais advindos com o seu processo histórico de metropolização. Em resumo, as conformações regionais exibem as seguintes características:

- NA RMPA concentra-se a nova criminalidade organizada, que lá se originou e continua se fortalecendo, expandindo-se daí para o interior do Estado. Suas taxas delitivas, além de crescentes, exibem valores mais altos, principalmente as dos crimes patrimoniais e organizados.
- Na Colônia Velha observa-se uma menor presença dos grupos criminais organizados (tanto de crianças e de adolescentes quanto de adultos) e taxas delitivas relativamente mais baixas.
- Na Fronteira o crime organizado tradicional não violento (abigeato, contrabando e descaminho) convive com a nova criminalidade organizada. Ao mesmo tempo, lá os homicídios estão decrescendo, ao contrário das lesões corporais, o que sinaliza uma possível modificação do seu tradicional padrão cultural de resolução dos conflitos por conta própria, representada pela redução de seu potencial letal.

Nos próximos três capítulos serão expostas as demais variáveis independentes contempladas na Análise Causal, selecionadas após a consideração de sua adequação empírico-analítica e a exclusão de outros indicadores colineares⁶². Neles constará análise descritiva das variáveis no período 1990-2003, distribuídas nas três regiões socioculturais (considerando-se a população-alvo de 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes) e no Rio Grande do Sul, bem como arrazoado teórico a respeito da provável influência dos indicadores sobre as taxas criminais. Lembra-se que os resultados das análises descritivas das variáveis independentes são aproximações das populações regionais.

⁶² Informações complementares sobre a bateria inicial de variáveis, sua operacionalização e os procedimentos adotados para a execução da Análise Causal constam no Apêndice A – Metodologia.

4 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Neste capítulo analisa-se o bloco de variáveis independentes relativas às “condições socioeconômicas”, que reúne os seguintes conjuntos de indicadores obtidos através de dados secundários: a) demográficos, b) configuração urbana, c) indicadores positivos de desenvolvimento, d) indicadores negativos de desenvolvimento, e) desigualdade, f) migrações.

Antes de se examinar a análise descritiva e a fundamentação teórica destes indicadores, apresentam-se os procedimentos de escolha dos mais apropriados do ponto de vista teórico e metodológico, tendo em vista a necessidade de eliminação da redundância e da colinearidade.

4.1 A seleção dos indicadores socioeconômicos

Partindo-se de um conjunto inicial de 51 variáveis socioeconômicas, foram selecionadas as que apresentaram correlação relevante com as dependentes (com coeficiente de correlação de Pearson igual ou acima de 0,4) em ao menos um dos períodos estudados (década de 1990 ou início da de 2000). As variáveis escolhidas aparecem em destaque no quadro a seguir, que expõe a bateria inicial de indicadores e seus coeficientes de correlação com as taxas criminais.

Tabela 04 - Bateria inicial de variáveis independentes socioeconômicas

(continua)

Grupo	Subgrupo	Variáveis independentes socioeconômicas	Coeficientes de correlação com as taxas criminais								
			Homicídios		Lesões		Roubos		Cen 1	Cen 2	
			T1	T2	T1	T2	T1	T2			
Demográficos		Taxa de crianças e adolescentes	0,62	0,45	0,10	0,07	0,43	0,34	0,04	0,37	
		Taxa homens jovens	0,29	0,36	-0,03	0,45	0,19	0,50	0,11	0,45	
		Taxa de pessoas sem companheiro	0,31	0,47	0,57	0,62	0,18	0,62	0,29	0,64	
Tam. fam. médio		Nº médio de pessoas por família	0,30	0,31	-0,20	-0,14	0,02	0,09	-0,18	0,12	
Configuração urbana		Taxa de urbanização	0,62	0,43	0,36	0,44	0,62	0,62	0,07	0,56	
		População urbana das sedes	0,33	0,34	0,49	0,50	0,52	0,67	0,23	0,63	
Indicadores positivos de desenvolvimento	Trabalho e Renda	Pib <i>per capita</i> em reais	-0,23	-0,26	-0,04	-0,07	-0,20	-0,15	-0,01	-0,17	
		Renda <i>per capita</i> (colinear)*	0,27	0,11	0,33	0,26	0,40	0,43	0,06	0,33	
		Taxa de pessoas ocupadas	-0,12	-0,13	-0,30	0,43	-0,07	-0,20	-0,08	-0,28	
		IDHM renda	0,28	0,06	0,25	0,20	0,38	0,39	0,00	0,27	
		IDESE renda	-0,17	-0,34	-0,04	-0,06	-0,15	0,03	-0,22	-0,12	
	Educação	Taxa bruta de frequência escolar	0,02	-0,09	0,30	0,10	0,15	0,14	-0,06	0,14	
		Média de anos de estudo	0,29	0,24	0,34	0,48	0,44	0,61	0,06	0,55	
		Taxa jovens c/ acesso ao ensino superior	0,13	0,04	0,33	0,16	0,30	0,35	0,06	0,25	
		IDHM educação (colinear)*	0,12	0,13	0,10	0,14	0,33	0,43	-0,12	0,36	
		Taxa de responsáveis com 1º grau	0,52	0,45	0,39	0,36	0,60	0,64	0,06	0,65	
		IDESE educação	-0,05	-0,18	0,08	0,10	0,15	0,14	-0,34	0,09	
	Saúde	Índice de sobrevivência até 40 anos	-0,10	-0,27	-0,11	-0,14	-0,01	-0,29	-0,02	-0,29	
		Esperança de vida ponderada	-0,09	-0,26	-0,09	-0,13	-0,00	-0,28	-0,01	-0,29	
		Taxa de médicos (colinear)*	0,21	0,04	0,43	0,36	0,31	0,34	0,12	0,30	
		IDESE Saúde	0,47	0,40	-0,16	-0,17	-0,33	-0,27	-0,11	-0,35	
	Sup est.	Taxa transferências governamentais	-0,30	-0,36	0,39	0,20	-0,20	-0,34	0,09	-0,27	
		Taxa de suporte estatal familiar	-0,22	-0,27	0,39	0,26	-0,17	-0,27	0,16	-0,19	
	Índices	IDHM	0,16	-0,02	0,13	0,12	0,33	0,25	-0,05	0,15	
		IDESE	0,15	-0,04	0,28	0,23	0,28	0,30	-0,14	0,21	
	Indicadores negativos de desenvolvimento	Escolaridade deficiente	Taxa de evasão do 1º grau	0,42	0,05	0,26	0,38	0,18	0,12	-0,04	0,17
			Taxa de evasão do 2º grau	0,13	-0,09	-0,18	-0,23	-0,21	0,07	0,51	0,13
			Taxa de reprovação do 1º grau	0,08	0,19	0,31	-0,04	0,15	0,06	0,27	0,15
			Taxa de reprovação do 2º grau	-0,14	-0,04	-0,05	-0,03	-0,27	-0,03	0,08	-0,01
			Taxa de analfabetismo (15 ou + anos)	-0,19	-0,15	0,07	0,05	-0,39	-0,37	0,12	-0,27
			Taxa pessoas c/ menos 4 anos de estudo	-0,11	-0,14	0,03	-0,04	0,34	0,41	0,18	-0,33
			Taxa de crianças sem escola	0,04	0,29	0,01	0,26	-0,12	0,15	0,41	0,20
			Taxa de adolescentes sem escola	-0,04	-0,05	-0,30	-0,04	-0,04	-0,23	0,14	-0,24
		Indigência	Taxa de indigentes (colinear)*	-0,23	-0,06	0,01	0,10	0,42	-0,27	0,07	-0,16
Taxa de pobres			-0,22	-0,05	0,03	0,13	-0,39	-0,23	0,09	-0,12	
Taxa de mortalidade infantil			0,10	0,27	0,11	0,14	0,01	0,29	0,03	0,30	
Vuln. fam.		Taxa de mães responsáveis	0,55	0,47	0,47	0,39	0,50	0,48	0,41	0,53	
		Taxa residentes fam. c/ depend. (colinear)*	0,42	0,28	0,27	0,07	0,29	0,10	0,07	0,19	
		Taxa de responsáveis s/ rendimento (medida parcial de desemprego)	0,25	0,23	-0,05	0,32	0,23	0,20	0,11	0,28	
Precariedade domiciliar		Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais	0,45	0,36	0,50	0,35	0,64	0,67	0,13	0,56	
		Densidade por dormitório	0,44	0,33	0,05	0,26	0,31	0,24	0,09	0,36	
		Taxa de domicílios s/ instal. sanitárias	-0,27	-0,14	-0,01	-0,03	-0,33	-0,33	0,22	-0,24	
		Taxa de domicílios urbanos s/ coleta lixo	-0,34	-0,19	-0,15	-0,19	-0,34	0,42	0,02	-0,32	
		Taxa de domicílios s/ rede geral de água	0,55	0,34	0,41	0,47	0,63	0,53	0,05	0,55	
		Taxa de domicílios s/ rede interna de água	-0,27	-0,20	-0,02	-0,02	0,46	0,37	0,09	-0,29	
	Taxa de domicílios s/ iluminação elétrica	-0,25	-0,21	0,02	-0,08	0,41	0,39	-0,01	-0,32		
Taxa de domicílios considerados moradia inadequada (só para 2000). (colinear)*	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,16	0,43			

Tabela 04 - Bateria inicial de variáveis independentes socioeconômicas

(conclusão)

Grupo	Subgrupo	Variáveis independentes socioeconômicas	Coeficientes de correlação com as taxas criminais							
			Homicídios		Lesões		Roubos		Cen 1	Cen 2
			T1	T2	T1	T2	T1	T2		
Desigualdade		Índice de GINI	-0,11	-0,01	0,25	0,39	-0,29	0,04	0,15	0,07
		Índice L de Theil	-0,08	-0,01	0,27	0,44	-0,27	0,08	0,17	0,11
Migrações		Efeito da migração residual na população observada	0,49	0,13	-0,04	-0,27	0,51	0,09	-0,14	0,05

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>); Ministério da Saúde. SIM. (Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>); Pesquisa de campo; Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>). Indicadores e correlações elaborados pela autora.

Notas:

- Para fins de exposição, os valores dos coeficientes de correlação foram arredondados, de três para dois números após a vírgula.

- T1 = década de 1990; T2 = início da década de 2000; NA = não se aplica.

- As variáveis socioeconômicas que aparecem em destaque, com exceção das colineares, integram os bancos de dados específicos de cada delito, a partir dos quais se executou a Análise Estatística Multivariada, tratada no capítulo 8.

Após a identificação das variáveis significativamente correlacionadas com as taxas criminais, examinou-se a colinearidade entre elas, estipulando-se como limite o coeficiente de correlação igual ou acima de 0,8. Entre duas variáveis colineares, selecionou-se a que obteve maior correlação com a respectiva variável dependente. No quadro acima as variáveis descartadas contêm a expressão “(colinear)*”, e são as seguintes:

- Taxa de residentes em famílias com dependência – associada com a “densidade por dormitório” (coeficiente de correlação de 0,766 no tempo 1 e de 0,812 no tempo 2). A primeira correlação, embora um pouco inferior ao limite estipulado, ainda é muito significativa.
- Taxa de médicos – relacionada com a “população urbana das sedes” (0,884 e 0,833).
- Taxa de indigentes – correlacionada com a “taxa de domicílios sem rede interna de água” (0,887 e 0,888) e com a “taxa de domicílios sem iluminação elétrica” (0,832 e 0,811).
- Renda *per capita* – associada com a “média de anos de estudo” (0,859 e 0,807).

- IDHM Educação – correlacionada com a “média de anos de estudo” (0,826 e 0,808) e com a “taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo” (-0,822 e -0,873).
- Taxa de domicílios considerados moradia inadequada em 2000 - associada com a “taxa de urbanização de 2000” (-0,803).

Portanto, do bloco inicial acima apresentado, restaram 22 variáveis socioeconômicas. O processo de escolha dos indicadores mais importantes para o entendimento da criminalidade violenta nos espaços estudados revelou alguns aspectos interessantes:

- Percebe-se que algumas variáveis associam-se com um ou dois delitos, outras se correlacionam com a maioria deles. Dentre elas, as que obtiveram maior quantidade de correlações significativas com a criminalidade violenta foram: a) a taxa de mães responsáveis (fortemente associada com os cinco tipos delitivos); b) correlacionadas com quatro delitos: a taxa de pessoas sem companheiro, a de urbanização, a de residentes em domicílios considerados aglomerados subnormais e a de domicílios sem rede geral de água; c) associadas com três tipos criminais: a população urbana das sedes, a média de anos de estudo e a taxa de responsáveis com 1º grau.
- Dois grupos de variáveis não obtiveram associação relevante com quaisquer das taxas criminais: os indicadores de suporte estatal (taxa de transferências governamentais e de suporte estatal familiar)⁶³ e os Índices de Desenvolvimento e de Qualidade de Vida (IDH e IDESE).
- Quanto aos indicadores de pobreza e de indigência, apenas a taxa de indigentes teve correlação importante com a de roubos do 1º período, sendo posteriormente descartada por sua colinearidade com a taxa de domicílios sem rede interna de água e a de domicílios sem iluminação elétrica, nos dois períodos. Portanto, a

⁶³ Ambas os indicadores - de transferências governamentais e de suporte estatal familiar - baseiam-se nos recursos de aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como o seguro-desemprego e a bolsa-escola, que diferem dos rendimentos do trabalho ativo. Elas se equiparam à noção de “suporte social” de Cullen (2003, p. 533-542), que abrange as seguintes modalidades de auxílio: a) assistência governamental para a pobreza; b) políticas de auxílio familiar (assistência a crianças, programas para famílias em risco); c) programas comunitários e participação nas organizações locais; d) políticas de emprego. O autor enfatiza que quanto menos suporte existir em uma comunidade, maiores serão as suas taxas criminais. Não apenas receber, mas dar suporte (assumir a responsabilidade por outros) também representa um fator de bloqueio do crime. Tal conceito aparece também em: CULLEN, Francis. Social support as an organizing concept for criminology. *Justice Quarterly*, n. 11, p. 527-559, 1994 apud HANNON; DEFRONZO, 1998, p. 384.

pobreza e a indigência enquanto tais pouco ou nada influenciaram a criminalidade violenta, mas são coincidentes (colineares) com variáveis que se referem à precariedade domiciliar, especialmente a taxa de domicílios sem rede interna de água e sem iluminação elétrica. Ou seja, leva-se em conta nas interpretações futuras o fato de que estas duas últimas variáveis também indicam certo grau de indigência.

- Ambos os indicadores de renda foram descartados: o PIB *per capita* em reais por não apresentar correlação significativa com as variáveis dependentes e o da renda *per capita* por sua colinearidade com a média de anos de estudo. Assim, também neste caso se observa a representação, não prevista inicialmente, de determinado indicador por outra variável. Neste sentido, nas análises posteriores a média de anos estudos incorporará, além do nível de escolaridade, a distribuição da renda pela população do município.
- Por fim, confirmando-se preliminarmente uma das hipóteses deste estudo, verifica-se a conformação de grupos diferenciados de variáveis socioeconômicas de acordo com o tipo delitivo. Por exemplo, as lesões corporais correlacionam-se com ao menos uma das variáveis de todos os grupos de indicadores socioeconômicos: demográficos, positivos e negativos de desenvolvimento, desigualdade e migrações. Por outro lado, enquanto que os roubos ostentam maior número de correlações relevantes, o cenário 1 (crimes não organizados entre conhecidos) obteve a menor quantidade, associando-se com apenas três variáveis. Além disso, os roubos diferenciam-se dos demais crimes pelo seu maior número de associações com indicadores de precariedade domiciliar (taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais, de domicílios urbanos sem coleta de lixo, sem rede interna e geral de água e sem iluminação elétrica).

Na seqüência, serão examinadas descritivamente as modificações históricas dos indicadores socioeconômicos ao longo do período 1991-2003, antecipando-se a grande diversidade inter-regional e a sua pertinência como fatores causais da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul, de acordo com a literatura sobre o crime e a violência.

4.2 Análise descritiva dos indicadores socioeconômicos

4.2.1 Demográficos

Os indicadores demográficos reúnem as seguintes taxas: de crianças e de adolescentes (proporção de pessoas de 0 a 18 anos), de homens jovens (proporção de homens de 15 a 24 anos), de pessoas sem companheiro (a) (proporção de pessoas solteiras, viúvas, separadas, desquitadas e divorciadas⁶⁴).

Tabela 05 – Evolução histórica dos indicadores demográficos – 1991/2000

Variáveis	Região	1991	1996	2000	Vari- ção
Taxa de crianças e adolescentes – 1991/2000	Colônia Velha	0,353	0,345	0,322	-8,9%
	Fronteira	0,382	0,368	0,355	-7,1%
	Metropolitana de Porto Alegre	0,362	0,347	0,332	-8,3%
	Rio Grande do Sul	0,372	0,354	0,337	-9,3%
Taxa de homens jovens – 1991/2000	Colônia Velha	0,153	0,182	0,184	20,3%
	Fronteira	0,177	0,176	0,182	2,8%
	Metropolitana de Porto Alegre	0,177	0,186	0,193	9,0%
	Rio Grande do Sul	0,177	0,178	0,184	4,1%
Taxa de pessoas sem companheiro (a) – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,420	-	0,548	30,5%
	Fronteira	0,462		0,625	35,3%
	Metropolitana de Porto Alegre	0,460		0,644	40,1%
	Rio Grande do Sul	0,442		0,586	32,5%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>). Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Crianças – de 0 até 12 anos incompletos; Adolescentes – de 12 a 18 anos de idade (conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente). Taxa de crianças e adolescentes = pessoas de 0 a 18 anos / população.
- Taxa de homens jovens = homens de 15 a 24 anos de idade / população masculina.
- Taxa de pessoas sem companheiro (a) = (somatório das pessoas de 10 ou mais anos que declararam os seguintes estados civis: solteiro, separado, desquitado, divorciado, viúvo) / população de 10 ou mais anos de idade.

⁶⁴ A “taxa de pessoas sem companheiro(a)” baseou-se no estado civil declarado pelos informantes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, o qual é, a princípio, problemático, dada a provável discrepância entre o estado civil formal e o real (ou, mais especificamente, as pessoas com 10 ou mais anos que vivem, efetivamente, em união conjugal, ou sozinhas). Para testar a validade desta variável, ou seja, para verificar se, de fato, a soma dos estados civis sem relação conjugal retrata esta situação, recorreu-se a outro indicador censitário exclusivo de 2000, a “condição de convivência”, que se refere ao número de pessoas de 10 ou mais anos que vivem ou não em companhia de companheiro. A partir daí, elaborou-se a taxa de pessoas que não vivem em companhia, que obteve coeficiente de correlação de 0,709 com a nossa taxa de pessoas sem companheiro (a) de 2000, considerando-se todos os municípios gaúchos. Esta alta correlação entre os dois indicadores reforça a plausibilidade da taxa aqui adotada.

Quanto à população infantil e adolescente, verifica-se que ela decresceu homogeneamente em todos os espaços, nos quais os valores das taxas são próximos.

Por outro lado, percebe-se um crescimento global dos homens jovens, especialmente na Colônia Velha, cuja variação atingiu 20,3% em 2000.

Também ascendeu, em todos os espaços analisados, a taxa de pessoas sem companheiro (a), destacando-se a RMPA, com 40,1% de variação positiva. A Colônia Velha, além de apresentar taxas inferiores, obteve um crescimento relativamente inferior, de 30,5%.

Salientaram-se, em síntese, as seguintes tendências demográficas no Rio Grande do Sul: a) certo envelhecimento da população, b) um aumento generalizado de homens jovens, maior na Colônia Velha e c) uma elevação global das pessoas que vivem sozinhas, inferior na Colônia Velha e maior na Região Metropolitana.

Estima-se que a maior proporção de crianças e de adolescentes possa estar relacionada com uma maior probabilidade de formação de gangues nos municípios, bem como com a necessidade de um maior volume de recursos municipais e familiares para o seu sustento. Assim, seja do ponto de vista cultural e criminogênico (formação de gangues), seja do ponto de vista econômico (necessidade de mais recursos e pressão familiar sobre o indivíduo), supõe-se que esta variável correlaciona-se positivamente com a criminalidade, tanto patrimonial (taxa de roubos) como contra a integridade física pessoal (homicídios e lesões corporais).

É mundialmente referida a maior propensão de homens jovens serem tanto vítimas quanto autores de crimes, assim, prevê-se que nas cidades onde a proporção de jovens na população masculina for alta haverá maior incidência de crimes.

Por fim, em municípios com maior número de pessoas vivendo sozinhas (solteiras ou com uniões desfeitas) provavelmente estejam ocorrendo mais delitos, uma vez que existem relativamente menos famílias e relações conjugais tradicionalmente reconhecidos pela literatura sociológica como fatores da contenção do crime e da violência, desde Durkheim (que no livro “O Suicídio” referiu a associação entre homens solteiros e suicídios). No caso dos solteiros, por exemplo, Cano (2006) encontrou um maior número deles nos registros de ocorrência e sentenças envolvendo homicídios no Rio de Janeiro, concluindo que:

Ser casado e ter um núcleo familiar poderia diminuir as chances de ser condenado, e, talvez, de cometer crimes. Ou, dito de outra forma, ser solteiro poderia ser um fator de risco porque facilitaria a exposição do indivíduo à criminalidade. (CANO, 2006, p. 21-22).

Os enquadramentos teóricos das duas primeiras hipóteses – atinentes à proporção de crianças e de adolescentes e de homens jovens - referem-se ao enfoque psicológico e sociológico sobre a adolescência⁶⁵ ou a juventude (e sua vinculação com a delinqüência), à interpretação não propriamente sociológica acerca da composição etária da população, além dos estudos sobre a “curva etária do crime”. Este último enfoque também auxilia na compreensão da influência da taxa de pessoas sem companheiro (a) sobre a criminalidade, indicador igualmente amparado nas abordagens da anomia durkheimiana, do controle social (especialmente quanto aos seus elementos externos) e das atividades rotineiras. Na seqüência, serão tratados sinteticamente esses pressupostos.

De acordo com estudos psicológicos sobre a adolescência, nesta fase o ato delinqüente pode representar a busca de pertença à sociedade, de inscrição simbólica, de afirmação tateante de uma identidade, quando o grupo (ou a gangue) se torna um substituto da família:

Assim, o adolescente terá que lidar com a demanda dos pais, da comunidade e com as múltiplas possibilidades e situações que lhe exigirão respostas articuladas em escolhas, experimentações e decisões. Entretanto, falta-lhe a ancoragem necessária para dar conta de tantas demandas, vendo-se, assim, diante do vazio e da solidão de quem agora precisa dizer de si mesmo. Nessa nova condição vive a estranheza, tanto relativa ao corpo quanto a novas exigências sociais. Confrontado com a exigência de assumir novos papéis e ocupar um lugar na comunidade, o adolescente poderá formular algo da ordem da 'não-aceitação' ou 'recusa' a ingressar nessa comunidade, a compartilhar de suas regras e a submeter-se aos limites por ela impostos, recusa que poderá levá-lo a trilhar caminhos que vão desde o engajamento na busca de utopias místicas, políticas ou intelectuais, até a formação de grupos de iguais, de fraternidades, bandos e gangues, e finalmente, a produção de atos delinqüentes. (SILVA, 1997, p. 243-244)

É na adolescência que os atos delinqüentes e toxicomaníacos apresentam-se fortemente como uma via possível para alcançar o sucesso, a exceção, o reconhecimento. E percebo que essa via não tem servido apenas para um passeio informal pela curiosidade, mas tem servido de ancoragem para adolescentes sedentos de pontos referenciais. (CONTE, 1997, p. 252)

⁶⁵ Para além da categoria jurídica de adolescência, constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, que privilegia o intervalo etário de 12 a 18 anos, cita-se a definição adotada pela Organização Pan-americana de Saúde: “Adolescência é um processo primariamente biológico que transcende a área psicossocial e constitui um período durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade.” (MELLO JORGE, 1998, p. 99).

Carmem de Oliveira destaca que o ingresso na criminalidade significa um dos “mais sedutores atalhos de reconhecimento” e de inclusão social para os adolescentes pobres, excluídos da escola e do trabalho:

Dito de uma maneira mais conclusiva: o que está permanentemente evocado pelo adolescente suburbano em suas escolhas de ingresso na criminalidade é a esperança de uma mudança de lugar pelo acesso ao significante-dinheiro como mediador de reconhecimento buscado. Uma forma mais ágil, embora com mais riscos à própria vida, de conseguir a inclusão social que lhes é negada. [...] Uma inclusão às avessas, uma interpelação à sociedade. (OLIVEIRA, 2003, p. 311)

Dentro do enfoque sociológico sobre a adolescência, recorda-se, inicialmente, a já citada análise de Cano (2002, p. 14), que menciona os componentes hormonais, psicológicos ou sociais para explicar uma maior presença de jovens do sexo masculino entre criminosos e violentos.

Na perspectiva interacionista simbólica, a ser aprofundada em tópico ulterior, Matsueda e Heimer (1997) afirmam que a adolescência é comumente percebida como um período do curso vital cujas mudanças biológicas superam o desenvolvimento social, implicando novos ajustamentos e adaptações individuais. Além disso, neste período ocorre uma mudança da escola elementar para a média e a aquisição de uma identidade estável:

Estas principais mudanças biológicas e sociais criam estresse e contribuem com as ‘dificuldades’ da adolescência. [...] [A aquisição de uma identidade estável] permite ao jovem alinhar concepções prévias do *self* com as mudanças sociais, físicas e fisiológicas correntes. Esta exigência faz com que os adolescentes tornem-se inoperadamente egocêntricos e preocupados com as avaliações e opiniões dos seus outros significantes e grupos de referência (Elkind 1967⁶⁶). [...] Isso significa que as dramáticas mudanças físicas e fisiológicas ocorridas durante este período criam impulsos ou necessidades simbolizadas por crises de identidade, preocupação com a avaliação dos outros e estresse psicológico, os quais por sua vez provocam a delinqüência quando a incorporação de papel pressupõe que os impulsos e necessidades devam ser satisfeitos através da delinqüência. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 190, tradução nossa)

Na adolescência, os grupos de pares tornam-se uma importante fonte de controle social, através, por exemplo, dos mexericos, avaliações e críticas, reforçadores da solidariedade grupal:

⁶⁶ ELKIND, D. Egocentrism in adolescence. **Child Development**, n. 38, p. 1025-1034, 1967 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 190.

Realmente, interações cotidianas com grupos de pares permitem aos jovens constituir normas sobre aparência, camaradagem, sexualidade, e alcançar conquistas, as quais eles subseqüentemente consideram através da incorporação de papel, quando negociam identidades e linhas de ação. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 194, tradução nossa)

Em adição, um tema adolescente típico é a resistência contra as regras adultas:

Assim, quando os jovens consideram as perspectivas dos grupos de pares, são muito propensos a se rebelar contra as regras. E porque a delinqüência representa uma forma extrema de resistência à autoridade, os processos do grupo de pares podem explicar parte do pico do crime durante a adolescência. [...] Além disso, os pares delinqüentes podem aumentar a probabilidade de delinqüência via incorporação de papel ao fomentar identidades como criadores de confusão [*troublemakers*] e transmitir definições favoráveis à delinqüência (Heimer e Matsueda 1994⁶⁷). (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 194, tradução nossa)

Em se tratando de perspectiva sociológica, é apropriado introduzir-se aqui a condição social que influencia a extensão e as maneiras de viver cada período etário relativizando-se, desta forma, os respectivos atributos universais. Neste sentido, Bernarda Barbini (1997) entende o período da juventude como uma “moratória” que precede o ingresso na idade adulta, ressaltando que os jovens de diferentes classes sociais têm maior ou menor probabilidade de viver este período em sua plenitude. Assim, enquanto os jovens de classes média e alta podem estudar e postergar as responsabilidades adultas, para os jovens de classes populares a adolescência ou a juventude representa uma etapa rápida de transição, um parêntese entre a infância e a idade adulta.

Chamboredon (1971), por sua vez, assinala diferenças de classe no tocante à socialização e a regulação social: enquanto que nas classes favorecidas o controle sobre os adolescentes é mais englobante, difuso e discreto (distribuindo-se em círculos fechados de socialização – associações, clubes, escolas - que de certa forma “protegem” os jovens transgressores), na classe popular ele é mais breve e sujeito às influências externas. Em conseqüência disso, os infratores de classe baixa seriam mais freqüentemente expostos ao julgamento do grupo de pares, da comunidade e dos agentes estatais (como os conselheiros tutelares, a polícia, o juizado, etc.). Os círculos de socialização freqüentados pelos jovens economicamente favorecidos -

⁶⁷ HEIMER, Karen; MATSUEDA, Ross. Role-taking, role-commitment, and delinquency: a theory of differential social control. **American Sociological Review**, n. 59, p. 365-390, 1994 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 194.

geralmente inacessíveis aos de classe popular - impedem que os seus comportamentos produzam todas as conseqüências possíveis, na medida em que eles “[...] interpõem uma série de telas de proteção entre a família e o domínio público.” (CHAMBOREDON, 1971, p. 353, tradução nossa).

Esse diferencial de classe também foi salientado por um dos informantes da pesquisa, quando comentava a menor participação dos adolescentes das classes média e alta nas gangues de seu município:

A elite tem mecanismo de controle mais refinado. Determinado bar é freqüentado por certa classe. As classes mais esclarecidas dialogam mais, acho que a incidência é menor porque o filho fica mais ocupado. [Embora] hoje são mais ociosos. (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre).

Por outro lado, Chamboredon distingue a delinqüência anômica - decorrente da crise de educação e mais incidente entre os adolescentes economicamente favorecidos - da endêmica, mais freqüente nas classes populares. Esta última “[...] não é conseqüência de uma crise de educação, mas, sobretudo, uma conseqüência possível das condições de vida e das condições de lazer.” (CHAMBOREDON, 1971, p. 343, tradução nossa).

Nesta mesma linha, alguns informantes da pesquisa diferenciaram as atividades e o grau de violência das gangues de acordo com a classe social predominante dos seus membros: “*A classe média seria mais por velocidade, bebidas, brigas; pobres, furtos e assassinatos.*” (entrevista de pesquisa com direção de escola de Flores da Cunha); “*Antes gangue era algo de pobre, hoje é mais nas classes mais altas. A minha hipótese é de que a violência é mais gratuita nas classes mais altas.*” (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre).

Além disso, a condição de classe também interfere no acesso à Justiça e no processo de criminalização de atos desviantes, tanto na adolescência quanto na idade adulta, podendo-se falar da existência de uma “distribuição diferencial da imunidade” (ROBERT; KELLENS, 1973, p. 387, tradução nossa).

Ainda com relação à composição etária jovem da população, citam-se estudos como o de Quetelet no final do século XIX e o de Earstelin (1978 apud SOARES, G.; CANO, 2002, p. 9⁶⁸), que atribuem certa autonomia aos fatores demográficos e praticamente retiram de cena as explicações sociológicas. Também alguns estudos nor-

⁶⁸ EARSTELIN, R. A. What will 1984 be like? Socioeconomic implications of recent twists in age structure. **Demography**, v. 14, n. 4, p. 397-432, 1978 apud SOARES, G.; CANO, 2002, p. 9.

te-americanos vinculam a queda recente dos crimes naquele país ao envelhecimento da sua população (VERGARA, 2002).

Referem-se, igualmente, os trabalhos que analisam a curva etária do crime (baseados na vertente do percurso de vida), afiliados à teoria do controle social de Hirschi ou à perspectiva do interacionismo simbólico⁶⁹.

Embasados na abordagem do controle social de Hirschi⁷⁰, alguns *estudos longitudinais sobre o percurso de vida (life course)* mencionam a “curva etária do crime”, ao longo da qual se percebe uma disputa permanente entre os benefícios e os riscos dos papéis convencionais e criminais. Estes últimos tendem a se enfraquecer e/ou se extinguir com o avançar da idade do delinqüente ou do criminoso, na medida em que vai assumindo papéis adultos.

Citam-se, igualmente, outros estudos que assinalam diferenças etárias quanto aos vínculos que predisõem ou afastam o indivíduo da delinqüência, como o de Thornberry:

Por exemplo, Thornberry⁷¹ propõe que a ausência de ligação com os pais é um promotor significativo da delinqüência na ‘adolescência precoce’ (11 a 13 anos), enquanto que o enfraquecimento dos vínculos escolares e a associação com pares assumem maior significância nas vidas dos jovens no estágio da ‘adolescência média’ (15 a 16 anos). Além disso, nesta fase os valores delinqüentes tornam-se mais importantes, particularmente como causadores de posterior envolvimento com a delinqüência. [...] Na ‘adolescência tardia’ (18 a 20 anos), o comportamento ‘criminal’ é modelado mais pelo descompromisso com atividades ‘convencionais’, tais como ‘emprego, frequência à universidade, serviço militar’, do que por fatores paternos e escolares. (SHOEMAKER, 1996, p. 261-262, tradução nossa)

Por sua vez, utilizando premissas do *interacionismo simbólico* (pragmatismo, homem biossocial de Mead⁷², conteúdos culturais e situacionalidade⁷³) e das perspecti-

⁶⁹ Também Cloward e Ohlin (1960) mencionam a mudança do papel delinqüencial durante a passagem da adolescência para a idade adulta, quando os meios ilegítimos tornam-se mais restritos e se percebe uma maior pressão social para o desempenho de papéis convencionais, por exemplo, os atribuídos ao casamento, à paternidade, ao trabalho, etc.

⁷⁰ As teorias do controle social serão aprofundadas adiante.

⁷¹ THORNBERRY, Terence P. Toward an Interactional Theory of Delinquency. **Criminology**, v. 25, 1987 apud SHOEMAKER, 1996, p. 261-262.

⁷² Idéia de que “[...] os impulsos, instintos e genótipos do organismo humano biológico são traduzidos no comportamento através de um processo social consistindo da interação com outros.” (Matsueda e Heimer, 1997, p. 167, tradução nossa). Vide: MEAD, George H. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 167.

vas do percurso de vida e desenvolvimental (*developmental*), Matsueda e Heimer pretendem desenvolver uma teoria do curso vital criminal. Para tanto, trabalham com categorias como trajetórias (tendências de longo prazo) e transições (mudanças de curto prazo) – provenientes da teoria do percurso vital – e a noção de crime como desenvolvimento (com idade de início e de término, ativação, aceleração, diversificação, estabilização, agravamento e desistência), advinda da teoria desenvolvimental.

Os autores enfocam principalmente o processo de incorporação de papéis (*role taking*) e os seus significados para os indivíduos, destacando elementos como: a permanência e o compromisso com o papel *versus* as transições e desistências, e o ingresso em novos papéis.

Ao serem confrontadas com situações problemáticas, as pessoas vão incorporando distintos papéis em sua vida – “criança dependente, estudante, par adolescente, empregado, criminoso, esposa, pai, empregado militar, etc.” (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 174, tradução nossa) -, classificados por idade ou nível de desenvolvimento. Este movimento inclui conversas entre o eu (ego) e o me (superego), dois componentes do *self*. Isto é, a pessoa constrói uma imagem de si própria através de diálogos mentais entre ela e os outros significativos (fictícios ou não).

Para o interacionismo simbólico o curso de vida vincula-se dialeticamente com as interações sociais, nas quais ocorrem simultaneamente duas espécies de seleção – auto-seleção e seleção por outros -, ou seja, os indivíduos auto-selecionam determinados papéis e também são escolhidos por grupos sociais para desempenhar papéis específicos. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 176).

Quanto mais este processo envolver auto-seleção do que seleção por outros, maior será a correspondência entre as características individuais (incluindo temperamento, constituição, impulsos), o *self* social (incluindo algum outro generalizado) e o papel social. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 181, tradução nossa)

Além disso, se a auto-seleção for predominante haverá mais motivação para estabelecer um compromisso com o papel e maior será sua duração.

⁷³ O interacionismo simbólico concebe agressores e vítimas como sujeitos ativos que avaliam as situações enfrentadas. Athens (1997), um de seus representantes e sucedâneo de Blumer (1969) e de Becker (1977), em estudo sobre a vida de criminosos cunhou o conceito de “situacionalidade” da conduta humana, pois esta “[...] acontece sempre dentro de uma situação que deve ser interpretada pela pessoa que com ela é confrontada.” (ATHENS, 1997, p. 23, tradução nossa). McCarthy e Hagan (1992) utilizam esta noção em pesquisa sobre a influência de fatores situacionais no comportamento criminoso de jovens que vivem na rua, dentre eles, as condições adversas ou criminógenas da própria vida na rua (fome, local de moradia, tempo de vida na rua, redes de amizades, etc.).

Assim, ao longo do tempo, quando o comportamento torna-se rotinizado, o 'Eu' perde importância e um grande conjunto de problemas é resolvido do ponto de vista de uma identidade específica de papel ou outro generalizado. Turner (1978)⁷⁴ usou o termo 'fusão do papel na pessoa' para referir esta situação na qual a pessoa torna-se tão identificada com um papel específico que busca representá-lo até quando ele parece inapropriado. Sob tais circunstâncias, o comportamento está rotinizado, o 'Eu' está relativamente latente, e a mudança é improvável. Esta visão de estabilidade e mudança no *self* ajuda a explicar as transições do curso de vida. Mas, para esta explicação, também são relevantes as diferenças biológicas. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 171-172, tradução nossa)

Como exemplo deste processo, os autores citam o maior ou menor compromisso com uma gangue delinqüente, que varia de acordo com a motivação do afiliado:

[...] um jovem que seleciona uma gangue delinqüente porque pretendia fervorosamente ganhar o *status* de membro está mais propenso a nela permanecer do que aquele que nela não tinha interesse, mas foi escolhido por proximidade. O primeiro jovem tem mais probabilidade de se adaptar à gangue, adotar suas perspectivas e cumprir suas expectativas de papel. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 182, tradução nossa)

Matsueda e Heimer (1997) relacionam, ainda, os fatores que encaminham os indivíduos para distintos papéis e influenciam indiretamente as transições: a posição na estrutura social, os impulsos, o "*habitus*" (no sentido de Bourdieu⁷⁵), os compromissos, os grupos de referência, as atitudes e as reações sociais antecipadas (estigma).

As transições que ocorrem nos principais estágios vitais – infância, adolescência e idade adulta – afetam, na visão dos citados autores, tanto a possibilidade de ocorrência quanto a continuidade de determinado papel.

O curso de vida pode ser visto como uma série de transições, representando pontos de escolha, ou ramos de um diagrama de árvore ordenado no tempo. Cada escolha em um ponto abre oportunidades e escolhas em um outro ponto futuro, bem como fecha outras oportunidades. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 175, tradução nossa)

⁷⁴ TURNER, Ralph. The role and the person. **American Journal of Sociology**, n. 84, 1978. p. 1-23 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 171.

⁷⁵ "*Habitus*" é uma estrutura internalizada, mental ou cognitiva através da qual as pessoas relacionam-se com o mundo social. Representa um princípio gerador de práticas e representações, uma espécie de história incorporada e exteriorizada através de disposições duráveis e transponíveis, que vão sendo adquiridas ao longo da trajetória do sujeito, na passagem pelos diversos campos sociais: família, escola, profissão, classe ou grupo social. É uma maneira de ser, um estado habitual, uma predisposição, uma tendência, uma inclinação, que faz a pessoa agir sem ter necessariamente consciência dos motivos e interesses que impulsionam as suas práticas. Vide: Bourdieu (1987 e 1989).

Independentemente das características individuais (heterogeneidade) que empurram um indivíduo para um papel, uma variedade de eventos afeta o compromisso com ele e, assim, a sua duração (estado de dependência). O mais importante é uma mudança nos grupos de referência. [...] Desta forma, uma transição para uma subcultura delinqüente pode aumentar o rótulo negativo por instituições convencionais, o *status* e identidades baseadas em normas e comportamentos subculturais, e talvez faça crescer as oportunidades objetivas para performar o novo comportamento de papel. Finalmente, as conseqüências do comportamento específico de papel afetarão a continuidade e compromisso para com ele: retornos psíquicos e materiais positivos de um papel criminal aumentarão a identificação com o mesmo, enquanto retornos negativos a diminuirão. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 182 e 183, tradução nossa)

Alguns mecanismos podem provocar tais transições – por exemplo, um nível de saturação, a diminuição das contrapartidas positivas e o debilitamento dos atributos fisiológicos -, fazendo com que o compromisso com o papel decline progressivamente a partir de certo ponto da trajetória individual. Com relação à criminalidade, tais circunstâncias inserem-se na chamada “curva etária do crime” que declina na maturidade, e “[...] é um conglomerado de trajetórias individuais criminais *versus* outros papéis sociais.” (HAGAN; PALLONI, 1988 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 183⁷⁶, tradução nossa),.

O resultado é que, na média, as chances de continuidade no papel começarão a declinar progressivamente, produzindo o aglomerado de chances para traçar uma curva que lembra a curva etária do crime: um crescimento intenso no início do papel seguido por um lento declínio ao longo do tempo. Obviamente, uma transição de papel pode envolver abandono ou ingresso, ou adicionar um novo papel (s) a uma constelação de relações. Independentemente se alguém abandona o papel original quando ingressa em um novo, tais transições envolvem um processo de cotejar riscos entre possíveis papéis. [...] Agressores idosos são fisiologicamente mais vagarosos, fracos e menos ágeis, e talvez mais propensos a serem excluídos do crime do que seus concorrentes mais jovens. Por estas razões, eles estão no lado declinante da curva etária do crime – na média são mais propensos a desistir do crime. Este padrão decrescente significa que eles terão menor apoio para o crime quando tiverem menos criminosos em seus grupos de referência. Em uma idade avançada, os empregos podem providenciar uma alternativa particularmente atrativa ao crime, aumentando assim a taxa de desistência. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 183, 202 e 203, tradução nossa).

A idade adulta tanto pode representar uma continuidade com a adolescência e os padrões adquiridos de comportamento (como, por exemplo, uma trajetória criminal),

⁷⁶ HAGAN, John; PALLONI, Alberto. Crimes as social events in the lifecourse: reconceiving a criminological controversy. **Criminology**, n. 26, p. 87-100, 1988 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 182.

quanto trazer uma série de transições significativas para o indivíduo, que passa a assumir compromissos com papéis sociais adultos e sofre modificações fisiológicas. Neste aspecto, os dois mais importantes papéis sociais adultos – o familiar e o laboral – são fatores que afetam o comportamento criminal, sem contar as características individuais, ou variáveis espúrias que ocultam a relevante potência causal dos componentes idiossincráticos. No âmbito da família, para os referidos autores, a paternidade tem uma influência maior, não tanto o fato *per sí*, mas o compromisso assumido e o significado do papel para a pessoa: “[...] indivíduos que carecem de compromisso com os papéis familiares são menos propensos em assumir a família como um outro generalizado, e, por isso, menos propensos a serem por ela controlados.” (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 197, tradução nossa).

Quanto ao trabalho, imagina-se que o indivíduo com trajetória criminal terá menor acesso ao mercado formal. Todavia, a “organização do trabalho” (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 203) pode ser também uma variável independente da criminalidade (em sentido positivo ou negativo), ou não ter qualquer associação com ela.

Enfim, o mais provável é que o compromisso com o crime vá enfraquecendo com o envelhecimento do indivíduo e com a incorporação de papéis sociais convencionais na idade adulta (casamento ou uniões estáveis, paternidade, trabalho, etc.).

Outras interpretações vinculadas à provável causalidade da taxa de crianças e de adolescentes, para além de seus aspectos culturais e criminogênicos, relacionam-se com a necessidade de maior volume de recursos municipais e familiares para o seu desenvolvimento (biológico, psicológico, social, cultural), ao passo que não se espera grandes contrapartidas à renda familiar e municipal. Quando a maior proporção de pessoas jovens estiver associada com a desagregação familiar, a pobreza e a precariedade de equipamentos sociais nos municípios, provavelmente ocorrerão mais crimes violentos⁷⁷.

Por que mais homens? Aqui são importantes tanto as explicações biológicas e hormonais quanto as teorias que enfocam a socialização diferenciada dos meninos, desde cedo incentivados a serem mais agressivos, impositivos e preparados para

⁷⁷ De acordo com as abordagens da Ecologia Humana (conceito de desorganização social), da anomia durkheimiana, do controle social, do estresse mertoniano e geral, examinadas adiante.

assumir papéis sociais ligados à “rua”, espaço tradicionalmente percebido como masculino⁷⁸.

Finalmente, quanto à variável taxa de pessoas sem companheiro (a), além das abordagens já citadas acima, mencionam-se as teorias: da anomia em Durkheim, do controle social (especialmente quanto aos seus componentes sociais) e das atividades rotineiras.

A anomia de Durkheim corresponde à ausência ou insuficiência de normas morais, ou ainda, à existência de regras imprecisas, inconsistentes ou ultrapassadas. Para o sociólogo francês, esta situação de quebra de regulação faz com que as aspirações humanas tornem-se ilimitadas, pois em uma sociedade estável há uma adequação delas com as possibilidades concretas de realização. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 77-107).

Qualquer ser vivo só pode ser feliz, e mesmo viver, se as necessidades que sente estiverem suficientemente de acordo com os meios de que dispõe. Caso contrário, se os seres vivos exigem mais do que lhes pode ser dado ou, simplesmente, exigem outra coisa, terão sempre uma sensação de insatisfação e não poderão agir sem sofrimento. (DURKHEIM, 2003, p. 265)

No seu livro “Da divisão do trabalho social” (1978), Durkheim afirma que um estado anômico ocorre geralmente quando a divisão do trabalho tornou-se excessiva e deixou de cumprir o seu papel de integração moral, nas crises econômicas ou no conflito entre o capital e o trabalho. Outra fonte de anomia é a tendência do mundo industrial em difundir metas ilimitadas: “Aspirações ilimitadas, Durkheim enfatiza, exercem uma pressão intensa em direção à desordem porque elas são, por definição, inatingíveis, constituindo-se, assim, em fonte de ‘agitação ininterrupta’”. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 82, tradução nossa)

Neste contexto, o Estado e as instituições de controle tradicionais, como a família, a escola e a religião, mostram-se incapazes de impor um poder moral ordenador e delimitador do nível de bem-estar que cada classe social pode ambicionar, de acordo com os meios disponíveis. Da mesma forma, os grupos perdem sua densidade moral (que significa a ascendência moral do coletivo e os vínculos estabelecidos entre os indivíduos), sendo incapazes de se manterem coesos, pois não contam mais com as suas forças internas, espontâneas, culturais e autônomas (MARINO,

⁷⁸ Embora se reconheça que os papéis de gênero e seus processos de aprendizagem estejam modificando-se, não se pode ignorar que certos padrões referenciais ainda vigoram.

[2007?]). O suicídio anômico ilustra essa situação, resultando da incapacidade do indivíduo em aceitar os limites morais e as possibilidades reais que a sociedade lhe apresenta.

Por sua vez, as teorias do controle social partem do pressuposto de que os seres humanos são anti-sociais, seguindo ensinamentos dos filósofos sociais dos séculos XVIII e XIX. Considerando constantes em todas as pessoas a motivação e a pressão para o crime, a indagação principal dos seus teóricos é: se todos os homens são inerentemente anti-sociais e inclinados para o desvio, por que a maioria não delinque? A partir daí, o peso recai sobre as forças que previnem o desvio, e não sobre suas causas. Outra idéia presente nesta perspectiva é a de que existe um consenso societal no tocante às normas e crenças convencionais, e não uma competição entre sistemas antagônicos de valores, como aparece nas teorias da associação diferencial (SUTHERLAND, 1955), dos sistemas diferenciais de oportunidade (CLOWARD; OHLIN, 1960), do desvio cultural (COHEN, 1955; MILLER, 1958).

As teorias do controle referem-se, em termos gerais, à fragilização do contrato social ou ao enfraquecimento do papel das instituições tradicionais (principalmente a família, a escola e as organizações religiosas), que acabam liberando o comportamento desviante⁷⁹. Shoemaker diferencia as linhas deste enfoque teórico (por isso a sua denominação plural) de acordo com os tipos específicos de mecanismos de controle: pessoais (os fatores individuais, especialmente os psicológicos: autoconceito, auto-estima e autocontrole) ou sociais (os vínculos emocionais e comportamentais estabelecidos com as instituições sociais básicas). Estes últimos passaram a ser mais enfatizados desde o início da década de 1970. Todavia, para este autor, ambos os aspectos podem interligar-se, embora os estudos raramente contemplem tal possibilidade:

[...] controles pessoais ou sociais enfraquecidos contribuem com a delinqüência através das experiências da socialização (basicamente na infância) e situações sociais correntes. Sistemas de controle defeituosos afetam a aprendizagem de normas sociais e a sua incorporação enquanto comportamento apropriado. Também é possível, claro, que controles pessoais e sociais enfraquecidos possam estar interconectados. Baixos autoconceitos e atitudes anti-sociais podem advir de experiências familiares e escolares negativas, e vice-versa.

⁷⁹ Aportes trazidos pela perspectiva do controle social são encontrados em outras teorias, como por exemplo, a idéia de que os jovens cometem delinqüência devido à ausência ou ineficiência de forças controladoras, um componente do conceito de desorganização social da Escola de Chicago, citado por Athens (1998) e presente também na anomia durkheimiana (DURKHEIM, 1978) e na noção de organização social diferencial de Sutherland (1955).

Esta possibilidade, contudo, não é um componente necessário da teoria do controle. (SHOEMAKER, 1996, p. 157-158, tradução nossa)

Aqui se adota a diferenciação proposta por Shoemaker (1996) entre mecanismos de controle pessoais e sociais, sendo que os primeiros não serão contemplados por se referirem ao âmbito individual, ausente nesta pesquisa. Quanto aos últimos, duas referências são imprescindíveis: Hirschi (1969 e 1994) e Nye (1994).

Travis Hirschi (1969) enfatiza a centralidade dos vínculos que os indivíduos estabelecem com a sociedade, garantidores do “interesse pela conformidade” (*stake in conformity*). Através deste conceito, elaborado por Scott Briar e Irving Piliavin (HIRSCHI, 1994), entende-se que as pessoas não cometem crime porque não querem colocar em risco seus laços de longa duração com a sociedade convencional.

Para Hirschi, a internalização de normas aceitas e a sensibilidade para com as necessidades de outros são os elementos centrais que alimentam a conformidade em sociedade. Assim, um indivíduo que é insensível às expectativas de outros e não se sente obrigado por normas (isto é, o seu vínculo com a sociedade enfraqueceu) está livre para formar vínculos e se engajar em relações com outros que podem favorecer atividades e estilos de vida desviantes. (TRAUB; LITTLE, 1994, p. 240, tradução nossa)

Neste sentido, Hirschi retoma os aportes contidos nas noções de integração e de regulação social, presentes na obra de Durkheim:

Quanto mais enfraquecidos os grupos aos quais [o indivíduo] pertence, menos ele depende deles, conseqüentemente, mais ele depende somente de si próprio e não reconhece outras regras de conduta a não ser as que são fundadas em seus próprios interesses privados. (DURKHEIM, 1951, p. 209 apud HIRSCHI, 1994, p. 250, tradução nossa)⁸⁰

Para esse autor, os vínculos sociais – mais importantes como bloqueadores da delinqüência do que as características pessoais - abrangem quatro elementos:

- Ligação ou pertencimento (*attachment*) - As ligações socioemocionais com os outros, ou os “laços afetivos” (MARINO, [2007?]), que se aproximam do conceito psicanalítico de “superego” ou “consciência”.
- Compromisso (*commitment*) – O investimento acumulado na observância das normas convencionais, que envolve tempo, dinheiro, esforço e *status* adquirido e é avaliado antes do acionamento de atos delinqüentes que podem acarretar pre-

⁸⁰ DURKHEIM, Émile. **Suicide**. New York: The Free Press, 1951, p. 209 apud HIRSCHI, 1994, p. 250.

juízos⁸¹. Dá a idéia de uma trajetória na conformidade e corresponde ao conceito psicanalítico de “ego”.

- Envolvimento (*involvement*) – Abrange o tempo e a energia gastos em atividades convencionais, por exemplo: escolares (curriculares e extracurriculares), participação em clubes e organizações esportivas, trabalho, etc. Quanto mais tempo e energia forem despendidos nas atividades convencionais, menos condições a pessoa terá para se envolver em atividades não-convencionais, uma vez que “mãos desocupadas são a oficina do diabo” (HIRSCHI, 1994, p. 255). Para Marino ([2007?]), este aspecto refere-se ao volume e abrangência dos contatos convencionais.
- Crença ou convicção (*belief*) – Crença, aceitação e internalização das normas e valores convencionais, que representam uma contenção interna contra a sua quebra. Mas, se o homem acredita nas regras, por que as viola? Hirschi (1994) enfatiza que nenhum grupo social cultiva regras para violá-las, portanto, o delinqüente acredita nelas até quando não as segue esporadicamente. A diferença entre o comportamento conformista e desviante reside na maior ou menor convicção de que as normas sociais devam ser seguidas.

Segundo Hirschi (1994), estes quatro elementos geralmente caminham juntos, mas o compromisso e a ligação podem variar inversamente: por exemplo, a forte ligação com a família e com os pares pode dificultar a trajetória escolar e profissional de um indivíduo. Para o autor, os vínculos sociais que mais evitam a delinqüência são os firmados com a religião (embora esta não tenha um efeito direto), com a família (que envolve não apenas a sua existência, mas a natureza das relações familiares, por exemplo, as ligações e atitudes positivas das crianças para com os pais) e com a escola.

Destacando a utilidade de outras abordagens – como a das subculturas delinqüentes e a da desorganização da personalidade -, Nye (1994) apresenta quatro

⁸¹ A noção de “*commitment*” também foi analisada por Becker, como sendo o: “Processo de compromisso através do qual a pessoa ‘normal’ se torna progressivamente envolvida nas instituições e no comportamento convencionais. Ao falar de compromisso refiro-me ao processo através do qual vários tipos de interesses tornam-se intimamente relacionados a certas linhas de comportamento em relação às quais parecem formalmente estranhos. O que acontece é que o indivíduo, como uma consequência de ações que realizou no passado ou da operação de várias rotinas institucionais, descobre que deve aderir a certas linhas de comportamento, porque muitas outras atividades além daquela em que está formalmente engajado serão adversamente afetadas se ele não o fizer.” (BECKER, 1977, p. 75-76). Este conceito foi originalmente apresentado pelo autor no artigo: BECKER, Howard S. Notes on the concept of commitment. **American Journal of Sociology**, LXVI, July 1960. p. 32-40.

arranjos de padrões de comportamento que correspondem aos diversos tipos de controle exercidos sob o indivíduo:

- Controle interno – é a internalização desde a infância dos costumes, valores e regras sociais, que nunca é completa, na medida em que os comportamentos desviantes são generalizados.
- Controle indireto – refere-se à identificação e afeição pelos pais e outros indivíduos conformistas, cuja influência decresce quando se eleva o sentimento negativo para com eles.
- Controle direto – abrange o controle exercido não apenas pelas instituições tradicionais, mas também por outras agências e grupamentos sociais, como a polícia⁸² e grupos informais (nestes através da desaprovação, do banimento, da ridicularização, do ostracismo, etc.). Este tipo de controle é freqüentemente acrescido de um sistema de recompensas pela conformidade (NYE, 1994, p. 248).
- Satisfação de necessidades – Se todas as necessidades estivessem satisfeitas não haveria violação das regras sociais, uma vez que um mínimo de controle interno, direto e indireto seria suficiente para garantir a conformidade.

Dentro da perspectiva das atividades rotineiras, aprofundada adiante, Cohen e Felson (1994) mencionam estudos empíricos que demonstram que as pessoas que moram sozinhas e trabalham fora de casa, dedicando pouco tempo às atividades familiares e/ou domésticas (para eles um dos principais fatores de proteção contra a

⁸² O controle direto de Nye (1994) aproxima-se da noção de “controle formal”, em contraponto ao “informal”, este último geralmente exercido pelas instituições tradicionais. Vergara (2002) refere que o primeiro reforça o medo de punição e se relaciona com a eficiência dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal. Entretanto, segundo Marino ([2007?]), esta modalidade prevista pelas teorias de controle é diferente da empregada pela teoria da dissuasão (ver adiante), uma vez que aquelas se referem à força coercitiva das instituições sociais (perspectiva sociofactual) que é anterior ao ato criminal, enquanto que a última perspectiva se aplica ao indivíduo depois de o crime ocorrer, sendo mais volitiva e individual. Sampson, Raudenbush e Earls (1997, p. 918, tradução nossa) esclarecem que: “Embora o controle social seja frequentemente uma resposta ao comportamento violento, ele não deve ser equiparado com a regulação formal ou conformidade forçada para com as instituições como a polícia e a justiça. Mais precisamente, o controle social refere-se geralmente à capacidade de um grupo regular seus membros de acordo com os princípios desejados, para que realizem voluntariamente as metas coletivas. Uma destas refere-se ao desejo dos membros de viver em ambientes seguros e ordeiros, livres do crime predatório, especialmente da violência interpessoal.” Ou seja, para esses autores, o controle social é uma característica inerente ao grupo, como por exemplo, a “eficácia coletiva” das comunidades em empregar satisfatoriamente mecanismos informais (o monitoramento de grupos de crianças e adolescentes e o enfrentamento de sinais visíveis de desordem social, como a vadiagem e a ocupação das esquinas por adolescentes) para garantir a ordem pública.

vitimização), têm maior chance de serem violadas predatoriamente⁸³, assim como as suas residências.

4.2.2 Configuração urbana

Tabela 06 – Evolução histórica dos indicadores de configuração urbana – 1991/2000

Variáveis	Região	1991	1996	2000	Variação
Taxa de urbanização – 1991/2000	Colônia Velha	0,750	0,774	0,805	7,3%
	Fronteira	0,817	0,831	0,837	2,5%
	Metropolitana de Porto Alegre	0,971	0,961	0,965	-0,6%
	Rio Grande do Sul	0,766	0,787	0,817	6,6%
População urbana das sedes – 1991/2000	Colônia Velha	44.797	51.418	58.090	29,7%
	Fronteira	56.550	61.371	64.636	14,3%
	Metropolitana de Porto Alegre	185.480	194.722	210.158	13,3%
	Rio Grande do Sul	20.198	17.197	17.189	-14,9%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>). Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- Taxa de urbanização = população urbana / população.

- População urbana das sedes = população urbana residente nas sedes municipais em números absolutos.

As taxas de urbanização mais elevadas são as da Região Metropolitana de Porto Alegre, embora tenham se estabilizado no período. Já na Colônia Velha e na Fronteira, houve um aumento da urbanização, em 7,3% e 2,5%, respectivamente.

A variável “população urbana das sedes” diferencia-se da taxa de urbanização por medir especificamente o peso do tamanho das sedes municipais, ou seja, da concentração populacional nestes centros urbanos, enquanto que a taxa de urbanização alcança todo o território estadual. Verifica-se na Colônia Velha um crescimento significativo do tamanho das sedes dos municípios, atingindo 29,7%, seguido da Fronteira, com 14,3%, e da Região Metropolitana, com 13,3%. Em contrapartida, no Estado percebe-se um declínio progressivo da população residente nas sedes municipais, provavelmente devido ao expressivo movimento emancipatório de cidades pequenas, ocorrido ao longo da década de 1990.

Em resumo, destacaram-se duas tendências principais quanto à configuração urbana: a) aumento da taxa de urbanização nas três regiões socioculturais (maior na

⁸³ As violações predatórias de contato direto envolvem contato físico direto entre ao menos um agressor e uma pessoa ou objeto que ele tenta tomar ou danificar. (COHEN; FELSON, 1994, p. 536).

Colônia Velha), e b) crescimento da população urbana das sedes municipais nos três espaços *versus* sua redução no Estado.

Neste trabalho estima-se que ambas as variáveis de configuração urbana – taxa de urbanização e população urbana das sedes – associam-se positivamente com a criminalidade violenta nos municípios, conforme premissas teóricas e pesquisas em nível mundial. Mas o que explicaria esta provável correlação?

Alguns caminhos interpretativos indicam, por exemplo, maior anomia e conflito normativo nos espaços urbanos, onde o individualismo é mais forte (anomia em Durkheim); e o anonimato e o afrouxamento dos laços tradicionais e informais de controle, que são mais fortes nos espaços interioranos (teorias do controle social – dimensão externa). Nesta perspectiva, Chamboredon distingue as sociedades tradicionais (“*villages*”) das modernas (“*villes*”), quanto ao tipo de controle informal exercido sobre os adolescentes:

Dentro da vila (*village*), a forte integração da comunidade tem por efeito, ao mesmo tempo facilitar e intensificar a identificação e a repressão da delinqüência e – esta causa vindo no sentido contrário da precedente – de limitar a intervenção dos agentes oficiais de repressão à delinqüência, tanto porque o controle dos adolescentes é mais estreito e a sociedade adolescente mais regulada, quanto porque a repressão é exercida de maneira mais difusa pelo conjunto do grupo, ao invés de ser delegada a uma instância especializada. De fato, existe na sociedade vilareja, técnicas ritualizadas de manipulação da violência juvenil, tais como os rituais de inversão, os desregramentos regulados em certas ocasiões, que desaparecem na sociedade urbana [...]. (CHAMBOREDON, 1971, p. 357, tradução nossa)

Além destas linhas, outra corrente importante para se pensar a conformação urbana é a Ecologia Humana da Escola de Chicago, que, embora não tenha se limitado ao estudo da criminalidade, influenciou todas as correntes criminológicas posteri-

ores⁸⁴. Os seus trabalhos proliferaram nas décadas de 1920 e 30 nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a criminalidade emergiu como um fenômeno coletivo a ser enfrentado, ou seja, um problema social que mobilizou todas as forças sociais lá existentes. Nessa tradição sociológica, dois conceitos são particularmente úteis ao estudo do crime: segregação e desorganização social.

Em primeiro lugar, a noção de *segregação* envolve dois aspectos interligados: a) a configuração de áreas “naturais” isoladas nas cidades – com base na língua, cultura, raça, classe, profissão, *status*, etc. – formadas através de processos de seleção e de competição; b) a separação e o distanciamento das áreas naturais entre si, culminando com a configuração de enclaves socioeconomicamente distintos:

A população de qualquer cidade se distribui de acordo com o *status* econômico em áreas residenciais de vários valores de aluguéis e imóveis; a renda familiar tende a levar à segregação da população em diferentes distritos econômicos. (EUFRÁSIO, 1999, p. 63).

Recentemente, Athens (1998) ressaltou que, no final das contas, todas as áreas naturais (ou *minor communities*) resultantes desse processo segregativo tornam-se *ghettos*, idéia que Park sustentara anteriormente:

Nossas grandes cidades terminam, sob observação, por ser um mosaico de pessoas segregadas – diferindo em raça, cultura, ou simplesmente em culto, cada um procurando preservar suas formas culturais particulares e manter suas concepções individual e geral de vida. Cada um destes grupos segregados busca, inevitavelmente, impor sobre seus membros alguma espécie de isolamento moral, a fim de manter a integridade de sua própria vida grupal. Tão estendida, a segregação torna-se para eles um meio para esse fim, podendo-se dizer que toda pessoa e todo grupo cultural cria e mantém o seu próprio *ghetto*. Desta forma, o *ghetto* torna-se um símbolo físico

⁸⁴ Em seus primórdios, esta Escola seguia uma orientação funcionalista, refletida em seu pressuposto do consenso societal, e acentuava principalmente os aspectos ecológicos explicativos da organização espacial urbana – assimilação, acomodação, competição -, que diziam respeito às relações infra-sociais entre os homens (sem envolverem necessariamente contato e comunicação), por isso a sua designação de “Ecologia Humana”. Mais tarde, a partir do término da 2ª Guerra Mundial, durante o período da chamada “2ª Escola de Chicago”, seus associados assumiram um posicionamento mais crítico e a noção de conflito ganhou espaço. Nesta época, os autores passaram a enfatizar os aspectos socioeconômicos e estruturais, especialmente das metrópoles. Finalmente, nas décadas de 1960 e 1970, foram introduzidas abordagens ainda mais críticas e marxistas, com os trabalhos de Castells, Harvey, Lojkine, Topalov e Lefebvre (EUFRÁSIO, 1999). Dentre os trabalhos clássicos da *Chicago School*, citam-se: Park et al. (*The City*, 1925); Zorbaugh (*The Gold Coast and the Slum*, 1928); Shaw (*The Jack Roller*, 1926); Thrasher (*The Gang*, 1927), Shaw e outros (*Delinquency Areas*, 1929), Shaw e McKay (*Juvenile Delinquency and Urban Areas*, 1942) e Sutherland (*The Professional Thief*, 1937). Alguns deles são estatísticos, como os de Park et al. e de Shaw e McKay, embora a maioria seja de natureza etnográfica. A escola ainda permanece viva na atualidade, através, entre outros, dos trabalhos de Wilson (1987) e Stark (1987). Vide: ULMER ([1998?]).

para esta espécie de isolamento moral. (PARK, 1952, p. 99 apud ATHENS, 1998, p. 677, tradução nossa)⁸⁵

Hoyt, outro representante da Escola de Chicago, destacou o movimento das áreas de rendas altas, na medida em que estas arrastam consigo o crescimento da cidade inteira. Em sua evisão, com a difusão do automóvel, as áreas mais valorizadas das cidades americanas deslocaram-se das avenidas (que até então definiam a difusão radial da organização urbana) para locais mais afastados:

Para conseguir isolamento, os ricos construíram mansões em áreas de bosques, ocultas por árvores, com tal privacidade que as casas assim protegidas das vistas do público só podiam ser vistas de fora, de avião. (HOYT, 1939, p. 507 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 223)⁸⁶.

Tal perspectiva nos auxilia a compreender o movimento de disseminação dos grandes condomínios fechados nas metrópoles brasileiras em zonas de alto valor imobiliário, distantes do centro e dotadas de excelente infra-estrutura. Tais empreendimentos e seus arredores contrastam com as áreas deterioradas e de grande incidência de crimes: as favelas, os subúrbios, os centros degradados das cidades (FREITAS, 2002). Além de Freitas (2002), outros autores brasileiros também estudaram este processo, sem mencionarem o conceito de segregação. Caldeira (1992), por exemplo, refere a formação em metrópoles brasileiras de “enclaves” fortificados de alta renda – os condomínios fechados –, com seus muros altos e grades, vigiados por seguranças privados e equipados com alarmes e câmeras de vídeo. Laura Mendes (2002) refere uma espécie de “paranóia urbis”, subjacente às verdadeiras fortalezas onde o belo deu lugar ao seguro, o item segurança influenciando diretamente no projeto imobiliário.

Conforme o legado da Ecologia Humana, portanto, as distâncias geográficas encontradas nas cidades representam distâncias sociais, expressadas nos seguintes diferenciais: infra-estrutura urbana, valor do solo, qualidade das moradias, provimento de serviços sociais básicos, e possibilidade de maior ou menor segurança⁸⁷.

⁸⁵ PARK, R. **Human Communities**. New York: Free Press, 1952, p. 99 apud ATHENS, 1998, p. 677.

⁸⁶ HOYT, Homer. **The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities**. Washington DC: Federal Housing Administration, 1939 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 223.

⁸⁷ No Brasil, muitos autores vinculados à Sociologia Urbana analisaram esta questão, como Ribeiro (2000). Barcellos et. al. (1986, p. 88), por exemplo, destacaram a distribuição desigual de meios coletivos de consumo providos pelo Estado (educação, transporte coletivo, serviços de saúde, previdência social, habitação e lazer) na cidade de Porto Alegre, demonstrando a carência destes nas áreas de baixa renda, onde se observa o comprometimento das condições de vida da população.

Outro importante conceito cunhado pela Escola de Chicago é o de *desorganização social*, encontrada em qualquer comunidade, ou seja, “[...] a influência decrescente das existentes normas de comportamento nos membros da sociedade.” (THOMAS; ZNANIECKI, 1928, [s/p] apud ULMER, [1998?], p. 3, tradução nossa)⁸⁸.
 Todavia, para Thomas e Znaniecki (1994, p. 58, tradução nossa):

[...] durante um processo de estabilidade social esta desorganização social incipiente é continuamente neutralizada por aquelas atividades grupais que reforçam, com a ajuda de sanções sociais, o poder das regras existentes.

Para alguns dos principais representantes de Chicago, como Park e outros (1925), Burgess (1924) e Mckenzie (1924), a expansão urbana acelerada (que aglutina processos como: crescimento das cidades, divisão do trabalho, multiplicação dos meios de transporte e de comunicação, perda de influência das formas tradicionais de controle social) produz indícios de desintegração social: o aumento excessivo de doenças e de crimes, a prostituição, as desordens, a insanidade e os suicídios (EUFRÁSIO, 1999, p. 88-89). Esta situação agrava-se quando o afluxo de imigrantes supera a taxa vegetativa de crescimento populacional. Quando o crescimento e a modernização não são acompanhados por uma infra-estrutura apropriada, surgem áreas socialmente desorganizadas e segregadas, como no caso das favelas e dos *ghettos*, onde são mais incidentes as práticas criminais e violentas⁸⁹.

Os pesquisadores de Chicago identificaram diferentes focos de maior criminalidade e desorganização social. Park (1915) demonstrou a destruição dos laços de solidariedade social na zona de transição do perímetro urbano de Chicago (entre o centro e a zona residencial), à medida que o comércio e a indústria foram ocupando-na. Para Mckenzie (1924), uma área “desintegrada” circundava o centro de Chicago, ocupada por atacadistas, hotéis ruins, lojas e diversões baratas e prédios de apartamentos, e habitada por trabalhadores diaristas, imigrantes, viciados e criminosos. Já Burgess (1924), ao propor que a organização urbana de Chicago correspondia à disposição espacial em círculos concêntricos, classificou como desorganizada a zona de transição II (localizada entre o centro e a zona residencial dos trabalhadores), que se caracterizava pela grande mobilidade de suas vizinhanças e pela invasão de

⁸⁸ THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. **The polish peasant in Europe and America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1928, [s/p] apud ULMER, ([1998?]), p. 3.

⁸⁹ Autores brasileiros também ressaltam o surgimento espontâneo de bairros com pouca infraestrutura, sem a participação do Estado, vide revisão bibliográfica apresentada no capítulo 2.

imigrantes. Para ele, a movimentação das pessoas de uma vizinhança para outra produzia desorganização, decadência cultural, promiscuidade, imoralidade, delinquência e perda de controle dos grupos primários. Davie (1937), por sua vez, relacionou a incidência criminal às áreas adjacentes ao centro e de grande desenvolvimento industrial, que eram deterioradas, com decréscimo populacional e altas percentagens de estrangeiros e de negros.

As idéias dos fundadores da *Chicago School* influenciaram Clifford Shaw e Henry McKay (1942), sociólogos do Instituto de Pesquisas da Juventude, que as aplicaram ao estudo da delinquência juvenil. Em sua opinião, este problema era encontrado na área central de Chicago - um espaço deteriorado e com poucos habitantes -, diminuindo regularmente em direção à periferia da cidade.

Stark (1987), em sua iniciativa de codificar mais de um século de pesquisa ecológica sobre o crime e o desvio, elaborou um conjunto de 30 proposições para uma primeira aproximação de uma teoria dos “locais de desvio” ou da “concentração ecológica do desvio”. Dentre elas, figuram suas considerações sobre a criminalidade urbana, que seria prevalente em áreas de concentração de pobreza, de passagem, densamente povoadas e de uso misto (combinando atividades comerciais, residenciais e recreativas). Tais características atraem pessoas interessadas no crime (devido à presença de alvos e mercados propícios e de subculturas desviantes) e expulsam os indivíduos convencionais mais temerosos e com recursos para se deslocarem. Além disso, são áreas politicamente frágeis e incapazes de competir com as outras pelos poucos recursos oficiais disponíveis. Enfim, elas alimentam um círculo vicioso entre a elevação crescente da criminalidade e a deterioração institucional.

Em anos recentes, Athens (1998) destacou o caráter dinâmico da mudança social, que intercala períodos de desorganização e de organização social. Este aspecto fora previsto inicialmente por Thomas e Znaniecki, no já citado livro “*The Polish Peasant in Europe and America*” (original de 1917), uma das primeiras obras de pesquisa empírica da Escola de Chicago:

A estabilidade das instituições grupais é então, simplesmente, um equilíbrio dinâmico de processos de desorganização e reorganização. Este é perturbado quando processos de desorganização não podem por muito tempo ser contrarrestados por qualquer tentativa de reforçar as regras existentes. Segue um período de prevalente desordem, que pode conduzir a uma dissolução completa do grupo. Entretanto, antes de alcançar seu limite, ele é geralmente reprimido por um novo processo de reorganização que, neste caso, não consiste em um mero reforço da organização decadente, mas na produção de

novos esquemas de comportamento e novas instituições mais adaptadas às novas demandas grupais. Chamamos de reconstrução social esta produção de novos esquemas e instituições sociais. Ela somente é possível porque, e tão extensa quanto, uma parte dos membros dos grupos não se desorganizou individualmente durante o período de desorganização social. Esses, ao contrário, estiveram trabalhando em prol de uma nova e mais eficiente organização da vida pessoal e destinaram ao menos uma parcela das tendências construtivas de suas atividades a um esforço para produzir instituições sociais novas. (THOMAS; ZNANIECKI, 1994, p. 58, tradução nossa)

Baseando-se nesta definição inicial, Athens discrimina as duas fases da mudança social: a) a da desorganização social, quando as normas e as instituições da comunidade perdem a eficácia e deixam de exercer um controle efetivo sobre a conduta dos membros, persuadindo-os a quebrar a regras e estimulando novas atitudes; e b) a da organização social, quando, no exato momento em que a violação das normas torna-se comum e difundida, são instituídas novas normas mais concordantes com as atitudes modificadas. Portanto, o problema da reconstrução social nesta 2ª fase envolve a criação de novos e mais apropriados esquemas de comportamento e regras de convívio. (ATHENS, 1998).

Conforme Eufrásio (1999), também Burgess destacara que a desorganização social pode tanto conduzir à desorganização pessoal e ao colapso da comunidade, quanto gerar uma nova reorganização coletiva. (BURGESS, 1964, p. 10 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 118⁹⁰).

Além das contribuições acima colocadas, também acrescenta subsídios ao entendimento da importância causal da configuração urbana a teoria da associação diferencial, que será aprofundada no capítulo 6. Cressey (1994), por exemplo, ressalta que nas cidades existem mais condições propícias à aquisição do comportamento criminoso, devido especialmente à maior disponibilidade de contatos e de associações com estilos de vida criminais.

Por fim, Cohen e Felson (1994), dentro da abordagem das atividades rotineiras (a ser esmiuçada adiante), examinam estudos empíricos que referem que a distância das residências do centro da cidade reduz a probabilidade de vitimização criminal. Neste sentido, supõe-se que uma maior concentração populacional nos centros das cidades (medida aqui pela variável “população urbana das sedes”) aumenta o risco

⁹⁰ BURGESS, Ernest W. A Short History of Urban Research at the University of Chicago Before 1946. In: BURGESS, E. W.; BOGUE, Donald J. **Contributions to Urban Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. p. 2-13 apud EUFRÁSIO, 1999, p. 118.

de vitimização. Isto é, municípios que concentram grande contingente de habitantes em seus centros urbanos – acima de 50.000 habitantes, número que pode ser considerado o limiar demográfico para a constituição de um clima propício à criminalidade, especialmente a organizada -, tendem a apresentar elevadas taxas de crimes violentos.

4.2.3 Os indicadores positivos de desenvolvimento

Em termos gerais, o crescimento econômico do Rio Grande do Sul no período 1990-2002 acompanhou o brasileiro, sendo avaliado como “medíocre” pelo economista Ronaldo Herrlein Jr (2004). Mas, o mesmo autor, ao analisar detidamente cada indicador por ele utilizado, identificou uma situação mais favorável. Quanto à taxa de ocupação, percebeu-se um crescimento de 1,43% no período 1991 a 2000, contra 1,64% da população economicamente ativa, o que demonstra a não absorção plena da população que ingressou no mercado do trabalho. Ao mesmo tempo, verificou-se uma elevação média do PIB de 2,1%, pouco superior à da chamada “década perdida”, quando este índice cresceu 1,9% (de 1999 em relação a 1989). E, desde 1999, vem ocorrendo uma “retomada do crescimento”, após um período de estagnação (entre 1995 e 1999) intensificado pelas condições adversas do setor externo. Quanto às exportações, o Estado ocupa desde 2000 a 2ª posição (ao lado de Minas Gerais) no volume total de exportações brasileiras. Além disso, entre 1990 e 2002 o PIB *per capita* gaúcho superou em 34% o nacional. (HERRLEIN JR., 2004). Estes dados demonstram a ocorrência de um relativo crescimento econômico gaúcho, que foi vertiginoso no início da década de 1990, estagnou-se no meio e se recupera desde 1999.

Esta pesquisa incluiu outras dimensões de desenvolvimento, além do aspecto econômico exclusivo da renda, tais como: trabalho, educação, saúde e saneamento, suporte estatal e índices de qualidade de vida⁹¹, como se verifica na tabela a seguir.

⁹¹ Como se viu anteriormente, as variáveis indicativas de suporte estatal (taxa de transferências governamentais e de suporte estatal familiar) e de qualidade de vida (IDHM e IDESE) não apresentaram correlação relevante com quaisquer das taxas criminais, não aparecendo, portanto, na análise descritiva das condições socioeconômicas.

Tabela 07 – Evolução histórica dos indicadores positivos de desenvolvimento – 1991 e 2000

Sub-grupos	Variáveis	Região	1991	2000	Variação
Trabalho	Taxa de ocupação - 1991 e 2000	Colônia Velha	0,618	0,596	-3,5%
		Fronteira	0,482	0,463	-4,1%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,539	0,518	-3,9%
		Rio Grande do Sul	0,547	0,537	-1,8%
Educação	Média de anos de estudo – 1991 e 2000	Colônia Velha	5,49	6,45	17,5%
		Fronteira	5,43	6,29	15,8%
		Metropolitana de Porto Alegre	6,88	7,71	12,1%
		Rio Grande do Sul	5,50	6,42	16,7%
	Taxa de responsáveis com 1º grau – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,099	0,139	40,4%
		Fronteira	0,122	0,154	26,4%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,140	0,160	14,3%
		Rio Grande do Sul	0,109	0,139	28,5%
Saúde	IDESE Saúde – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,828	0,857	3,5%
		Fronteira	0,804	0,834	3,8%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,818	0,845	3,4%
		Rio Grande do Sul	0,821	0,853	3,8%

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>). Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Taxa de ocupação = Pessoas ocupadas na semana de referência / população de 10 ou mais anos de idade.
- Média de anos de estudo = Somatório dos anos de estudo completos das pessoas de 25 ou mais anos de idade / população de 25 ou mais anos de idade.
- Taxa de responsáveis com 1º grau = responsáveis por domicílios particulares permanentes com de 8 a 10 anos de estudo (que possuem o 1º grau completo ou o 2º incompleto) / total de responsáveis.
- IDESE Saúde = Subíndice Saúde do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), medido pela percentagem de crianças nascidas com baixo peso, taxa de mortalidade de menores de 5 anos e expectativa de vida ao nascer, com peso de 1/3 cada.

A taxa de ocupação decresceu globalmente no Estado no período analisado, com maior força na Fronteira e na Região Metropolitana. Os valores mais altos desta taxa são os da Colônia Velha (superando inclusive os estaduais e metropolitanos), e os menores os da Fronteira, situados abaixo da média estadual.

Em contrapartida, os outros três indicadores de desenvolvimento apresentaram um movimento favorável no período, principalmente a taxa de responsáveis do primeiro grau, cujos percentuais de variação positiva superaram os dos outros índices em todos os espaços. Enquanto que a Colônia Velha recuperou-se quanto aos indicadores de educação, a Fronteira apresentou melhoria no quesito saúde.

Os valores mais altos dos dois índices de escolaridade foram encontrados na área metropolitana, e os mais baixos na Fronteira (média de anos de estudo, abaixo do índice estadual) e na Colônia Velha (taxa de responsáveis com 1º grau).

Quanto à questão da saúde, em todos os espaços os valores do IDESE Saúde e seus percentuais de crescimento são muito próximos.

A análise do comportamento desses indicadores de desenvolvimento demonstra que ocorreu uma ampliação da escolaridade e da assistência à saúde em todo o território estadual, embora o nível de emprego esteja decrescendo.

A melhoria dos índices de educação e de saúde sinaliza uma menor pressão sobre a população dos municípios, e talvez esteja contribuindo com a redução dos crimes violentos. Contudo, o desenvolvimento econômico pode ter também um contra-efeito positivo devido à maior disponibilidade de alvos que estimulam a atividade criminal, especialmente a contra o patrimônio (como é o caso, neste estudo, dos roubos e do cenário 2). Este argumento ampara-se na teoria das atividades rotineiras de Cohen e Felson (1994).

Em sua obra, datada de 1979, esses autores procuram explicar por que os crimes aumentam em condições econômicas favoráveis, como no período 1960 a 1975 nos Estados Unidos. Tomando a inclinação criminal individual como dada, eles examinam como a organização espaço-temporal das atividades sociais contribui com o desencadeamento das ações criminais, que são similares às atividades cotidianas (COHEN; FELSON, 1994, p. 537). Sendo assim, mudanças nos padrões das atividades rotineiras dos Estados Unidos, posteriores à 2ª guerra mundial, teriam influenciado as taxas criminais ao aumentarem a probabilidade de convergência - no espaço e no tempo - dos três elementos requeridos para a ocorrência das “violações predatórias de contato direto” (COHEN; FELSON, 1994, p. 536), quais sejam:

[...] (1) agressores motivados, (2) alvos apropriados, e (3) a ausência de guardiões capazes de ir contra uma violação⁹². Argüimos também que a convergência no tempo e espaço de alvos apropriados e da falta de guardiões capazes pode resultar em grandes aumentos nas taxas criminais, sem necessariamente implicar em algum acréscimo nas condições estruturais que motivam os indivíduos a se engajarem no crime. Isto é, se a proporção de agressores motivados ou, igualmente, de alvos adequados permaneceram estáveis em uma comunidade, mudanças nas atividades rotineiras poderiam, contudo, alterar a probabilidade de sua convergência no espaço e tempo, e, con-

⁹² Para Cohen e Felson (1994), os guardiões podem ser cidadãos comuns, não necessariamente agentes de segurança.

seqüentemente, criar mais oportunidades para a ocorrência de crimes. Mas, ao mesmo tempo, a ausência de qualquer um destes elementos é suficiente para prevenir tais violações. (COHEN; FELSON, 1994, p. 537, tradução nossa)

Cohen e Felson analisaram estudos empíricos de nível macro-micro sobre as mudanças na circulação de bens e de pessoas - que aumentam a possibilidade de convergência dos três elementos supracitados -, chegando às seguintes conclusões:

- Quanto às circunstâncias e à localização das infrações: atividades familiares e desenvolvidas no ambiente doméstico têm menor risco de vitimização, este variando diretamente conforme a distância social entre agressor e vítima.
- Quanto à adequação dos alvos: a ampliação do mercado de bens duráveis e de objetos leves e pequenos e o crescimento do valor das mercadorias e do dinheiro envolvido nas transações, isto é, os bens duráveis móveis e caros (tais como veículos e instrumentos eletrônicos) têm maior risco de remoção ilegal, pois reúnem as propriedades “adequadas” (valor, visibilidade, acessibilidade e inércia).
- A dispersão dos bens pelos lares e a redução dos funcionários no comércio aumentaram o risco de violação predatória.

Enfim, segundo os referidos autores, as mudanças estruturais e culturais advindas com a modernização e o desenvolvimento econômico - como a ampliação dos estudantes, das mulheres chefes de família, da mão-de-obra feminina – influenciam mais as taxas de crimes do que a estrutura etária jovem, indicando mais uma vez a influência da disseminação das atividades fora do lar sobre a vitimização predatória:

É irônico que muitos fatores que aumentam a oportunidade para desfrutar dos benefícios da vida também aumentam a oportunidade para violações predatórias. Por exemplo: automóveis dão liberdade de movimento para agressores tanto quanto para cidadãos e são alvos vulneráveis para furtar, matrículas em colégios, participação da mulher na força de trabalho, urbanização, suburbanização, praias e novos bens duráveis eletrônicos providenciam várias oportunidades para se afastar do confinamento doméstico, ao mesmo tempo em que aumentam o risco de vitimização predatória. Além disso, a oportunidade de crime predatório mescla-se com a estrutura de oportunidade para atividades legítimas, em tal extensão que pode ser difícil extirpar quantidades de crime sem modificar muito de nosso estilo de vida. Ao invés de assumir que o crime predatório é simplesmente um indicador de colapso social, pode-se tomá-lo como um produto da liberdade e da prosperidade, da forma como elas se manifestam na rotina de atividades da vida cotidiana. (COHEN; FELSON, 1994, p. 562, tradução nossa)

No caso específico da variável “taxa de responsáveis com 1º grau”, Cardia e Schiffer (2002) afirmam que o grau de escolaridade paterna é um dos fatores associados com o grau de instrução dos filhos,

[...] quanto maior o grau de escolaridade dos pais, maior a probabilidade de que os filhos consigam se manter na escola e completem o ciclo básico, o que aumentaria, em tese, a probabilidade de que os filhos consigam obter melhores postos de trabalho. (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 27)

Considerando que o título escolar é condição necessária (embora não suficiente) para se obter sucesso profissional através de meios legítimos, supõe-se que os municípios com proporção de responsáveis que concluíram o curso fundamental e média de anos de estudo⁹³ mais altas são aqueles cuja população jovem alcançou ou alcançará maior sucesso escolar e profissional, evitando alternativas de vida ilegítimas. Assim, esses mesmos municípios provavelmente apresentam menores taxas de crimes violentos.

Finalmente, a variável “taxa de ocupação” foi a única medida de desenvolvimento que decresceu de forma generalizada no Estado. Estima-se que municípios com menos pessoas ocupadas tenham maior incidência de crimes violentos, ou seja, a variação negativa desta taxa não altera a sua colocação nesta pesquisa como provável inibidora de delitos.

Outros pressupostos teóricos subjacentes à potência causal dos índices de desenvolvimento sobre as taxas criminais também se aplicam, em sentido inverso, aos indicadores negativos de desenvolvimento, portanto, serão tratados após a análise dos resultados descritivos destes.

4.2.4 Os indicadores negativos de desenvolvimento

Ao contrário dos índices apresentados na seção anterior, nesta será analisado um conjunto de indicadores cujo possível aumento reflete-se negativamente no desenvolvimento dos municípios e regiões sul-rio-grandenses (correlacionados negativamente com o desenvolvimento). Eles estão agrupados em: a) escolaridade deficiente, b) vulnerabilidade familiar, c) precariedade domiciliar⁹⁴.

⁹³ Lembra-se que a “média de anos de estudo” mostrou-se colinear com a “renda *per capita*” (descartada).

⁹⁴ Recordar-se que a “taxa de indigentes” coincide (possui altos coeficientes de correlação) com duas variáveis de precariedade domiciliar: a taxa de domicílios sem rede interna de água e a de domicílios sem iluminação elétrica. Neste sentido, estas últimas também indicam certo grau de indigência.

**Tabela 08 – Evolução histórica dos indicadores negativos de desenvolvimento
– 1991/2003**

Sub-grupos	Variáveis	Região	1991	1996	2000	2003	Vari- ção
Escolaridade deficiente	Taxa de evasão do 1º grau – 1991/2003	Colônia Velha	0,047	0,032	0,036	0,025	-46,8%
		Fronteira	0,092	0,074	0,074	0,043	-53,3%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,072	0,061	0,062	0,042	-41,7%
		Rio Grande do Sul	0,071	0,057	0,055	0,036	-49,3%
	Taxa de evasão do 2º grau – 1991/2003	Colônia Velha	0,123	0,086	0,097	0,084	-31,7%
		Fronteira	0,226	0,174	0,239	0,182	-19,5%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,133	0,110	0,144	0,129	-3,0%
		Rio Grande do Sul	0,161	0,130	0,162	0,134	-16,8%
	Taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo 1991 e 2000	Colônia Velha	0,268	-	0,188	-	-29,9%
		Fronteira	0,328	-	0,251	-	-23,5%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,215	-	0,163	-	-24,2%
		Rio Grande do Sul	0,296	-	0,221	-	-25,3%
	Taxa de crianças sem escola – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,107	-	0,033	-	-69,2%
		Fronteira	0,128	-	0,028	-	-78,1%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,103	-	0,030	-	-70,9%
		Rio Grande do Sul	0,120	-	0,027	-	-77,5%
Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,048	-	0,040	-	-16,7%
		Fronteira	0,069	-	0,051	-	-26,1%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,074	-	0,056	-	-24,3%
		Rio Grande do Sul	0,064	-	0,050	-	-21,9%
Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,036	-	0,010	-	-72,2%
		Fronteira	0,005	-	0,000	-	-100,0%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,087	-	0,068	-	-21,8%
		Rio Grande do Sul	0,034	-	0,023	-	-32,4%
	Densidade por dormitório – 1991 e 2000	Colônia Velha	1,75	-	1,60	-	-8,6%
		Fronteira	1,95	-	1,81	-	-7,2%
		Metropolitana de Porto Alegre	1,82	-	1,70	-	-6,6%
		Rio Grande do Sul	1,86	-	1,69	-	-9,1%
	Taxa de domicílios urbanos sem coleta de lixo – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,094	-	0,016	-	-82,8%
		Fronteira	0,141	-	0,031	-	-77,9%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,043	-	0,009	-	-78,5%
		Rio Grande do Sul	0,115	-	0,026	-	-77,6%
	Taxa de domicílios sem rede geral de água – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,289	-	0,197	-	-31,7%
		Fronteira	0,227	-	0,153	-	-32,7%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,081	-	0,091	-	12,2%
		Rio Grande do Sul	0,271	-	0,203	-	-25,0%
	Taxa de domicílios sem rede interna de água – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,101	-	0,031	-	-69,0%
		Fronteira	0,197	-	0,085	-	-56,6%
		Metropolitana de Porto Alegre	0,056	-	0,027	-	-52,0%
		Rio Grande do Sul	0,064	-	0,050	-	-21,0%
Taxa de domicílios sem iluminação elétrica – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,069	-	0,013	-	-80,6%	
	Fronteira	0,122	-	0,039	-	-68,0%	
	Metropolitana de Porto Alegre	0,038	-	0,004	-	-88,7%	
	Rio Grande do Sul	0,074	-	0,023	-	-69,3%	

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*. Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Taxa de evasão do 1º grau (ensino fundamental) = evadidos / matrículas iniciais.
- Taxa de evasão do 2º grau (ensino médio) = evadidos / matrículas iniciais.
- Taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo = somatório dos anos de estudo completos das pessoas de 25 ou mais anos de idade / população de 25 ou mais anos de idade.
- Taxa de crianças sem escola = pessoas de 7 a 14 anos de idade sem escola / população de 7 a 14 anos de idade.
- Taxa de mães responsáveis = mulheres responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa/ população feminina de 15 ou mais anos de idade.
- Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais = pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais / total de moradores em domicílios particulares. Aglomerados subnormais = de ocupação desordenada e quando de sua implementação não existir a posse de terra ou o título de propriedade. São também designados como “assentamento informal”, por exemplo, mocambo, alagado, barranco de rio. Indicador próximo do conceito de “favela” ou vila irregular, segundo indicação de técnica do IBGE, em Porto Alegre.
- Densidade por dormitório = total de moradores em domicílios particulares permanentes / total de dormitórios em domicílios particulares permanentes.
- Taxa de domicílios urbanos sem coleta de lixo = domicílios particulares permanentes urbanos sem coleta de lixo / total de domicílios particulares permanentes urbanos.
- Taxa de domicílios sem rede geral de água = domicílios particulares permanentes sem rede geral de água / total de domicílios particulares permanentes.
- Taxa de domicílios sem rede interna de água = domicílios particulares permanentes sem canalização interna de água em pelo menos um cômodo / total de domicílios particulares permanentes.
- Taxa de domicílios sem iluminação elétrica = domicílios particulares permanentes sem iluminação elétrica / total de domicílios particulares permanentes.

Analisando-se a tabela acima, identificam-se as seguintes tendências dos indicadores negativos de desenvolvimento:

- Escolaridade deficiente – Todas as variáveis indicativas de escolaridade deficiente decresceram de forma generalizada no Estado, especialmente a taxa de crianças sem escola (-77,5%) e a de evasão do 1º grau (-49,3%). Dentre as três regiões, as reduções mais significativas foram observadas na Colônia Velha (taxa de evasão do 2º grau e de pessoas com menos de 4 anos de estudo) e na Fronteira (taxa de crianças sem escola e de evasão do 1º grau), indicando recuperações regionais da escolaridade comparativamente à situação estadual.
- Vulnerabilidade familiar – a sua única medida, a “taxa de mães responsáveis”, declinou globalmente no período, com maior força na Fronteira. Os valores mais baixos sempre foram os da Colônia Velha e os mais elevados os da Região Metropolitana.
- Precariedade domiciliar – Com exceção da taxa de domicílios sem rede geral de água na Região Metropolitana (onde cresceu 12,2%), os demais indicadores de precariedade domiciliar declinaram de forma generalizada, principalmente quanto aos domicílios sem coleta de lixo (-77,6%) e sem iluminação elétrica (-69,3%). Os valores da década de 2000 mais favoráveis (menores) foram encontrados: na

Região Metropolitana (quanto às taxas de domicílios sem coleta de lixo, sem rede geral de água, sem rede interna de água e sem iluminação elétrica), na Fronteira (quanto à taxa de residentes em domicílios considerados aglomerados subnormais) e na Colônia Velha (densidade por dormitório). A Fronteira possui situação mais desfavorável quanto aos indicadores: densidade por dormitório, taxa de domicílios urbanos sem coleta de lixo, de domicílios sem rede interna de água, e sem iluminação elétrica. Já na Colônia Velha o número de domicílios sem rede geral de água é mais elevado; ao passo que na RMPA é maior a quantidade de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais. Conforme o esperado, a área metropolitana ainda reúne, em termos comparativos, mais vilas e favelas, apesar do decréscimo de -21,8% da respectiva taxa. É bastante provável que a elevação dos domicílios sem rede geral de água na Região Metropolitana tenha ocorrido justamente nesses espaços periféricos (vilas ou favelas, regulares ou irregulares), muitas vezes não contabilizados pelos Censos Demográficos.

Enfim, à exceção da taxa de domicílios sem rede geral de água na RMPA, todos os indicadores negativos de desenvolvimento decresceram no período, demonstrando que as três regiões socioculturais e o conjunto do Estado desenvolveram-se também nestes aspectos ao longo da década de 1990 e primeiros anos do século XXI. Esta tendência reforça a anterior constatação acerca da melhoria dos indicadores positivos de desenvolvimento, exclusive a taxa de ocupação.

Neste ponto analisam-se em conjunto a influência dos indicadores positivos (trabalho, educação e saúde) e negativos de desenvolvimento (escolaridade deficiente, vulnerabilidade familiar, precariedade domiciliar), os primeiros como bloqueadores ou estimuladores (no caso dos crimes contra o patrimônio) e os últimos exclusivamente como potencializadores da criminalidade violenta.

Aqui se remete às já referidas correntes: da Ecologia Humana – (áreas desorganizadas e segregadas têm maior incidência de crimes), da anomia durkheimiana e do controle social (municípios com maior vulnerabilidade familiar e precariedade domiciliar possuem instituições formais e informais de controle menos potentes, que supervisionam menos os comportamentos dos jovens, deixando-os mais liberados para formarem gangues e enveredarem para a delinqüência). As duas últimas correntes teóricas aplicam-se, sobretudo, à “taxa de mães responsáveis” (indicativa de vulnerabilidade familiar).

Há um consenso teórico acerca da influência do enfraquecimento da estrutura familiar sobre a criminalidade, principalmente quanto aos filhos que crescem com pais ou mães solteiros⁹⁵ ou ausentes. Tal situação promoveria uma socialização inadequada e um deficiente controle informal das crianças e adolescentes, desencadeando um baixo autocontrole e respostas comportamentais criminosas. No tocante à socialização de meninos, a ausência da figura paterna e a falta de limites contribuiriam com a formação de uma masculinidade agressiva compulsiva. (SOARES, G. [s/d], p. 100)⁹⁶

Ressalta-se aqui que o conceito de família vem assumindo novos contornos na contemporaneidade. Muitos cientistas sociais criticam o uso de modelos fechados para caracterizar a família moderna, dentre eles, o de família nuclear (pai, mãe e filhos) ou tradicional. Na visão da antropóloga Cláudia Fonseca existe um “[...] enorme leque de formas familiares que têm sido constatadas em diferentes contextos.” (FONSECA, C., 1999, p. 260). Quanto às famílias brasileiras, embora semelhantes em certos aspectos às de outros países ocidentais (quanto ao prolongamento da expectativa de vida que possibilita maior convívio dos pais com filhos adultos, e aos movimentos de casar, descasar e recasar, produtores de novos arranjos familiares), elas abrangem, além da forma conjugal, a “família consangüínea” composta pelas redes de parentes e de ajuda mútua. (FONSECA, C., 1999, p. 260-261).

Os resultados dos dois últimos Censos Demográficos evidenciaram as grandes alterações sofridas pelas estruturas familiares brasileiras, especialmente quanto ao crescimento das chamadas famílias "monoparentais" e à mudança da posição da mulher no domicílio (um aumento considerável das mulheres responsáveis pelos domicílios, especialmente nas áreas metropolitanas). Estas modificações provavelmente estejam desequilibrando a tradicional função familiar de regulação dos impulsos favoráveis ao desvio (GOMÉZ BUENDIA, 1989).

Por outro lado, alguns autores identificam uma associação entre a taxa de responsáveis do sexo feminino e a pobreza, dentre eles, Hannon e Defronzo (1998), os

⁹⁵ Zaluar (2004) cita Relatório do FBI que informa que 70% dos delinquentes juvenis nos EUA vieram de famílias chefiadas por mulher.

⁹⁶ Todavia, alguns pesquisadores que utilizam as premissas das teorias do controle social procuram diferenciar a estrutura ou formato das famílias (extensas, nucleares, monoparentais) da natureza das relações intrafamiliares. Harris e Meidlinger (1995), por exemplo, problematizam a questão da ausência paterna, sustentando que o fator principal associado ao comportamento criminoso não é tanto a quantidade de pais, mas a qualidade da paternidade. Ver também o capítulo sobre as teorias do controle social do livro de Shoemaker (1996).

quais utilizam a proporção de famílias com chefe mulher como medida de privação de recursos. Todavia, para Cardia e Schiffer (2002, p. 27), em São Paulo “A distribuição de famílias monoparentais não segue as tendências internacionais, segundo as quais as áreas mais pobres são aquelas que concentram a maioria das famílias nessas condições.” Também nesta pesquisa as taxas de responsáveis do sexo feminino de 1991 e 2000 não correlacionaram com a pobreza ou a indigência⁹⁷.

Além das já citadas, também se aplicam a este conjunto de indicadores as teorias do estresse mertoniano e geral, os comentários de Matsueda e Heimer sobre o fracasso escolar, bem como um estudo recente que discute as causas do declínio da criminalidade nos Estados Unidos durante a década de 1990.

Ao distinguir a estrutura cultural (metas, normas, fins e meios aprovados) da estrutura social (conjuntos padronizados de relações, dentre eles, a divisão das pessoas em classes ou estratos sociais), Merton ressalta que a anomia decorre não apenas da quebra da regulação das metas e normas (como em Durkheim, 1978), mas do desequilíbrio entre metas e caminhos legítimos para atingi-las. Assim, o desvio resulta de tensões socialmente estruturadas, uma vez que “[...] as estruturas sociais exercem uma pressão definida sobre algumas pessoas da sociedade, no sentido de se envolverem em condutas não conformistas.” (MERTON, 1958, p. 238). Na sociedade (especialmente a americana) ocorre uma padronização da metas de *status* e de sucesso das classes média e alta, que atinge também os outros estratos sociais, sendo que a criminalidade decorre da inadaptação dos indivíduos (principalmente os de classe baixa) à moral padronizada, pois não possuem os meios convencionais para alcançarem as metas-padrão.

Portanto, na teoria do estresse (*strain*) de Merton, a anomia é a disfunção da estrutura social em alocar oportunidades globais para se atingir as metas gerais de sucesso. Quando alguns grupos não conseguem alcançá-las, acontece a pressão estrutural, provocando uma sensação coletiva de privação. Neste momento, os indivíduos podem avaliar as normas convencionais como injustas e inaplicáveis e desenvolver adaptações, inclusive desviantes. O autor elaborou uma tipologia das reações coletivas ante o estresse estrutural, a qual reúne os seguintes padrões comportamentais: conformidade, inovação, ritualismo, retreatismo e rebelião.

⁹⁷ Aqui se optou pela variável “taxa de mães responsáveis” em detrimento da “taxa de responsáveis do sexo feminino”, por representar indicador mais abrangente de vulnerabilidade familiar, que obteve correlação significativa com a taxa de pobres de 2000, mas não com a de 1991.

A inovação é uma das mais importantes adaptações vinculadas ao crime, que acontece quando os membros aceitam as metas de sucesso, mas inovam as alternativas para atingi-las, assumindo comportamentos desviantes e/ou criminais. A pressão maior em direção ao desvio é exercida sobre os estratos baixos⁹⁸, uma vez que “[...] as oportunidades não estão abertas para aqueles que possuem pouca educação formal e poucos recursos econômicos” (MERTON, 1994, p. 127). Entretanto, para este autor, a pobreza, em princípio, não se correlaciona linearmente com o crime,

Mas quando a pobreza e as desvantagens associadas para competir pelos valores culturais aprovados para todos os membros da sociedade ligam-se à ênfase no sucesso pecuniário como meta, o resultado normal são altas taxas de comportamento criminal. (MERTON, 1994, p. 128, tradução nossa)

Em contrapartida, além de maior renda, os ricos detêm outras vantagens, tais como: oportunidades educacionais, financiamento familiar para o início de profissão ou negócio, contatos com pessoas influentes, etc. (CLOWARD; OHLIN, 1960).

Recentemente, o legado de Merton foi complementado pela teoria do estresse geral de Agnew (1992), que engloba tanto os fatores estruturais e sociais, quanto os individuais e psicológicos. O autor inova ao estabelecer três tipos de estresse, que variam quanto ao tamanho, distância, duração e simultaneidade, e podem se sobrepor:

- A deficiência para alcançar metas valoradas (*strain* clássica). O autor distingue aspirações (metas ideais) e expectativas (baseadas em experiências passadas ou na comparação com os outros referenciais ou generalizados). Ele se contrapõe a Merton ao afirmar que: não existe uma homogeneidade de metas, a deficiência de meios não se restringe aos estratos baixos, bem como os indivíduos comparam seus resultados com os de outros, avaliando-os como justos ou injustos.

⁹⁸ Neste aspecto, o conceito de anomia durkheimiano é mais amplo do que o de estresse mertoniano, pois se aplica à sociedade em geral, inclusive aos grupos mais abastados. Referindo-se ao suicídio anômico, Durkheim afirma que: “A pobreza preserva do suicídio, constitui-se numa trava, porque não existem os meios disponíveis. Pelo contrário, em virtude dos poderes que nos confere, a riqueza dá-nos a ilusão de que não dependemos senão de nós mesmos. [...] Portanto, não é sem razão que tantas religiões enalteceram os benefícios e o valor moral da pobreza. É que ela é de fato a melhor escola para ensinar o homem a se dominar. Ao obrigar-nos a exercer sobre nós mesmos uma disciplina constante, prepara-nos para aceitarmos docilmente a disciplina coletiva, ao passo que a riqueza, ao engrandecer o indivíduo, corre o risco de despertar esse espírito de revolta que é a própria causa da imoralidade.” (DURKHEIM, 2003, p. 274)

- A remoção ou ameaça de remoção de estímulos ou reforços positivos individuais.
- A presença de estímulos negativos (relações negativas com outros) ou a dificuldade de se afastar deles, por exemplo, a incapacidade de escapar, por vias legais ou convencionais, de situações dolorosas.

Todas as três situações podem provocar emoções negativas (como a raiva) e então produzir comportamentos desviantes, como o furto (buscar canais ilegítimos de realização), a agressão (atacar as fontes da adversidade) e o uso de drogas (administrar o afeto negativo através do consumo de drogas ilícitas)⁹⁹.

Todavia, o autor ressalta que não há um efeito linear das pressões sobre a delinqüência, uma vez que o tipo de reação resultante vai depender do acionamento de estratégias individuais para contornar ou desvencilhar-se do problema (*coping*), que são: a) cognitivas (por ex.: minimizar a adversidade – ‘isso não é importante’, ‘eu mereço isso’-, reduzir a importância absoluta das metas, maximizar os resultados positivos e minimizar os negativos, aceitar a responsabilidade pela situação), b) comportamentais (inovar através da delinqüência, da rebelião e do sentimento de vingança), ou c) emocionais (uso de drogas, exercícios físicos, terapia, distração). De grande importância para as políticas de prevenção, estas estratégias, por sua vez, variam de acordo com os recursos individuais (o temperamento, a inteligência, a criatividade, a habilidade em resolver problemas e de convívio interpessoal, a auto-estima, a aprendizagem anterior, as crenças, a experiência continuada com a adversidade, bem como a quem é atribuída a culpa). Além dos individuais, o autor menciona os fatores externos que limitam a escolha das adaptações, tais como: o apoio social convencional (família e amigos), a distribuição estrutural de recursos conforme a classe e a presença no meio social de subculturas delinqüentes (ou seja, a facilidade para se associar com pares delinqüentes e/ou violentos, na perspectiva de Sutherland, 1955, e de Cloward e Ohlin, 1960).

Quanto ao fracasso escolar (evasão ou repetência continuada), para Matsueda e Heimer (1997), anteriormente citados, ele é um dos determinantes do comportamento delinqüente.

A organização social da escola, como um refúgio de desenvolvimento e de aprendizagem, tem um impacto positivo na identidade

⁹⁹ Nesta mesma linha, Beato Filho (1998, p. 77) ressalta que: “As poucas opções disponíveis àqueles que se encontram submetidos a um estado de penúria para lidar com os problemas econômicos, por um lado, e a dificuldade para enfrentar situações emocionais difíceis, por outro, levariam a uma escalada de ações violentas”.

da maioria dos jovens. Por exemplo, a escola fornece-lhes oportunidades para desenvolverem qualificações acadêmicas dentro da sala de aula e capacitações sociais em atividades extracurriculares, tais como esporte, banda, interesse especial e liderança grupal. Quando os jovens passam, cedo na infância, por repetidos êxitos nestas arenas, eles terão desenvolvido identidades apoiadas em compromissos com papéis estudantis que procurarão manter. Por contraste, quando jovens fracassam na sala de aula ou em atividades extracurriculares, eles são menos propensos a se enxergar positivamente desde a perspectiva dos professores e escolas. Realmente, performance ruim em sala de aula e carência de experiências positivas com atividades extracurriculares podem ter conseqüências devastadoras para a auto-estima, dada a importância da escola e do papel de estudante durante a adolescência. [...] Sob tais circunstâncias, podemos esperar fraco compromisso com papéis estudantis, falta de motivação para atuar bem academicamente, e geralmente, alienação da escola. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 192, tradução nossa)

O fracasso escolar é comumente citado como causa do crescimento da violência nas escolas, porque aumenta a frustração, e esta fomenta a agressividade e o comportamento inadequado em sala de aula (CARDIA, 1999, p. 70), ou porque diminui a auto-estima criando uma auto-imagem negativa entre os alunos (ZALUAR, 2004, p. 70).

No caso específico da taxa de evasão do 2º grau, Matsueda e Heimer (1997, p. 175-176) salientam que o abandono da escola de ensino médio bloqueia futuras oportunidades, por exemplo, um emprego que exige grau acadêmico (*college degree*), ao mesmo tempo em que aumenta a probabilidade de ingresso em carreiras criminais. Para os autores, a mudança da escola fundamental para a de ensino médio representa uma das transições críticas ocorridas durante a adolescência, que produz estresse e dificuldades (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 190).

Blumenstein e Rosenfeld (1998), por sua vez, atribuíram o declínio dos crimes violentos na década de 1990 nos Estados Unidos à rápida expansão econômica (que oportunizou empregos legítimos para as minorias raciais, adolescentes e evadidos do ensino médio), ao lado de outros fatores como: o decréscimo do uso de armas de fogo pelos jovens, o enfraquecimento da epidemia do *crack* da década de 1980 (e das suas oportunidades de emprego) e os efeitos da incapacitação decorrentes da ampliação do encarceramento desde 1985. Dados recentes indicam que desde 1999 a taxa norte-americana estabilizou-se em torno de 6 homicídios por 100.000 habitantes, valor próximo ao das taxas da década de 1960. (FOX; ZAWITZ, 2004, p. 1)

4.2.5 Desigualdade

De acordo com Marino (2000, p. 7) a desigualdade social na América Latina é endêmica e existe desde a ocupação do continente. No Brasil, o grau de desigualdade de renda medido pelo coeficiente de Gini é cerca de 50% mais alto do que a média mundial; e a renda média dos 10% mais ricos é em torno de 29 vezes maior do que a dos 40% mais pobres, enquanto a razão média mundial é de apenas três vezes (FRY, 2000).

Nesta pesquisa, utilizou-se como indicador de desigualdade o índice L de Theil, cuja série história aparece a seguir:

Tabela 09 – Evolução histórica do Índice L de Theil – 1991 e 2000

Variável	Região	1991	2000	Vari- ção
Índice L de Theil – 1991 e 2000	Colônia Velha	0,435	0,451	3,7%
	Fronteira	0,651	0,617	-5,2%
	Metropolitana de Porto Alegre	0,509	0,569	11,8%
	Rio Grande do Sul	0,635	0,617	-2,8%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>). Cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- O Índice L de Theil mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. É o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais sendo nulo quando não existir (valor 0) desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando ela tender ao máximo (valor 10). Para o seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula.

Na tabela acima se percebe que a desigualdade medida pelo Índice L de Theil aumentou na RMPA (11,8%) e na Colônia Velha (3,7%), e diminuiu na Fronteira (-5,2%), região que sempre apresentou os valores mais altos.

A nossa hipótese inicial é de que em municípios com grande desigualdade de renda domiciliar *per capita* ocorrem mais crimes violentos do que em cidades economicamente mais homogêneas (seja na pobreza seja na riqueza).

O termo desigualdade social é multidimensional¹⁰⁰, porém, geralmente os autores reduzem-no (como aqui) ao componente de renda e de disponibilidade de meios coletivos de consumo (educação, transporte coletivo, serviços de saúde, habitação e

¹⁰⁰ Por exemplo, dentro de uma perspectiva mais ampla, Amartya Sen (2000) refere-se às capacidades vitais, àquilo que a pessoa é capaz de ser e fazer. Por sua vez, Therborn (2001) salienta a necessidade de se distinguir a desigualdade da pobreza, privilegiando-se a estruturação da sociedade e a mobilização dos desfavorecidos, e se evitando o assistencialismo.

lazer), tolhidos, muitas vezes, pela escassez de dados mais abrangentes. No Brasil, a desigualdade social vem sendo recorrentemente citada como uma das causas principais da criminalidade e é referida em vários estudos estatísticos que a relacionam com os homicídios (SOARES, G., [s/d]¹⁰¹).

No caso brasileiro, a desigualdade social poderia estar influenciando os crimes contra o patrimônio, devido à maior disponibilidade de oportunidades e de alvos a serem roubados em áreas de maior poder aquisitivo, conforme a abordagem das atividades rotineiras de Cohen e Felson. Além disso, a diversidade de renda também se vincula a uma maior ou menor proteção contra o crime, ou seja, indivíduos de renda alta têm menor probabilidade de serem mortos do que os de renda baixa, pois podem gastar mais com serviços e equipamentos de segurança e moram em zonas de maior policiamento e qualidade de vida (CANO; SANTOS, 2001). É igualmente apropriado, neste sentido, o referido conceito de segregação urbana proveniente da Ecologia Humana de Chicago.

Outro aporte teórico à questão da desigualdade social é a noção de privação relativa, ou seja, a distância entre o ideal de sucesso da sociedade e a situação específica em que o indivíduo se encontra. Além de Merton (1958), também Agnew (1992), em sua teoria do estresse geral, explicita esta discrepância (sem mencionar o termo privação relativa) ao distinguir aspirações (metas ideais) e de expectativas (baseadas em experiências passadas ou na comparação com os outros). Ou seja, as expectativas são sempre relativas, e os indivíduos, ao avaliarem a sua situação, sempre a comparam com a dos outros. Em ambas as teorias do estresse, a violência resultaria da frustração dos indivíduos privados da realização dos objetivos socialmente legítimos.

Coser também discute a vinculação entre privação relativa e crime, este ocorrendo quando riqueza e pobreza aproximam-se, uma vez que,

[...] o sentimento de privação resulta menos de uma frustração total do que do desvio ressentido entre sua própria sorte e aquela das outras pessoas ou dos grupos que servem como medida de referência. (COSER, 1982, p. 116, tradução nossa).

¹⁰¹ Todavia, Soares, G. ([s/d], p. 58) ressalta que o impacto da desigualdade de renda sobre os homicídios dentro dos países (entre estados, cidades e áreas metropolitanas) não é tão forte nem tão consistente a ponto de requerer uma teoria específica. Também Cano e Santos (2001) não encontraram associação estatisticamente significativa entre desigualdade de renda (medida pelo Índice L de Theil) e taxas de homicídios dos Estados brasileiros.

Por outro lado, quando as pessoas não têm consciência de estarem privadas de direitos e privilégios, podem não esboçar reação: “Pois estas duas certezas – de sucesso ou de ausência de sucesso – podem igualmente proteger contra a frustração.” (COSER, 1982, p. 117, tradução nossa). Sendo assim, o crime prevalece em áreas internamente deterioradas próximas de vizinhanças mais afluentes, quando riqueza e pobreza são contíguas. (SIEGEL, 1998).

4.2.6 Migrações

A fim de se analisar o movimento migratório nos espaços investigados, utilizou-se um procedimento alternativo – o cálculo do efeito da migração residual na população observada – diante da inexistência de dados e/ou da falta de padronização conceitual dos levantamentos censitários.

Tabela 10 – Evolução histórica do efeito da migração residual - 1991 e 2000

Variável	Região	1991	2000
Efeito da migração residual – 1991 e 2000	Colônia Velha	1,0%	5,8%
	Fronteira	-0,4%	-3,3%
	Metropolitana de Porto Alegre	10,4%	1,0%
	Rio Grande do Sul	1,1%	-1,3%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- Para o cálculo do efeito da migração residual, foi utilizada a fórmula contida em Marino (1978, p. 29), que é a seguinte: “MREI: $((P2-PT)/PT) \times 100$ ”.

Sendo que PT (população teórica) = $P1 \times (\text{População Região Sul2} / \text{População Região Sul1 em \%})$. Ou seja: $PT1991 = \text{Pop1980} \times 116\%$ e $PT2000 = \text{Pop1991} \times 113\%$.

Em 1991, o efeito migratório residual sobre a população foi superior na Região Metropolitana de Porto Alegre (10,4%), indicando um maior afluxo de pessoas para esta área. Na Colônia Velha, a proporção foi de 1,0%, próxima à média estadual. Já a Fronteira obteve um pequeno valor negativo, denotando uma estabilização do seu contingente populacional. Em 2000, inverteu-se o sentido do movimento migratório estadual, que passou a perder população (de 1,1 para -1,3%). A RMPA continuou a receber pessoas, mas em proporção significativamente inferior (1%), enquanto que na Colônia Velha o efeito da migração residual aumentou, atingindo 5,8%. Ou seja, proporcionalmente (em relação à população observada) mais pessoas afluíram para esta região do que para a área metropolitana no último período. Já na Fronteira, o efeito migratório negativo do último ano foi de -3,3%, demonstrando que a região expulsou mais pessoas no final do período do que em 1991. Estes resultados são

similares aos de outras análises sobre o fluxo migratório intra-estadual, especialmente a de Jardim e Barcellos (2005).

Quando municípios recebem grande número de migrantes, conforme Soares, G. [s/d] pode ocorrer uma pressão sobre os recursos existentes, de dois tipos: a) a absoluta: a área não dispõe de recursos para atender à população; b) a temporária: não existem recursos momentaneamente, situação que pode ser corrigida depois de algum tempo. Assim, para o autor, as migrações numerosas trazem uma deterioração da qualidade de vida por conta do aumento populacional e da construção acelerada de moradias em locais inapropriados, como áreas verdes e reservas ambientais. Em adição, para Soares, G. ([s/d]) existe outra consequência do afluxo migratório: a alteração nas relações humanas, como, por exemplo, em uma invasão de área desprovida de serviços, onde se verifica a exposição da intimidade pela coabitação e a exacerbação da competitividade.

Utilizando dados do município do Rio de Janeiro, o autor realizou estudo cujos resultados permitiram afirmar que a migração influencia a taxa municipal de homicídios. (SOARES, G., [s/d], p. 88-89). Por sua vez, Alba Zaluar (2004), ao referir que Curitiba, capital receptora de imigrantes, apresenta taxas baixas de homicídio, concluiu que a diferença reside no provimento de atividades e equipamentos no ponto final da migração; isto é, na capital paranaense os imigrantes encontraram uma infra-estrutura básica de serviços e oportunidades de trabalho.

No Rio Grande do Sul, de acordo com estudo de Jardim e Barcellos (2005), a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Vale dos Sinos continuam recebendo maior número absoluto de migrantes, embora em proporções inferiores às décadas passadas. Novas áreas começaram a atrair população, como a Serra e o Litoral, refletindo dinâmicas econômicas recentes. Para estas autoras há o "lado perverso da atratividade", indicado pelos baixos percentuais de retorno de migrantes das áreas inicialmente mais atrativas, demonstrando que elas "[...] não conseguem oferecer oportunidades para todos os contingentes populacionais que recebem". (JARDIM; BARCELLOS, 2005, p. 14). Neste sentido, ao contrário do que acontece em Curitiba, nossos migrantes talvez não estejam encontrando, em certos pontos de chegada, uma infra-estrutura básica de serviços, uma moradia adequada e oportunidades de trabalho.

Quando provenientes de cidades menores, observa-se também o enfraquecimento das formas tradicionais de controle e o conflito entre novos e antigos valores, con-

dições propícias ao surgimento do novo dualismo (discutido no capítulo 3), ou seja, a não incorporação ou a integração incompleta dos novos moradores na sociedade local. Algumas das conseqüências dos processos de modernização, urbanização acelerada e transformações tecnológicas (relacionados com a atratividade populacional) aparecem em abordagens anteriormente referidas, em especial, as: da Ecologia Humana (desorganização social), da anomia durkheimiana, do estresse mertoniano, do controle social.

Este “lado perverso da atratividade” (JARDIM; BARCELLOS, 2005) subjacente aos fluxos migratórios intramunicipais gaúchos, permite-nos sugerir a hipótese de que nos municípios que receberam maiores contingentes populacionais no período 1991-2000 os crimes violentos são mais incidentes do que nas cidades menos atrativas. Mesmo ao se considerar que mais habitantes trazem crescimento (aumento do PIB, da renda total, do volume de negócios e dos recursos municipais) – até neste caso se poderia supor um acréscimo dos crimes patrimoniais, conforme a teoria das atividades rotineiras – este muitas vezes não coíbe seus efeitos deletérios (a urbanização desordenada e a proliferação de áreas desprovidas de infra-estrutura e de serviços públicos).

A literatura sociológica refere, ainda, a relação entre delinqüência e migrantes de 2ª geração¹⁰², pois alguns efeitos das migrações emergem tardiamente:

[...] não são os migrantes e sim os de 2ª geração que mais facilmente escolhem o caminho da delinqüência quando jovens, por já terem incorporado os valores materiais de sucesso das grandes metrópoles sem haverem conseguido obter as oportunidades ou meios legais para atingir aqueles fins. (ZALUAR, 2004, p. 29).

Além de estresse e frustração, conforme Faris e Dunham (1994), a 2ª geração de migrantes padece de um conflito mental decorrente da transição entre duas culturas, pois rejeita a antiga e ainda não está plenamente inserida na nova.

¹⁰² A influência da situação dos descendentes de imigrantes sobre a criminalidade não foi testada nesta pesquisa, devido à inexistência de dados censitários mais antigos, e/ou em nível municipal.

5 A DISPOSICIONALIDADE SOCIAL PARA A VIOLÊNCIA E AS AGÊNCIAS DE CONTENÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

Neste capítulo apresentam-se três indicadores, sendo o primeiro um suposto fator estimulador da criminalidade violenta - a disposicionalidade social para a violência, e os dois últimos prováveis fatores de contenção: a segurança pública e a segurança privada.

Os procedimentos de seleção dos indicadores mais apropriados destes fatores causais são apresentados abaixo, dada a necessidade de se reduzir a redundância e a colinearidade. Logo após, expõe-se a análise descritiva e a fundamentação teórica das variáveis.

5.1 A seleção dos indicadores de disposicionalidade social para a violência e de segurança pública e privada

Partindo-se de um conjunto inicial de seis variáveis, escolheram-se as com correlação relevante (coeficiente de correlação de Pearson igual ou acima de 0,4) em ao menos um dos períodos estudados (década de 1990 ou início da de 2000). A “taxa de porte ilegal de armas em 2001” e a “Existência de CONSEPRO atuante em 2002” referem-se apenas à década de 2000 e aos cenários do crime, uma vez que não se obteve informações para a década precedente.

As variáveis escolhidas aparecem em destaque no seguinte quadro, que expõe a bateria inicial de indicadores e seus coeficientes de correlação com os crimes.

Tabela 11 – Bateria inicial de variáveis independentes referentes à disposicionalidade social para a violência, à prevenção comunitária, à segurança pública e privada

Grupo	Subgrupo	Variáveis independentes de disposicionalidade social para a violência, prevenção comunitária, segurança pública e privada	Coeficientes de correlação com as taxas criminais							
			Homicídios		Lesões		Roubos		Cen 1	Cen 2
			T1	T2	T1	T2	T1	T2		
Disposicionalidade social para a violência		Taxa de armas registradas	0,20	0,17	0,38	0,40	0,07	0,17	0,31	0,12
		Taxa de porte ilegal de armas em 2001	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-0,01	0,13
Prevenção comunitária		Tecido associativo em 2002 (nº de associações comunitárias / pop.)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-0,07	-0,16
Segurança pública		Taxa de policiais militares no policiamento ostensivo	-0,14	-0,16	0,32	0,50	-0,22	-0,04	0,02	-0,04
		Taxa de policiais civis	0,04	0,10	0,50	0,61	0,20	0,35	0,28	0,36
		Existência de CONSEPRO atuante em 2002	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-0,30	-0,46
Segurança priv.		Taxa de ocupados na segurança privada	0,22	0,60	0,39	0,53	0,34	0,77	0,17	0,81

Fontes: IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Ministério da Saúde. SIM. (Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>); Pesquisa de campo; Polícia Civil. Departamento de Polícia Metro-

politana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>). Indicadores e correlações elaborados pela autora.

Notas:

- Para fins de exposição, os valores dos coeficientes de correlação foram arredondados (de três para dois números após a vírgula).
- T1 = década de 1990; T2 = início da década de 2000. NA = não se aplica.

Das variáveis acima, o tecido associativo (número de associações comunitárias ponderado pela população)¹⁰³ e a taxa de porte ilegal de armas em 2001 não obtiveram correlação relevante (igual ou acima de 0,4) com os cenários sociais do crime.

As taxas de lesões corporais associaram-se com todos os três grupos de indicadores (exceto com a prevenção comunitária): disposicionalidade social para a violência, segurança pública e segurança privada. Esta particularidade das lesões também foi observada quanto às condições socioeconômicas, anteriormente analisadas.

Dentre as variáveis independentes, a “taxa de ocupados na segurança privada” apresentou maior número de associações com as taxas criminais, especialmente no início da década de 2000. A “Existência de CONSEPRO atuante em 2002” obteve associação significativa apenas com a taxa de um dos cenários do crime (o 2º), contudo, o seu coeficiente de correlação com a do cenário 1, embora abaixo de 0,4, ostentou sinal negativo (como bloqueador da criminalidade), conforme era esperado.

Na seqüência trataremos individualmente de cada grupo de indicadores, examinando sua fundamentação teórica e suas séries históricas.

5.2 A disposicionalidade social para a violência

Um dos facilitadores dos crimes violentos é a acessibilidade aos meios para praticá-los. Dentre eles, a arma de fogo tem um risco de letalidade muito superior ao das armas brancas (facas e outros objetos cortantes), conforme já constatado por diversos estudos nacionais e internacionais.

O acesso às armas de fogo pela população é uma questão polêmica, que ganhou grande destaque na mídia brasileira durante o período que antecedeu a promulgação do chamado “Estatuto do Desarmamento” e a realização do referendo popular a respeito da proibição da comercialização de armas de fogo e de munição, ocorrido

¹⁰³ A única medida aproximada de prevenção comunitária – o tecido associativo - não se mostrou estatisticamente relevante para entrar nas regressões. Todavia, seus coeficientes de Pearson com os dois cenários sociais do crime, embora baixos, apresentaram sinal negativo, demonstrando que esta variável tem alguma influência inibidora sobre a criminalidade ordinária em anos recentes.

em 23 de outubro de 2005. Esse Estatuto foi aprovado pelo Senado Brasileiro em 09 de dezembro de 2003 (BRASIL, 1999) e sancionado pelo presidente da república no dia 22 daquele mês, através da lei 10.826 (BRASIL, 2003), que alterou a de número 9.437 (BRASIL, 1997), em vigor desde 20 de fevereiro de 1997. O referendo popular resultou em esmagadora vitória do voto pelo “não” (à proibição do comércio de armas e de munição) em todos os Estados brasileiros, que foi proporcionalmente maior no Rio Grande do Sul, atingindo em torno de 87% dos votos.

No debate político e acadêmico encontramos argumentos pró e contra o acesso legal às armas de fogo, a serem discutidos na seqüência.

Entre os posicionamentos a favor do livre acesso às armas de fogo, situam-se autores que defendem que a presença de armas aumenta o risco dos atos ilícitos, desestimulando os criminosos e assim reduzindo a violência. Por exemplo, para John Lott (da Universidade de Yale, Nova York):

[...] parte do risco que o criminoso assume em suas práticas ilícitas está em saber que existem armas nas mãos das vítimas. Segundo ele, isso inibe a criminalidade, assim como as prisões e condenações pela Justiça. ‘Se o bandido não sabe se sua vítima está ou não armada, tende a evitar o confronto, com medo de levar um tiro’, acredita. (JOHN LOTT referido por RICARDO, 2002, p. 71)

Em entrevista à Revista Superinteressante, professor de armamento e tiro da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul refere a relação inversa entre registro de armas e criminalidade: “No Brasil, o Rio Grande do Sul é o Estado com o maior número de armas registradas por habitante e mantém os mais baixos índices de homicídios, muito aquém dos padrões de São Paulo e Rio de Janeiro.” (RICARDO, 2002, p. 66).

De acordo com Jeremy Blanks, membro da *National Rifle Association* (EUA), as leis de controle do livre acesso às armas contribuem para o aumento da criminalidade, ao invés de reduzi-la. Além disso, segundo os principais opositores das leis restritivas, as armas envolvidas em crimes são estrangeiras e contrabandeadas (ilegais), enquanto que as vendas legais para o mercado interno brasileiro estariam diminuindo. (RICARDO, 2002).

Outro argumento parte do princípio legal da legítima defesa, como um caso de exceção ao monopólio do uso legítimo da força pelo Estado. Assim, se o cidadão tem o direito de se defender de qualquer atentado à sua incolumidade física, à sua

vida ou ao seu patrimônio, é igualmente válido que ele possa escolher o tipo de instrumento de defesa mais apropriado. (RICARDO, 2002)

Muito embora tais argumentações sejam recorrentes, inexistem evidências empíricas consistentes que comprovem a relação entre a capacidade de reagir do cidadão e o número de crimes evitados:

Não há como avaliar quanto a presença da arma de fogo aumenta o risco calculado pelo criminoso, fazendo-o desistir da consecução de um crime, e quanto, aumentando o risco ao qual o criminoso está exposto, não estamos estimulando-o a agir com mais violência ainda, às vezes atirando antes de saber se sua vítima está armada. Até onde vai o medo do assaltante e onde começa o seu desespero? (RICARDO, 2002, p. 71).

Quanto à legislação em vigor no Brasil, os defensores do uso irrestrito da arma de fogo argumentam que ela é bastante restritiva e vem limitando, de fato, o acesso às armas. Desde 1938 é exigido no Brasil o porte de armas de fogo, iniciando-se, neste período, o cadastramento dos registros de propriedade. A lei 9.347 (BRASIL, 1997) criou o Sistema Nacional de Armas (SINARM) e estabeleceu requisitos - idade mínima (21 anos), comprovação de idoneidade, comportamento social produtivo, efetiva necessidade, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo -, além de estipular a cobrança de taxa de expedição do porte pelos órgãos policiais estaduais. Essa lei também criminalizou a posse ilegal de arma (antes uma contravenção penal), com pena de detenção (em regime prisional aberto ou semi-aberto) de um a dois anos e multa.

Segundo reportagem da Revista Superinteressante (RICARDO, 2002), desde a promulgação daquela lei até 2002, as vendas de armas de fogo caíram 20% e o registro de novas diminuiu 97% em São Paulo. No Rio Grande do Sul também se observou uma redução dos registros e portes de armas, em, respectivamente, 54% e 15%, segundo dados do Sistema de Armas da Polícia Civil.

Por sua vez, a lei 10.826 (que regulamentou o chamado “Estatuto do Desarmamento”, BRASIL, 2003) tornou mais rígidas as normas para fabricação, registro, porte, posse e comercialização de armas de fogo e de munição. Ela proíbe o cidadão comum de portar armas de fogo, estabelecendo que apenas os profissionais ligados à segurança pública (Forças Armadas, Forças Policiais e as Guardas Municipais de cidades grandes e capitais), às empresas de segurança privada e de transporte de valores e os praticantes de esportes de tiro ao alvo têm direito de portá-las. Ressalvados estes indivíduos, é vedada a aquisição de arma de fogo por qualquer menor

de 25 anos. A concessão do porte passa a ser competência da Polícia Federal (ao invés das polícias estaduais), com elevação do valor da taxa de expedição. Além disso, são definidas penas para diferentes crimes, tais como: posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo permitida, disparo de arma em local habitado e permissão para que menor ou deficiente mental se apodere de arma de fogo. O porte ilegal de armas tornou-se um crime inafiançável, com pena mais severa, de reclusão (em regime fechado) de 3 a 6 anos e multa¹⁰⁴.

Do outro lado da controvérsia, estão autores favoráveis à restrição do uso de armas de fogo. Este pólo da discussão vem se consolidando em anos recentes com a mobilização de ONG's e movimentos sociais que, desde a década de 90, lutam contra a violência, difundindo suas idéias através de atos políticos, passeatas e campanhas na mídia (Movimento Viva Rio, Movimento Sou da Paz, etc.). Grandes mobilizações foram realizadas em 2003 em todo o território nacional a favor da aprovação do Estatuto do Desarmamento, que tramitou no Senado por quase cinco anos, sendo finalmente aprovado em dezembro daquele ano.

Entre os vários argumentos desse lado da discussão, citam-se alguns a seguir.

Blumenstein e Rosenfeld (1998) apontam, dentre outras causas, a grande contribuição da redução do uso de armas de fogo para o persistente declínio dos homicídios nos Estados Unidos, a partir de meados da década de 1990.

Alba Zaluar (1999c) traça um paralelo entre os países europeus e os Estados Unidos (e também o Brasil), afirmando que, nestes últimos, ocorreu uma maior liberalização e estímulo ao uso de armas, bem como uma maior penetração do crime organizado na vida econômica, social e política. De acordo com esta autora, desde o século XIX o processo de pacificação de costumes deu-se de forma diferenciada nos Estados Unidos. Lá a constituição garantiu o direito de qualquer cidadão ter ou negociar armas, enquanto na Europa ocorreu um movimento de desarmamento da população e de maior monopólio da violência pelo Estado¹⁰⁵. Devido a esta particularidade, a Europa estaria apresentando queda vertiginosa das taxas de homicídios há

¹⁰⁴ No Rio Grande do Sul, a primeira prisão em flagrante com base na lei 10.826 aconteceu em 29 de dezembro de 2003, em Santa Cruz do Sul. Até o dia 21 daquele mês, o crime de porte ilegal de arma gerava apenas um termo circunstanciado e estava sujeito a uma pena menor. (HOMEM PRESO POR PORTE DE ARMA, 2003, p. 15).

¹⁰⁵ Para Zaluar (1999c), entretanto, o processo civilizador não compreende apenas o controle de armas, abrangendo também: o jogo parlamentar, as regras acordadas pela persuasão e pelo compromisso, bem como as práticas esportivas que canalizam a agressividade.

aproximadamente um século, variando de 0,5 (Inglaterra) para pouco mais de 3 por 100.000 habitantes (Finlândia, Itália e França). (ZALUAR, 1999c, p. 5).

Em nível simbólico e político, a autora identifica, nos Estados Unidos, uma tendência histórica de culto aos heróis armados e de permanência de *lobbies* de negociantes e milícias civis interessadas na descriminalização do uso de armas:

No imaginário cinematográfico cultuou-se a figura do homem armado que, sozinho, enfrenta todos os inimigos com um dedo rápido no gatilho. Na vida política, permitiu-se a permanência dos *lobbies* de negociantes e milícias profundamente interessadas na inexistência de um efetivo monopólio, considerado anticonstitucional, da violência legítima pelo Estado. (ZALUAR, 1999c, p. 5)

Steven Barkan, citado por Ricardo (2002, p. 67), refere estudo realizado em 1993 que demonstrou a associação do uso de arma de fogo com a ampliação da violência interpessoal, ao analisar os incidentes letais em famílias com características semelhantes, só diferindo quanto à posse de arma de fogo. As residências com armas tinham 2,7 vezes mais probabilidade do que as demais de ter um morador assassinado, não raro, por um membro da família ou conhecido.

O livre acesso às armas de fogo, segundo José Marcelo Zacchi, afronta o monopólio exclusivo do Estado de utilizar a força para coibir a transgressão das normas sociais. Em sua visão, “[...] aceitar que os cidadãos reajam armados aos problemas de segurança é perigoso e denota um reconhecimento da falência do Estado de Direito.” (ZACCHI entrevistado por RICARDO, 2002, p. 64)

Para Luiz Eduardo Soares, “[...] a proibição das armas de fogo é uma medida fundamental dentro de uma política eficiente de combate ao crime.” (SOARES, L., entrevistado por RICARDO, 2002, p. 66). Em sua opinião, há dois aspectos essenciais da onda de criminalidade que têm a ver com a livre circulação de armas:

- As armas de fogo intensificam as práticas criminais e a possibilidade de um desfecho letal de pequenos crimes: “[...] o acesso ao armamento induz, de certa maneira, às práticas criminais mais graves, com maior utilização de violência.” (SOARES, L., entrevistado por RICARDO, 2002, p. 66).
- As armas legais alimentam o mercado ilegal e a oferta de armamento no mundo do crime, aumentando de forma exponencial a criminalidade:

Assim, a abundância de armas de fogo gera um tremendo capital imobilizado que não pode, na lógica cruel da economia do crime, ficar sem produzir [...]. Ou seja, em poder de um criminoso, arma nenhuma fica na gaveta. Se não estiver na mão ou na cintura do pró-

prio dono, está alugada para um amigo ou um vizinho¹⁰⁶, mas sempre engordando as estatísticas de criminalidade violenta. (SOARES, L., entrevistado por RICARDO, 2002, p. 66)

De acordo com Túlio Kahn (entrevistado por RICARDO, 2002), as armas de fogo potencializam a violência entre os cidadãos comuns, transformando ocorrências banais em crimes violentos e elevando a letalidade. Para ele, as leis que restringem a venda e o porte de armas não têm a intenção de acabar com a criminalidade em geral (sobre a qual seus efeitos seriam indiretos), mas antes reduzir os níveis de violência interpessoal.

Em adição, diversos resultados empíricos apóiam os argumentos desse lado do debate:

- Estudo de Carneiro (1997, p. 28) comprovou que nos domicílios que têm arma de fogo a chance de que seja utilizada contra um membro da família é 18 vezes maior do que a de ser utilizada contra um desconhecido. Com base nos dados coletados através de pesquisa de vitimização, o autor afirma que aproximadamente 60% dos roubos sofridos pela população pesquisada foram praticados com arma de fogo. Além disso, utilizando dados de mortalidade, a autor identificou que “[...] 82% dos homicídios praticados no Estado do Rio de Janeiro [...] foram cometidos com o concurso de armas de fogo.” (CARNEIRO, 1997, p. 5).
- Conforme indicação de Maria Prado de Mello Jorge (2002, p. 52), pesquisa feita com informações do Instituto Médico Legal de São Paulo evidenciou que a utilização de arma de fogo em homicídios aumentou consideravelmente nos últimos 40 anos: em 1960, tal instrumento foi responsável por 28,4% das mortes, em 2000 sua participação atingiu 90%. Já em Recife, as armas de fogo foram utilizadas em 97% dos assassinatos de menores de 20 anos em 2000.
- Das 105 mortes violentas que ocorrem diariamente no Brasil, 80% envolvem armas de fogo, o que faz do País um dos lugares onde mais se mata a tiros no mundo inteiro. O Brasil também lidera a estatística de pessoas feridas por arma de fogo no decorrer de um crime (247,15 por 100.000 habitantes) e é o 2º lugar no planeta onde morrem mais envolvidos em acidentes com armas de fogo (0,75 por 100.000 habitantes), o 1º é a África do Sul. (RICARDO, 2002).

¹⁰⁶ Em Porto Alegre há grupos que alugam armas para assaltos, um negócio que vem crescendo e se profissionalizando em certas favelas. Vide: WAGNER, 2000, p. 34.

- O Ministério da Justiça estima que cerca de 20 milhões de armas estejam em circulação no Brasil, sendo que apenas 1,5 milhão são legais. Especula-se que a maioria das armas legais já não esteja nas mãos de quem as registrou (RICARDO, 2002, p. 63). Das 224.584 armas legais apreendidas no Estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 2001, 80% delas são de fabricação nacional (MIRANDA, 2003, p. 27)
- Trabalho realizado por Ignacio Cano (2000, p. 14), que abrangeu informações sobre 3.982 armas acauteladas (apreendidas pela polícia) na cidade do Rio de Janeiro entre 1996 e 1999, concluiu que a venda de armas com fins de proteção pessoal é um dos canais de abastecimento dos circuitos clandestinos de armas e da criminalidade. Isso se deve a que os proprietários de armas podem cometer crimes com elas, ou, com maior frequência, ao fato delas acabarem em mãos de terceiros não autorizados. O autor estima que, no mínimo, 22% das armas acauteladas foram vendidas legalmente para pessoas físicas ou jurídicas a fim de oferecer proteção, mas acabaram na ilegalidade. Além disso, 96% das armas vendidas legalmente e apreendidas eram de fabricação nacional.
- Estudo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) coordenado pela socióloga Luci Gatti Pitrocolla (em RICARDO, 2002), concluiu que, dentre as vítimas de latrocínios, a parcela da população que possui arma de fogo corre um risco 56% mais elevado de se tornar vítima fatal do que o resto da população. Dentre as que estavam armadas durante os roubos, apenas 13,8% conseguiram evitar a ocorrência sem se tornarem vítimas, mas destas, 57% eram policiais civis ou militares. Além disso, o porte de armas em uma situação de crime aumenta o número de vítimas: os latrocínios contra portadores de armas causam, em média, 2,2 vítimas; enquanto, para o total dos casos (com ou sem armas), foram registradas 1,5 vítimas.

Em resumo, segundo Griza (2003), a relação da arma de fogo com o crime pode se dar, no mínimo, de três formas:

- a) Em primeiro lugar, uma parcela dos crimes cometidos com arma de fogo é praticada por portadores autorizados;
- b) Em segundo lugar, armas legalmente registradas e portadas podem acabar sendo usadas em crimes após terem sido roubadas, vendidas ou desviadas;
- c) Por fim, a utilização de uma arma pela vítima ao reagir a uma ocorrência criminal pode aumentar a letalidade da situação.

Um dado, entretanto, é surpreendente e embaralha as cartas do jogo: dois países, situados em pólos opostos quanto à proibição legal do uso de armas, exibem os menores índices de criminalidade e de violência do mundo. São eles, a Suíça - país com a maior taxa mundial de armas de fogo por habitantes - e o Japão, que proíbe a propriedade civil de armas de fogo e restringe o seu uso até para os policiais. (RICARDO, 2002). Uma possível resposta a este paradoxo pode ser dada pela afirmação de que: “A arma não causa a violência nem o delito, mas multiplica o potencial letal do mesmo.” (SOARES, G.; CANO, 2002).

Dentre os motivos que levam uma pessoa a se armar, lembra-se a crescente sensação de insegurança e medo, que provoca uma atitude defensiva e de proteção, significado destacado em pesquisa do Ilanud/Datafolha de 1997 mostrou que 58% dos proprietários de armas de fogo afirmaram tê-las para proteção ou prevenção contra o crime (KAHN, 2003, p.4). Percentual próximo a esse é referido por Carneiro (1997, p. 13), que examina dados coletados através da Pesquisa ACTIVA - OPAS/ISER/1996: 61,4% dos entrevistados apontaram como principal razão para ter arma em casa a “proteção pessoal”. Por outro lado, conforme Griza (2003), a motivação para o porte da arma de fogo pode igualmente envolver a tradição familiar, item destacado por 13% dos entrevistados na referida pesquisa do Datafolha e Ilanud (KAHN, 2003).

Outros valores atribuídos ao porte de armas relacionam-se com valores e comportamentos de certos grupos sociais, por ela representar um signo de distinção em vários sentidos: em relação ao gênero (virilidade, poder), à geração (honra, capacidade de se impor às regras, habilidade, responsabilidade, valentia) e à classe social.

Muitos autores salientam o significado da arma de fogo como fator de construção de identidade, especialmente a masculina, em função dos atributos simbólicos que ela carrega: virilidade, força, heroísmo, imediatismo. Sua relevância é ainda maior em segmentos sociais excluídos de outros mecanismos de atribuição de *status* (como o sucesso econômico e escolar, o trabalho reconhecido e bem remunerado), e que muitas vezes ingressam na delinqüência (ZALUAR, 1996). De acordo com Griza (2003), a procura pela arma de fogo pode estar associada, ainda, à prática de atividades de lazer das classes favorecidas, como a caça e os *paintballs*.

Quaisquer que sejam os motivos apontados para o seu uso (proteção pessoal e familiar, *status*, tradição familiar, esporte, construção de identidade, por vezes interligados), assume-se, nesta pesquisa, que o indivíduo que compra uma arma de fogo,

a registra e busca o seu porte autorizado certamente não se enquadra entre os pacifistas. Pressupõe-se que a disponibilidade de arma de fogo potencializa o cometimento de crimes e aumenta o grau de violência dos conflitos, os quais, sem a sua presença, provavelmente seriam menos graves. Tal posição é amparada por vários estudos acima referidos. Diante disso, sugere-se que a busca pela arma de fogo indica uma predisposição para a violência (ainda que reativa) e, em nível de municípios, pode-se falar de uma disposicionalidade social para a violência, apreensível, entre outros indicadores, pela taxa agregada de armas registradas.

Tabela 12 – Evolução histórica das taxas de armas registradas – 1991/2003

Variável	Região	1991	1996	2000	2003	Varição
Taxas de armas registradas – 1991/2003	Colônia Velha	86,16	101,22	105,25	108,63	26,1%
	Fronteira	86,40	102,65	108,28	108,18	25,2%
	Metropolitana de Porto Alegre	103,27	123,92	129,44	129,21	25,1%
	Rio Grande do Sul	73,71	90,31	95,58	97,51	32,3%

Fontes: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>); PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003¹⁰⁷. Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora, a partir de registros cumulativos.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Taxa de armas registradas = número absoluto de armas registradas / população x 1000.

Verifica-se na tabela acima um crescimento generalizado e com percentuais semelhantes das taxas de armas registradas, com o Estado apresentando a maior variação positiva, de 32,3%. Contudo, os maiores valores regionais sempre foram os da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Como fundamentação teórica para a hipótese da vinculação entre a disposicionalidade social para a violência e as taxas criminais, retomam-se as teorizações de Giddens (1996), Wieviorka (1997, 1999), Tavares dos Santos (1993, 2002), Costa (1997) e outras que referem o processo de banalização da violência nos microcosmos, onde ela se transforma em mediadora das relações. Tal movimento se caracteriza, por um lado, pelo aumento das agressões interpessoais, e por outro, pela busca de resolução dos conflitos sem a intermediação das agências de controle.

¹⁰⁷ As informações do Sistema ARM são fornecidas pela Delegacia de Armas, Munições e Explosivos da Polícia Civil (DAME) à PROCERGS - que gerencia a base de dados -, e não incluem as armas dos agentes da segurança pública, conforme comentário do então titular dessa DAME.

Também se pode traçar um paralelo com a noção de “processo civilizador” de Elias, a partir do qual Alba Zaluar (1999a, 2004) elabora a noção de “retrocesso civilizatório” para o entendimento da violência brasileira, porquanto a incorporação dos interditos e das normas sociais está inconclusa ou rompida:

A família está partida, o que não aconteceu em algumas etnias nos Estados Unidos, onde os jovens das gangues defendem a honra familiar [...]. A classe social está partida, as organizações vicinais estão paralisadas, e esvaziou-se o movimento social, tal como acontece nos bairros da periferia de Paris onde surgiram as *galères*. Além disso, o processo civilizador foi interrompido e envolveu, provocando a explosão da violência intraclasse e intra-segmento que não se pode explicar pelo econômico apenas. (ZALUAR, 2004, p. 193, 194 e 195)

Por sua vez, Juan Marino (2000) menciona a existência na América Latina de um *background* sociocultural alimentado pela desigualdade social e produtor de um “*habitus* de desconfiança” e, por conseguinte, de “violência disposicional”:

[...] [um *habitus* de desconfiança] altamente contestatório, incorporado por parte de muitos setores da população, e que naturalmente se manifesta, por vezes, em atos de violência. A essa condição chamamos aqui de ‘violência disposicional’, isto é: as condições históricas da configuração social do continente permitem postular a gênese do fato disposicional da exacerbação da violência, o qual passa a ocorrer em formas e momentos determinados, segundo requisitos ou condições que podem ser investigadas. (MARINO, 2000, p. 10).

Esta violência disposicional, segundo o autor, manifesta-se historicamente em ciclos de violência política (altruísta) e ordinária (egoísta/anômica) por vias mais ou menos organizadas, explicáveis por intermédio da articulação das noções durkheimianas de integração social e gravidade/densidade moral grupal (MARINO, 2000).

5.3 A segurança pública e privada

Na análise de regressão participaram as seguintes variáveis relativas às agências de controle da violência: as taxas de policiais militares no policiamento ostensivo e de policiais civis e a existência de CONSEPRO atuante em 2002 (segurança pública) e a taxa de ocupados em “investigação, vigilância e segurança” (segurança privada).

No tocante à segurança pública e exclusivamente para a análise descritiva, as duas primeiras taxas referem-se ao número de habitantes atendidos por policial, neste caso, valores elevados indicam menor cobertura policial.

Tabela 13 - Evolução histórica dos indicadores de segurança pública – 1991/2003

Variáveis	Região	1991 ou 1994	1996 ou 1997	1999 ou 2000	2003	Variação
Razão de habitantes por policial militar no policiamento ostensivo – 1994/1999	Colônia Velha	615	840	748	-	21,6%
	Fronteira	345	451	402		16,5%
	Metropolitana de Porto Alegre	399	465	425		6,5%
	Rio Grande do Sul	436	516	508		16,5%
Razão de habitantes por policial civil – 1991/2003	Colônia Velha	2.927	2.784	3.131	2.874	-1,8%
	Fronteira	2.109	1.914	2.089	2.808	33,1%
	Metropolitana de Porto Alegre	1.640	1.519	1.052	1.480	-9,8%
	Rio Grande do Sul	1.680	1.540	1.870	2.012	19,8%

Fontes: RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>). Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Quanto ao efetivo policial militar no policiamento ostensivo, como não foram fornecidas informações relativas a 1991, 1996, 2000 e 2003, utilizaram-se as de anos intermediários, excluídos os bombeiros e os cargos administrativos e técnicos. Documentos examinados: RIO GRANDE DO SUL, 1994; 1997; 1999.
- Quanto ao efetivo policial civil, como não foram disponibilizados os dados de 1991, fez-se uma estimativa a partir do total de policiais civis no Estado e nos municípios em anos posteriores.

Analisando-se esta tabela, percebe-se um aumento generalizado do número de habitantes atendidos por policial militar no policiamento ostensivo, indicando uma redução da cobertura deste serviço público. A situação é pior na Colônia Velha, que, além da maior variação positiva (21,6%), sempre ostentou os valores mais elevados deste indicador.

Quanto aos policiais civis, observam-se algumas diferenças em relação aos policiais militares. Identifica-se uma ampliação da cobertura na Região Metropolitana (-9,8%) e, em menor proporção (-1,8%) na Colônia Velha. Tanto na Fronteira (33,1%) quanto no conjunto do Estado (19,8%) houve uma redução do efetivo policial civil.

Segundo Kahn (2002) não existe recomendação da ONU sobre o número ótimo de habitantes por policial, porém, tomando por base a pesquisa *Crime Trends* que reuniu informações de 150 países entre 1994 e 1997, esse autor verificou que a média mundial era de 340 policiais para cada 100.000 habitantes (considerando todas as forças policiais). Calculando-se este mesmo índice para as três regiões socioculturais e o Rio Grande do Sul, tomando-se o efetivo policial civil e o efetivo policial militar em policiamento ostensivo (sem levar em conta os cargos administrativos e técnicos e os bombeiros), obtiveram-se os seguintes valores:

Tabela 14 - Evolução histórica das taxas de policiais – 1991/2000

Região	Taxas de policiais (civis e militares no policiamento) por 100.000 habitantes			
	1991 ou 1994	1996 ou 1997	1999 ou 2000	Varição
Colônia Velha	197	154	163	-17,3%
Fronteira	337	273	296	-12,2%
Metropolitana de Porto Alegre	309	280	311	0,6%
Rio Grande do Sul	287	258	246	-14,3%

Fontes: RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>). Construção do indicador e cálculos realizados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.
- Quanto ao efetivo policial militar no policiamento ostensivo, como não foram fornecidas informações relativas a 1991, 1996, 2000 e 2003, utilizaram-se as de anos intermediários, excluídos os bombeiros e os cargos administrativos e técnicos. Documentos examinados: RIO GRANDE DO SUL, 1994; 1997; 1999.
- Quanto ao efetivo policial civil, como não foram disponibilizados os dados de 1991, fez-se uma estimativa a partir do total de policiais civis no Estado e nos municípios em anos posteriores.

Referendando os resultados anteriores, percebe-se nesta tabela – que reúne as duas forças policiais estaduais em um índice cujo denominador é a população e não o efetivo policial – que a quantidade de policiais declinou no Estado, perfazendo, em 2000, taxas inferiores à média mundial constatada pela pesquisa *Crime Trends* (de 340 policiais por 100.000 habitantes, Kahn, 2002). A situação é pouco melhor na RMPA, cuja taxa estabilizou-se e mais se aproximou, no último ano, da referida média mundial. Lembra-se que os dados utilizados não incluem policiais militares que atuam na área administrativa, técnica e os bombeiros, cuja incorporação elevaria os valores das taxas de policiais.

Todavia, em comparação com a média nacional (de 278 policiais por 100.000 habitantes, Kahn, 2002), os valores das taxas estaduais e regionais (com exceção da Colônia Velha), foram em vários anos superiores. Isto é, a situação do efetivo da segurança pública no Rio Grande do Sul é relativamente menos grave do que a brasileira, ainda mais se considerarmos a avaliação feita por Kahn (2002, p. 51), de que: “Em termos absolutos, a polícia brasileira é uma das maiores do mundo, perdendo apenas para a China, a Índia, os Estados Unidos e a Rússia, entre os países listados [pela ONU].”

Paralelamente à redução da cobertura dos serviços estaduais de segurança, observa-se uma tendência de elevação dos recursos municipais nesta área (criação de

Secretarias Municipais de Segurança Pública e das Guardas Municipais, ou ainda pela ampliação destas).

Tabela 15 - Evolução histórica da razão de habitantes por guarda municipal – 1990/2003

Variáveis	Região	1990	1997	1999	2003	Varição
Razão de habitantes por guarda municipal – 1991/2003	Colônia Velha	0	22.554	-	16.714	-
	Fronteira	0	0		18.695	-
	Metropolitana de Porto Alegre	4.277	2.692		2.285	-46,6%
	Rio Grande do Sul	Dados inexistentes				

Fontes: Prefeituras Municipais (pesquisa de campo); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Nota: N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

Constata-se na tabela acima um crescimento do número de funcionários das Guardas Municipais, evidenciada pela redução progressiva do número de habitantes atendidos por cada servidor. Em alguns municípios, elas foram criadas recentemente, em outros, os funcionários passaram a assumir funções suplementares às desempenhadas pelas polícias estaduais¹⁰⁸, estando vinculados às Secretarias Municipais de Segurança recém criadas¹⁰⁹. Dentre as regiões analisadas, destaca-se a Metropolitana, que sempre apresentou taxas inferiores às demais e teve acréscimo progressivo dos guardas municipais. Todavia, tratando-se da municipalização da segurança pública, movimento novo em muitos municípios, são inviáveis análises de séries históricas mais longas. Devido a sua inexistência em muitas cidades, a taxa de guardas municipais também foi descartada da Análise Causal.

Por fim, os Conselhos Pró-Segurança (CONSEPROS) situam-se entre a participação estatal e da sociedade civil na questão da segurança pública, uma vez que,

¹⁰⁸ Por exemplo, em Porto Alegre, a Guarda Municipal, além de atuar na manutenção da segurança do patrimônio público municipal (bens, serviços e instalações), garante o desempenho das funções dos servidores e a oferta de serviços aos usuários. Também realiza atividade de apoio à Procuradoria do Município, ao Departamento de Habitação, à Secretaria de Obras e Viação (Áreas de Risco) e junto à Defesa Civil, na fiscalização da cidade em questões de reintegrações de posse e de ocupações e em situações emergenciais de chuva, incêndio, desabamento, em parceria com a Brigada Militar. Recentemente, com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, ampliaram-se as suas atribuições, com a atuação nas praças e jardins e na garantia da prestação de serviços dos fiscais da Administração, “[...] entendendo serem estas funções que são demandadas pela população e que visarão oferecer condições mínimas de utilização dos espaços públicos, reconquistando o sentimento de *segurança* dos munícipes.” (PORTO ALEGRE, 2002, p. 3). Em alguns municípios interioranos, os guardas municipais também atuam na fiscalização do trânsito.

¹⁰⁹ Em 2003, somente Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Uruguaiana – 13% dos municípios pesquisados – possuíam Secretarias Municipais de Segurança. Todavia, conforme comentários de alguns informantes e notícias da imprensa, vários municípios encaminharam projetos de criação ou instalaram tais órgãos recentemente.

embora sejam entidades organizadas pela comunidade, geralmente são estimuladas pelo governo estadual. Não se trata aqui da prevenção comunitária informal – como no conceito de “eficácia coletiva” de Sampson, Raudenbush e Earls (1997) -, mas de entidades que congregam representantes locais e auxiliam financeira e materialmente os órgãos policiais, através, por exemplo, de: compra de material de consumo, consertos em geral, contratação e pagamento de estagiários, aquisição e manutenção de viaturas e fornecimento de combustível, custeio das despesas dos policiais (auxílio moradia, cestas-básicas, alimentação), etc. Também foram citadas pelos delegados de polícia (principalmente naqueles municípios onde já existia CONSEPRO atuante) outras novas entidades suplementares à segurança pública, tais como: Clubes de Gasolina e Grupos de Apoio à Polícia Civil (“GAPPI”).

Tabela 16 - Existência de Conselho Pró-Segurança (CONSEPRO) - 2002

Região	Não existe (0)	Existe mas não é atuante (1)	Existe e é atuante (2)	Total
Colônia Velha	0	2 (12,5%)	14 (87,5%)	16
Fronteira	4 (33,3%)	5 (41,7%)	3 (25,0%)	12
Metropolitana de Porto Alegre	31 (70,5%)	4 (9,1%)	9 (20,5%)	44
Total	35 (48,6%)	11 (15,3%)	26 (36,1%)	72

Fonte: Delegados de Polícia (pesquisa de campo). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=72 questionários respondidos por delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à frequência das respostas dos entrevistados, sendo que em 26 municípios pesquisados (alguns deles com mais de uma delegacia de polícia) foi constatada a existência de CONSEPRO.

- Pearson chi-square = 34,424 / Coeficiente de contingência = 0,569 / Significância = 0,000¹¹⁰.

Identifica-se, na tabela acima, que mais delegados indicaram a existência de CONSEPROS (100%) e atuantes (87,5%) na Colônia Velha. A presença destas entidades parece ser menor na RMPA, pois 70,5% dos entrevistados referiram a sua inexistência.

Para a análise causal esta variável foi transformada em dicotômica (0 = não existia CONSEPRO atuante em 2002, 1 = existia CONSEPRO atuante em 2002). Como

¹¹⁰ As medidas de qui quadrado testam se as variáveis das linhas e das colunas das tabelas cruzadas são independentes, ainda que não apontem a força e a direção das associações. O coeficiente de contingência, baseado no qui-quadrado, é uma medida do grau de associação para dados nominais dispostos em tabelas de tamanho superior a 2 x 2, cujos valores variam entre “0” (a completa independência) e “1” (a associação perfeita). Diferentemente das primeiras, ele mostra a força das associações entre as variáveis de tabulações cruzadas. A significância mede a probabilidade de a hipótese nula (Ho) ser rejeitada, sendo usual em estudos estatísticos considerar que valores até 0,05 indicam a existência de relação entre as variáveis. Assim, os valores dos três coeficientes do quadro acima relativizam os resultados do cruzamento entre as variáveis. (LEVIN; FOX, 2004; SPSS®).

não se obteve dados históricos, ela participou apenas das regressões *stepwise* dos cenários do crime 1 e 2 (início da década de 2000).

No tocante ao conjunto de indicadores de segurança pública, supõe-se que, em municípios com menores taxas de policiais militares no policiamento ostensivo e de policiais civis, ocorrem mais crimes violentos, especialmente os roubos (mais incidentes em espaços públicos, cometidos muitas vezes por criminosos já “rotulados” pelas agências), e suas modalidades difusas reunidas no cenário 2. Os crimes contra a pessoa e/ou impulsivos têm nada ou pouco a ver com a disponibilidade dos serviços públicos de segurança (MARINO et al., 2002b)¹¹¹.

Adicionalmente, estima-se que a presença de CONSEPRO atuante nos municípios traga apoio financeiro e material aos órgãos policiais, contribuindo suplementarmente para a sua maior eficiência, e também representando um fator de bloqueio da criminalidade violenta.

Como substrato teórico para essas hipóteses, remete-se à concepção weberiana de Estado e à teoria da dissuasão, a seguir analisadas.

De acordo com Weber, a fim de evitar rupturas a sociedade delega ao Estado o papel de manutenção da ordem social, através do exercício ou da ameaça de uso da violência, praticada por funcionários estatais pertencentes às polícias, às forças armadas e às instituições prisionais. Nas palavras do sociólogo clássico:

O Estado moderno é uma associação de domínio com carácter institucional que tratou, com êxito, de monopolizar, dentro de um território, a violência física legítima como meio de domínio e que, para esse fim, reuniu todos os meios materiais nas mãos do seu dirigente e expropriou todos os funcionários feudais que anteriormente deles dispunham por direito próprio, substituindo-os pelas suas próprias hierarquias supremas. (WEBER, 1979, p. 17).

Portanto, para Weber, o Estado Moderno não se define teologicamente (pelos fins almejados), mas pelo meio que utiliza – a violência física legítima -, que representa um poder superior, capaz de coibir manifestações não legítimas de violência potencialmente vigentes no interior da sociedade, promovidas por indivíduos ou por

¹¹¹ Esta hipótese acompanha resultado de pesquisa que mostrou a correlação negativa entre a taxa de roubos e o indicador de segurança pública (efetivo policial + gastos com segurança) entre municípios gaúchos (MARINO et al., 2002a).

grupos sociais¹¹². Destarte, a disseminação da criminalidade e da violência nas sociedades pode ser atribuída, de acordo com a perspectiva weberiana, ao não cumprimento pelo Estado de seu papel de impor a obediência através do uso real ou potencial da força física legítima, função que seria um anteparo à fragilização das bases legítimas da ordem social. Contemporaneamente, muitos autores (dentre eles: WIEVIORKA, 1997; ADORNO, 2000; PINHEIRO, 1997, 1998) atribuíram ao enfraquecimento da função regulatória estatal uma das causas do crescimento da violência e da criminalidade.

Como se viu acima, a tendência histórica de redução do efetivo policial no Rio Grande do Sul provavelmente esteja sinalizando um desaparecimento do Estado sul-rio-grandense para cumprir sua função específica. Sendo assim, nas cidades com menores taxas de policiais civis e militares ocorrerão mais crimes violentos.

Por sua vez, a teoria da dissuasão (*deterrence*) – dentro do escopo teórico da escolha racional¹¹³ – baseia-se na idéia de que a atuação eficiente dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal aumenta os riscos do comportamento criminoso avaliados pelos indivíduos antes de agir. Eles buscam maximizar as recompensas e minimizar os custos de seus atos, embora com uma racionalidade limitada, “[.] não ten-

¹¹² Todavia, segundo Giddens, este monopólio estatal pode tanto coibir quanto ampliar as manifestações de violência na sociedade: “Assim, a pacificação em si pressupõe um controle dos meios de violência por parte das autoridades legítimas. Contudo, acredito que se possa assumir que todas as formas de violência devem ser minimizadas tanto quanto possível, sejam elas legítimas ou ilegítimas. Em outras palavras, a tendência das autoridades governantes no sentido de assegurar um monopólio dos meios de violência não deveria ser equacionada como um recurso cada vez maior à violência.” (GIDDENS, 1996, p. 260). Nesta mesma linha, Tavares dos Santos e Tirelli (1999) afirmam que no Brasil a polícia tem historicamente excedido o seu poder legal, através de práticas violentas e arbitrárias. Para Grossi (1999, p. 31), tais práticas ilegítimas representam uma “privatização do monopólio legítimo da violência pelo Estado”, através, paradoxalmente, da ação de agentes responsáveis por exercer este monopólio, os quais, em tese, deveriam garantir os princípios universalistas do espaço público. Neste sentido, a violência policial revela e amplia a crise de legitimação dos poderes responsáveis pela segurança pública.

¹¹³ A teoria da escolha racional originou-se da perspectiva da troca ou do “*homo economicus*”, dentro da ciência econômica. A partir das décadas de 1970 e 1980, seus representantes passaram a criticar as teorias estruturais por não considerarem as variáveis individuais, as únicas que, em sua visão, poderiam responder à pergunta de por que, dentro de um mesmo contexto social, algumas pessoas cometem crimes e outras não. Para eles, o crime seria o resultado da busca de maximização do lucro pelo indivíduo, que antecipadamente calcula a *ratio* entre os benefícios e os prejuízos resultantes de sua conduta. Os benefícios incluem não somente ganhos materiais, mas também outros objetivos imediatos, tais como: satisfação emocional ou sexual, aprovação dos pares, solução de uma diferença antiga com um inimigo ou a realização de alguma necessidade de justiça. Destes ganhos, deduzem-se os possíveis custos, que incluem a prisão, dores de consciência, desaprovação dos pares e reação das vítimas. Cornish e Clarke (1994) acrescentaram à teoria da escolha racional o conceito de “propriedades estruturais de escolha”, que variam de acordo com os diferentes estágios do processo de decisão e entre os diferentes crimes (que requerem habilidades pessoais específicas e envolvem riscos diferenciados). Conforme Cano e Santos (2001), a perspectiva da escolha racional aplica-se apenas aos crimes contra a propriedade ou a outros atos ilícitos que visam ganhos monetários.

do sempre domínio de informações ou não estando plenamente conscientes das situações [...]”. (CLARKE, 1966 apud BEATO FILHO; REIS, 2000, p. 402¹¹⁴).

De acordo com Ulmer ([1998?], p. 16, tradução nossa): “O objetivo da dissuasão é fazer tanto o infrator quanto a sociedade abster-se do crime futuro a fim de evitar posterior punição.” Ou seja, é mais provável que as pessoas cometam crimes quando percebem que os benefícios superam os prejuízos da ação delitiva,. Analisando as metas tradicionais da Justiça Criminal dos Estados Unidos, o autor refere quatro tipos de dissuasão: a) absoluta – qualquer pessoa, em qualquer tempo desiste de cometer crime por causa do medo da punição; b) marginal – quanto o comportamento individual ou coletivo muda por conta do medo de punição; c) específica – quando a punição é praticada para dissuadir um indivíduo particular do crime futuro; e d) geral – situação na qual a punição é executada para dissuadir um grupo ou população inteira do crime (“Por exemplo, um infrator é ‘feito de exemplo’ a fim de mostrar para o populacho [*populace*] o que acontece quando alguém comete crime”, ULMER, [1998?], p. 16, tradução nossa).

Conforme Marino ([2007?]), alguns estudos distinguem a dissuasão (por ele denominada de “contenção”) específica (sobre os infratores já punidos) da geral (sobre os infratores não punidos e a potencialidade infracional da população). No último caso, ela tem uma influência indireta através da certeza e rapidez da punição (com a redução da impunidade) e da eficiência das agências de repressão da criminalidade. Todavia, pesquisas recentes desenvolvidas nos Estados Unidos mostram resultados contrários, no sentido de que a “[...] experiência direta com penalização freqüentemente aumenta em lugar de diminuir a probabilidade de infrações subseqüentes.” (CULLEN; AGNEW, 2003, p. 267 apud MARINO, [2007?], p. 34)¹¹⁵.

Os dados acima analisados parecem indicar um movimento de enfraquecimento da dissuasão, e, conseqüentemente, uma maior impunidade devido à menor eficiência da repressão. Isto é, considera-se que a redução do efetivo policial é um dos fatores (ao lado da agilidade e qualidade dos serviços prestados, dos recursos tecnológicos, da capacitação e estímulo salarial dos agentes, dos programas preventivos,

¹¹⁴ CLARKE, Ronald. Approved school boy absconders and corporal punishment. **British Journal of Criminology**, n. 6, 1966. p. 364-375 apud BEATO FILHO; REIS, 2000, p. 402.

¹¹⁵ CULLEN; AGNEW, loc. cit. apud MARINO, ([2007?]), p. 34. Siegel (1998) acrescenta ainda, dentro do escopo teórico da teoria da dissuasão, a abordagem ou política da “incapacitação”, que visa colocar criminosos perigosos em confinamento para eliminar o risco de repetirem sua agressão.

enfim, das diretrizes gerais da segurança pública) vinculados ao enfraquecimento das metas dissuasórias (específicas e gerais).

Todavia, a associação negativa entre crimes e disponibilidade dos serviços de segurança pública não é uma unanimidade entre os pesquisadores. Por exemplo, Kahn (2002), analisando vários trabalhos brasileiros e de outros países, constatou a ausência de correlação entre os efetivos policiais e as taxas de criminalidade, e, em alguns casos, uma relação positiva, indicando que em locais com grande incidência de crimes haveria uma contratação maior de policiais *a posteriori*. Também não foi verificada relação estatisticamente significativa entre as taxas criminais, os salários pagos e o percentual de gastos com segurança nos Estados brasileiros, que utilizam em média, 10% do seu orçamento na segurança pública. (KAHN, 2002, p. 47). Para este autor, a questão é antes de tudo qualitativa:

[...] talvez uma polícia menor, mas ao mesmo tempo melhor remunerada, equipada e treinada, mais em função de patrulhamento do que em atividades burocráticas, mais proativa e focada, seja mais eficiente no combate à criminalidade. (KAHN, 2002, p. 53)

No Rio Grande do Sul, pesquisa (TAVARES DOS SANTOS et al., 1997) encontrou uma associação positiva entre a variável “gastos com segurança” e as taxas de furtos, de crimes contra o patrimônio e de lesões corporais, sugerindo, assim, que os investimentos em segurança pública acompanham o alto nível de criminalidade verificado em determinados municípios.

Por fim, paralelamente à tendência de enfraquecimento do papel do Estado e de fragilização do efeito dissuasório exercido pelas agências de controle da criminalidade, percebe-se a ampliação das organizações, dos funcionários e dos dispositivos tecnológicos vinculados ao mercado privado da segurança.

Lenoir (1997, p. 267) refere o desenvolvimento, em nível mundial, de um “mercado de segurança” e de “polícias privadas”, que em 1989 na França empregou 73.000 pessoas e cujo volume de negócios atingiu 1/3 do orçamento da polícia nacional. Em 1993 nos Estados Unidos, este setor movimentou quase o dobro dos recursos governamentais em segurança (65 contra 35 bilhões de dólares), segundo cálculos da socióloga Sophie Body-Gendrot (citada por PRADO, R., 1996).

Este movimento de responsabilização da sociedade pela segurança iniciou na Inglaterra, por volta de 1970. No Brasil, o artigo 144 da Constituição Brasileira, que estabelece a segurança como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, fornece uma prerrogativa legal para o crescimento desse setor. (PASSETI, 2005).

Dados da Revista Superinteressante (PRADO, R., 1996) revelam que em 1995 as empresas brasileiras de segurança movimentaram 3,3 bilhões de reais e empregaram 1,1 milhão de pessoas. Também Leonarda Musumeci (2003, p. 6) destaca que, no período 1985-1995, o pessoal ocupado nas empresas brasileiras de vigilância e guarda aumentou 112%, atingindo quase o dobro da segurança pública.

Contudo, para Sérgio Adorno (2002), a utilização efetiva destes serviços varia de acordo com a classe social, pois são acionadas saídas diferentes diante da ineficiência do sistema de justiça criminal: enquanto os ricos apelam ao mercado de segurança privada, os pobres contratam guardas sem profissionalização, ou têm a proteção dos traficantes locais, ou, ainda, resolvem seus conflitos por conta própria.

Na Análise Causal considerou-se como indicador de segurança privada apenas a taxa de ocupados em “investigação, vigilância e segurança” por 1000 ocupados. Já para esta análise descritiva acrescentaram-se outras medidas, conforme segue.

Tabela 17 – Evolução histórica dos indicadores de segurança privada – 1991/2003

Variáveis	Região	1991 ou 1994	2000	2003	Vari- ção
Taxa de ocupados na segurança privada – 1991 e 2000	Colônia Velha	5,6	5,7	-	0,4%
	Fronteira	7,6	8,1		6,7%
	Metropolitana de Porto Alegre	8,9	12,8		45,0%
	Rio Grande do Sul	5,5	7,6		37,0%
Taxa de estabelecimentos de segurança privada - 1994/2003	Colônia Velha	0,8	1,2	1,6	100,0%
	Fronteira	0,7	1,2	1,1	43,2%
	Metropolitana de Porto Alegre	1,2	2,0	1,8	50,8%
	Rio Grande do Sul	0,9	1,3	1,4	60,0%
Razão entre o n° de ocupados na segurança privada e o efetivo policial – 1991 e 2000	Colônia Velha	1,4	1,7	-	20,4%
	Fronteira	0,9	1,0		20,7%
	Metropolitana de Porto Alegre	1,2	1,8		50,2%
	Rio Grande do Sul	0,8	1,4		68,6%

Fontes: IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download>); MTE-RAIS. Bases Estatísticas RAIS/CAGED – Acesso Online (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/Acesso/RaisOnLine.asp>). Construção dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- Taxa de ocupados na segurança privada = n° de ocupados em “investigação, vigilância e segurança” / total de ocupados x 1000. Estes empregados pertencem ao código ocupacional 74050 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que reúne as seguintes categorias: empregado no setor privado (com ou sem carteira), empregador, conta própria, aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio.

- Taxa de estabelecimentos de segurança privada = n° de estabelecimentos de “investigação, vigilância e segurança” / total de estabelecimentos x 1000. Os dados de 1996 disponibilizados pelo Ministério do Trabalho incluíam, além dos estabelecimentos privados e autônomos, os públicos (ausentes nos outros anos), por isto as informações desse ano foram desconsideradas. Já os dados anteriores a 1994 não estavam discriminados por grupo da CNAE, sendo impossível identificar a categoria “in-

investigação, vigilância e segurança”. A partir de 1999, os registros passaram a abranger, também, as certidões negativas (estabelecimentos que não apresentaram vínculo empregatício no ano base).

- Razão entre o n° de ocupados na segurança privada e o efetivo policial = n° de ocupados em “investigação, vigilância e segurança”/somatório do n° de policiais militares no policiamento ostensivo e de policiais civis.

A taxa de ocupados na segurança privada inclui, além dos formais, os trabalhadores sem carteira assinada empregados na “investigação, vigilância e segurança” (não computados pelo Ministério do Trabalho). Percebe-se um crescimento global deste grupo, especialmente na Região Metropolitana (45%). Salienta-se que muitos policiais atuam neste mercado nas horas de folga de sua atividade.

Quanto à taxa de estabelecimentos formais em “investigação, vigilância e segurança” observa-se um aumento progressivo e generalizado. Em 2003, destacaram-se as taxas da RMPA (1,8 estabelecimentos por 1000) e da Colônia Velha (1,6). Esta última apresentou, ainda, a maior variação do período, de 100%.

A análise das duas primeiras taxas revelou que, enquanto na RMPA cresceu a informalidade neste tipo de trabalho, na Colônia Velha a ampliação do setor deu-se mais no mercado formal (número de empresas cadastradas).

O comportamento da razão entre os empregados na segurança privada e o efetivo estatal da segurança pública reforça as tendências supramencionadas, pois os dados demonstram que em 2000 os primeiros superaram quantitativamente os segundos em todos os espaços estudados¹¹⁶.

Enfim, a ampliação do mercado de segurança privada é quase uma contrapartida à redução dos efetivos policiais, embora sua atuação seja mais restrita, abrangendo, sobretudo, os bens patrimoniais particulares. Estima-se que a taxa de ocupados neste setor seja um fator de proteção, especialmente dos crimes contra o patrimônio. Isto é, nos municípios onde existem menos empregados na segurança privada, provavelmente ocorrerão mais delitos violentos.

Como fundamentação teórica desses indicadores, remete-se à teoria do Estado weberiano, uma vez que o crescimento da segurança privada, constatado empiricamente acima, representa o reverso do enfraquecimento da função coercitiva estatal.

¹¹⁶ No âmbito do Rio Grande do Sul, considerando-se o conjunto de policiais militares de 2000 (inclusive aqueles em funções administrativas e técnicas e os bombeiros, em RIO GRANDE DO SUL, 2002a) a razão entre os empregados na segurança privada e o efetivo policial estadual atingiu 1,15, número um pouco inferior ao acima encontrado, mas ainda confirmatório do movimento de ampliação do contingente de trabalhadores da segurança privada.

6 A DINÂMICA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

A dinâmica da criminalidade violenta, especialmente os processos de formação de grupos organizados tanto de adolescentes (incluindo por vezes crianças) quanto de adultos, será tratada neste e no próximo capítulo.

Supõe-se aqui que a estruturação de gangues (ganguização) - nos municípios e nas escolas - contribui com a consolidação de grupos organizados de criminosos adultos, por conta das prováveis ligações entre ambos os grupamentos. Por outro lado, as próprias gangues podem evoluir até a consolidação de trajetórias criminais, dentro de um *continuum* crescente de organização e de gravidade dos atos. Para melhor explicitação deste argumento, veja-se a figura abaixo:

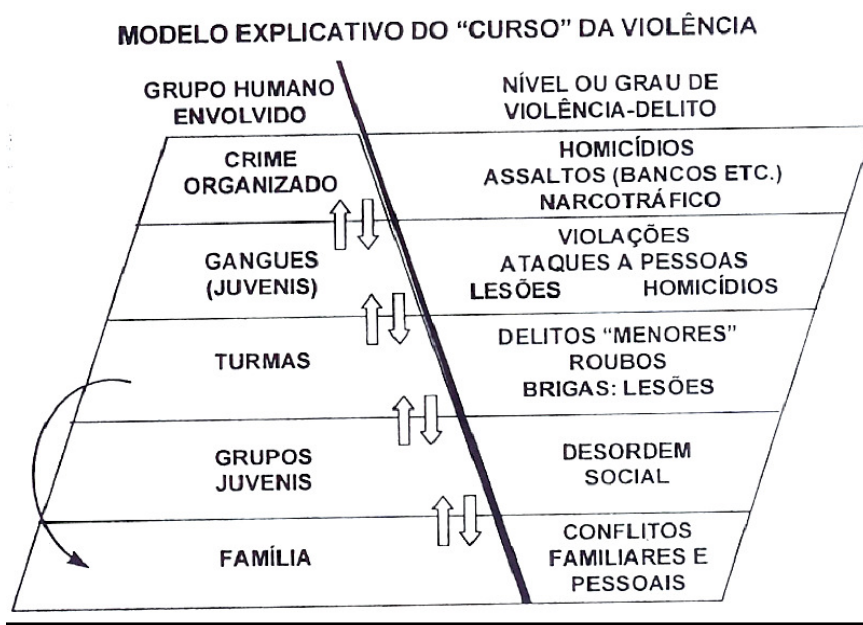


Figura 02 – Modelo explicativo do curso da violência cfe. Eastman

Fonte: Eastman (1998, p. 78).

No lado esquerdo desta figura localizam-se os grupos humanos envolvidos no “curso da violência”, e, à direita, os delitos e atos violentos mais freqüentemente com eles relacionados. Assim, parte-se da família, onde ocorrem conflitos interpessoais e é incomum a formação de grupos estruturados (ainda que alguns entrevistados desta pesquisa tenham citado quadrilhas compostas por famílias inteiras, por exemplo, os “*primos*” e os “*milton*” de Porto Alegre), passando por grupos, turmas e gangues juvenis, que praticam desde as chamadas ‘incivilidades’ (desordem social), os delitos menores e as brigas, até lesões mais graves e homicídios. Por fim, tem-se o crime organizado, reunindo práticas como: homicídios, roubos planejados e tráfico de en-

torpecentes. Percebem-se movimentos ascendentes e descendentes entre um e outro nível, demonstrando que os grupos podem retroceder para um patamar organizativo anterior, menos estruturado.

Também SanJuan, ao estudar a violência urbana em Caracas, afirma que:

Uma das mais importantes prioridades para que se consiga interromper essa transição acelerada para a intermediação violenta, deverá ser o reconhecimento de certos comportamentos alternativos ou formas de desobediência dos jovens, sem que isso signifique delinqüência ou violência. É possível que o início dessas condutas 'diferentes' identifique o começo de um *continuum* em direção a formas de violência, mas é muito importante que nossa sociedade compreenda que os interesses e motivações dos jovens são iguais aos de muitos grupos sociais; no entanto, por serem dos jovens são mais penalizados. (SANJUÁN, 1998, p. 70)

Nossa pesquisa buscou mapear a existência, nos municípios e escolas, de grupos minimamente organizados de crianças e de adolescentes que se reúnem dentro de certos limites geográficos (escola, bairro, quarteirão, favela) para praticarem atividades de lazer, ações anti-sociais e, até mesmo, atos infracionais e/ou violentos. Estes últimos podem ser eventuais ou regulares, e os grupos podem ter liderança e organização instável (gângues culturais) ou liderança mais velha e/ou adulta e organização permanente e aberta a arranjos com grupos criminais adultos organizados (gângues delitivas). Em seu processo de consolidação, tais grupamentos buscam afirmar os seus valores (tais como: a virilidade, a masculinidade e a honra), construindo uma identidade singular. Elas distinguem-se do crime organizado, embora estejam por vezes a ele vinculadas ou subordinadas. Dentro desta definição operacional pode-se incluir, portanto, os níveis 2, 3 e 4 expostos na Figura 02, quais sejam: grupos, turmas e gângues juvenis.

A hipótese central deste trabalho é de que a dinâmica da criminalidade violenta (que interliga as “gângues de crianças e de adolescentes” e o “crime organizado”) influencia não apenas a incidência de crimes com algum nível de organização, mas todas as práticas violentas. O crescimento além do esperado e não aleatório da criminalidade violenta é imputável a ambas as variáveis, após a consideração dos outros indicadores anteriormente analisados.

As gângues e o crime organizado representam, assim, uma espécie de catalisadores dos crimes violentos, supondo-se que estejam influenciando a formação das taxas criminais brasileiras e particularmente, das gaúchas. Como principais indicadores deste estudo, eles serão analisados detidamente neste e no próximo capítulo,

iniciando-se com as gangues. Diferentemente dos capítulos precedentes, neles a discussão teórica precederá a análise descritiva das variáveis.

6.1 As gangues de crianças e de adolescentes e a delinqüência juvenil

Muitos autores têm caracterizado o surgimento das gangues como um fenômeno moderno, próprio das grandes cidades, que se relaciona com a concentração da pobreza, o colapso de instituições tradicionais e o aumento massivo das drogas ilegais.

Levine e Rosich (1996), autores que elaboraram uma revisão bibliográfica dos estudos empíricos sobre as causas sociais da violência nos Estados Unidos, informam que a gangue é o grupo social que recebeu maior atenção nesta literatura. Estudos norte-americanos sugerem que as gangues expandiram-se em quantidade e em grau de violência (LEVINE; ROSICH, 1996, p. 33), não apenas em cidades com mais de 100.000 habitantes, mas também nas pequenas. Em metade delas, as gangues representam fenômeno recente, surgido após 1985.

Para esses autores, tais grupamentos variam consideravelmente quanto à organização e à coesão social, mas convergem no grau de violência, principalmente envolvendo armas. Alguns estudos mostram que a maior parte dos incidentes envolvendo membros de gangues acontece dos 17 aos 23 anos, embora com a recessão econômica, indivíduos mais velhos tendem a permanecer afiliados por mais tempo. Outros destacam que é raro uma gangue especializar-se em formas específicas de atividade ilegal, como o tráfico de drogas (LEVINE; ROSICH, 1996).

Em princípio, não existe uma definição unívoca do termo "gangues"¹¹⁷. Vários autores analisaram este fenômeno no âmbito da "delinqüência". Por exemplo, Sutherland (1955) reconheceu a imprecisão do termo ao comentar que ele é geralmente utilizado em sentido amplo. Este sociólogo revelou que a maior parte dos estudantes universitários por ele pesquisados participara de grupos autodenominados "gangues" (como as 'panelinhas'), distintos dos grupos de áreas delinqüentes, pois:

[...] eram descritas como inofensivas em suas atividades, embora inclinadas a arruaças mais leves, e o nome 'gang' foi aplicado geralmente em um espírito de bravata. Estas são essencialmente diferentes das gangues das áreas delinqüentes. Frequentemente todos os rapazes que vivem em uma rua, ou os rapazes de uma mesma nacionalidade dentro de uma vizinhança associam-se com a finalidade

¹¹⁷ Em dicionários de língua portuguesa, o termo 'gangue', derivado do inglês 'gang', contempla dois significados: a) um mais geral, como "turma, grupo ou patota", e b) outro associado à ilegalidade e ao crime, como "quadrilha, súcia, bando de malfeitores". (LUFT, [s/d], p. 314).

de brigar e são conhecidos por um nome comum. (SUTHERLAND, 1955, p. 163, tradução nossa)

Reunindo-se geralmente no mesmo lugar, algumas gangues seriam, segundo o autor, mais formalmente organizadas, possuindo nomes, líderes, senhas e slogans, e persistindo por várias décadas, apesar da rotatividade dos afiliados. Para sua coesão interfere a pressão do grupo, na medida em que aquele que se opuser aos atos grupais ou não conseguir praticá-los é chamado de “babaca” ou “amarelou”. (SUTHERLAND, 1955, p. 165, tradução nossa).

Em resumo, para esse autor, nem todas as gangues são delinqüentes, mas quando presentes em determinados contextos sociais elas influenciam as variações das taxas criminais, se ali coexistir a associação social diferencial, ou seja, a viabilidade dos processos de aprendizagem resultantes da freqüência e contato com grupos criminosos.

Um primeiro diferencial das gangues envolve, portanto, a questão da delinqüência. Em termos sociológicos, delinqüência é,

[...] conjunto de práticas proibidas e punidas pela lei, praticadas por jovens que não atingiram a maioridade legal, esta categoria se construindo no curso de processos complexos implicando diversos atores (institucionais e delinqüentes, mas também o círculo próximo dos delinqüentes, associativos [...] que jogam um papel importante no processo de constituição da delinqüência juvenil). (CARRA, 1996, p. 107, tradução nossa)

Na visão de Cloward e Ohlin (1960), o ponto de partida para a identificação de uma subcultura delinqüente é a distinção entre o desvio (atos nem sempre ilegais que violam as regras sociais, desafiando a sua legitimidade e autoridade) e a delinqüência (atos desviantes selecionados pelos agentes do Sistema de Justiça - que rotulam seus praticantes -, e formam estruturas). Portanto, importa para a definição do que é ou não delinqüência, a seletividade das agências de controle em classificar diferenciadamente a sua clientela, provocando o seu afastamento do mundo legítimo. Neste padrão de conduta predominam as atividades delinqüentes como centrais à organização do grupo, à atribuição do *status* de líder e como critério de afiliação.

Outra distinção semelhante à de Cloward e Ohlin (1960) aparece em Matsueda e Heimer (1997, p. 178), que classificam três tipos simples de papéis sociais em relação ao seu envolvimento com crime: a) papéis sociais que são esmagadoramente convencionais, b) papéis sociais que incluem formas específicas de comportamento

criminal (exemplos: fraternidades de colégios), e c) papéis criminais que se definem pelo apoio ou sustentação a alguma forma de crime (ganguês).

Como se observa nas abordagens supramencionadas, a classificação dos indivíduos e grupos em delinquentes vincula-se à recorrência deste padrão de comportamento, seja quanto aos tipos de atividades e papéis desempenhados, seja quanto ao afastamento e deslegitimação dos valores e atitudes convencionais¹¹⁸.

Sánchez-Jankowski (1997) critica os estudos que tomam o desvio como critério definidor das gangues, ou que as delimitam a um território específico ou lhes atribuem o caráter de associação pouco estruturada. Para ele, gangue é:

[...] um sistema social organizado que é ao mesmo tempo quase privado (isto é, não totalmente aberto ao público) e quase secreto (isto é, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo), cujo tamanho e objetivos tornam indispensável que a interação social seja dirigida por uma estrutura de liderança com papéis bem definidos; em que a autoridade ligada a esses papéis é tão legitimada que os códigos sociais regulam tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases; que planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros quanto sua própria manutenção como organização; que persegue esses objetivos a despeito da legalidade ou ilegalidade das atividades e que não tem uma burocracia (isto é, um pessoal administrativo hierarquicamente organizado e distinto da liderança). (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997, p. 35)

Para este autor, na medida em que são organizadas e possuem hierarquia, as gangues são diferentes dos “bandos”:

Bandos são grupos de indivíduos que agem de uma certa maneira coletiva que é entendida como ‘*ganging*’ (formar grupo ou turma), isto é, um processo pelo qual pessoas se juntam para se opor ou atacar alguma coisa. Os bandos podem assumir duas formas. Numa delas há um líder, mas o grupo não tem uma estrutura organizacional. Quer dizer, apesar da presença do líder, as pessoas não obedecem a regras uniformizadas, não adotam papéis diferenciados, e não seguem um *modus vivendi* que dá primazia à sobrevivência do grupo. Numa outra forma, um bando é uma coleção de indivíduos que agem sem um líder, mas que normalmente se reúnem uns aos outros de modo fracamente estruturado e adotam uma perspectiva

¹¹⁸ Muitas vezes, há uma transformação gradativa do grupo apenas desviante para a gangue delinquentemente, mudança que pode ser ilustrada pela referência de Abadinski (1994) às fases do processo de formação dos clubes de motociclistas proscritos nos Estados Unidos, embora eles não se caracterizem propriamente como gangues de adolescentes juvenis: a) a atividade rebelde e anti-social é aleatória e não utilitária; b) uma reação policial faz com que os membros menos comprometidos desliguem-se. Os membros de clubes mais fracos ou se dispersam ou se juntam a clubes mais fortes; c) os clubes remanescentes estão mais capacitados para exercer disciplina e controle sobre seus afiliados, particularmente sobre a violência, que agora passa de aleatória e não utilitária para instrumental; d) a liderança usa suas qualidades organizacionais e sua habilidade para gerenciar impulsos criminais utilitários; e e) o grupo torna-se uma organização criminosa totalmente comprometida.

ad hoc (isto é, não uniformizada) de definir seu comportamento de 'ganging'. (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997, p. 34)

Por outro lado, o termo delinqüência aproxima-se da noção de criminalidade adulta, uma vez que ambos os termos "[...] coincidem no fato de se referirem igualmente ao conjunto de infrações cometidas em um grupo social durante certo período de tempo." (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986). Além disso, ambas as expressões conectam-se quando os atos delinqüentes são reproduzidos na idade adulta, sendo então praticados recorrentemente e vigiados pelas agências oficiais, fazendo com que os seus perpetradores sejam mais perseguidos e punidos. Esta idéia de carreira ou trajetória delinqüente ou criminal (adultos) desvinculada do período etário ou do ato isolado é referida por Foucault (1986).

Muitos autores, portanto, não diferenciam a delinqüência¹¹⁹ da criminalidade adulta, não fixando limites etários para aquela. A seguir, analisam-se algumas destas contribuições, destacando-se, por ora, os aspectos que se aplicam às gangues de crianças e de adolescentes.

Para os pesquisadores vinculados à Ecologia Humana¹²⁰, a prática de infrações penais por membros de gangues é uma adaptação ao ambiente de moradia destes jovens, principalmente imigrantes, "[...] buscando sobreviver em vizinhanças socialmente desorganizadas". (EINSTADTER; HENRY, 1995, p. 79 apud FREITAS, 2002, p. 79¹²¹). E ainda:

Ao invés de sofrer individualmente esta desorganização pessoal, alguns eram atraídos a uma solução de comunidade informal, coletiva e desregulada. Afastados da cultura dominante e alienados das tradições paternas, certos jovens imigrantes formavam seus próprios grupos de suporte primário, alguns dos quais assumiam a forma de gangues. [...] A gangue, portanto, tem seus próprios valores, normas e cultura, que, em relação à cultura dominante da sociedade, é considerada uma subcultura. [...] Os jovens integrantes da gangue apresentam, assim, uma maior probabilidade de, ao atingirem a idade adulta, tornarem-se criminosos. (EINSTADTER; HENRY, 1995, p. 79 apud FREITAS, 2002, p. 80-82).

¹¹⁹ No Brasil, desde 1968, por ocasião da promulgação do Código de Menores, a expressão "delinqüente" caiu em desuso no âmbito da justiça da infância e da juventude, sendo então substituída por "infrator". Ver: KAMINSKI, 2002.

¹²⁰ Um de seus representantes, Frederick Thrasher (1927), foi o primeiro teórico a examinar o fenômeno das gangues de forma científica. Vide: Freitas (2002).

¹²¹ EINSTADTER, Werner; HENRY, Stuart. **Criminological Theory**. Fort Worth: Harcourt Brace, 1995, p. 79 apud FREITAS, 2002, p. 80-82.

Nesta mesma linha, Hagan (1994, p. 77-87 apud LEVINE; ROSICH, 1996, p. 37¹²²) salienta que as gangues e sua inclinação para a violência podem representar um mecanismo de se desvencilhar (*coping*) das circunstâncias econômicas adversas, do enfraquecimento das instituições, da desintegração das estruturas comunitárias e do isolamento social. Ou seja, a ausência de recursos em uma comunidade (por exemplo, o desemprego e a escolaridade baixa) e a presença de instituições enfraquecidas faz com que os jovens desistam de trajetórias socialmente aceitas e persigam alternativas ilegais, muitas vezes violentas.

No âmbito da supracitada teoria do estresse mertoniano, pode-se entender a formação de gangues delinqüentes como um comportamento de inovação - adaptação à frustração resultante da insuficiência de meios legítimos para se alcançar metas de sucesso socialmente valoradas -, no qual os indivíduos reconhecem os objetivos culturais gerais, mas inovam as alternativas, vindo a selecionar caminhos desviantes ou criminosos para atingi-los.

Por exemplo, um grupo de rapazes pobres de rua pode não ser capaz de adquirir quantias de dinheiro através de meios convencionais, então eles inovam ao formar uma gangue e cometer roubos violentos ou seqüestros. (ULMER, [1998?], p. 6, tradução nossa).

A teoria do estresse geral de Agnew (1992) acrescenta que a delinqüência, além das características estipuladas por Merton, vincula-se à redução dos estímulos positivos e à incapacidade de reação às situações negativas (relações negativas com os pais e pares, experiências escolares adversas, abuso infantil, etc.).

Já para Sutherland (1955, p. 163), a “estimulação mútua de crianças em associação” e suas práticas delinqüentes representam importantes influências da vizinhança para a “associação diferencial”, ou seja, a aprendizagem criminal que garante a permanência de grupos delinqüentes em determinado contexto social. Neste caso, a afiliação ao grupo:

[...] é um meio de disseminar técnicas de delinqüência, de treinar na delinqüência, de proteger seus membros e de manter a sua continuidade. Não é necessário que existam rapazes maus induzindo rapazes bons para cometer ofensas. É geralmente uma estimulação mútua, com o resultado de que cada um dos rapazes comete delinqüên-

¹²² HAGAN, John. **Crime and disruple**. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1994, p. 77-87 apud LEVINE; ROSICH, 1996, p. 37.

cias que não cometeria sozinho. (SUTHERLAND, 1955, p. 164, tradução nossa¹²³).

Edwin Sutherland foi aluno da Escola de Chicago, sendo considerado o maior expoente das teorias de aprendizagem e suas sucedâneas, as quais privilegiam o processo de socialização que torna os indivíduos membros de grupos delinqüentes. Conforme este autor, tais grupos são encontrados dentro de um tipo de organização social de vizinhança que produz delinqüência, ou seja, em áreas fisicamente deterioradas, densamente povoadas e economicamente dependentes, com residências alugadas, população estrangeira e poucas instituições de auxílio.

Em seu livro "*Principles of Criminology*", de 1924, posteriormente revisado por Donald Cressey, Sutherland (1955, p. 77) apresenta os princípios gerais de sua teoria da "Associação Diferencial", estipulando uma explicação genética do comportamento criminoso, que envolve tanto o complexo 'pessoa-situação', quanto as experiências de vida anteriores (as habilidades e as inclinações criminais adquiridas e atualizadas). Os processos macro-sociais que influenciam a organização social moderna - a competição, a mobilidade, o conflito e o ímpeto individualista - podem provocar desorganização social (que engloba o enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de controle, a anomia ou a heterogeneidade das normas sociais, ou, ainda, a falta de consenso normativo).

Porém, diferentemente dos teóricos da Escola de Chicago, para Sutherland a desorganização social é causa necessária, mas não suficiente do comportamento criminoso, uma vez que nem todos os indivíduos residentes em contextos desorganizados e enfrentando situações adversas cometem crime. As comunidades são organizadas tanto para o comportamento criminal quanto para o não criminal, ambas forças concorrentes. Neste confronto, os criminosos contrapõem um código criminal (um intrincado sistema de arranjos e relações) ao legal.

Diante disso, o autor afirma que as variações das taxas de crimes estão associadas tanto à organização social diferencial (a influência do contexto) quanto à associ-

¹²³ Vários diretores de escolas entrevistados mencionaram a força e a coesão grupal: "*No individual a atitude é uma, no coletivo é outra. A necessidade de pertencer ao grupo é imperativa.*"; "*Gostam de andar em grupo. Sozinhos são uma coisa, em grupo ficam mais fortes.*"; "*Eles são covardes individualmente.*"; "*Como no Rio de Janeiro, movidos por uma mística, uma força que emana do grupo.*" (entrevistas de pesquisa com quatro direções de escola de Porto Alegre); "*Grupo de mais ou menos 20 pessoas, sentem-se um grupo [barco] separado do grande grupo.*" (entrevista de pesquisa com direção de escola de Lajeado/RS).

ação diferencial (os processos de aprendizagem e socialização entre criminosos, que ocorrem em nível individual).

A explicação de uma taxa de crime deve ser consistente com a explicação do comportamento criminoso da pessoa. A organização social diferencial é uma explanação das taxas de crimes que é consistente com a teoria da associação diferencial dos processos pelos quais as pessoas tornam-se criminosas. (SUTHERLAND; CRESSEY, 1994, p. 195, tradução nossa).

O primeiro conceito refere-se às condições da vizinhança (os contextos sociais são diversamente favoráveis ao crime, dependendo de sua proximidade do centro da cidade, da presença de gangues ou instituições prejudiciais - como as casas de prostituição e de vício - e do enfraquecimento de instituições convencionais¹²⁴); e o segundo, à associação diferencial com indivíduos que cometem crime (a frequência e a consistência dos contatos com criminosos). Em contrapartida, o comportamento legal sistemático resulta da associação com pessoas respeitadoras da lei.

A partir daí, Sutherland (1955) relaciona nove elementos relacionados com a aprendizagem do crime que estão presentes na associação diferencial:

- O comportamento criminoso é aprendido e não intrínseco à pessoa.
- Ele é aprendido na interação com os outros dentro de um processo de comunicação (verbal ou não verbal).
- A parte principal de aprendizagem do comportamento criminoso acontece dentro de grupos sociais íntimos.
- Esta aprendizagem inclui: a) técnicas de cometer crime, por vezes complicadas, por vezes simples, b) a direção específica dos motivos, impulsos, racionalizações e atitudes perante o crime.

¹²⁴ Como exemplo deste contexto, tem-se: "A ilegalidade tornou-se tradicional, os criminosos adultos são vistos com frequência e têm muito prestígio. As gangues permanecem por 15 anos em algumas áreas, apesar da troca de pessoal. Em certo momento, elas podem ter um ramo sênior, júnior e intermediário. As técnicas, códigos e padrões são transmitidos dos velhos para os novos infratores. *Junking*, que é uma antiga manifestação de furto, é pouco condenada ou até encorajada pelos pais, como o é, também, o furto de caminhões e de automóveis de carga. Aqui a delinqüência inicia precocemente e a maturidade no crime também. Os meninos com 14 ou 15 anos de idade roubam automóveis e cometem roubos com espingardas serradas, enquanto que, em outras áreas, delinqüentes de mesma idade praticam pequenos furtos, dos quais os meninos da primeira área ficariam sinceramente envergonhados. Eles não somente adquirem habilidade na execução dos crimes, mas também são preparados para evitar ou menosprezar as penalidades. Eles conhecem as técnicas de 'ser firme', de intimidar testemunhas, de contar estórias plausíveis no tribunal, de atrair pela simpatia. Conseqüentemente, as influências em torno da delinqüência são mais fortes e constantes. [...] Ao mesmo tempo, as influências antidelinqüentes são raras, e é fraca a oposição organizada contra a delinqüência. (SUTHERLAND, 1955, p. 160, tradução nossa)

- A direção específica de motivos e impulsos é aprendida por intermédio de definições dos códigos legais como favoráveis ou desfavoráveis¹²⁵.
- Uma pessoa torna-se delinqüente devido a um excesso de definições favoráveis à violação da lei em relação às desfavoráveis, as associações criminais e anti-criminais sendo forças concorrentes. “Quando pessoas tornam-se criminosas, elas o fazem devido aos contatos com padrões criminais bem como ao seu afastamento de padrões anticriminais.” (SUTHERLAND, 1955, p. 78, tradução nossa).
- As associações diferenciais variam em freqüência, duração, prioridade (permanência) e intensidade (prestígio da fonte de padrão criminal ou não criminal).
- O treinamento no comportamento criminal envolve todos os mecanismos de qualquer aprendizagem.
- Embora o comportamento criminoso seja expressão de necessidades e valores gerais, estes não o explicam, uma vez que o comportamento não criminal também resulta das mesmas necessidades e valores. Isto é, importa aqui entender como uma pessoa aprende a realizar estas necessidades, metas ou impulsos. Neste sentido, tanto criminosos quanto não criminosos buscam o dinheiro e a felicidade, e se frustram quando não os alcançam.

Valendo-se dessas premissas, o autor estuda os “sistemas de comportamentos criminais”, que não são uma mera agregação de atos individuais, mas uma estrutura coletiva (um estilo de vida grupal, com códigos, tradições, espírito de corpo e relações entre os membros), que envolve identificação mútua entre os participantes. Como exemplos, Sutherland cita o ladrão profissional (que pratica jogos de azar, estelionato, roubo de loja e de carteira) e a jogatina de circo.

Por sua vez, a teoria dos sistemas diferenciais de oportunidade de Cloward e Ohlin (1960) aproveita os pressupostos da teoria do estresse mertoniano¹²⁶ e algu-

¹²⁵ Sykes e Matza (1994) afirmam que os delinqüentes estão comprometidos (ainda que parcialmente) com os valores e normas socialmente aceitos, portanto, o engajamento em atividade delinqüencial causa-lhes vergonha e culpa que precisam ser neutralizadas para a persistência deste comportamento. Então, eles acionam as chamadas “técnicas de neutralização”, racionalizações anteriores e posteriores aos seus atos, as quais envolvem: a) negação da responsabilidade, b) negação do prejuízo, c) negação da vítima, d) condenação dos condenadores, e) apelo para as altas lealdades. Embora não sejam fortes o suficiente para proteger completamente o indivíduo da força de seus próprios valores internalizados e das reações dos outros conformistas, ou seja, não acabam com os sentimentos de culpa e de vergonha, elas diminuem a eficácia dos controles e amparam uma grande quantidade de comportamento desviante.

¹²⁶ “Para Cloward e Ohlin, entretanto, o conceito de ‘oportunidade’ ou ‘meios’ referem-se aos vários valores, habilidades e oportunidades estruturais que possibilitam que os papéis sociais sejam aprendidos e representados.” (CULLEN, 1988, p. 226, tradução nossa).

mas contribuições de Chicago (por exemplo, o trabalho de Shaw e McKay de 1942) e de Sutherland (1955). Segundo esses autores, as pressões que produzem o desvio (o bloqueio das oportunidades convencionais para se atingir as metas socialmente disseminadas) não necessariamente determinam de que tipo ele será:

A taxa de qualquer forma particular de desvio ou crime é o resultado não apenas de estresse, mas de dois fatores: o nível de estresse e a extensão pela qual esta adaptação está disponível para pessoas localizadas em vários pontos na estrutura social. (CULLEN, 1988, p. 233, tradução nossa)

Para eles, o estresse mertoniano explica porque os jovens ingressam em gangues criminosas e/ou violentas, ao buscarem caminhos ilegítimos e ilegais, ambos não acessíveis a todos. Ou seja, nunca é uma “escolha” entre vários caminhos possíveis, pois, assim como no convencional, o ingresso no mundo do crime é seletivo e depende da existência no meio de contextos de aprendizagem e de performance de papel¹²⁷ e da possibilidade de convívio com criminosos mais experientes.

Sendo assim, “[...] o mundo do crime é potencialmente caracterizado por tanta desigualdade estrutural quanto o mundo de atividade convencional.” (ULMER, [1998?], p. 10). Além disso, altas taxas de comportamento criminal podem ser esperadas em qualquer ponto da estrutura social, embora a pressão seja maior sobre a classe baixa.

De fato, os referidos autores enfatizavam a necessidade de separar duas questões subseqüentes: a) a origem das pressões (discrepância entre aspirações, metas de sucesso e oportunidades para atingi-las, hipótese resgatada da teoria do estresse mertoniano), b) a seleção e a evolução das diferentes soluções, de acordo com as condições sob as quais o comportamento violento é amparado por normas e se insere em uma subcultura específica.

Em sua visão, as comunidades abrangem dois sistemas discretos – o convencional e o desviante - que estão integrados em uma única e estável estrutura que organiza os padrões de vida comunitários, na qual as pessoas ocupam papéis em ambos os sistemas: “Então, uma pessoa ou grupo pode estar em desvantagem em termos de oportunidade convencional e em vantagem em termos de atividade criminal de certa espécie, ou em vantagem em ambas, ou em nenhuma.” (CLOWARD; OHLIN,

¹²⁷ Distinção importante que os autores resgatam de Sutherland (1955), uma vez que o fato de a pessoa aprender o papel criminal não implica que irá desempenhá-lo. Estudos recentes mostram que os reforços ao comportamento ocorrem mais sobre a performance do que a aprendizagem de um papel.

1960, p. 10, tradução nossa). Cada estrutura pode ser aberta ou fechada, mais ou menos disponível ou atrativa para os indivíduos ou grupos. (ULMER, [1998?], p.9).

Neste aspecto, aqueles autores, citando Kobrin (1951 apud CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 156-157¹²⁸) ressaltam que o grau de integração social de uma vizinhança ou favela (*slum area*) determina quanto é mais ou menos limitada a oportunidade para a aprendizagem e a performance de papéis criminais. Integração social, neste caso, significa a interação entre carreiras de diferentes idades e entre sistemas de oportunidades legítimas e ilegítimas (ou seja, entre carreiras criminais e convencionais):

O tipo de ambiente que encoraja uma orientação criminal entre delinqüentes é, então, caracterizado pela forte integração de carreiras de valores convencionais e ilegítimos. O conteúdo da subcultura delinqüente é uma resposta mais ou menos direta ao meio social subjacente. Sugerimos que é a vizinhança 'integrada' que produz o tipo criminal de subcultura delinqüente. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 166, grifo dos autores, tradução nossa)

Diferentemente da subcultura criminal, a do conflito viceja nas comunidades desorganizadas, pois: "Os jovens, em síntese, são relativamente privados de ambas as oportunidades, convencionais e criminais. Finalmente, os controles sociais são fracos em tais comunidades." (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 172, tradução nossa). Enquanto uma área integrada fornece um *background* de treinamento para a aquisição de valores e habilidades criminais, na não integrada, ao contrário, as oportunidades ilegais são severamente limitadas.

Por seu turno, a própria subcultura delinqüente (seja criminal, do conflito ou re-treatista) torna-se uma força atrativa no meio onde se instaura:

Mas uma vez que uma subcultura veio a existir, ela então existe como uma força na vizinhança e pode atrair pessoas às quais ela promete atender uma vasta gama de necessidades e motivos. Exce-to pela existência da subcultura, estas pessoas nunca poderiam ter adotado um estilo de vida delinqüente. Para alguns, a subcultura pode oferecer a possibilidade de estabelecer relações de pares, de participação em atividades excitantes, ou de 'proteção'. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 188, tradução nossa).

Cloward e Ohlin (1960) enumeram, por fim, as principais características das sub-culturas delinqüentes:

- Nelas, os atos delinqüentes são recorrentes com certa freqüência.

¹²⁸ KOBRIIN, Solomon. The Conflict of Values in Delinquency Areas. **American Sociological Review**, v. 16, p. 657-658, oct. 1951 apud CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 156-157.

- Elas surgem quando ocorre uma reação coletiva e não isolada à legitimidade das regras estabelecidas e dos modelos válidos de comportamento.
- São mais encontradas entre adolescentes do sexo masculino de áreas de classe baixa dos grandes centros urbanos, pois, quanto mais se desce na estrutura social, mais cresce a discrepância entre aspirações e possibilidades legítimas de realização. Representam um solo fértil para o delinqüente pobre, que não tem a quem recorrer e nada a perder. Já os ricos possuem vantagens para atingir as metas de sucesso, que envolvem: recursos econômicos, qualificações educacionais, possibilidade de financiamento familiar para o início de profissão ou de negócio, contatos com pessoas estabelecidas que podem 'dar uma mãozinha'.
- Os jovens de classe baixa são realistas ao reconhecer de antemão que canais legítimos lhes são inacessíveis. Impedimentos como a pouca educação (vista pelos autores como o principal fator de mobilidade), a incapacidade familiar em providenciar fundos e contatos importantes e outros atributos culturais (tais como: a inabilidade para adiar gratificação e pensar no futuro, a relutância em postergar casamento e família, a dificuldade de afastamento das obrigações familiares e de maximizar, no momento apropriado, os investimentos educacionais e profissionais, a dificuldade de distanciamento dos vínculos com o meio e de transitar em novos grupos sociais) dificultam a sua ascensão social.
- A conduta dos membros é instável e resiste à mudança e ao controle.
- Funcionam como uma pequena sociedade: cada subcultura fornece, para seus membros, crenças, prescrições, valores e normas apropriadas para executarem as atividades requeridas.
- Elas retiram a legitimidade das regras gerais e atribuem-na às próprias, as quais, por sua vez, são tidas como ilegítimas pelos agentes oficiais. Entretanto, a maioria dos atos praticados pelos delinqüentes é concordante com as regras, ou seja, as violações são seletivas e restritas a certas áreas de interesse.
- Por um longo período de tempo, os seus membros têm vida dupla: dentro e fora da sociedade convencional. Todavia, as pressões emanadas pelo grupo conduzem-nos a adotar atitudes desfavoráveis para com os pais, professores, polícia e outros adultos. A detenção (quando adolescente) é um marco, pois pressiona a opção por um dos lados.
- O desenvolvimento destas subculturas depende da interação efetiva e duradoura com outros grupos da comunidade. Elas se tornam mais especializadas e articu-

ladas quando estão mais estabilizadas e integradas com os seus meios sociais, os quais, por sua vez, condicionam os conteúdos específicos das mesmas.

Aprofundando tais características, Cloward e Ohlin (1960) estabelecem três tipos de subculturas delinquentes, que funcionam como distintas adaptações ao desequilíbrio entre as aspirações e metas *versus* a disponibilidade de meios e oportunidades. Dentre elas, as subculturas criminal e do conflito representam caminhos ilegais para se atingir as metas de sucesso; enquanto que a retreatista consiste em um grupo estruturado de pessoas que se afastaram da competição social, pois, prevendo o seu fracasso, buscaram uma válvula de escape (por exemplo, o uso de drogas). No quadro a seguir aparecem sintetizadas as principais características das subculturas delinquentes de Cloward e Ohlin.

Subcultura criminal	Subcultura do conflito	Subcultura retreatista
<ul style="list-style-type: none"> - Prevalencem delitos não violentos e a busca por ganhos materiais. - Violência mais instrumental e menos impulsiva. - É mais encontrada nas comunidades cujas estruturas de aprendizagem conectam os agressores mais experientes e exitosos e os ocupantes de papéis semi-legítimos (como policiais corruptos, advogados, empresários desonestos), e onde é possível mover-se livremente em um "mundo feito seguro para o crime." (C e O, 1960, p. 23). Meio típico: vizinhanças ou favelas organizadas. - Uma maior organização do crime é acompanhada por uma espécie de burocratização, com normas orientando a performance de papel e as relações pessoais, <i>sine ira et studio</i> (Cloward e Ohlin, 1960, p. 168), ou seja, sem raiva ou paixão. - Integração entre delinquência juvenil e criminalidade adulta. Mas, pode apresentar mudanças adaptativas na passagem para a idade adulta. - Por suas características, esta subcultura possui maior estabilidade do que as demais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizada pela violência expressiva (irracional e destrutiva que valoriza a força física e a masculinidade dos seus membros) como forma de adquirir <i>status</i> ou reputação. - Os integrantes são violentos não apenas pelo ódio contido, mas porque têm acesso aos meios violentos desde o nascimento, conseguem suportar a dor, usam o 'coração' e têm força física. - Reúne proscritos e fracassados. O crime existe, mas tende a ser individual, desorganizado, pequeno, não lucrativo ou protegido. - As relações com o mundo adulto são mínimas, os membros isolam-se e/ou se tornam indiferentes. - Meio típico: vizinhanças ou favelas que passam por um estado de desorganização social, onde falta unidade e coesão, devido: às altas taxas de mobilidade vertical e geográfica, ao deslocamento sistemático das famílias, à mudança do uso do solo. Nele está bloqueado o acesso para ambos os canais de oportunidades: legítimo e ilegítimo. Sem tais estruturas organizadas, é impossível exercer controle sobre as vias convencionais ou ilegítimas. - Subcultura mais suscetível à mudança externa, pois não é integrada (nem com as outras subculturas, nem com o mundo convencional, nem interliga agressores de diferentes idades). Há uma tendência de abandono destas atitudes na idade adulta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de experiências expressivas, sensuais ou consumatórias, consubstanciadas pelo uso de drogas e a formação efetiva de uma subcultura. - Não é uma adaptação isolada, pois o usuário necessita afiliar-se a outros para garantir o suprimento de substâncias, aprender a tradição oral do seu uso e as qualificações requeridas, fazer as conexões apropriadas e conhecer os controles que governam este negócio. - Os usuários de drogas percebem a si próprios como desligados do estilo de vida e das preocupações cotidianas dos membros do mundo convencional. Buscam continuamente o prazer do "êxtase", do "barato" ("kick"). - Fracassados no mundo convencional, seus membros também não exitaram nas outras subculturas delinquentes (criminal e do conflito). - A atividade econômica quando existente é de interesse secundário, pois o que vale é o prazer estético do 'êxtase'. - Os seus membros desenvolvem um vocabulário próprio e variado, com gestos ritualizados que expressam o seu sentimento de indiferença para com o mundo convencional e a sua solidariedade com a subcultura. Esta é internamente fraca, fazendo com que a subcultura seja moderadamente resistente à mudança.

Quadro 03 – Síntese da tipologia das subculturas delinquentes cfe. Cloward e Ohlin

Fonte: Elaboração pela autora, com base em Cloward e Ohlin (1960).

Os citados autores terminam por destacar os fatores de persistência das subculturas delinqüentes: a) a sua força de renovação, através da atração de novos recrutas e b) a integração com outros grupos do meio social imediato, que facilita a aprendizagem e providencia oportunidades ilegítimas, sendo também fonte de controle social. Quanto às tendências de mudança, citam a passagem da adolescência para a idade adulta, quando ocorre uma diminuição do acesso para os meios ilegítimos e uma maior pressão social em torno do desempenho de papéis convencionais (casamento, paternidade, trabalho, etc.)¹²⁹, bem como o enfraquecimento da coesão e do controle grupal. Além disso, eles prevêem uma delinqüência mais agressiva e violenta, decorrente do processo de desintegração das favelas.

Distinta tipologia de gangues aparece em Huff (1989 apud LAWRENCE, 1998¹³⁰), que as divide nos seguintes três tipos: a) informais, hedonísticas, cujos interesses primeiros são “ficar alto” e “ter um bom momento”; b) instrumentais que cometem crimes contra a propriedade por razões econômicas; e c) predatórias, que cometem roubos e assaltos e estão ativamente envolvidos na venda e uso de drogas.

Outra referência à importância do meio na constituição de grupos delinqüentes aparece em Matsueda e Heimer (1997, p. 195). Estes autores sublinham as características estruturais (acesso às oportunidades convencionais, como as educacionais e ocupacionais) e culturais (tolerância à delinqüência, exaltação da valentia e da esportividade, onde o ingresso na gangue pode ser valorizado por referendar o compromisso com a comunidade ou uma tradição de longa duração, na qual irmãos, parentes e ‘panelinhas’ pressionam) que favorecem o surgimento de subculturas desviantes. O jovem, ao se engajar no grupo e este funcionar como outro generalizado, vai assumindo um “compromisso de papel”. O grupo, em contrapartida, proporciona-lhe redes sociais, auxílio em situações problemáticas, informações e expectativas, bem como aplica sanções e normas.

¹²⁹ Aspecto igualmente destacado pelos estudos supramencionados que referem a “curva etária do crime”, declinante a partir de certa idade.

¹³⁰ HUFF, C. Ronald. Youth gangs and public policy. **Crime and delinquency**, v. 35, n.4, p. 524-537, 1989 apud LAWRENCE, 1998.

Embora representem contrapontos rudimentares à cultura convencional (com suas normas, crenças e padrões comportamentais típicos), para esses autores as subculturas criminais¹³¹ não são impotentes:

Assim, os membros destas subculturas podem ganhar maior ganho monetário, prestígio e *status* através do investimento em habilidades criminais, treinamento, obrigações, canais de informação, normas, atitudes e hábitos. Porque tais estruturas e normas promovem o comportamento proscrito pelo sistema social mais amplo – que mobiliza recursos para combatê-lo – elas permanecem comparativamente rudimentares, fracas e ineficientes em comparação com as estruturas convencionais. Entretanto, em contraste com os teóricos da desorganização e do controle, não vemos estas subculturas como inteiramente impotentes (Matsueda 1988¹³²). Para indivíduos incapazes para alcançar o sucesso por vias convencionais, as estruturas criminais podem ser determinantes importantes do crime (como em Cloward e Ohlin 1960). (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 168, tradução nossa).

A participação nestas subculturas implica a aquisição de um “capital criminal”:

Usamos o termo ‘capital criminal’ para referir formas de capital humano, social e cultural que trazem ganhos ao comportamento criminal. [...] Aqueles criminosos com maiores ligações com redes criminais são mais propensos a adquirir qualificações e experiências que facilitam os ganhos da atividade ilegal e reduzem o risco de sanção. [...] Através de interações com outros membros do mundo criminoso, eles são propensos a adquirir capital criminal – a gíria criminal, informações internas e atitudes – que podem elevar seu *status* subcultural. [...] Talvez o caso extremo de tais processos envolva famílias de crime organizado, que podem incluir esquemas culturais específicos e estruturas de redes extensivas. [...] Além disso, tal penetração pode impedir, por sua vez, o sucesso do indivíduo nos mercados convencionais de trabalho. (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 168, 204-205, tradução nossa)

A teoria da rotulação é aqui mencionada não tanto pelo seu enfoque geral acerca do processo de etiquetagem e seus reflexos no comportamento desviante, mas pelas implicações destes na formação e características de gangues. Tannenbaum (1994), por exemplo, evoca a “dramatização do mal” advinda com a rotulação e a separação da criança de seu contexto:

A gangue também dá guarida à atividade motora que joga um grande papel na vida de uma criança. A tentativa de destruir a gangue pela força apenas a fortalece. [...] A primeira dramatização do

¹³¹ Os autores utilizam ambas as expressões “desviantes” e “criminais” para designar subculturas nas quais formas de desvio são difundidas, toleradas ou até incentivadas. Ver: MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 206, nota 1.

¹³² MATSUEDA, Ross. The current state of diferencial association theory. **Crime and delinquency**, n. 34, p. 277-306, 1988 apud MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 168.

mal, que separa a criança do seu grupo para tratamento especializado joga um papel maior em torná-lo criminoso do que talvez qualquer outra experiência. Ela agora vive em um mundo diferente, foi etiquetada. Aos poucos a pessoa torna-se a coisa que é descrita como sendo. [...] A dramatização do mal, portanto tende a precipitar a situação de conflito que foi anteriormente criada através de alguns malajustamentos inocentes. O isolamento da criança empurra-a ao companheirismo com outras crianças similarmente definidas, e a gangue torna-se seu meio de escape, sua segurança. A vida da gangue lhe dá hábitos especiais, e o ataque da comunidade sobre estes hábitos apenas reforça o conflito já existente, fazendo-o fonte de uma série de experiências que conduzem diretamente a uma carreira criminal. (TANNENBAUM, 1994, p. 295, tradução nossa)¹³³

Por sua vez, Howard Becker, não estava tão interessado em quem comete um único ato desviante, mas na pessoa que: “[...] sustenta um padrão de desvio ao longo de um longo período de tempo, que faz do desvio uma forma de vida, que organiza sua identidade em torno de um padrão de comportamento desviante.” (BECKER, 1994, p. 304). Nesta trajetória, um dos principais marcos é a experiência de ser pego pela primeira vez e publicamente rotulado como desviante, o que causa uma mudança drástica na identidade do indivíduo. A etapa seguinte da carreira é o ingresso em um grupo desviante organizado, onde:

[...] os membros de grupos desviantes organizados têm obviamente uma coisa em comum: seu desvio. Isso lhes dá um sentido de destino comum, de estar no mesmo barco. De um sentimento comum, de ter que enfrentar os mesmos problemas cresce uma subcultura desviante [...] O pertencimento a tal grupo solidifica uma identidade desviante. (BECKER, 1994, p. 309, tradução nossa)¹³⁴

No grupo desviante o indivíduo aprende racionalizações e justificativas para a sua posição (que neutralizam os valores convencionais societários ou de si próprios), bem como formas de evitar problemas. Outro representante dessa corrente, Lemert (1994), também sublinha o desvio secundário, quando o indivíduo incorpora um novo papel, expressando-o através de símbolos identitários:

¹³³ Cloward e Ohlin (1960) divergem de Tannenbaum, pois, enquanto este destaca o início do processo de alienação e de afastamento do mundo legítimo no jogo aleatório e inocente de crianças em conflito com os interesses e valores adultos (por exemplo, a criança má que pratica atos impulsivos não graves, tais como: quebrar janelas, aborrecer pessoas, caminhar sobre telhados, furtar carteiras); aqueles não se atêm aos atos em si, mas privilegiam o afastamento das atribuições de legitimidade para com as normas estabelecidas. Além disso, enquanto a chamada ‘inocência divergente’ é comum a todas as crianças em curso normal de socialização, para os primeiros o afastamento do mundo legítimo é encontrado principalmente entre adolescentes de classe baixa.

¹³⁴ Vide acima os depoimentos dos informantes da pesquisa que destacam a força e a coesão dos grupos de crianças e adolescentes evocadas pelo sentimento de estarem em um mesmo “barco”.

Quando uma pessoa começa a empregar seu comportamento desviante ou o papel sobre ele atribuído como um meio de defesa, ataque ou ajustamento para problemas abertos ou ocultos criados pela conseqüente reação societal, o seu desvio é secundário. Evidências objetivas desta mudança podem ser encontradas nos elementos simbólicos do novo rol, em roupas, linguagem, postura e maneirismos, os quais, em alguns casos, aumentam a visibilidade social, ou servem como dicas simbólicas para a profissionalização. (LEMERT, 1994, p. 301, tradução nossa).

Dentro de uma perspectiva feminista, Chesney-Lind (1994) salienta que a verdadeira natureza da delinqüência juvenil envolve mais condutas triviais – uso de álcool e maconha, ausência às aulas, relação sexual precoce e as “ofensas de *status*” - do que crimes sérios. As ofensas de *status*, mais relacionadas com mulheres, abrangem violações da autoridade paterna, tais como: fugir de casa, comportamento incorrigível, sem controle, ausência da escola, etc. Para a autora, as meninas são mais detidas por estas ações e por atos criminais menos sérios (por exemplo, furto em lojas), considerados menos graves pelo sistema de justiça. Para explicar o pequeno número de gangues de meninas, a autora recorre a Thrasher (1927, p. 228, apud CHESNEY-LIND, 1994, p. 577):

Thrasher (1927, p. 228)¹³⁵, menciona, de passagem, dois fatores que podem ser considerados para o baixo número de gangues de meninas: ‘Primeiro, os padrões sociais para o comportamento de meninas, fortemente apoiados pelo grande peso da tradição e costume, são contrários à gangue e suas atividades; e, em segundo lugar, as meninas, até mesmo em áreas urbanas desorganizadas, são muito mais fortemente supervisionadas e guardadas do que os meninos, e normalmente mais bem incorporadas aos grupos familiares ou a alguma outra estrutura social.’ (CHESNEY-LIND, 1994, p. 577, tradução nossa)

Reforçando este argumento – do maior controle social sobre as meninas -, destacamos o depoimento de informante, para quem: “*A família é menos tolerante com a menina.*” (entrevista de pesquisa com conselheiro tutelar de Porto Alegre). Nesta mesma linha, Matsueda e Heimer (1997, p. 186) referem que o comportamento anti-social feminino na infância é culturalmente definido de forma mais negativa do que o masculino, portanto, uma forte identidade de gênero reduzirá, no futuro, as probabilidades de delinqüência entre as mulheres, mas não entre os homens.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, a crescente participação feminina foi uma das mais citadas modificações sofridas pelas gangues. Esta

¹³⁵ THRASHER, F. M. **The Gang**. A study of 1.313 gangs in Chicago. Chicago: University of Chicago Press, 1927, p. 228 apud CHESNEY-LIND, 1994, p. 577.

feminilização traz, muitas vezes, uma redefinição dos papéis, quando as mulheres passam a ser as companheiras, as cúmplices: *“Aparecem algumas mulheres, mas a sua participação é passiva.”* (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre) *“os homens têm a força física, a mulher estimula, mas fica na retaguarda.”* (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre).

6.2 Os estudos sobre gangues no Brasil

No Brasil, estudos sobre adolescentes e crianças infratores surgiram na década de 90, entrelaçados com as temáticas dos assassinatos de crianças e adolescentes, da situação da infância, das etnografias de "meninos de rua", dos fatores de risco do mundo do crime, da situação de jovens vinculados ao narcotráfico. Trabalhos específicos sobre as gangues e a violência nas escolas despontaram no final daquela década. (KANT DE LIMA et al., 2000).

A antropóloga Glória Diógenes, que realizou vários estudos sobre as gangues no Brasil, afirma que:

A gangue se institui enquanto uma micro-sociedade, tem uma hierarquização própria, códigos de referência e de nomeação do 'mundo vivido', princípios referenciais de 'honra', prazer, lazer, morte e vida. Como um 'clã arcaico', tem seu 'sistema tradicional de prescrições e interdições', e nesse processo, constitui um 'contrato social' da alma obscura. (DIÓGENES, 1995, p. 20)

Durante a sua formação, o grupo busca afirmar sua identidade diferencial, através dos seguintes elementos constitutivos:

- O uso diferenciado do espaço urbano, que inicia com o rompimento das relações familiares e de trabalho, e expõe o jovem ao perigo, tendo a cidade como palco.

Com as gangues e galeras parece haver uma inversão no uso da cidade, ao invés de proteger-se, de esconder-se, de resguardar-se nos 'muros' da casa, cria-se uma outra ordem: exhibir-se e movimentar-se nos escuros, nos becos e até mesmo, se necessário, nos esgotos [...] Para estes jovens, a cidade se coloca como espetáculo, como palco [...]. (DIÓGENES, 1995, p. 7)

- A desvalorização da ética do trabalho e a exaltação do lazer e do consumo. Os membros de gangues desejam mercadorias muitas vezes inacessíveis à sua condição social.

Eles 'matam' por um tênis, um boné, uma sandália. A cultura de massa ao difundir-se por todos os pontos da rede social realiza um duplo movimento: fala que todos podem ter tudo e que ao 'ter', eles seriam reconhecidos com sujeitos sociais, depois nega tudo à grande maioria. (DIÓGENES, 1995, p. 16).

- A contraposição aos valores dominantes, mas sem um projeto político próprio.
- A falta de perspectivas no futuro e o imediatismo das experiências: a marca do efêmero, do fugaz, do presente imediato.
- A desterritorialização e a reterritorialização, a fuga e a solidariedade:

[...] a cronologia da formação de gangues congrega, a um só tempo, violência no sentido de diluição de valores 'dominantes', desagregação e destruição e parece solidificar e intensificar os laços de convivência 'comunitária e fraterna' entre seus membros. (DIÓGENES, 1995, p. 21).

- O corpo assume, então, a condição de "território cartográfico", simbolizando o pertencimento ao grupo, ao bairro, à torcida (DIÓGENES, 2003, p. 191). Isto explica a utilização de signos identitários: roupas, adereços, cortes de cabelo, tatuagens, etc.
- Negação da ordem através da violência e a produção de micro-territórios legais.

Para Bourguignon (1998), o ingresso do jovem favelado brasileiro em uma gangue é uma forma de ser aceito, de não ficar só, pois ali ele ganha notoriedade, respeito e admiração:

O jovem da periferia, favelas e bairros populares buscam (sic) dentro desses grupos uma identidade própria. Muitas vezes, esse ingresso se dá de forma involuntária, às vezes uma violência sofrida pela polícia, grupos rivais ou mesmo na família, faz com que o jovem procure conforto e ajuda em gangues. A proteção e a participação são trocadas pela lealdade ao grupo, com regras bem claras e definidas. O que a gangue decide, todos devem acatar, não é aceita qualquer ruptura. Quando esta acontece, o jovem fica vulnerável aos inimigos e à própria gangue que pertencia. Outra forma de ingresso se dá pela identificação pelos símbolos e a vontade de pertencimento, o grupo fascina, idealiza e poderá fazer dele alguém. Esses grupos se formam em torno da academia de luta, academia de ginástica, praia, clube, rua, bairro, etc. Num espaço comum e de nível mais ou menos igualitário entre seus membros. (BOURGUIGNON, 1998, p. 16)

Alba Zaluar estipula diferenças entre as quadrilhas e as galeras de jovens cariocas. Enquanto que as primeiras são "[...] compostas por um número relativamente pequeno de pessoas, em geral jovens, que se organizam com a finalidade de desenvolver atividades ilegais para o enriquecimento de seus membros" (ZALUAR, 1999c, p. 5), as segundas reúnem os jovens de um mesmo bairro em torno de atividades recreativas, especialmente o baile *funk*. As galeras (da mesma forma que as *galères* na França):

[...] não são organizações com chefia instituída, regras explicitadas e rituais iniciáticos, embora tenham, como as primeiras [as quadrilhas],

uma estreita relação com os bairros em que vivem, cujos nomes são seus patronímios. [...] Se praticam atividades ilícitas, os jovens das galeras fazem-no de maneira transitória e intermitente, mais próximos da 'deriva'¹³⁶, da qual saem ao crescer, do que da delinqüência assumida e procurada como meio de vida. Tampouco promovem o enriquecimento de seus membros através de práticas ilícitas [...] o seu caráter festivo, no qual a catarse das emoções, inclusive da rivalidade e do orgulho masculino; faz-se de modo competitivo, porém regrado. (ZALUAR, 2004, p. 198 e 200).

Estes grupos são menos organizados, não têm compromisso com a delinqüência, não têm envolvimento sistemático com os meios ilegais de enriquecimento, estando mais perto da sociabilidade solta, “[...] ou seja, das atividades criminais intermitentes, transitórias e de pequena gravidade, podendo-se melhor entendê-las como incivildades.” (ZALUAR, 2004, p. 188). Eles representam mais um estilo de vida, um tipo de sociabilidade, uma forma de pertencimento mútuo. A violência, quando ocorre, é muito mais expressiva do que instrumental, uma busca de afirmação sobre os grupos rivais.

Por sua vez, nas quadrilhas, os valores militares quase aristocráticos e a busca de enriquecimento rápido através de atividades ilegais - o ‘dinheiro fácil’ - aproximam-nas das gangues americanas, fazendo transcender a prática delinqüencial dos adolescentes pobres (ZALUAR, 2004).

Tal diferenciação entre galera e quadrilha aparece na seguinte entrevista com um traficante do Rio de Janeiro, na qual ele distingue a sua quadrilha de uma galera de *funk* (as frases em itálico referem-se às perguntas do repórter):

- *Quando houve aquelas brigas de funkeiros nas praias, dizem que você reuniu os meninos. É verdade?*

- Chamei, pra mais de quinhentos funkeiros.

E aí, que que você disse?

- Eu não falei que ia matar, que ia fazer. Falei que não queria que eles me enxergasse como bandido. Queria que eles me enxergasse como um amigo deles. Tinha uns quinhentos! Mulher, homem. Aí eu falei uma idéia a eles que eu acho que valeu a pena. Até hoje eu acho que não houve mais nada. Parou. Esses moleques, a maioria é engraxate. Fica tudo lá pra baixo. Participa de baile, diz que é CV [Comando Vermelho], é não sei o quê. Mas não é nada disso.

- *Não tem nada a ver com vocês?*

- Não tem nada a ver ca gente, com nossa quadrilha aqui. Fala que é de Vigário e queima mais ainda. (VENTURA, 1994, p. 200-201)

¹³⁶ Também Misse (1998, p. 14) fala da “[...] deriva contingente de uma época da juventude, como defendeu Katz”.

6.3 As gangues culturais e delitivas e o crime organizado: uma tipologia dos grupos desviantes

Baseando-se nas indicações acima discutidas, estipularam-se dois tipos ideais¹³⁷ de gangues: “galeras” e “quadrilhas”. Suas características aparecem no quadro a seguir, onde também constam as dos grupos de crime organizado.

GANGUES DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES		GRUPOS DO CRIME ORGANIZADO
GALERAS, BANDOS OU GANGUES CULTURAIS	GANGUES DELITIVAS OU QUADRILHAS	
Afirmção, por vezes inconsciente, dos valores culturais e sociais do meio, ao qual estão fortemente integradas. “Grupo, turma, patota” (Luft, [s/d], p. 324)	Busca do ganho monetário e do prestígio como fins. “Quadrilha, súcia, bando de malfeteiros” (Luft, [s/d], p. 314)	Busca do lucro e do poder. Grande volume de negócios e altos rendimentos. Possuem alto grau de racionalização econômica e organização (Cloward e Ohlin, 1960).
Estabelecem lealdade com a vizinhança, funcionando como uma irmandade. Designados por denominações próprias, signo de identidade.	Embora tendo se originado e atuando em determinadas áreas geográficas (um bairro ou favela), possuem ramificações externas. Designados por denominações próprias, signo de identidade.	Embora tendo se originado em determinada área, a ela não se circunscrevem.
Reúnem-se para realizar atividades de lazer, atos anti-sociais (incivilidades) e, eventualmente, atos infracionais expressivos e menos graves, como: pichações, arruaças, brigas e agressões, pequenos furtos, uso de drogas em grupo, depredações. Toleram alguma forma de delinquência (Matsueda e Heimer, 1997), e a violência, quando utilizada e mesmo grave, é expressiva e não instrumental.	Praticam atos delinquentes e criminais com algum tipo de organização, como: venda de drogas, roubos, seqüestros-relâmpago, estelionatos, prostituição. Definem-se pela delinquência (Matsueda e Heimer, 1997), e a violência, quando praticada, é mais instrumental do que expressiva.	Praticam atos criminais planejados e que requerem organização, qualificações e habilidades, tais como: tráfico de drogas, roubo de cargas e a carros-fortes, roubo e furto de veículos, extorsão mediante seqüestro, contrabando de armas e de outros produtos, recepção, redes de prostituição sexual, e, mais antigo, o jogo do bicho. A violência dos atos é controlada, podendo ser usada instrumentalmente, como um meio para se atingir os fins ou manter a disciplina. O suborno também é um meio recorrente.
Organização frouxa, por vezes circunstancial e momentânea, e fraca coesão.	Organização rígida e forte coesão grupal.	Organização rígida e forte coesão grupal.
Hierarquia frouxa	Hierarquia rígida	Hierarquia rígida e forte disciplina
Liderança instável	Liderança bem definida, em geral o líder é o mais velho, comunicativo ou forte.	Liderança adulta bem definida
Fechamento do grupo	Estabelecem associações com criminosos adultos e com o mundo convencional, participando de uma estrutura híbrida de oportunidades lícitas e ilícitas.	Envolvimento com figuras do mundo lícito: políticos e policiais corruptos, advogados, juizes, tesoureiros, procuradores, dentro de uma estrutura híbrida de oportunidades (convencionais e ilegítimas).
Alta rotatividade de seus membros, raramente classificados como delinquentes pelas agências de controle.	Seus membros geralmente têm passagem pelo Sistema de Justiça e são rotulados como delinquentes.	Predominam adultos com trajetória criminal, e, por vezes, com passagem pela prisão. A afiliação é baseada no parentesco, na amizade ou na qualificação (profissionalização no crime, Sutherland, 1955).
A participação nos grupos limita-se ao período da adolescência, pois geralmente o comportamento coletivo padrão modifica-se na idade adulta, com a pressão social em prol do desempenho de papéis convencionais.	Permanência do comportamento ilícito da adolescência na idade adulta, através da associação continuada com indivíduos e grupos criminosos mais velhos, configurando trajetórias.	Continuidade do grupo, mesmo dentro da prisão. Os membros mais jovens substituem os presos ou mortos.
Em termos organizacionais, aproximam-se da “subcultura do conflito” de C. e O. (1960).	Em termos organizacionais, aproximam-se da “subcultura criminal” de C. e O. (1960).	Em termos organizacionais, aproximam-se da “subcultura criminal” e dos “sindicatos do jogo” de C e O (1960), ou dos “sindicatos” de Sutherland (1955).

Quadro 04 – Principais características dos grupos desviantes

Fonte: Elaboração pela autora.

¹³⁷ Privilegia-se, aqui, ao invés da sua função lógica (como modelo comparativo para medir o grau de aproximação com a realidade empírica), a função descritiva do tipo ideal de Weber (1974), qual seja: a seleção de características significativas da realidade, combinadas em um quadro mental homogêneo.

O segundo e terceiro grupos também podem ser designados como “gangues empresariais”, seguindo-se denominação proposta por Jerome Skolnick (1990 apud ABADINSKI, 1994, p. 267¹³⁸), ao se referir à atividade de tráfico de drogas:

Gangues culturais são fortemente fundadas em uma identidade de vizinhança, e os membros podem estar envolvidos em crime, incluindo tráfico de drogas. Gangues empresariais são organizadas com propósito explícito de distribuição de drogas. O primeiro tipo é mantido com a lealdade entre a gangue e vizinhança; o segundo baseia-se na continuação da oportunidade econômica. Na gangue cultural, o envolvimento com o uso e a negociação de drogas serve como um requisito de afiliação; o *status* no grupo pode estar vinculado com o sucesso no negócio de drogas. Ao contrário das gangues empresariais, estes grupos autodefinem-se em termos de irmandade, são altamente protetoras de seu meio e se engajam em violência não utilitária com outras gangues. Embora a gangue cultural não seja organizada expressamente para vender drogas, a sua organização facilita esta atividade. [...] Entretanto, o baixo nível de coesão, a organização frouxa, a alta rotatividade de membros e a liderança instável, típica da maioria das gangues de rua, mitigam contra sua efetiva existência como empresários de droga. (ABADINSKI, 1994, p. 267, tradução nossa)

Ressalta-se que as fronteiras entre os três grupos podem ser porosas, por vezes suas características estão entrelaçadas, principalmente no caso das galeras e das quadrilhas¹³⁹, e destas últimas com os grupos de crime organizado. Ambos os tipos de gangues podem reunir também crianças (menores de 12 anos de idade¹⁴⁰), mas a maioria dos membros é adolescente (conforme indicações da literatura e de informantes da pesquisa).

As “quadrilhas” de adolescentes, apesar de sua freqüente associação com grupos criminosos adultos, destes se diferenciam, conforme Mark Shaw (1998):

De acordo com definições sul africanas, sindicatos são vistos como organizações mais sofisticadas operando em um nível mais amplo do que as gangues, que são consideradas organizações criminais de uma ordem inferior de influência e sofisticação. As gan-

¹³⁸ SOLNICK, Jerome. The Social Structure of Street Drug Dealing. **American Journal of Police**, n. 9, 1990. p. 1-41 apud ABADINSKI, 1994, p. 267.

¹³⁹ O artigo 288 do Código Penal Brasileiro, que trata da formação de quadrilhas, não inclui o período etário como característica distintiva: “Associar-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes”. A pena prevista é a reclusão de um a três anos, que duplica se a quadrilha ou bando possui armas. Vide: BRASIL, 1996, p. 113.

¹⁴⁰ A participação de crianças em gangues é minimizada por operadores da Justiça da Infância e da Juventude e Conselheiros Tutelares, os quais defendem: “[...] a necessidade de ser trabalhada a visão da criança vitimadora como não delinqüente, compreendendo-a como vítima e sujeito de direitos – credora de proteção -, mesmo na situação de ato infracional.” (KAMINSKI, 2002, p. 177 e 181). Ocorrendo um ato infracional, ou a criança é desresponsabilizada, ou o fato não é classificado como infração pelos conselheiros tutelares.

gues podem freqüentemente ser empregadas por sindicatos para fazer o trabalho sujo em nível da rua, estes geralmente coordenando as suas diferentes atividades. (SHAW, 1998 apud STANDING, 2003, p. 17, tradução nossa)¹⁴¹

Também Kliksberg ([200?]), ao analisar o contexto da juventude latino-americana e caribenha, menciona dois tipos de criminalidade ou delinqüência: a) a dos grupos organizados do narcotráfico, do seqüestro, do roubo de veículos, da cumplicidade entre os sistemas policiais e mafiosos; b) a de adolescentes e meninos, que se inicia com pequenos delitos pela sobrevivência e tem o seu terreno fértil nos jovens encurralados que estão sem oportunidades, fora da escola e do mercado de trabalho. Segundo o autor, este último resulta de três causas básicas: altas taxas de desemprego juvenil, famílias desarticuladas e educação deficiente.

Assim, em comparação com o crime organizado, as gangues tendem a ser mais circunscritas territorialmente, menos organizadas e compostas predominantemente por membros mais jovens, embora possam ser lideradas por adultos. São conhecidas por sua denominação específica e estão muito vinculadas ao seu contexto social. Praticam, por conta própria, pequenas infrações, tais como: furtos, roubos, arruaças, uso de drogas, agressões contra grupos rivais. A ligação de seus membros com o crime organizado, dentro de um nível inferior de organização e difusão, é, muitas vezes, circunstancial e envolve tarefas mais simples (por exemplo, entrega de pequenas quantidades de drogas e observação das movimentações em determinado território, os chamados “olheiros” do tráfico de entorpecentes), próprias de posições hierárquicas inferiores. Segundo delegada de polícia da área de infratores, os traficantes adultos não delegam o controle de operações aos adolescentes, pois estes são incapazes de executar tal gerenciamento. Para ela, eles acabam tornando-se “joguetes” dos primeiros, motivados por sua própria dependência química. Outros delegados de polícia entrevistados também mencionaram que os líderes criminosos preferem crianças e adolescentes para efetuarem tarefas arriscadas porque a legislação juvenil é mais branda.

Neste sentido, discorda-se de Sánchez-Jankowski (1997) quando sublinha o critério organizacional e hierárquico como definidor das gangues, pois este pode não ser rígido. Neste caso, é pertinente, ainda, a distinção feita por Burke ([s/d]) entre

¹⁴¹ SHAW, Mark. **Organised crime in post-apartheid South Africa**. Johannesburg: Institute for Security Studies, jan. 1998 apud STANDING, 2003, p. 17.

“violência de amadores” (multidões, a “turba”) e “violência de profissionais” (terroristas, pistoleiros), e, intermediários entre ambos, os grupos rivais ou “ganges” de jovens “[...] tão visíveis hoje em Londres, Los Angeles ou Rio de Janeiro. A violência não é sua profissão, mas faz parte de suas vidas.” (BURKE, [s/d], p. 4)

A seguir apresenta-se a análise descritiva das variáveis relativas à presença das gangues de crianças e de adolescentes nos municípios e escolas pertencentes às três regiões socioculturais estudadas.

6.4 Análise descritiva das variáveis acerca da presença das gangues municipais e escolares

6.4.1 As gangues nos municípios

Tabela 18 - Existência de gangues nos municípios

	Nunca existiram	Deixaram de existir após 1996	Passaram a existir a partir de 2000	Existem desde antes de 2000	Total
Colônia Velha	7 (10,1%)	1 (1,4%)	21 (30,4%)	40 (58,0%)	69
Fronteira	3 (7,5%)	0	7 (17,5%)	30 (75,0%)	40
Metropolitana	12 (7,5%)	0	39 (24,5%)	108 (67,9%)	159
Total	22 (8,2%)	1 (0,4%)	67 (25,0%)	178 (66,4%)	268 (sem missing)

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N = 271 questionários, envolvendo diretores de escolas, conselheiros tutelares e delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à frequência das respostas dos entrevistados.

- Pearson chi-square = 6,277 / Coeficiente de confinência = 0,151 / Significância = 0,393.

Como se observa na primeira coluna da tabela acima, 10,1% ou menos dos informantes declararam não existir gangues em seu município. Na Fronteira e na Região Metropolitana de Porto Alegre as gangues municipais são relativamente mais antigas, pois, respectivamente, 75% e 67,9% dos delegados afirmaram que elas existem desde antes de 2000.

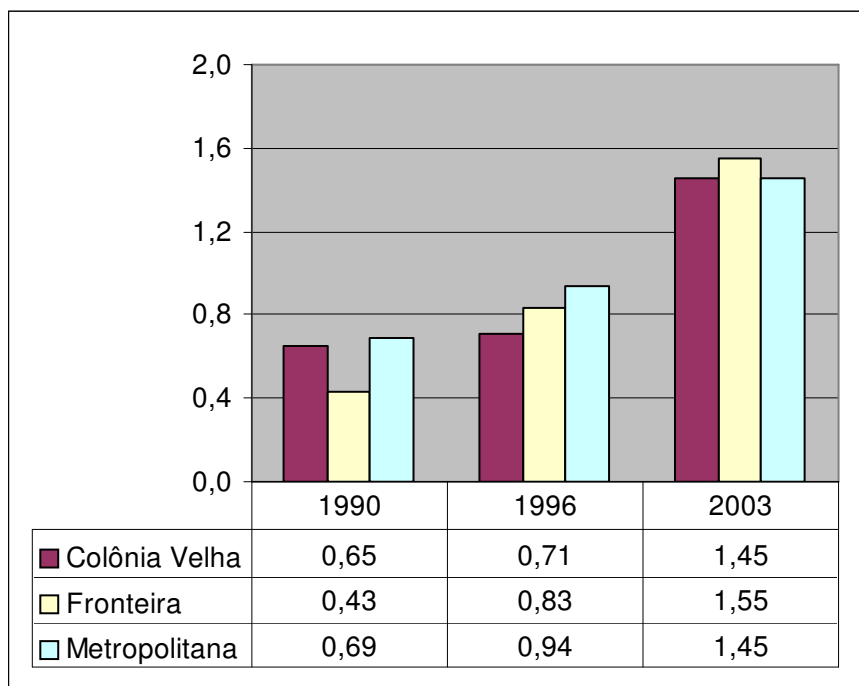


Gráfico 06 - Intensidade da presença das gangues nos municípios – 1990/2003

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=271 questionários, envolvendo diretores de escolas, conselheiros tutelares e delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. Foram excluídos os *missing*.

- As categorias das respostas foram transformadas em uma média, que, quanto mais próxima de 2, maior será a intensidade (ou gravidade) da presença de gangues de crianças e adolescentes no município:

0 - Não existem ou não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes no município.

1 - Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam ou representavam um problema para o município.

2 - Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representam ou representavam um problema para o município.

Nota-se no gráfico acima uma tendência global de agravamento do problema das gangues municipais. Até 1996, os valores mais altos eram os da Região Metropolitana; já no último ano da série o maior índice foi o da Fronteira.

Para a análise das características das gangues de crianças e de adolescentes (tanto municipais quanto escolares) elaborou-se a seguinte tipologia com base nas distintas atividades por elas praticadas¹⁴²:

- Gangues culturais, galeras ou bandos – A sua finalidade precípua é a afirmação, por vezes inconsciente, dos valores culturais e sociais do meio ou do grupo. Com membros de todas as classes sociais, reúnem-se geralmente em espaços públicos para realizar atividades de lazer, incivildades e, eventualmente, atos infra-

¹⁴² Para a elaboração da tipologia, tomaram-se como referência os seguintes autores supracitados: Sutherland (1955), Cloward e Ohlin (1960), Matsueda e Heimer (1997), Sánchez-Jankowski (1997), Burke ([s/d]), Kliksberg ([200?]), Huff (1989 apud LAWRENCE, 1998), Zaluar (1999a, c, 2004).

cionais (crimes ou contravenções) expressivos ou menos graves como: pichações, arruaças, brigas, depredação, vandalismos, pequenos furtos, incidentes relacionados com a direção de veículos automotores, etc. Ou seja, toleram alguma forma de delinquência (MATSUEDA; HEIMER, 1997), sendo que a violência, quanto empregada, é interativa ou relacional (SANJUÁN, 1998) ou impulsiva/expressiva (SOUZA, 2001; LLORENTE et al., 2002) e não instrumental, podendo envolver, inclusive, atos letais. São fracamente organizadas e pouco coesas, têm hierarquia frouxa e liderança inexistente ou instável. Constituem grupos fechados (não se associam com outros grupos), com alta rotatividade dos membros e cujo comportamento coletivo modifica-se na idade adulta, quando aumenta a pressão social para o desempenho de papéis convencionais. Em termos organizacionais, aproximam-se da noção de subcultura do conflito de Cloward e Ohlin (1960), ou das gangues informais e hedonísticas de Huff (1989 apud LAWRENCE, 1998¹⁴³).

- Gangues delitivas ou quadrilhas – Reúnem-se principalmente por interesse no ganho monetário ou prestígio, definem-se (e não simplesmente toleram) por seus atos delinquentes (MATSUEDA; HEIMER, 1997, p. 178). Embora com origem em determinada área geográfica, possuem ramificações externas. Praticam atos infracionais que exigem algum tipo de organização: roubos, seqüestros-relâmpago, estelionatos, venda de drogas, participação em redes de prostituição. A violência, quando praticada, é mais instrumental do que expressiva, como no caso do latrocínio. Têm organização e coesão fortes, hierarquia rígida, liderança explícita (do mais velho, do mais comunicativo ou do mais forte). São grupos abertos, de fronteiras porosas que permitem a associação com grupos criminosos adultos. Vários de seus membros têm passagem pelo sistema judicial, foram rotulados como infratores e tendem a manter o comportamento ilícito na idade adulta (com a constituição de uma trajetória delitiva). Envolvem mais freqüentemente adolescentes de classe baixa. Assemelham-se à noção de subcultura criminal de Cloward e Ohlin (1960) ou das gangues instrumentais ou predatórias de Huff (1989 apud LAWRENCE, 1998).

Durante a pesquisa de campo, os informantes citaram atividades características das gangues de crianças e de adolescentes nos municípios e nas escolas, que a-

¹⁴³ HUFF. Loc. cit..

brangiam lazer ou diversão, contravenções e atos infracionais. Para propósitos analíticos da pesquisa, estas ações foram reunidas de acordo com sua adequação a um ou outro dos perfis de gangues supramencionados, como se vê no quadro a seguir:

TIPOS	ATIVIDADES PRINCIPAIS
Culturais	Ameaças
	Desordens, desrespeito, perturbação do sossego.
	Atos letais – homicídio ou lesão com morte (raros)
	Brigas, rixas, lesões corporais, discussões, 'pegas'
	Danos, depredação de escolas, vandalismos
	Diversão, esportes, ficar em grupos, reunir-se, comer, beber
	Esmolar
	Furtos ou roubos a pedestres
	Furtos ou roubos ao comércio (principalmente em pequenos estabelecimentos)
	Furtos ou roubos de bicicletas
	Furtos ou roubos em escolas (material escolar, dinheiro e celular de colegas e professores, arrombamentos e invasão de escolas)
	Incidentes envolvendo direção de veículos - Dirigir sem habilitação e perigosamente, rachas, acidentes.
	Pichações
	Delitivas
Estelionatos ou extorsões	
Furtos (inclusive arrombamentos e arrastões)	
Furtos ou roubos a residências	
Furtos ou roubos de veículos	
Furtos ou roubos em veículos	
Latrocínio (participação)	
Prostituição (como vítima) ou corrupção de menores	
Roubos (inclusive seqüestro-relâmpago)	
Roubos em ônibus	
Tráfico de armas	
Tráfico de drogas	
Uso de armas	
Consumo de drogas ou álcool	

Quadro 05 - Tipos de gangues e atividades típicas

Fonte: Tipologia elaborada pela autora, com base em: Sutherland (1955), Cloward e Ohlin (1960), Matsueda e Heimer (1997), Sánchez-Jankowski (1997), SanJuan (1998), Burke ([s/d]), Kliksberg ([200?]), Huff (1989 apud Lawrence, 1998), Zaluar (1999 a, c, 2004).

Nota: As informações sobre as atividades dos grupos foram levantadas durante a pesquisa de campo (N=271 questionários, envolvendo diretores de escolas, conselheiros tutelares e delegados de polícia).

O consumo de drogas ou de álcool aparece de forma isolada pois representa atividade comum a todos os tipos de gangues de crianças e de adolescentes. Na população estudada, esta prática não representa um padrão desviante específico, como no caso da “subcultura retreatista” de Cloward e Ohlin (1960) ou do “retreatismo” de Merton (1958). Vários informantes ressaltaram a generalização deste comportamento entre os jovens: “*O que há em comum é o desejo incontável de se drogar.*” (entrevista de pesquisa com conselheiro tutelar de Porto Alegre); “*A droga é onde con-*

verge tudo. Eles roubam para que? Para droga". (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre).

Assim, classificando-se as atividades mais citadas pelos informantes nos dois tipos de gangues municipais, verificou-se a seguinte distribuição regional:

Tabela 19 - Distribuição dos tipos de gangues municipais

Tipos de gangues nos municípios	Culturais	Delitivas	Consumo de drogas	Total de citações
Colônia Velha	196 (64,3%)	67 (22,0%)	42 (13,8%)	305
Fronteira	69 (42,9%)	72 (44,7%)	20 (12,4%)	161
Metropolitana	375 (59,1%)	187 (29,5%)	72 (11,4%)	634
Total de citações	640 (58,2%)	326 (29,6%)	134 (12,2%)	1.100

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da tipologia e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=271 questionários, envolvendo diretores de escolas, conselheiros tutelares e delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à frequência das citações.

- Pearson chi-square = 27,951 / Coeficiente de contingência = 0,157 / Significância = 0,000.

- 2 atividades citadas não foram incluídas nesta tipologia: abuso de crianças (Colônia Velha) e estupro (Fronteira).

Esta tabela mostra uma predominância das gangues culturais, embora na Fronteira as atividades mais citadas referiram-se, em proporções idênticas, a ambos os tipos de gangues. Nesta região, há, portanto, uma prevalência relativa das gangues delitivas, enquanto que nas outras, especialmente na Colônia Velha, a incidência destes grupos é bem menor. O consumo de drogas disseminou-se por todos os espaços sociais, com percentuais regionais muito próximos entre si.

Destacam-se, agora, as principais características das gangues municipais (quanto à: classe social, sexo, idade, local de origem) distribuídas nas três regiões socio-culturais.

Tabela 20 - Características das gangues municipais

Características		Colônia Velha	Fronteira	Metropoli-tana	Total de citações
Classe Social	Baixa	50%	62%	51%	52%
	Média-baixa	9%	5%	5%	6%
	Média	19%	7%	11%	12%
	Média-alta ou alta	1%	7%	3%	3%
	Todas	21%	19%	31%	27%
	<i>Total de citações</i>	<i>70</i>	<i>42</i>	<i>162</i>	<i>274</i>
Sexo	Masculino	53%	8%	29%	32%
	Feminino	2%	0%	1%	1%
	Ambos	45%	92%	70%	67%
	<i>Total de citações</i>	<i>58</i>	<i>39</i>	<i>146</i>	<i>243</i>
Idade	Mínima citada	11	9	8	-
	Máxima citada	24	23	24	-
Local de origem	Escolas	22%	15%	26%	24%
	Bairros	60%	79%	52%	57%
	Clubes ou esporte	7%	0%	8%	7%
	Família	4%	2%	9%	7%
	Por estarem na rua	2%	2%	3%	3%
	Outro município	2%	0%	0%	1%
	Outra (vila, região, festas, paradas de ônibus, invasão de terreno, meio rural)	2%	2%	1%	2%
	<i>Total de citações</i>	<i>94</i>	<i>47</i>	<i>254</i>	<i>395</i>

Fonte: Pesquisa de campo. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: N=271 questionários, envolvendo diretores de escolas, conselheiros tutelares e delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à frequência das citações.

Vê-se, na tabela acima, que, quanto à classe social, foi mais citada a baixa (52% do conjunto dos informantes, 62% na Fronteira), seguida por “todas” (27%) e pela classe média (12% no total, 19% na Colônia Velha). Portanto, na Fronteira predominam as gangues de classe baixa, enquanto que na Colônia Velha há significativa participação da classe média. Esta distinção pode estar relacionada com a maior proporção de gangues delitivas na Fronteira (nas quais predominam os membros de classe baixa) e de culturais na Colônia Velha (com membros de todas as classes sociais).

No tocante ao sexo, percebe-se uma maior referência à participação feminina na Fronteira e na Região Metropolitana, cujas respostas de “ambos os sexos” atingiram 92% e 70% respectivamente. Todavia, mesmo crescente (segundo relato dos entrevistados), a participação feminina ainda é pequena.

As idades mínima e máxima citada não diferiram significativamente entre as regiões, sendo que a menor foi de 8 anos na Região Metropolitana, e a maior, de 24 anos, na Colônia Velha e RMPA.

Como local de origem das gangues nos municípios foi mais referido o bairro (57% no total, 79% na Fronteira) e a escola (24% no total). Portanto, na Fronteira os grupos formam-se externamente às escolas, evidenciando, novamente, que ali há maior presença de gangues delitivas.

Os informantes da Fronteira também comentaram a precariedade das condições de vida dos jovens que lá residem: ausência de expectativas, desemprego, fracasso e evasão escolar, desestruturação familiar. Tal situação parece propícia ao agrupamento dos socialmente desfavorecidos em gangues (especialmente as delitivas). Ou seja, nesta região sociocultural, a exclusão social e o fechamento de oportunidades, somados à desagregação familiar configuram uma situação propícia à formação destes grupos, uma vez que os jovens de classe baixa ficam mais liberados para o convívio com pares que enfrentam problemas similares. Portanto, na ausência de outros referenciais, as gangues representam o único lugar da sociedade onde estes adolescentes são admitidos (OLIVEIRA, 2003).

Quanto aos aspectos organizacionais, foram mais referidas características de gangues culturais do que delitivas: grupos mistos que se formam por afinidades, são fechados, possuem ou não liderança. Bastante destacadas foram também as rivalidades entre as gangues: escola *versus* escola, bairro *versus* bairro, bairro rico *versus* bairro pobre. Elas se definem pela preferência musical ou outro atributo cultural (rock, *hip-hop*, pichadores), pelos esportes (futebol, *skates*, velocidade), pela forma de diversão (clubes, casas de jogos eletrônicos, reunião em praças, postos de gasolina), pela identidade visual (vestimentas, tatuagem, *piercing*, anéis, braceletes). Desorganizados, juntam-se eventualmente aos finais de semana, por vezes para cometerem infrações. Abusam do álcool e das drogas (neste aspecto não foram encontradas grandes diferenças entre as regiões socioculturais).

Como itens diferenciais das regiões socioculturais, alguns informantes da Fronteira e da Região Metropolitana indicaram o uso de armas e a presença de meninos de rua (menos organizados, sem liderança). Na RMPA foram igualmente referidos os aspectos de liderança e organização (as ligações com o tráfico de drogas, as torcidas organizadas, as ações que facilitam o furto em veículos, como a marca com chiclete nos automóveis mais atrativos), ou ainda os seguintes comentários de delega-

dos de polícia: “No bairro organizam-se para praticar certos atos, normalmente ilícitos.” (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre); “Muitos [adolescentes] encontram-se na FEBEM ou nos presídios e em vez de melhorarem, juntam-se para programar mais delitos.” (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Parobé, na RMPA). Estas características reforçam, por contraste, os comentários anteriores sobre a prevalência de gangues culturais na Colônia Velha.

Em termos de modificações, reconhecidas por 88% dos informantes, foi enfatizada a proliferação das gangues e do consumo de drogas. Os seus integrantes seriam mais precoces, estariam mais armados, rebeldes, violentos, organizados e equipados, sem limites e utilizando mais os meios de comunicação. Com maior número de membros e maior participação feminina, os grupos estariam cometendo mais infrações. Quanto a estes aspectos, não houve grandes diferenças entre as regiões socioculturais.

6.4.2 As gangues nas escolas

As gangues escolares foram muito pouco estudadas, tanto no Brasil como em outros países. Trata-se de um fenômeno muitas vezes ocultado pelas direções dos estabelecimentos de ensino, dentro de certo “Silenciamento em relação a violências.” (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 89).

Em geral, os estudos que tratam da violência (ou das violências) dentro das escolas ressaltam a gravidade deste problema:

Essa violência dentro das escolas tem se revelado um grave problema e um de difícil contenção mesmo nos Estados Unidos onde, de modo geral, as taxas de violência têm declinado. (CARDIA, 1999, p. 70)

A escola é a única instituição social onde vastos grupos de jovens estão situados e onde pode ocorrer violência predatória, comportamentos agressivos e conflitos com potencial para acabar em violência [...] Devido à saliência da violência juvenil, a escola é um contexto prioritário de estudo. Mais conhecimento é necessário sobre por que e em que circunstâncias a violência emerge em situações escolares e quais fatores dentro da sala de aula, do clima escolar ou da estrutura organizacional estimulam ou desestimulam a violência. (LEVINE; ROSICH, 1996, p. 86-87, tradução nossa).

Especificamente quanto às gangues escolares, destacam-se duas pesquisas brasileiras que tocam nesta problemática, ainda que englobem a questão mais geral da violência. Em primeiro lugar, Cardia (1999), analisando resultados de *survey* sobre atitudes e normas culturais acerca da violência em 10 capitais brasileiras (inclu-

sive Porto Alegre), identificou uma percepção consensual entre os entrevistados a respeito do “[...] uso e o comércio de drogas acrescidos do fato de que os alunos formam gangues e levam armas para a escola.” (CARDIA, 1999, p. 70). Segundo esta autora, pesquisas realizadas nos Estados Unidos também demonstraram a presença de gangues, do consumo e comércio de drogas e álcool, e da superlotação das salas de aula.

Outra pesquisa, sobre as percepções e manifestações de violências na escola, envolveu estabelecimentos de 14 capitais brasileiras, incluindo Porto Alegre (ABRAMOVAY; RUAS, 2002). Para as coordenadoras do estudo, o fenômeno da (s) violência (s) na escola sofreu grandes mudanças e alguns de seus aspectos agravaram-se desde os primeiros trabalhos da década de 1950 nos Estados Unidos:

Algumas destas notáveis transformações foram: o surgimento de armas nas escolas, inclusive armas de fogo, a disseminação do uso de drogas e a expansão do fenômeno das gangues, influenciando na rotina das escolas, eventualmente associadas ao narcotráfico. Uma outra grande mudança resulta do fato de que as escolas e suas imediações deixaram de ser áreas protegidas ou preservadas e tornaram-se, por assim dizer, incorporadas à violência cotidiana do espaço urbano. Ademais, as escolas deixaram de certa forma, de representar um local seguro e protegido para os alunos e perderam grande parte dos seus vínculos com a comunidade. (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 29)

Um dos resultados empíricos dessa pesquisa revelou que as gangues e o tráfico de drogas representam um dos maiores problemas do ambiente escolar, destacado por 36% dos alunos e 39% dos entrevistados do corpo técnico-pedagógico (em Porto Alegre, este percentual atingiu 49%). Entre os pais entrevistados, 41% referiram como problemas da escola “gangues, drogas, vizinhança perigosa”, sendo 43% em Porto Alegre. (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 113, 173). Todavia, mesmo interferindo na vida da escola de diferentes maneiras (possível invasão para agredir desafetos, matrícula de traficantes e venda de drogas aos alunos¹⁴⁴, medo da denúncia e fragilização da autoridade da direção) e contando com alunos entre os seus membros, as gangues formam-se externamente, na opinião dos entrevistados:

O clima de insegurança nos arredores de determinadas escolas tem como agravante a formação de gangues, as quais vão dos grupos de amigos, turmas de bairros, de quadra, até o grupo de bandi-

¹⁴⁴ Conforme a pesquisa “Qualidade da Educação: a escola pública na opinião dos pais”, que envolveu 10.000 entrevistados em todo o país, 80% dos pais afirmou haver tráfico de drogas dentro das escolas, mas apenas 18% reconheceram a existência de consumo de drogas. Vide: PESQUISA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, 2005.

dos (traficantes, assaltantes e ladrões) e que, em muitos casos, contam com alunos como seus membros. [...] os membros do corpo técnico-pedagógico em geral mostram-se bastante preocupados com esse crescente fenômeno, uma vez que, segundo eles, as gangues são formadas em sua maioria por alunos das próprias escolas [...] mas a sua presença maior é fora do ambiente escolar. [...] Do mesmo modo que normalmente é negada a existência de gangues nas escolas em que estudam, alguns jovens reconhecem que colegas fazem parte delas. (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 111 e 113)

Esta “dicotomia entre o espaço realmente violento da rua e o espaço relativamente menos inseguro da escola” (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 277) apareceu também nos relatos sobre furtos, roubos e ocorrências mais graves observadas no ambiente escolar. Para as coordenadoras da pesquisa, a origem externa das gangues é reforçada pelo estranhamento dos alunos em relação a seus colegas e à organização escolar:

Ao mesmo tempo em que os jovens exibem uma certa desvinculação, isolamento e até mesmo estranhamento em relação aos seus colegas de estudo constituem formas alternativas de agregação, dentro e fora da escola – como galeras, grupos de *rappers*, de grafiteiros, de pagode, de teatro, etc. -, que não têm como critério de pertencimento a organização institucional da classe de alunos, nem dos grêmios estudantis e nem da escola como tal. (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 158)

Durante a realização de nossa pesquisa, diretores de escolas de vários municípios também comentaram que o problema das gangues, do tráfico de drogas e da violência provém dos meios sociais circundantes:

Existe muita violência ao redor da escola, as brigas entre gangues, a agressividade tem raízes fora, mas a violência de fora reflete aqui dentro: nas atitudes dos alunos em sala de aula, na agressividade com colegas e professores. [...] A escola é um lugar seguro para os pais, as coisas acontecem ao redor. A escola acompanha, controla os alunos. (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre)

Na escola não existem essas gangues, mas fora, na porta da escola, há muitas rixas, brigas. (entrevista de pesquisa com direção de escola de São Leopoldo)

Os alunos da escola todos pertencem a gangues, só que não praticam ações na escola. (entrevista de pesquisa com direção de escola de Caxias do Sul)

Há grupos que estão sempre na hora da saída da escola para roubar as crianças ou para ficarem incomodando, tirando ‘sarro’ da cara dos outros. (entrevista de pesquisa com direção de escola de Uruguaiana)

Há grupos de bairros periféricos que ficam na porta da escola na saída e na entrada fazendo arruaças, implicando com os alunos

que estão dentro da escola. E que no horário do recreio eles pulam as grades para darem encima das meninas, confrontam professores dizendo que querem ver quem vai tirá-los lá de dentro, e só saem quando elas pegam o telefone para ligar para a BM, mas prometem voltar. (entrevista de pesquisa com direção de escola de São Borja)

Em muitos casos, apesar de negarem a presença de gangues no ambiente escolar, os informantes referiram a ocorrência de certas ações que lhes são típicas: agressões entre turmas, rixas, brigas defronte às escolas, porte de armas, uso de drogas¹⁴⁵.

Lawrence (1998) identificou uma relação entre a presença de gangues nas escolas americanas e os relatos de medo e vitimização entre seus estudantes. Em 1989, 15% dos estudantes mencionaram a presença de gangues, e em 1993, 35% dos estudantes afirmaram que ocorriam brigas entre elas nas suas escolas. (LAWRENCE, 1998, p. 79). Conforme este autor, o problema das gangues escolares nos Estados Unidos começa frequentemente nas ruas, quando os membros estudantes levam atitudes típicas para dentro da escola, mas o recrutamento e o planejamento das atividades também podem ocorrer nos pisos escolares. Além disso, alguns integrantes podem reivindicar partes da escola como sendo do seu território, fazer marcas com grafite e intimidar ou agredir outros estudantes. (LAWRENCE, 1998).

Este autor afirma, entretanto, que existem escolas menos propensas a possuírem gangues: aquelas que têm forte liderança e um ambiente positivo de aprendizagem, pois conseguem manter o vínculo dos estudantes com a educação e controlar os problemas de violência. Por sua vez:

Jovens especialmente atraídos para gangues incluem aqueles criados sob condições sociais desfavoráveis, que fracassam na escola e não se envolvem nas suas atividades; e que estão desempregados e têm pouca ou nenhuma meta ou oportunidade de trabalho. [...] O pico do recrutamento de novos membros ocorre entre a 5ª e a 8ª séries, entre jovens que se dão mal nos estudos e estão sob o risco de evasão. (LAWRENCE, 1998, p. 76 e 79, tradução nossa)

A mídia refere, com certa freqüência, o fato dos alunos trazerem armas para a escola, enquanto que os informantes da pesquisa, além de mencionarem esta prática (principalmente porte de armas brancas – objetos cortantes -, até mesmo na pri-

¹⁴⁵ Provavelmente, muitas destas ações alimentam as rivalidades entre jovens de diferentes escolas e bairros, envolvendo por vezes disputas esportivas (ABRAMOVAY; RUAS, 2002). Segundo estas autoras, tais práticas visam a demarcação de fronteiras territoriais, característica das gangues comumente apontada pela literatura internacional.

meira série do ensino fundamental), comentaram que eles estão mais desinteressados e agressivos, não respeitando colegas e professores.

Zaluar (2004) também cita a presença de armas e a influência do crime organizado na vida escolar de crianças e jovens das favelas cariocas:

É sabido que as crianças não podem freqüentar a escola por causa dos tiroteios nos bairros em que moram ou por causa da rivalidade entre as quadrilhas do bairro em que residem e as do bairro em que estudam. Nas escolas é cada vez mais comum o porte de armas entre os estudantes. A própria autoridade do professor foi minada pela valorização do poder adquirido através da posse da arma e do dinheiro fácil. (ZALUAR, 2004, p. 67)

Para as já citadas Abramovay e Ruas (2002), as armas de fogo representam uma pequena porção das armas encontradas nas escolas (em torno de 37% dos entrevistados indicaram a sua utilização nas ocorrências violentas), sendo mais freqüentes os objetos cortantes, correntes, cassetetes e porretes, além das armas de brinquedo usadas para intimidar. Por outro lado, 22% dos alunos contatados pelas autoras (32% em Porto Alegre) disseram ter contato com armas de fogo na família.

Por fim, salienta-se que, na presente pesquisa, as gangues escolares abrangem não apenas as que se originam no espaço escolar, mas inclusive as que, formadas fora, agem também dentro das escolas.

Tabela 21 - Existência de gangues nas escolas

	Nunca existiram	Deixaram de existir após 1996 ou 2000	Passaram a existir após 2000	Existem desde antes de 2000	Total
Colônia Velha	30 (78,9%)	1 (2,6%)	1 (2,6%)	6 (15,8%)	38
Fronteira	18 (85,7%)	0	3 (14,3%)	0	21
Metropolitana	54 (58,1%)	5 (5,4%)	16 (17,2%)	18 (19,4%)	93
Total	102 (67,1%)	6 (3,9%)	20 (13,2%)	24 (15,8%)	152 (sem missing)

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=158 questionários respondidos por diretores de escolas, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à freqüência das respostas.

- Pearson chi-square = 12,929 / Coeficiente de contingência = 0,28 / Significância = 0,044. Para a construção deste quadro não foram incorporados os indícios de gangues escolares¹⁴⁶, apenas as respostas iniciais dos diretores sobre a “intensidade da presença das gangues” nas escolas.

Verifica-se uma prevalência das gangues escolares na Região Metropolitana, pois apenas 58,1% dos diretores entrevistados afirmaram não existir o fenômeno em suas escolas, contra 85,7% na Fronteira e 78,9% na Colônia Velha. As gangues metropolitanas são antigas (19,4%) ou recentes (17,2%).

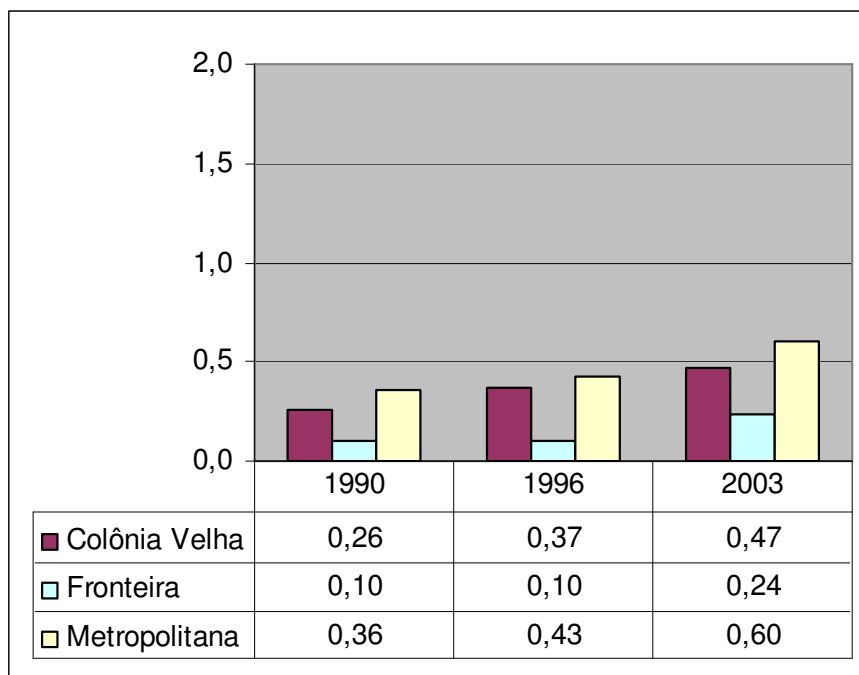


Gráfico 07 - Intensidade da presença das gangues nas escolas – 1990/2003

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=158 questionários respondidos por diretores de escolas, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. Foram excluídos os *missing*.

- As categorias das respostas foram transformadas em uma média, que, quanto mais próxima de 2, maior a intensidade e gravidade da presença de gangues de crianças e adolescentes na escola:

0 - Não existem ou não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes.

1 - Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam ou representavam um problema para a escola.

2 - Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representam ou representavam um problema para a escola.

¹⁴⁶ Indícios de que gangues agem ou agiam em seu entorno, estabelecem vínculos com alunos, e que, eventualmente, invadem a escola, fazem arruaças ou vendem drogas defronte. Códigos: 0 – Sem indícios de gangues; 1 – Com indícios de gangues (nos depoimentos), apesar da negativa inicial dos informantes; 2 – A existência de gangues foi constatada desde o início da entrevista. Posteriormente, estes indícios (valor 1) foram incorporados à variável “intensidade da presença das gangues escolares”, em substituição ao valor “0”. O levantamento dos indícios de gangues nas respostas de 23 diretores às questões do questionário tornou-se necessário face à tendência de minimizarem, inicialmente, o fato em suas escolas. Entretanto, em seções posteriores do questionário, por exemplo, nas observações, alguns informantes citaram casos que se aproximavam da noção de gangues utilizada na pesquisa. Para três escolas de Caxias do Sul, tais indícios foram encontrados em reportagens de jornal, divulgadas posteriormente à época das entrevistas.

Nota-se no gráfico acima, que os valores mais elevados de intensidade da presença de gangues nas escolas foram encontrados na Região Metropolitana e Colônia Velha. As gangues escolares apresentaram crescimento aproximado em todas as regiões socioculturais, entretanto a intensidade destas é menor comparativamente à das gangues municipais (ver gráfico precedente).

Além disso, verificou-se, entre os depoimentos dos informantes, que os valores de intensidade da presença de gangues escolares nas escolas estaduais sempre superaram os das escolas municipais e particulares, indicando uma prevalência destes grupos naquelas escolas e nos municípios onde estão instaladas.

Tabela 22 - Distribuição dos tipos de gangues escolares

Tipos de gangues escolares	Culturais	Delitivas	Consumo de drogas	Total de citações
Colônia Velha	22 (73,3%)	4 (13,3%)	4 (13,8%)	30
Fronteira	8 (72,7%)	2 (18,2%)	1 (9,1%)	11
Metropolitana	112 (77,2%)	18 (12,4%)	15 (10,3%)	145
Total de citações	134 (76,3%)	24 (12,9%)	20 (10,8%)	186

Fonte: Pesquisa de campo (N=158 questionários respondidos por diretores de escolas). Elaboração da tipologia e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=158 questionários respondidos por diretores de escolas, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. Destes foram excluídos os *missing*. As percentagens referem-se à frequência das citações.

- Pearson chi-square = 0,575 / Coeficiente de contingência = 0,056 / Significância = 0,966.

Esta tabela mostra que, em comparação com as gangues municipais, as escolares tendem a ser mais culturais do que delitivas. Também aqui a Fronteira destacou-se pela maior incidência de gangues delitivas. Quanto ao consumo de drogas, verifica-se uma menor incidência na Fronteira e maior na Colônia Velha. Contudo, os valores do coeficiente de contingência e da significância apontam para a inexistência de associação entre as variáveis “região” e “tipo de gangues escolares”.

Tabela 23 - Características das gangues escolares

Características		Colônia Velha	Fronteira	Metropolitana	Total de citações
Classe Social	Baixa	60%	25%	56%	54%
	Média-baixa	20%	25%	7%	10%
	Média	20%	25%	20%	20%
	Média-alta e alta	0	0	2%	2%
	Todas	0	25%	16%	14%
<i>Total de citações</i>		10	4	45	59
Sexo	Masculino	63%	0	18%	24%
	Feminino	0	0	8%	6%
	Ambos	38%	100%	71%	66%
	<i>Total de citações</i>	8	3	40	51
Idade	Mínima citada	8	6	9	-
	Máxima citada	20	18	21	-
Local de origem	Escola	22%	50%	37%	35%
	Bairro	44%	50%	44%	44%
	Clube ou esporte	0	0	5%	4%
	Família	11%	0	9%	9%
	Outra escola	11%	0	3%	4%
	Outros (outro município, invasão, determinadas ruas)	12%	0	1%	3%
	<i>Total de citações</i>	18	6	75	99

Fonte: Pesquisa de campo (N=158 questionários). Cálculos efetuados pela autora.

Nota: N=158 questionários respondidos por diretores de escolas, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As porcentagens referem-se à frequência das citações.

No tocante à classe social dos membros das gangues de escolas, prevaleceu a baixa principalmente na Colônia Velha (60% das citações), sinalizando que, embora culturais, os grupos escolares desta região tendem a envolver mais membros desfavorecidos. Em seguida apareceu a classe média. Na Fronteira (25%) e na Região Metropolitana (16%), também foi freqüente a resposta “todas”.

Quanto ao sexo dos integrantes, na Fronteira e na RMPA ambos estão presentes (100% e 71%), enquanto que na Colônia Velha a participação feminina é menor. Essas diferenças inter-regionais repetem as das gangues municipais.

A menor idade mínima dos membros de gangues escolares foi encontrada na Fronteira – 6 anos – e a maior na RMPA, 21 anos.

Como locais de origem das gangues escolares foram mais destacados pelo conjunto de informantes o bairro (44% das respostas) e a escola (35%). Na Fronteira, ambos os locais totalizaram 100% das indicações, entretanto, a baixa frequência de respostas (dois informantes) problematiza qualquer constatação. Na Colônia Velha

houve menos referências à escola¹⁴⁷. Tanto nesta região, quanto na Região Metropolitana, também apareceu a família. De fato, muitos diretores citaram a desestruturação familiar (e, por conseguinte, a sobrecarga de atribuições formativas da escola) como uma das causas da inserção dos adolescentes em gangues.

Com respeito às características organizacionais, os grupos da RMPA tendem a possuir líder e elo externo de organização (como astorcidas organizadas, referidas por informantes de três municípios metropolitanos). Em contrapartida, no interior sul-rio-grandense eles tendem a ser mais acéfalos e menos organizados.

As gangues escolares modificaram-se no período analisado (para 94% dos diretores), nos seguintes aspectos: maior precocidade, agressividade e violência, ampliação da quantidade de grupos e de membros, maior participação feminina e acesso às armas de fogo, menos limites. Na Região Metropolitana também foi mencionado que, em décadas passadas, as ações grupais eram menos ofensivas, hoje as gangues agem dentro e fora da escola¹⁴⁸.

Lembrando os comentários dos diretores entrevistados e de alguns dos autores examinados, de que, em geral, as gangues escolares têm origem externa, apesar de atuarem no espaço escolar e contarem com alunos entre os filiados – finaliza-se este capítulo com a suposição de que sua presença esteja, de fato, sinalizando algo que acontece fora dos estabelecimentos de ensino: condições sociais propícias à emergência de atos criminais violentos. Dentre estas, pode-se citar, a partir das perspectivas teóricas supramencionadas: a) vizinhanças desorganizadas (ecologia humana); b) locais que possuem instituições tradicionais fracas e que providenciam contatos freqüentes com criminosos mais experientes, isto é, a organização social diferencial (Sutherland); c) a presença de subculturas criminais e/ou do conflito, devido à maior ou menor integração entre estruturas de oportunidades convencionais e ilegítimas (Cloward e Ohlin); d) características estruturais e culturais que pressionam os indivíduos a ingressar em gangues e cometer atos desviantes (Matsueda e Heimer).

¹⁴⁷ Para os propósitos desta pesquisa, também se consideram gangues escolares as de origem externa, mas com atuação dentro das escolas.

¹⁴⁸ Alguns exemplos citados pelos informantes de práticas recentes das gangues em geral incluem: a) a cobrança de pedágio: “*Uma espécie de cobrança de pedágio: cobravam um real dos alunos, perto da parada de ônibus, não têm constrangimento.*” (entrevista com direção de escola de Porto Alegre); b) a marca do chiclete utilizada como código para assaltar automóveis: as gangues do município vigiam os carros estacionados, se existe algo interessante dentro, um dos meninos cola um chiclete na porta, o outro vê este sinal, recolhe o chiclete e arromba o veículo (entrevista com direção de escola de Alvorada); c) “*Existe grupo onde há ‘arma comunitária’: o grupo tem arma, um integrante usa, mas ela não é de ninguém é de todos.*” (entrevista com conselheira tutelar de Porto Alegre).

7 O CRIME ORGANIZADO

7.1 As múltiplas definições do fato social

Apesar de sua presença constante no debate midiático, acadêmico e político¹⁴⁹, inexistente uma definição unívoca acerca do crime organizado, que esclareça as suas características organizacionais, a gama de atividades envolvidas, ou o perfil de seus membros. De acordo com Zaluar (2004), a polêmica em torno do conceito vem desde o século XIX.

Para Standing (2003), esta lacuna deve-se à própria natureza do fenômeno - oculto no interior do mundo criminal -, bem como às raras evidências empíricas e a dificuldade de se decidir o que ou quem representa a unidade básica de medida (determinados grupos de criminosos ou espécies de atividades criminais?). Esse autor detalha, então, como variaram historicamente as definições mais conhecidas de crime organizado nos Estados Unidos, em revisão examinada a seguir.

A) O crime organizado como atividades de negócios criminais

Em 1929 foi criada, pelo Presidente Hoover, a Comissão Federal (*Wickersham Commission*) que objetivava investigar por que as pessoas violavam a lei proibitiva do consumo de bebidas alcoólicas. Até então, o termo “crime organizado” significava para a maioria dos americanos, negócios ilegais ou fraudulentos, tais como: venda de produtos ilegais ou roubados, fraudes de seguro, falsificação e jogo ilícito. Como conclusão, o relatório da comissão reuniu dois tipos de crimes dentro da categoria “crime organizado”:

- Fraude comercial – produto de esquemas organizados envolvidos com negócios ilícitos regulares, ou, nos casos mais sérios, disfarçados como empresas de negócios legítimos. Entre eles, qualquer fronteira entre atividade criminal e não criminal seria arbitrária.

- Meios desonestos ou ilegais de fazer dinheiro (*racketeering*), representados pela proteção ilegal, extorsão, drogas e corrupção.

O relatório salientava, ainda, as relações mutuamente benéficas entre políticos, empresários, polícia e *gangsters*. O trabalho não foi bem aceito pelo governo e mídia, pois culpabilizava as fundações legais e políticas daquele país, colocando o

¹⁴⁹ Referindo pesquisa de opinião elaborada em conjunto pelo ILANUD, pela FIA/USP e pelo GSI, Kahn (2002) comenta que, em questão de múltipla escolha, o tráfico de drogas apareceu como principal responsável pela criminalidade brasileira, superando a pobreza (32% contra 28%).

comportamento do empresário fraudulento e do *gangster* dentro de um mesmo grupo de atividades criminais. Em verdade, os autores do relatório estavam interessados em certos tipos de negócios (fraude comercial e *racketeering*), não direcionando seu estudo sobre grupos específicos de criminosos (como, por exemplo, a Máfia).

B) O crime organizado como conspiração

A posterior geração de consultores do governo produziu definição contrastante. Baseando-se nos estudos de Edwin Sutherland (“White collar crime”, 1939, apud STANDING, 2003, [s/p]¹⁵⁰), Dwight Smith afirmou que os crimes cometidos pelos homens de prestígio político e econômico eram tão comuns e prejudiciais como os crimes convencionais, portanto, deveriam ser incluídos em uma categoria criminal mais geral. Assim, diferentemente de Dorr e Simpson (autores do 1º Relatório), este relator separou a categoria dos crimes cometidos por pessoas de alta posição econômica, compartimentando os crimes não mais pelo tipo de atividades, mas pelas características do agressor.

Posteriormente, foi também derrubada a segunda conclusão do 1º Relatório, de que os crimes organizados eram cometidos por ocupantes de posições chave na política, na área de execução da lei e nos negócios, sendo o termo “crime organizado” aplicado apenas às organizações criminosas envolvendo *racketeering*, excluídas as empresas lícitas ou quase ilícitas. Neste mesmo período, foi criado o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), e iniciou-se uma campanha de melhoria da imagem da polícia, como força incorruptível e protetora da lei. A partir de 1940, fortaleceu-se uma teoria popular, sustentada por jornalistas e agentes do *Federal Bureau for Narcotics* (FBN), de que o submundo do crime era dominado por uma organização italiana implacável e eficiente: a Máfia, e sua filial composta por ítalo-americanos, *La Cosa Nostra*.

Em 1967, o então Presidente da Comissão de Execução da Lei e Administração da Justiça definiu o crime organizado como “[...] uma sociedade que busca operar fora do controle do povo americano e seus governos.” (STANDING, 2003, p. 5, tradução nossa), inspirando-se nas conclusões do Comitê de Investigação do Crime de 1950 (*The Kefauver Committee*) e do *McClellan Committee* de 1960. Naquele momento, a noção mais citada era:

¹⁵⁰ SUTHERLAND, Edwin. **White Collar Crime**. Presidential address to the American Sociological Society, 1939 apud STANDING, 2003, [s/p].

[O crime organizado corresponde a] atividades ilegais de membros de uma associação altamente organizada e disciplinada, engajada em fornecer mercadorias e serviços ilegais incluindo, mas não se limitando, ao jogo, à prostituição, à agiotagem, aos narcóticos, aos negócios de trabalho ilícito e a outras atividades lícitas. (STANDING, 2003, p. 5, tradução nossa).

Portanto, ao mesmo tempo em que os policiais, os juízes e os políticos deixaram de ser vistos como membros-chave de redes criminais e passaram a combater estas, o crime organizado era percebido como uma conspiração de estrangeiros importados da Europa, que buscava minar a moral nacional e ameaçava a segurança interna. Assim, enquanto que a visão do 1º Relatório baseava-se no “como” (tipo de atividades), a segunda centrava-se no “quem”, ou seja, nas características dos criminosos, em especial, dos mafiosos italianos ou ítalo-americanos.

C) O crescimento do crime organizado e a revisão pluralista

Em 1980 ocorre novamente uma mudança no conceito de crime organizado, quando outros grupos emergentes passaram a dominar o cenário criminal: cubanos, colombianos, asiáticos, russos, canadenses e gangues de prisão. Estes novos grupos, cujos membros eram predominantemente estrangeiros, diferenciavam-se do crime organizado tradicional (*racketeering*) e eram definidos como étnica, racial e culturalmente homogêneos, além de apresentarem uma estrutura racional e expansionista. Desta forma, a definição anterior foi ampliada e se tornou maleável para abrigar velhos e novos grupos, sofisticando o modelo da “conspiração estrangeira”.

Neste período, vários autores começaram a destacar as características que diferenciavam o crime organizado do comum. As distintas definições então elaboradas podem ser reunidas na conhecida noção de crime organizado de Howard Abadinski:

Um empreendimento não ideológico que envolve um número de pessoas em interação social fechada, organizado em base hierárquica com o propósito de assegurar lucro e poder através do engajamento em atividades legais e ilegais. As posições na hierarquia envolvem especialização funcional e podem ser designadas na base do parentesco ou da amizade, ou racionalmente atribuídas de acordo com a qualificação. A permanência é garantida aos membros que lutam para manter a empresa integral e ativa na perseguição das suas metas. Ela evita competição e lutas pelo monopólio de atividades particulares dentro de uma base industrial ou territorial. Há probabilidade de uso da violência e/ou suborno para atingir fins ou manter a disciplina. A afiliação é restrita, embora os não membros possam estar envolvidos dentro de uma base contingente. (ABADINSKI, 1994, p. 20, tradução nossa, também citado por STANDING, 2003)

D) O crime organizado transnacional e a convenção de Palermo

O crime organizado transnacional recebeu maior atenção na década de 1990, quando passou a ser visto como produto do fim da Guerra Fria, com a ampliação das oportunidades de expansão de suas operações advinda com a globalização. Diante da eminência deste problema, 120 países membros da Organização das Nações Unidas assinaram o documento final da Convenção para o Crime Transnacional Organizado, durante conferência realizada em 15 de dezembro de 2000, conhecida como “Convenção de Palermo”. Ao lado da meta de combater a criminalidade organizada através da cooperação internacional, apresentava-se, na ocasião, a necessidade de uma definição apropriada do problema. De fato, a Convenção aprovou uma definição bastante ampla, diversa das acepções americanas, sempre mais específicas:

O grupo de crime organizado representa um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo por um período de tempo e agindo em conjunto com o objetivo de cometer um ou mais crimes ou ofensas sérias estabelecidas de acordo com esta Convenção, a fim de obter, diretamente ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material. (STANDING, 2003, p. 10, tradução nossa)

Tinha-se, assim, uma definição abrangente e universal, que, em resumo, concebia o crime organizado como: “[...] qualquer crime que seja organizado, contanto que seja sério”, segundo os critérios da Convenção de Palermo. (STANDING, 2003, p. 10, tradução nossa)¹⁵¹.

A antropóloga Alba Zaluar (2004) também refere concepção mais ampla de crime organizado, introduzindo a idéia de atividades em rede:

De qualquer modo, não resta dúvida de que se trata de um conjunto de atividades em rede que têm um componente de empreendimento econômico, ou seja, implica atividades que se repetem ao longo do tempo (mesmo sem a disciplina, a regularidade e os direitos jurídicos do mundo do trabalho), visando ao lucro (tanto mais fácil e alto quanto mais bem colocado se está na rede de intermediários e atacadistas) e utilizando moedas variáveis nas trocas baseadas em características comuns às relações secretas ou subterrâneas, bem como se valendo do escambo. (ZALUAR, 2004, p. 159)

¹⁵¹ Entretanto, de acordo com Standing (2003), permanece, na prática de agentes oficiais de execução da lei nos Estados Unidos, a visão do crime organizado como uma conspiração transnacional, que explora buracos legais, diferencia-se de e corrompe os negócios legítimos, além de representar uma ameaça à democracia. Ou seja: “[...] uma conspiração criminal estruturada e culturalmente homogênea, que existe independentemente de e em desacordo com a economia formal.” (STANDING, 2003, p. 12, tradução nossa).

Por sua vez, Prado, F. (2006), dentro do campo jurídico, utiliza acepção mais específica de crime organizado. Para desenvolvê-la, a autora lança mão das contribuições de Hassemer (1994 apud PRADO, F., 2006, p. 68¹⁵²) e Ferrajoli (2003 apud PRADO, F., 2006, p. 68¹⁵³), que dividem a criminalidade em dois tipos:

- A criminalidade de massa “[...] é aquela que se manifesta cotidianamente na sociedade como conseqüência do aumento de desigualdades sociais, do arrefecimento dos vínculos sociais e da perda de objetivos comuns.” (PRADO, F., 2006, p. 68).
- A criminalidade organizada, embora não sendo um fenômeno novo, ganhou características peculiares com a globalização: seu âmbito supranacional e sem fronteiras limitadoras permite a separação espaço-temporal entre a ação das pessoas que atuam no plano criminoso e os danos sociais provocados (PRADO, F., 2006, p. 69). Para Ferrajoli (2003, p. 81 citado por PRADO, F., 2006, p. 69¹⁵⁴) trata-se de uma “criminalidade do poder”.

Como fenômenos diversos, Prado, F. (2006, p. 70) comenta que estes dois tipos criminais exigem respostas governamentais diferenciadas. Quanto ao enfrentamento da criminalidade de massa, percebe-se uma dificuldade de implementação de políticas sociais decorrente das limitações estatais impostas pelo novo modelo econômico globalizado. As respostas ficam ainda mais exíguas quanto à criminalidade organizada, devido à complexidade de suas operações, bem como à participação de pessoas influentes e agentes estatais que dela se beneficiam.

De acordo com Ferrajoli (2003 apud PRADO, F., 2006, p. 69 e 70¹⁵⁵), a criminalidade organizada divide-se em três modalidades,:

- A abertamente criminal e agora transnacional;
- A econômica e também transnacional, exemplificada pela corrupção, apropriação de recursos e devastação ambiental;
- A dos poderes públicos, que envolve tanto o desvio social quanto o institucional e evoca a crise do Estado de Direito e da democracia.

¹⁵² HASSEMER, Winfried. Segurança pública no Estado de Direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 5, p. 55-69, jan./mar. 1994 apud PRADO, F. 2006, p. 68.

¹⁵³ FERRAJOLI, Luigi. Criminalità e globalizzazione. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 42, p. 79-89, jan./mar. 2003 apud PRADO, F., 2006, p. 68.

¹⁵⁴ Ibidem, apud PRADO, F., 2006, p. 69.

¹⁵⁵ Ibidem, apud PRADO, F., 2006, p. 69 e 70.

A criminalidade organizada interage com a de massa ou de rua, “[...] instrumentalizando-a e dela se utilizando para o desenvolvimento e suas atividades” (PRADO, F., 2006, p. 70). A autora exemplifica esta associação citando os lucros obtidos pelo mercado clandestino de drogas, formado através do recrutamento massivo de pequenos traficantes, que “[...] não aderem à atividade pelos objetivos comuns do grupo organizado, porquanto dos resultados obtidos não desfrutam, mas pelo seu isolamento e falta de oportunidade de exercício de outras atividades lícitas.” (PRADO, F., 2006, p. 70). Ou seja, a autora distingue dois níveis do tráfico de entorpecentes, um mais elevado e organizado e outro mais baixo, “de massa” ou “de rua”, estreitamente vinculado ao primeiro e praticado por indivíduos desfavorecidos (isolados e sem acesso às oportunidades lícitas).

Nesta pesquisa, diferentemente de Prado, F. (2006), considera-se o tráfico de entorpecentes praticado no “varejo” como crime organizado e não criminalidade de massa, porquanto o objetivo dos grupos também é o de ganhar “dinheiro fácil” e rápido em quantidade superior à maioria das ocupações legais. Para tanto, eles possuem hierarquia definida e liderança, são permanentes e estabelecem vínculos com o mundo legal. Na visão de Abadinski, o tráfico de drogas é uma das características das organizações criminais não tradicionais, que abre possibilidades para negros e hispânicos norte-americanos ao se expandir nos confins do *ghetto*, tornando-se, assim, um “empregador de iguais oportunidades.” (ABADINSKI, 1994, p. 216, tradução nossa). Ao contrário de Prado, F. (2006), esse autor não exclui de sua categoria de “crime organizado não-tradicional” os níveis operacionais inferiores do tráfico de drogas.

No âmbito da Sociologia, Sutherland (1955), supramencionado, descreve o crime organizado como uma ocupação regular e cotidiana de criminosos profissionais, na qual desenvolvem técnicas especializadas e um planejamento cuidadoso, utilizando habilidades adquiridas em um processo de profissionalização. No crime organizado operam os códigos de regras informais, como, por exemplo, não denunciar os parceiros, bem como os arranjos entre os partícipes, exemplificados pelos vínculos entre ladrões e receptores. Outra de suas características é a formação de redes que protegem os seus membros contra a prisão e a condenação, as quais incluem executores da lei e políticos:

Felizmente para os criminosos, a máquina política da cidade está, em geral, pronta a protegê-los, caso estejam dispostos a lhe

dar uma compensação adequada em dinheiro ou em serviços. (SUTHERLAND, 1955, p. 241, tradução nossa).

Esse sociólogo diferencia as organizações criminosas em formais (com pessoal, liderança, acordos e divisão do trabalho) e informais (estruturadas em torno de interesses e atitudes similares e recíprocas). Com base nestes critérios, Sutherland enumera alguns de seus tipos, em ordem ascendente de formalização:

- Ralés (*mobs*) ou bandos (*troupes*) – grupos que possuem pessoal, divisão de trabalho e, por vezes, liderança. O número de membros varia conforme o tipo de trabalho, mas geralmente é de dois a cinco integrantes. São mais efêmeros e menos organizados.

- Quadrilhas – seus membros agem em cooperação para a proteção mútua.

- Sindicatos – são grupos mais organizados que controlam, em determinados espaços, atividades como o jogo, o comércio ilegal e a prostituição. Sua atuação engloba várias áreas, como no caso da máfia.

Dentro da perspectiva dos sistemas diferenciais de oportunidade anteriormente examinada, Cloward e Ohlin (1960, p. 173) também assinalam, como característica importante dos grupos organizados, a cooperação com agentes do mundo legítimo, garantindo-lhes proteção contra a perseguição e a prisão. Atribuindo a delinquência aos grupos de classe baixa, esses autores identificam uma mudança das aspirações inicialmente econômicas dos criminosos em direção às metas de sucesso de classe média, na medida em que ascendem na estrutura de oportunidades criminais:

Nos baixos escalões do crime organizado o sucesso é definido principalmente em termos econômicos. Com o movimento ascendente, os contatos dos criminosos com membros respeitados do mundo da classe média – advogados, políticos, industriais, etc. – tornam-se mais amplos e mais freqüentes. Através da ‘associação diferencial’ com pessoas que seguem um estilo de vida de classe média, o criminoso pode assumir critérios desta classe para atingir sucesso. Suas tentativas de alcançar respeitabilidade podem então representar uma resposta para a mudança de posição na estrutura social. Em resumo, defendemos a hipótese de que alterações na posição social podem ser acompanhadas por mudanças nas metas de sucesso. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 198-199, rodapé 10, tradução nossa)

Por fim, os autores destacam como tendência futura à época de sua obra, o crescimento da violência das subculturas delinquentes (devido à desintegração da organização das favelas) e a emergência do sindicato do jogo como principal fonte de renda do crime organizado. Sua expansão durante a década de 1960 nos Estados Unidos acabou restringindo o acesso a papéis criminais estáveis, na medida em que

os critérios de seleção e afiliação de criminosos tornaram-se mais estritos, exigindo qualificações adquiridas anterior e externamente ao grupo. No Brasil, um exemplo deste tipo de sindicato é o jogo do bicho, embora menos organizado e violento do que as máfias americanas¹⁵⁶.

A noção de crime organizado aqui utilizada refere-se a grupos organizados envolvendo principalmente adultos com trajetória criminal, que funcionam como organizações de atividades ilícitas. A sua conformação é hierárquica e permanente, com liderança estável que se impõe através da força e/ou da habilidade criminal. Tais grupos visam o lucro e o prestígio, embora suas ações nem sempre sejam racionais ou instrumentais, e abrangem: o tráfico de entorpecentes, o contrabando e o desca-minho, o furto e o roubo de veículos, de cargas e a carros-fortes, o roubo a banco e a outras instituições financeiras, o roubo a postos de pedágio, a extorsão mediante seqüestro, etc. Por vezes, estes grupos especializam-se em um ou mais tipos de atividades ilícitas e podem ter ramificações e “comandos” dentro das prisões, bem como estabelecem ligações com representantes de profissões convencionais, como advogados, contadores, políticos, policiais, juízes, promotores e outros atores, a fim de assegurar a sua impunidade e desenvoltura no interior do mundo legítimo.

Neste sentido, nossa definição de crime organizado não é nem tão abrangente quanto a da Convenção de Palermo (mencionada por Standing, 2003), nem tão restrita quanto a de Prado, F. (2006), aproximando-se do conceito de Abadinski (1994). Ela abrange as modalidades de “quadrilhas” e “sindicatos” referidas por Sutherland (1955).

Por outro lado, nossa noção inclui grupos organizados menos abrangentes e estruturados, próximos das “estruturas criminais” de Llorente e outros (2002). Estes autores verificaram que, em Bogotá, a violência homicida concentra-se em uns poucos focos (no centro da cidade e em zonas periféricas), onde há a presença de estruturas criminais associadas com mercados ilegais e atividades ilícitas e do baixo mundo. As principais atividades destas organizações incluem: assalto de rua (*atraco callejero*), a bancos e a carros-fortes, roubo e furto de veículos, furto a residências e a estabelecimentos comerciais, prostituição, extorsão e seqüestro, venda de drogas ilícitas, tráfico de armas e assassinatos pagos, justiceiros, grupos de autodefesa.

¹⁵⁶ Além das referências pontuais de Cloward e Ohlin (1960) e Sutherland (1955) acima examinadas, são importantes para a análise do crime organizado os aspectos de sua obra apresentados no capítulo 6, além dos comentários sobre Matsueda e Heimer (1997).

(LLORENTE et al., 2002, p. 8). Por suas características, elas diferem do crime organizado tradicional da Colômbia: as grandes máfias do narcotráfico e os grupos guerrilheiros e paramilitares existentes em algumas regiões daquele país, como em Medellín e Cali.

No Rio Grande do Sul, o deslocamento sistemático dos grupos criminosos organizados transforma substancialmente a vida das comunidades e dos municípios. Contemporaneamente percebe-se um movimento de interiorização de suas ações (e não de suas bases), como aparece em várias reportagens jornalísticas que relatam a sua atuação em municípios pequenos, onde cometem principalmente assaltos a instituições financeiras, roubos de cargas, roubos de defensivos agrícolas e tráfico de entorpecentes¹⁵⁷.

Durante o trabalho de campo, ao se apresentar aos informantes a definição de crime organizado da pesquisa, encontraram-se opiniões divergentes, proferidas por 19% dos delegados que responderam o questionário¹⁵⁸. Os argumentos mais citados, principalmente entre aqueles que negaram a presença da criminalidade organizada em seu município ou área de atuação, foram: não há o envolvimento de agentes estatais; os criminosos não dominam o território; os grupos não se formam no local; os níveis existentes são baixos e manipulam pequenos valores, não utilizam alta inteligência e não têm caráter transnacional. Para alguns, as “quadrilhas” (denominação freqüente entre os entrevistados) atuantes no local diferem do crime organizado, e, para outros, este não inclui o tráfico de drogas. Além disso, vários delegados indicaram a competência da Polícia Federal nesta questão.

7.2 O novo caráter do crime organizado

Em anos recentes, a expansão mundial do crime organizado vem sendo tratada pela mídia, pelo senso comum e pela literatura sociológica e criminológica como um produto negativo da globalização. Vários autores relacionam a sua ampliação e as modificações organizacionais dos grupos com a emergência de uma nova ordem

¹⁵⁷ Esta tendência de interiorização das ações do crime organizado também é salientada por autores de outros países. Dentre eles, Blumstein e Rosenfeld (1998) relatam que os mercados do *crack* iniciaram nas grandes cidades norte-americanas e depois se expandiram para as pequenas, verificando-se uma defasagem temporal entre o pico e o declínio da atividade nestas em relação às outras.

¹⁵⁸ Dos 14 delegados que discordaram da definição operacional de crime organizado, sete também assinalaram a inexistência do fenômeno em sua área de atuação ou município.

político-econômica mundial, das relações globalizadas e do avanço tecnológico (ABADINSKI, 1994; STANDING, 2003; ULMER, [1998?]; WIEVIORKA, 1997).

Na visão de Abadinski (1994), antigas organizações criminosas (como as dos países asiáticos e da Itália) cresceram e se tornaram globais, enquanto que, com o colapso da antiga União Soviética, o relaxamento do aparato de execução penal e a liberdade para viajar providenciaram um terreno fértil para criminosos historicamente envolvidos com corrupção política, mercado negro e violência. As formações familiares e tradicionais do crime organizado enfrentaram uma revolução interna e expandiram suas operações, paralelamente à emergência de novas corporações, altamente sofisticadas, móveis e modernizadas, que cruzam fronteiras nacionais com rapidez e impunidade. Sua base econômica transnacional é a lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico, da corrupção pública, da extorsão, do contrabando, do terrorismo, da extorsão mediante seqüestro, etc.

Também no Brasil alguns autores salientam este novo caráter sem fronteiras do crime organizado, ou do “crime negócio” (ZALUAR, 1999a, p. 64):

No plano mundial, o crime organizado, que tem estruturas complexas e que movimenta um alto volume de dinheiro, não pode ser mais desconsiderado como uma força importante, ao lado dos Estados nacionais, igrejas, partidos políticos, empresas multinacionais, etc. [...] No Brasil, com o sistema de justiça ainda voltado para os crimes individuais e desaparelhado para investigar os meandros e grupos mais importantes do crime organizado, não se tem idéia do impacto que hoje ele tem nas instituições e na sociedade. (ZALUAR, 1999a, p. 69).

Expoentes da globalização, a sofisticação tecnológica crescente e a maior oferta de armas, de veículos, de aparelhos eletro-eletrônicos, e de contatos via internet, terminaram por potencializar as atividades do crime organizado. Em contrapartida, conforme salientado acima por Zaluar, o sistema de justiça criminal não acompanhou este avanço, mostrando-se incapaz de investigar os altos escalões e de controlar a multiplicação das práticas das organizações.

Para Marino (2000), a última fase histórica da América Latina, da via eleitoral e da consolidação da democracia universal, convive com o crescimento da violência ordinária e do crime organizado, “[...] que ameaça desvirtuar inteiramente o potencial dos recursos morais potenciais” (MARINO, 2000, p. 13). De acordo com este autor, a economia dos entorpecentes traz duas conseqüências graves para o continente: a) de um lado, abre uma via rápida e eficiente de acesso aos recursos para os excluí-

dos¹⁵⁹; b) de outro, oferece uma nova sobrevivida (ainda que efêmera) para a violência altruísta como instrumento viável de superação do dualismo (no caso da Colômbia, do Peru e do México), através do ressurgimento da ideologia política da violência, associada não apenas com os antigos movimentos revolucionários, mas envolvendo agora a população excluída e alguns expoentes do crime organizado. Como exemplos desta última situação, têm-se as organizações de presos que surgiram durante a década de 60 em torno de uma ideologia política, e, atualmente irradiam seu poder e autoridade sobre a massa carcerária e amplos setores dos excluídos das grandes cidades (por exemplo: o Primeiro Comando da Capital em São Paulo, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando no Rio de Janeiro¹⁶⁰), embora expandindo-se rapidamente para outros espaços.

A transição cíclica de Fidel Castro a Pablo Escobar – da terceira para a quarta fase, - não resulta de simples acidentes históricos, mas de uma unidade autopoiética, mas contingente, num momento de descenso moral. [...] Ou seja, a mesma força de gravidade social responsável pela gênese de bandoleiros e cangaceiros acaba gerando, no contexto atual, enormes organizações dedicadas ao crime. A diferença está, dentro desta ordem de idéias, em que o contexto histórico dos anos 50 e 60, que canalizou a gravidade social no sentido da tentativa de reconstrução moral holística, não está presente, nem estão presentes, pelo menos aos olhos de muitos setores excluídos, outras formas alternativas de canalização da gravidade social numa direção social legal, plausível e não violenta. (MARINO, 2000, p. 14 e 15)

¹⁵⁹ Esta característica do crime organizado não tradicional também foi ressaltada por Abadinski (1994), acima citado, e por Spitzer (1994), que, dentro de uma perspectiva marxista, assinala a funcionalidade do crime organizado para o Estado e a classe dominante: “Ao criar uma estrutura de oportunidades paralela, o crime organizado providencia um meio de suporte para grupos que poderiam de outra forma tornar-se um peso para o Estado. As atividades do crime organizado são também importantes na pacificação dos problemas de população. Ele providencia bens e serviços que aliviam a miséria e desviam as energias da classe baixa. Neste papel o ‘crime industrial’ desempenha uma função de ‘esfriamento’ e oferece um recurso de controle que não poderia existir de outra forma. Mais do que isso, na medida em que a empresa criminal tenta reduzir a incertidão e o risco de suas operações, ela auxilia o Estado na manutenção da ordem pública.” (SPITZER, 1994, p. 409, tradução nossa). Em adição, Pinheiro enfatiza que: “Muitos jovens tentam compensar a marginalidade às gangues de rua, enquanto outros se envolvem no tráfico de drogas. O crime se torna a maneira mais fácil e rápida de ter mobilidade social e canais ‘respeitáveis’ para tal mobilidade são cortados amplamente.” (PINHEIRO, 1997, p. 46). Em consequência disso, “A mera existência de opções informais do mercado ilegal de drogas e demais crimes contra a pessoa e contra o patrimônio minou a visão da profissionalização e da educação como saídas da pobreza.” (ZALUAR, 2004, p. 70).

¹⁶⁰ Zaluar (1999a) cita as primeiras etnografias sobre a formação de comandos que eram inicialmente movimentos de defesa dos direitos dos presos, surgidos em meados da década de 1960: Ramalho (1979), Campos Coelho (1987, 1988), Coelho (1992). Assim, “Da convivência entre presos políticos e comuns surgem grupos criminosos com táticas terroristas. Nasce o crime organizado.” (SUPERINTERESSANTE ESPECIAL, 2002, p. 32).

Além de representar uma via rápida e eficiente de ganhar dinheiro e envolver a formação de verdadeiros “sindicatos” (SUTHERLAND, 1955) do crime com ascendência sobre os presos e a população excluída, a nova criminalidade organizada também se caracteriza pelo uso sistemático de práticas violentas e por certa autonomia frente às políticas governamentais.

Em anos recentes, estes “sindicatos” ou “comandos” têm recorrido a táticas extremamente violentas, vejam-se os ataques do PCC à polícia e à população paulista, que, em surtos episódicos, alteraram o cotidiano de algumas cidades do Estado de São Paulo, em maio de 2006 (as ações iniciaram em 12/05/2006).

Para Machado da Silva, a criminalidade violenta organizada no Brasil tem se distanciado progressivamente do controle social e dos objetivos das políticas sociais:

A criminalidade organizada é uma realidade social com lógica própria, até agora não estudada, e que funciona com certa independência em relação a outros problemas e fenômenos sociais, como a 'crise do Estado'. [...] em suma, a expansão da cidadania não garante o controle, o cancelamento ou a superação da criminalidade violenta. (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 115 e 123).

Por outro lado, a criminalidade organizada institui uma espécie de “sociabilidade violenta”¹⁶¹, que extingue a relação de alteridade inerente à vida coletiva e se baseia “[...] na negação do outro como igual, reduzindo-o à condição de objeto”. (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 123). Ela passa, então, a reunir condutas criminosas em empreendimentos coletivos e permanentes que utilizam como forma de comunicação o recurso sistemático da violência (no sentido de sujeitar o outro através da força). Nas palavras do autor:

A partir dos anos 70, criminosos comuns passam a organizar-se em empreendimentos que se consolidam com um formato, conteúdo e sentido sociocultural marcadamente diferentes [do jogo do bicho]. Seu traço mais básico e rotineiro é o recurso universal à violência. [...] As organizações criminosas atuais, embora sejam empreendimentos econômicos altamente lucrativos – no momento, prioritariamente organizados em torno do tráfico de drogas, que, entretanto, não é uma atividade exclusiva, nem parece ter estado presente nos momentos iniciais -, não são empresas, no sentido de serem compostas de uma hierarquia orientada para fins coletivos. Elas também estão baseadas internamente nos mesmos princípios de subjugação pela força, constituindo-se em uma espécie de amálgama de interesses estritamente individuais, com um sistema hierárquico e códigos de conduta que podem ser sintetizados pela metáfora da ‘paz arma-

¹⁶¹ Esta noção aparece também em Misse (1998). Tavares dos Santos e Tirelli (1999) referem “uma conflitualidade violenta” entre as organizações criminosas e destas para com a polícia. Zaluar (2004) menciona a “reciprocidade violenta” do tráfico de drogas.

da': todos obedecem porque e enquanto sabem serem mais fracos, a desobediência implicando necessariamente retaliação física. (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 122)

Esta nova criminalidade organizada diferencia-se, na visão do autor, tanto do tradicional jogo do bicho (no qual a questão da violência era um problema secundário), quanto da máfia (que segue o modelo da lealdade familiar, ausente no atual crime organizado). Neste mesmo sentido, Gilberto Velho (1996) assinala que o traficante de drogas é um empreendedor individualista que rompe com a ordem anterior do jogo do bicho, ancorada em um sistema de reciprocidade tradicional-hierárquico.

Um último aspecto a ser analisado refere-se ao caráter mais ou menos empresarial do crime organizado.

Guaracy Mingardi (1998) distingue a associação criminosa antiga (representada pelo contrabando, piratas e bucaneiros) do atual crime organizado, recorrendo à diferenciação weberiana entre a “aquisição aventureira capitalista” e a “economia capitalista ordenada” (WEBER, 1968). Embora em ambos os casos o objetivo final seja o lucro, no primeiro o empreendedor arriscava-se mais, enquanto que no segundo o investidor trabalha com uma previsibilidade muito grande, tentando minimizar o risco. Assim, para o autor, o que define a nova criminalidade organizada é o seu caráter empresarial. A partir daí, Mingardi discrimina os seguintes três tipos de empresa:

Características	Crime organizado tradicional	Crime comum	Empresa lícita
Atividades ilícitas	X	X	
Atividade clandestina	X	X	
Hierarquia	X		X
Previsão de lucros	X		X
Divisão do trabalho	X		X
Uso da violência	X	X	
Simbiose com o Estado	X		X
Mercadorias ilícitas	X	X	
Planejamento empresarial	X		X
Uso da intimidação	X	X	
Venda de serviços ilícitos	X	X	
Clientelismo	X		
Lei do silêncio	X		
Monopólio pela violência	X		
Controle territorial	X		

Quadro 06 - Tipos ideais de empresas segundo Mingardi

Fonte: Mingardi (1998, p. 21)

Na visão do autor, as organizações criminosas ora combatem o Estado, ora compõem com ele, através, por exemplo, de suas ligações com a máquina estatal e política. Elas nascem: a) na cadeia (liga de presos, como no caso dos comandos acima referidos), b) através da união de pequenas quadrilhas, c) de laços de consangüinidade em uma terra estranha (exemplo: *La Cosa Nostra* nos Estados Unidos), d) pela união de grupos interessados no monopólio de uma mercadoria ou serviço (como os cartéis colombianos).

O tráfico de entorpecentes enquadra-se, segundo Mingardi (1998), no modelo de organização empresarial, conquanto menos definida. Também o são: empresas de lavagem de dinheiro ou de receptação e o jogo do bicho, este enquadrando-se melhor no modelo de crime organizado tradicional.

Entretanto, para Machado da Silva (1999) a criminalidade violenta organizada no Brasil não tem caráter empresarial, assemelhando-se, em alguns aspectos, ao “capitalismo aventureiro” do contrabando e da pirataria marítima, pois: a) a sua lógica não é tanto a agregação livre de interesses em torno de um empreendimento coletivo (o de “ganhar dinheiro fácil”, vide: ZALUAR, 2004, p. 153) ou a solidariedade comunitária, mas a subjugação pela violência; b) por outro lado, não é incompatível com o cálculo de longo prazo.

Também Abadinski (1994) afirma que as redes de distribuição de cocaína nos Estados Unidos são informalmente estruturadas e operam de forma fluída e transnacional, e até mesmo os cartéis colombianos não são monopólios firmemente integrados, sendo descentralizados e amorfos:

Não são burocráticos no sentido weberiano, mas antes coalizões ou confederações com fronteiras fluídas. Nenhum coração ou cabeça única dirige esses sindicatos. Suas atividades são dispersas entre muitos grupos de tráfico que aparentemente são mantidos reunidos através de um intrincado sistema de contratantes, subcontratantes, códigos de honra e laços familiares. (ABADINSKI, 1994, p. 236, tradução nossa).

A ausência de organização burocrática aparece igualmente em Zaluar (2004):

O crime organizado não tem organização burocrática, mas um eficaz sistema de punição moral dos faltosos e desafiadores, assim como uma rede de conexões pessoais, além de um sistema de distribuições de serviços e mercadorias que são objeto de suas práticas ilícitas e ilegais. (ZALUAR, 2004, p. 153)

Para desenvolver suas atividades, essas organizações contam com o apoio de pilotos, banqueiros, procuradores, advogados, juizes, tesoureiros, especialistas fi-

nanceiros, através de ligações muitas vezes imperceptíveis, e, por vezes, disfarçadas em negócios lícitos.

Enfim, atendo-se às colocações dos autores supracitados, a criminalidade organizada no Brasil parece ter atingido um patamar muito característico, que faz lembrar as idéias luhmannianas de casualidade das estruturas sistêmicas (sua não causalidade), autonomização, fechamento operacional e autoprodução. Neste sentido, questiona-se se este fato social não está se diferenciando e formando uma espécie de subsistema social autopoietico (LUHMANN, 1991, 1997a, 1997b), estruturado em torno de um código específico de inclusão e de exclusão.

Esta nova esfera teria se originado da diferenciação do pólo negativo do código binário do direito, a ilegalidade, afastando-se, então, do sistema jurídico que a produziu. A partir daí, este subsistema social rompe sua relação direta com a esfera econômica e estatal, suas causas devendo ser buscadas dentro de seu próprio funcionamento, que envolve sempre certa casualidade e contingência.

Todavia, talvez não seja apropriado atribuir ao crime organizado o caráter de sistema autopoietico, mas o de organização, conceito provavelmente mais adequado às sociedades de “modernidade periférica” (LUHMANN, 1998), onde as esferas sociais convencionais (direito, saber, religião, poder) encontram-se insuficientemente diferenciadas e desenvolvidas, ao contrário dos países europeus. O conceito de organização surgiu na obra de Luhmann na década de 1970, e, conforme Rodriguez Mansilla (em LUHMANN, 1997c, p. XXII-XXV), reúne as seguintes características:

- Organização é um sistema cujos componentes são decisões. A decisão envolve um processo de reflexão que serve de preparação para uma ação. Ela é contingente e implica uma opção ajustada entre alternativas.
- Os sistemas organizacionais geram seus próprios elementos, lembrando o conceito de “*autopoiesis*”, que foi introduzido por Luhmann somente mais tarde.
- Nem todas as decisões organizacionais seguem a adequação entre fins e meios, não pressupondo sempre a racionalidade. Nas organizações, não são os indivíduos que decidem, mas os processos organizacionais, impulsionados pela comunicação.
- A organização abrange um complexo de decisões que a unem às outras organizações, instituindo-se, assim, uma rede de relações interorganizacionais.
- Mas, se as organizações compõem-se de decisões, requerem definir de uma forma compreensível as suas relações com seu entorno interno – seus próprios

membros – e externo. Assim, os membros de uma organização ‘decidem’ participar ou não, ir ou não à greve, ingressar em uma organização, postular postos dentro dela ou se retirar. No entorno externo, por sua vez, há decisões de compra e venda de insumos, de aumento ou redução de impostos e taxas. Isto mostra que as organizações relacionam-se com as outras, criam organizações, ou supõem que seu entorno já se encontra organizado. (RODRIGUEZ MANSILLA em LUHMANN, 1997c, p. XXIV-XXV)

- As organizações são obrigadas a inovar para não perderem oportunidades. Há uma dinâmica intra e interorganizacional, onde as “[...] inovações são requeridas não para que as relações cambiem, senão porque cambiam.” (LUHMANN, 1997c, p. 95 e 96). Através de constantes inovações, as organizações garantem a sua adaptação ao ambiente mutável.
- Entre seus mecanismos constitutivos, figuram a planificação (a decisão entre várias alternativas) e a reflexividade (a decisão sobre o próprio decidir). (LUHMANN, 1997c, p. 47).

Luhmann refere, ainda, três condições estruturais – monetarização, legalização das condições do modo de vida diário, separação entre a casa, a escola e a profissão - para o surgimento das organizações, dentro de uma perspectiva muito próxima à de Weber, quando este analisa a origem do Capitalismo e do Estado Moderno.

Aquele sociólogo destaca, por fim, o surgimento de formas secundárias de organizações e movimentos sociais (LUHMANN, 1997c, p. 61), a partir dos quais também se pode pensar a formação de grupos criminosos organizados.

Após se analisar o conceito luhmanniano de organização e discutir as características gerais da criminalidade organizada no Brasil, conclui-se que:

- É mais apropriado considerar os grupos criminosos organizados como organizações, possuindo diferentes características e executando operações que abrangem escalas, habilidades e meios distintos.
- Como organização luhmanniana, o crime organizado caracteriza-se por unidades de processos de comunicação que envolvem decisões que se interpenetram. Deste modo, as organizações criminais estabelecem relações com outros sistemas e organizações, criando-se uma rede de relações interorganizacionais, ou ainda “*linkages*” entre o mundo lícito e ilícito (ou seja, redes de proteção ou favores que impedem os sistemas funcionais de desenvolverem sua própria racionalidade, em: LUHMANN, 1998, p. 188). O seguinte relato de entrevista com um

chefe do tráfico de uma favela do Rio de Janeiro ilustra a existência destas redes, onde as frases em itálico assinalam as perguntas do repórter:

- *Tem gente lá na Zona Sul que ganha mais do que vocês com essas paradas aí?*
- Ganha. A comunidade é pobre.
- *Não, o que eu quero dizer é o seguinte: tem uma outra ponta nesse esquema, além de você, fora daqui, que ganha com isso e que não aparece?*
- Tem, tem, tem.
- *O Flávio Negão [trata-se do entrevistado] não é a última ponta dessa fieira?*
- Tem mais gente, lá fora.
- *Quem é essa gente? Quem manda em Flávio Negão?*
- Isso eu não posso dizer.
- *Mas é gente importante?*
- Ah, é, muito importante. Tudo colarinho branco.
- *Empresários, políticos?*
- Tem de tudo. (VENTURA, 1994, p. 201).

- Nem todas as decisões organizacionais são racionais, no sentido da racionalidade weberiana, de adequação entre meios e fins, ou de “uma hierarquia orientada para fins coletivos” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 122). Elas envolvem também valores, afetos e desafetos, costumes e atitudes típicas. Por exemplo: a subjugação pela força, a satisfação emocional ou sexual, a busca por *status* e pela aprovação dos pares, a solução de uma diferença antiga com um inimigo ou a realização de alguma necessidade de justiça.
- Estas organizações criminosas são obrigadas a inovar para se adequarem ao ambiente cambiante e se reproduzirem, mantendo a sua relação com as outras organizações e sistemas.
- Diferentemente do que Luhmann identifica em sociedades funcionalmente diferenciadas, no Brasil o pertencimento à organização (criminal) não pressupõe, como pré-condições, a capacitação escolar e a livre escolha de uma profissão. Neste sentido, pode-se inferir que o recrutamento de novos membros pelas organizações criminosas surgidas dentro de um contexto de exclusão (como na América Latina) representa uma oportunidade de ganho monetário (e de prestígio) para a população econômica e culturalmente destituída. Como já se viu acima esta é uma característica da nova criminalidade organizada, destacada por Abadinski (1994), Marino (2000), Spitzer (1994), Pinheiro (1997), Zaluar (2004).

7.3 O tráfico de entorpecentes no Brasil

No Brasil, muitos cientistas sociais têm classificado o tráfico de entorpecentes (e também de armas) como um dos principais protagonistas das formas recentes do crime organizado, assim como o fez Abadinski (1994) em relação ao tráfico dos países ocidentais. Ele funciona como uma espécie de catalisador de várias outras infrações penais, que ultrapassam o comércio de substâncias ilícitas: roubos (a carros fortes, a instituições financeiras, de carga, de veículos), extorsões mediante seqüestro, homicídios, agressões, corrupção e violência policial, etc.

Nos últimos anos temos assistido à emergência de uma nova variedade de violência sistêmica derivada dos homicídios relacionados ao comércio ilegal de drogas. Em Belo Horizonte (1998), 55% dos 433 homicídios envolveram o uso ou a venda de drogas. Como conseqüência, homicídios têm uma probabilidade maior de ocorrer em territórios específicos das regiões urbanas em virtude da disputa por pontos de venda. Certamente ocorrem padrões de comportamento relativos a outros tipos de delitos. Muitos crimes contra o patrimônio ocorridos nos entornos dessas regiões parecem também se associar ao uso de drogas. Muitos usuários esgotam rapidamente seus recursos legais para consumo de drogas, recorrendo a diversas modalidades de delitos, tais como assaltos a transeuntes, a ônibus, postos de combustíveis ou casas lotéricas, para levantarem recursos. (BEATO FILHO, 2001, p. 2).

Até a década de 1980 predominava no Brasil, como representante tradicional do crime organizado, o jogo do bicho (jogo de azar juridicamente tipificado como contravenção penal). Naquela época, o tráfico de drogas emergiu como um grave problema social, decorrente da chegada da cocaína ao varejo, onde passou a ser negociada em larga escala e a preços mais baixos, seguindo as novas rotas internacionais de drogas (ADORNO, 1998a). Para Wagner (2003, p. 43), até então nosso País era apenas uma rota do tráfico, passando a assumir “[...] a condição de um dos maiores consumidores de drogas, ao lado dos Estados Unidos”. De acordo com Alba Zaluar (1996), além de redes de distribuição e de mercados consumidores, o País fornece insumos químicos para o refino da cocaína e facilita a lavagem de dinheiro.

Um dos epicentros do crime organizado no Brasil – principalmente do tráfico de drogas e do contrabando de armas – é o chamado “país bandido”. Trata-se de território com 1.200 km de comprimento e 250 de largura (no ponto mais largo), que começa na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e na fronteira com a Argentina: em Itapiranga (município de Santa Catarina), estendendo-se até Ponta Porã (Mato Grosso do Sul), separado por uma rua da cidade de Pedro Juan

Caballero (Paraguai). Lá, “O modo de vida dos antigos bandoleiros, das quadrilhas e das máfias cunhou uma espécie de cultura na qual o ilícito é admitido como meio de sustento para a família.” (WAGNER; BERNARDI, 2003, p. 4). Estima-se que 70% da maconha em circulação no Brasil venha dessa região (WAGNER, 2003, p. 34).

Contemporaneamente, o aumento da violência letal entre os jovens acompanha os movimentos do tráfico de drogas. Muito embora tenha assumido contornos de verdadeira calamidade social na cidade do Rio de Janeiro, este comércio ilegal já se encontra instalado nos mais diversos territórios brasileiros, em grandes e médias cidades, nos seus bairros e favelas. Nestes espaços, ele faz crescer o consumo de drogas entre os jovens e seduz indivíduos, especialmente os de classe popular, que buscam nessas transações um caminho ilegítimo de ganhar dinheiro e *status*.

A cultura produzida no crime organizado é percebida, por um lado, como propagadora de propósitos individualistas de enriquecimento rápido e de vingança interpessoal, com um forte apelo à virilidade masculina, mas, por outro, a violência faz parte do próprio código cultural desses grupos, podendo vir a romper com a própria sociabilidade tão cara à cultura. O problema torna-se ainda mais grave se pensarmos que essa cultura criminosa está absorvendo grande parte dos jovens pobres, que não possuem mais outras referências culturais masculinas no espaço social. Como consequência, existe uma conflitualidade violenta em curso na sociedade brasileira, não só entre a polícia e as organizações criminosas, mas, sobretudo, destas entre si. (TAVARES DOS SANTOS; TIRELLI, 1999, p. 116)

A droga expandiu-se no comércio ilegal no Brasil, no final da década de 1970, como em outros países ocidentais. A criminalidade moderna e empresarial desde então é organizada segundo os princípios do lucro e da defesa dos interesses econômicos do grupo que controla o empreendimento, mas faz isso contra a lei. A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da II Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas (Offe, 1989). O jogo, as drogas e a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens. O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força da lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucros a quem se dispõe a negociar com esses bens. (ZALUAR, 2004, p. 49).

Para Michel Misse (1998) houve uma transição dos bandos de assaltantes cariocas para o tráfico, fazendo aumentar extraordinariamente a violência na cidade do Rio de Janeiro, desde 1980:

A transição do bando de assaltantes para o tráfico baseado nas favelas e conjuntos habitacionais da CEHAB verificou-se com a maior oferta de cocaína no mercado latino americano a partir do final dos

anos 70. [...] O mercado ilícito nas áreas pobres, que antes se estruturava com bens roubados, como na famosa feira da Robauto, em Acari, passou crescentemente a transacionar com drogas ilícitas, com altas taxas de lucratividade. (MISSE, 1998, p. 10)

Na seqüência, descrevem-se algumas das características do tráfico de entorpecentes no Brasil, seguindo-se indicações de diversos autores.

A) Os distintos níveis de abrangência

Quanto à abrangência do tráfico de drogas, Quaglia (2003), representante das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime no Brasil e Cone Sul, estipula três patamares:

- Nível nacional, regional e internacional, para negociar a compra de grandes quantidades de armas e drogas, envolvendo também corrupção e lavagem de dinheiro. Exemplo: os cartéis colombianos.

Esses criminosos reciclam o dinheiro obtido com a venda de drogas por meio de empresas laranja e corrompem políticos e funcionários públicos graduados. Também desviam produtos químicos para fabricar substâncias ilícitas. (QUAGLIA, 2003, p. 54)

- Nível médio - composto majoritariamente por empresários da economia informal que trocam bens roubados por drogas (principalmente maconha e cocaína) e por negócios envolvendo armas e contrabando. Também estão incluídos: o desmonte de carros, a venda de peças roubadas, de CD's e de passaportes falsificados.
- Nível inferior - representado por grupos que compram, estocam e distribuem drogas, compostos majoritariamente por jovens pobres entre 10 e 24 anos de idade, com absoluta falta de opções e oportunidades. Exemplo: o tráfico em favelas, de varejo ou "*narcomenudeo*" (informação verbal)¹⁶².

Embora interligados com organizações de níveis mais altos, os grupos que atuam em menor escala (no "varejo") são os mais encontrados em municípios, bairros e favelas brasileiras. Segundo Quaglia, eles promovem um aumento da violência física e letal entre os jovens, que se matam entre si ou são mortos por policiais:

Aproximadamente 15.000 jovens brasileiros perdem suas vidas anualmente por causa do tráfico de drogas. Esse verdadeiro genocídio é normalmente associado às guerras entre gangues pelo controle de territórios, queima de arquivos e morte de pessoas que não se

¹⁶² Pesquisadores latino-americanos proferiram esta expressão durante exposição de trabalhos no grupo 27 do XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), em Porto Alegre, no dia 26 de agosto de 2005.

guem ordens ou roubam drogas e dinheiro dos traficantes. (QUAGLIA, 2003, p. 54).

Também Alba Zaluar diferencia entre atacado e varejo na atividade do tráfico:

Na atividade altamente rendosa do tráfico, poucas grandes organizações com vínculos internacionais comandam o atacado e controlam o varejo da comercialização desse tão valorizado bem. [...] no atacado, empresários, negociantes e banqueiros com vínculos transnacionais comandam o investimento, a produção, a comercialização e a lavagem de dinheiro. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados publicamente) realizam lucros extraordinários, podendo o 'dono da boca' quintuplicar o que pagou pela mercadoria, seguido pelo gerente e o vapor, que também recebem percentuais do 'movimento'. (ZALUAR, 2004, p. 33-34 e 59).

As operações do varejo, mais lucrativas do que a maioria das atividades legais acessíveis aos jovens pobres, são mais freqüentemente criminalizadas, permanecendo impunes os altos escalões (ZALUAR, 2004, p. 34 e 59).

B) O seu funcionamento em forma de rede e com controle rígido sobre o território

Rede é um bom conceito para pensar o fluxo hierárquico e essas relações interpessoais porque implica relações não grupais ou institucionais corporativas e fechadas, ou seja, refere-se a relações abertas no tempo e no espaço, conectando inúmeras pessoas através de contatos de diversos tipos que serão multiplicados pelos intermediários. [...] Aplica-se especialmente aos níveis mais baixos do tráfico de drogas, que, ao contrário dos negociantes atacadistas e grandes financistas do tráfico, que tendem à centralização e à hierarquização em cartéis e máfias, têm uma intrincada malha descentralizada, de difícil controle pela estrutura de gerenciamento do negócio em grandes números e poderosas hierarquias. (ZALUAR, 2004, p. 153).

C) Os líderes dos grupos possuem um etos guerreiro, cujo poder e status baseia-se nas armas e no dinheiro. Em contrapartida, lideranças locais tradicionais (professores, líderes comunitários e religiosos) perdem autoridade (ZALUAR, 2004).

Todavia, a repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre adquiriam uma forma que permitia vincular a violência a um etos da masculinidade que, posteriormente considere um etos guerreiro, tal como exposto por N. Elias. [...] Neste etos, era central a idéia de chefe [...] ou de um indivíduo absolutamente livre, que se guiava apenas 'por sua cabeça'. [...] A mistura de medo, respeito e afeto que os envolve, de parte de seus seguidores, não nega o caráter despótico de seu poder. (ZALUAR, 1999a, p. 39 e 155).

D) A atração dos jovens pela aquisição de dinheiro fácil e fama; e seu fascínio pelo poder e *status* do traficante:

As estratégias de atração, dentro do cálculo racional de quantos vendedores o ponto necessita (de 10 a 30), baseiam-se tanto na possibilidade de ganhar 'fácil', quanto na sedução que esse poder e essa fama exercem sobre o jovem pobre e sem outras perspectivas. (ZALUAR, 2004, p. 161)

Não só pelo poder do dinheiro, mas também pelo poder social, a respeitabilidade e o medo que pode provocar nos outros, mesmo que essa glória seja por tempo limitado. O traficante representa a morte, tem o poder da vida e da morte. O arsenal bélico conduz o jovem a uma noção de superioridade, apesar de saberem que são vulneráveis. Sozinho, por qualquer ruptura com a organização, o jovem fica vulnerável e a morte vem certa. Matar, roubar, estuprar e morrer faz parte do seu cotidiano. [...] O fascínio do tráfico pela juventude está, sobretudo, ligado à idéia de poder, tanto o poder monetário, mas como o poder de coação social. A ostentação de armas é a força da virilidade que impõe o respeito através do medo. (BOURGUIGNON, 1998, p. 17)

Entretanto, o ganho material e simbólico não afasta o risco de morte desses jovens: "O envolvimento em gangues, com o tráfico de drogas e com a criminalidade parecer ser um dos maiores fatores de exposição à violência letal entre jovens de baixa renda nessas áreas urbanas [bairros pobres das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo]." (MUSUMECI, 2003, p. 3).

E) Nesses grupos os jovens são socializados, aprendem a ser criminosos, lembrando os pressupostos da teoria da associação diferencial de Sutherland (1955):

De fato, a quadrilha, enquanto um dos centros de reprodução da criminalidade como meio de vida - ensino das técnicas, transmissão dos valores e das histórias de seus personagens, internalização das regras da organização - opõe-se à família e com ela compete, bem como com outras formas de organização vicinal: os times esportivos, os blocos de carnaval e as escolas de samba. Por isso mesmo, para os moradores, a quadrilha é uma agência de socialização de seus filhos que inspira temor, pois os encaminha para a violência e a morte prematura. (ZALUAR, 2004, p. 199).

Por fim, destacam-se certos aspectos que explicam porque o tráfico de drogas consegue se instalar e sobreviver dentro das comunidades:

- Pesquisando a área do Morro da Cruz, em Porto Alegre, onde, em sua visão, estão ausentes a lei formal e a polícia (esta é temida e evitada), Shirley (1997) percebeu que a quadrilha está integrada e é respeitada pela comunidade, pois: a) O grupo representa a única força armada e organizada da vila, que, apesar de vista como ilegítima pela população, domina o seu meio; b) O apoio local é um indis-

pensável mecanismo de defesa da quadrilha, c) Os seus lucros são tão grandes que podem ser distribuídos entre a comunidade e a polícia; d) Lá funciona o "código de bandido", lei efetiva da comunidade.

- Para Zaluar (2004, p. 51), os protagonistas do tráfico de entorpecentes relacionam-se com as associações de moradores através de vínculos firmados com os dirigentes, do patrocínio de certos candidatos ou, ainda, do lançamento de representantes próprios para concorrerem à presidência. Neste processo, as organizações comunitárias acabam perdendo a sua legitimidade, enquanto que os traficantes transformam-se em líderes políticos locais.
- A ligação dos moradores com o tráfico e a instauração da lei do silêncio são motivadas por "gratificação" ou "por medo" (entrevista de pesquisa com delegada de polícia da área de infratores, em Porto Alegre), ou ainda, pela necessidade de proteção.

Por outro lado, as populações das favelas no Rio foram abandonadas pelo poder público e a principal relação que mantêm com a autoridade do Estado é a da extorsão e repressão ilegal por parte da polícia. Não é uma surpresa, portanto, que os traficantes nas favelas - em geral adolescentes agindo como intermediários para os traficantes verdadeiros que moram na cidade - sejam venerados como benfeitores, pois distribuem as migalhas dos grandes lucros de seus patrões na forma de emprego e de proteção. (PINHEIRO, 1997, p. 49)

- Conforme Fausto Neto (1995), a relação do crime organizado com as favelas não se baseia exclusivamente no binômio força-medo, mas igualmente pela dominação (no sentido weberiano) que busca legitimar-se através de: a) utilização de líderes nativos, b) prestação de serviços assistenciais em situações emergenciais ou tópicas, c) patrocínio de atividades coletivas e apoio a grupos culturais (ex: financiamento de bailes *funk*), d) empréstimos de dinheiro e doações de bens de necessidades imediatas (remédios, alimentos). Suas estratégias embora focais refletem-se sobre toda a comunidade, e se caracterizam por: a) alvos prioritários (crianças, jovens, população adulta desvalida), b) fragmentação e hierarquia (os protegidos *versus* os outros), c) modelo clientelista mais geral de acionar mecanismos que mobilizam pela dívida "que escraviza." (Fausto Neto, 1995, p. 429), d) atuação em vazios deixados pela sociedade e Estado, e) manutenção da segurança, da proteção e da justiça no interior das áreas:

Significa a proteção dos moradores contra eventuais ameaças, roubos, conflitos e desordens internas, além da arbitragem de situações nas quais os moradores se sintam injustiçados. Evidentemente

que tais atribuições cobrem uma gama imensa de situações, onde freqüentemente a simples referência a falar com os homens do movimento - vale dizer a simples ameaça de convocação ao poder normatizador por eles exercidos - já resolve a questão em disputa. Tais intervenções se referem a relações de ordem pessoal, entre famílias, grupos sociais internos e nas relações com as associações de moradores. Essas que possuem a 'representação legal' da comunidade mantêm um tenso relacionamento com outra forma de poder 'de fato' no interior das áreas. (FAUSTO NETO, 1995, p. 430)

Os vínculos (que envolvem segurança, proteção e justiça) entre os líderes do tráfico e a comunidade foram mencionados por traficante do Rio de Janeiro:

- Estuprador, ladrão de butijão [sic] de gás, eu não mato não. Mas eu furo a mão, furo o pé, boto pra ir pro hospital, pra não deixar acontecer. Porque se deixar acontecer, vai acontecer sempre. Tem aquele ladrãozinho da favela: aí roba [sic] um balde, roba uma roupa no varal, roba uma pá, uma ferramenta de obra, um tênis de marca. Se a gente descobrir quem é, a gente fugueta [sic] logo. Porque se agente deixar acontecer, aí vai robar uma televisão. O morador vê que a gente tá fazendo um negócio certo.

- *A população apóia?* [repórter]

- Ah, sim, porque se deixar acontecer, daqui uns dias tão roubando o deles. Ah, é ladrão? Tem morador que até bate também. O quê? O pau come. Bota na mão de morador e morador bate. (VENTURA, 1994, p. 200).

Neste ponto resgata-se a importante contribuição de Athens (1997, 1998) para o estudo dos micro-territórios onde o crime violento está instalado e existe um tipo individual predominante (mais ou menos violento), dentro da corrente teórica do retardo social ou interpretativa¹⁶³.

Em sua obra "Violent criminal acts and actors revisited" (1997), o autor introduz a noção de situacionalidade (já referida no capítulo 4), destacando que cada fato acontece dentro de uma situação que é avaliada pela pessoa, quando operam muito mais os sentimentos e as emoções do que o cálculo racional:

[...] a abordagem interpretativa assume que as ações criminosas são produto de interpretações individuais dessas situações, cujas experiências passadas sempre influenciam de forma importante, mas nunca determinam completamente. (ATHENS, 1997, p. 116, tradução nossa).

¹⁶³ "Retardo social existe quando as pessoas guiam as suas ações em torno delas próprias e dos outros desde o ponto de vista de uma *phantom community* subdesenvolvida e primitiva, um 'nós' que as impede de cooperar nas atividades sociais correntes de sua comunidade corpórea ou da sociedade mais ampla na qual elas estão inseridas". (ATHENS, 1997, p. 144, tradução nossa)

Nestes momentos, o indivíduo dialoga (solilóquio) com sua comunidade corporal e fictícia a respeito da situação e da imagem a ele atribuída. Após, a pessoa elabora auto-retratos ou auto-imagens, para então avaliar a situação.

Em síntese, os componentes centrais da teoria do retardo social, que se interligam na cena social, são:

a) três tipos de comunidades fictícias ou fantasmas, em ordem decrescente de apoio à violência: violenta não mitigada (violência intensificada), violenta mitigada (violência moderada) e não violenta (não providencia suporte moral para a ação violenta, exceto no caso de defesa pessoal contra ataque físico ou em relação a conhecidos).

b) três modalidades de comunidades corporais: maligna, turbulenta e civil.

c) três espécies de auto-imagens dos agressores: violenta, incipientemente violenta e não violenta.

d) quatro tipos de criminosos: ultraviolentos (os atos expressivos e instrumentais habitam comunidade fantasma violenta não mitigada e produzem auto-retratos violentos), violentos, marginalmente violentos ou não-violentos (somente atos criminosos defensivos). As carreiras criminais podem ser estáveis, ascendentes ou descendentes.

e) quatro tipos de definição de situações violentas: frustrativa-maléfica, maléfica, frustrativa ou defensiva. Entretanto, nem toda a interpretação de uma situação violenta desemboca em atos violentos.

Como os atos e atores violentos concentram-se em alguns lugares, Athens menciona as *natural areas* ou *minor communities*, que seriam entidades corporais próximas ao conceito de “área natural” de Park (1952 apud ATHENS, 1998, p. 677)¹⁶⁴, cada uma delas abrangendo “[...] uma conotação espacial e geográfica. Cada comunidade tem uma localização e os indivíduos que a compõem tem um lugar de residência dentro do território que a comunidade ocupa.” (ATHENS, 1998, p. 677, tradução nossa). Aí se insere não apenas o lugar de residência, mas também o de trabalho.

Nessas comunidades corporais ou micro-territórios ocorrem disputas pela dominação, que são protagonizadas pelas lideranças. Athens reúne aspectos das teorias da Ecologia Humana (conceito de desorganização social, discutido no capítulo 4) e

¹⁶⁴ PARK. Loc. cit.

da associação diferencial (SUTHERLAND, 1955). Em primeiro lugar, a sua definição de desorganização social refere-se à fase que antecede uma nova reorganização societal, quando as normas deixam de exercer controle sobre a conduta dos membros, fazendo surgir atitudes transgressoras. Posteriormente, na fase de reorganização, novos esquemas de comportamento e novas regras substituem os esquemas antigos, correspondendo melhor às atitudes modificadas. Da teoria da associação diferencial, o autor incorpora a idéia da desorganização social como conflito cultural (ATHENS, 1998, p. 675), pois, independente do grau de destruição das normas da comunidade, há sempre um conflito entre distintos padrões normativos.

Mas, ao contrário de Sutherland, eu vejo desorganização social como uma fase particular no processo de mudança comunal durante o qual ocorre um amplo conflito a respeito das normas que regem a dominância mais do que sobre as que regulam uma forma específica de comportamento criminal. No meu ponto de vista, a primeira desorganiza uma comunidade porque ninguém sabe ao certo quem está na direção ou como alguém se colocou na direção. (ATHENS, 1998, p. 675-676, tradução nossa).

O autor enfatiza que o crime violento de rua decorre da luta pela dominância (um universal social, que corresponde ao ato de influenciar o desenvolvimento de ações em conformidade com as preferências de alguém¹⁶⁵), que abrange as normas específicas regentes desta disputa, bem como a gravidade da violência na área (o seu tipo individual predominante).

De acordo com o tipo predominante de normas e de personalidade em cada contexto social, o autor divide as pequenas comunidades corporais em três diferentes espécies:

- Malignas – onde prevalecem pessoas e normas violentas regendo a luta pela dominância e se observa uma disseminação do crime violento. A violência física é o meio mais efetivo utilizado nos conflitos, nos quais se presume que cada um deva estar preparado, não apenas para usar a força letal, mas também para recebê-la. Não são áreas extremamente pobres.
- Turbulentas – tipo intermediário, onde não há um tipo de personalidade predominante, nem normas definidas e explícitas para resolver disputas. Esta situação equivale à fase transitória e instável de desorganização social, onde as normas

¹⁶⁵ Este conceito situa-se entre a noção de poder e a de dominação em Weber, dois pólos dentro em *continuum* de violência, relativo às normas societárias e ao comportamento individual.

são fluídas e ninguém sabe o que esperar quando iniciam as disputas pela dominância, todos operando com certo grau de incerteza.

- Civis – nestas comunidades predominam as pessoas pacifistas, as normas são não violentas e os crimes violentos raros, em geral defensivos.

Athens (1998, p. 686) destaca, ainda, que essas três comunidades não são estáticas, alternando estados de relativa estabilidade e transição. Por exemplo, criminosos violentos e ultraviolentos podem invadir comunidades civis, provocando a fuga e/ou expulsão dos moradores pacifistas e marginalmente violentos e reduzindo a sua atratividade populacional. Posteriormente, estas comunidades vão se degenerando em malignas, e, assim que os criminosos ultraviolentos ascendem ao topo da hierarquia de dominância, há uma expectativa de que ocorram soluções violentas para as disputas, bem como as normas pró-violência passam a superar as não-violentas. Neste caso, pessoas pacifistas ficam imobilizadas não apenas diante da probabilidade de se tornarem vítimas, mas também de se tornarem criminosos violentos. O contrário acontece quando indivíduos pacifistas sobem na hierarquia e os indivíduos violentos se isolam.

O seguinte relato ilustra o tipo de comunidade maligna, que no momento da entrevista vivenciava um período de turbulência, de disputa entre os “patrões” do tráfico pelo domínio do território:

As meninas organizam-se, têm os aviões, os olheiros. Organizam-se por geração. As relações deles são permeadas pela discórdia, a forma de resolver talvez seja mais violenta, não há outra opção. Até as famílias envolvem-se. Muitos têm pais comprometidos com o tráfico, que utilizam as crianças. A base na família e brigas por rivalidades que dão início a grupos. Eles não entram na escola, mas a família vem pedir a presença da BM, pois há pessoas armadas circulando. Neste momento [no período da entrevista] há o drama na comunidade, pela troca de patrões. Entra através das falas, do medo, do pânico. Na vila, a comunidade sente a falta de segurança, mas teme represálias. (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre)

Por outro lado, mesmo em comunidades malignas, quando há certa estabilização das normas e das lideranças, não existem tantos conflitos e o grau de violência é menor, por exemplo, a quadrilha integrada, respeitada e hegemônica em favela porto-alegrense, identificada por Shirley (1997). Esta situação também foi comentada por alguns de nossos entrevistados:

- Delegada de polícia contatada durante a fase de levantamento do campo comparou favela de Porto Alegre onde houve disputa pelo território do tráfico de drogas

em 2003, com outra menos conflitiva, na qual: “[...] apesar de haver tráfico, há menos brigas de disputa por territórios, neste sentido seriam mais organizados, os territórios bem delimitados.”

- Diretores de escola de Porto Alegre relataram que nas comunidades onde o tráfico é organizado, as escolas estão mais protegidas e há menos vandalismo: “Acho que nas comunidades onde o tráfico é organizado, as escolas sentem mais proteção e há menos vandalismo.”; “Quando não há um patrão eles cometem mais vandalismo.”

A seguir analisa-se, descritivamente, a presença, a evolução e as principais características do crime organizado nas três regiões socioculturais estudadas, extraídas das entrevistas e questionários preenchidos pelos delegados de polícia.

7.4 Análise descritiva das variáveis acerca da presença do crime organizado

Tabela 24 - Existência de crime organizado

	Nunca existiu	Passou a existir após 2000	Existe desde antes de 2000	Total
Colônia Velha	6 (35,3%)	3 (17,6%)	8 (47,1%)	17
Fronteira	3 (25,0%)	0	9 (75,0%)	12
Metropolitana	6 (13,6%)	11 (25,0%)	27 (61,4%)	44
Total	15 (20,5%)	14 (19,2%)	44 (60,3%)	73

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=73 questionários respondidos por delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à frequência das respostas.

- Pearson chi-square = 6,97 / Coeficiente de contingência = 0,295 / Significância = 0,137.

Percebe-se que o crime organizado é mais incidente na RMPA, onde 13,6% dos delegados referiram sua inexistência, contra 25% na Fronteira e 35,3% na Colônia Velha. Este fenômeno tende a ser mais antigo na região fronteira (75%).

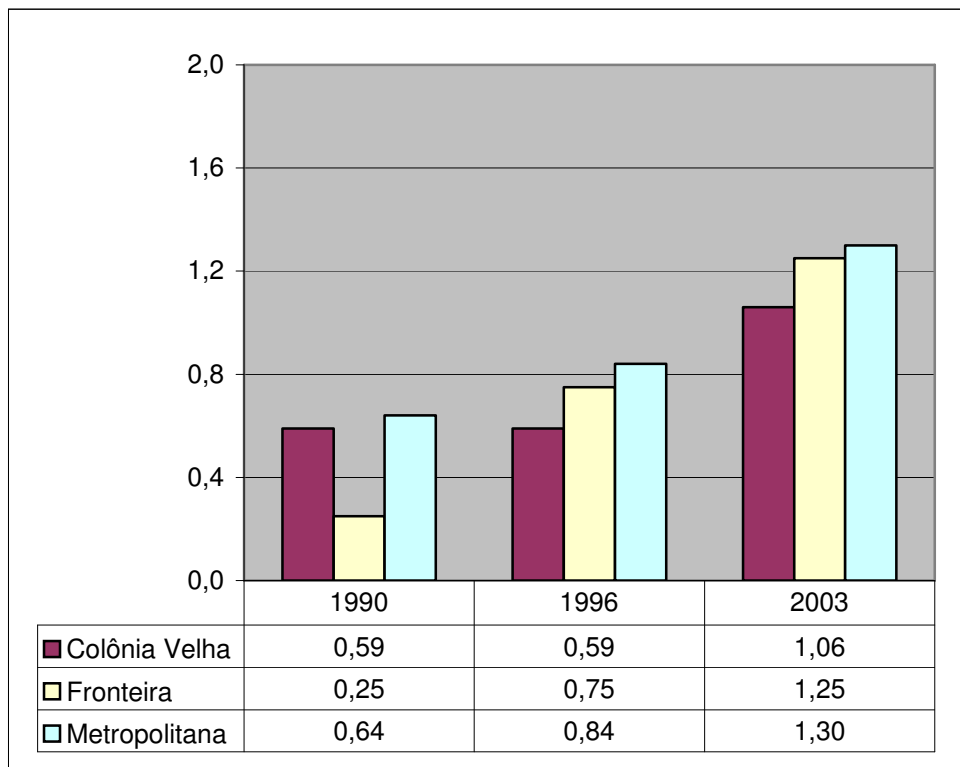


Gráfico 08 – Intensidade da presença do crime organizado – 1990/2003

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=73 questionários respondidos por delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes.

- As categorias das respostas foram transformadas em uma média, que quanto mais próxima de 2, maior será a intensidade e a gravidade do crime organizado no município:

0 – não existe ou não existia crime organizado.

1 – existe ou existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representa ou representava um problema para o município.

2 - existe ou existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representa ou representava um problema para o município.

Identifica-se, no gráfico acima, um agravamento progressivo do crime organizado nos espaços observados. Os valores mais baixos de intensidade da presença do crime organizado sempre foram os da Colônia Velha.

Tabela 25 - Ações mais freqüentes do crime organizado

Ações do crime organizado	Colônia Velha		Fronteira		Metropolitana		Total Amostra	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Outros crimes contra o patrimônio difusos	30%	1	21%	1	23%	1	24%	1
Tráfico de drogas	22%	2	11%	3	15%	2	16%	2
Furtos/roubos e desmanche de veículos	5%	6	7%	6	12%	3	10%	3
Estelionato/extorsão/fraude	8%	4	11%	4	8%	4	8%	4
Roubos ao comércio e empresas, postos de combustível e de pedágio, receptação	8%	5	11%	5	7%	5	8%	5
Roubos a carro-forte ou de malote	16%	3	0%	0	4%	8	5%	6
Crimes contra a pessoa	0%	13	4%	8	7%	6	5%	7
Roubos a banco ou posto bancário	3%	10	0%	13	6%	7	4%	8
Roubos ou desvios de carga	3%	7	4%	9	3%	9	3%	9
Extorsão mediante seqüestro ou seqüestro relâmpago	0%	15	0%	15	3%	10	2%	10
Tráfico de armas, crianças ou órgãos	3%	8	4%	10	2%	13	2%	11
Consumo de drogas	3%	9	4%	11	2%	14	2%	12
Abigeato	0%	11	14%	2	0%	19	2%	13
Crimes virtuais ou de clonagem de cartões ou cheques	0%	16	0%	16	3%	11	2%	14
Sonegação de impostos, crimes monetários, corrupção	0%	17	0%	17	3%	12	2%	15
Contrabando	0%	12	7%	7	0%	20	1%	16
Prostituição	0%	14	4%	12	1%	16	1%	17
Outros crimes (crimes contra homossexuais, pichações)	0%	18	0%	18	1%	15	1%	18
Jogo do bicho	0%	19	0%	19	1%	17	0%	19
Formação de quadrilha	0%	20	0%	20	1	18	0%	20
Total de citações	37		28		159		224	

Fonte: Pesquisa de campo. Cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N=73 questionários respondidos por delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se à freqüência das citações.
- Os dados estão ordenados segundo sua posição no *ranking* do total das citações (do mais ao menos citado). O uso de armas foi referido por 11 delegados (15%).

O quadro acima mostra uma ampla gama de ações, que, de acordo com os delegados de polícia, são praticadas pelo crime organizado. O seguinte depoimento ilustra tal diversidade: “*O crime organizado pode envolver INPS, jogos de futebol, fraudes. Não precisa ser bandido. Pode ser clonado cheque, máfias deste tipo [...] Aqui é Clínica Geral.*” (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre).

Para grande parte dos delegados de polícia, os delitos patrimoniais difusos (sem organização, entre desconhecidos) são os mais praticados pelo crime organizado. Em segundo lugar aparece o tráfico de drogas, com exceção da Fronteira, onde os abigeatos figuram nesta posição e exclusivamente nesta região, embora o tráfico apareça logo após, em terceiro lugar. Seguem, na Região Metropolitana, os furtos e

roubos de veículos (que ocupam a 6ª posição nas duas outras regiões), e na Colônia Velha, os roubos a carro-forte e de malote. Os estelionatos também foram bastante citados, ocupando a 4ª posição nas três regiões.

Alguns delitos foram referidos exclusivamente pelos delegados de certa região sociocultural. Isto provavelmente não significa que eles não ocorram alhures, mas que, onde foram citados, tendem a ser executados por grupos organizados:

- Região Metropolitana – crimes virtuais, sonegação de impostos, jogo do bicho, extorsão mediante seqüestro, seqüestro-relâmpago, formação de quadrilhas.
- Fronteira – abigeato e contrabando, práticas antigas na região.

A fim de se melhor conhecer os movimentos da criminalidade organizada no Estado, elaborou-se a taxa do cenário 3, variável independente exclusiva dos cenários sociais do crime 1 e 2. Ela abrange alguns tipos de crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas (no caso do tráfico de drogas), originários das estatísticas policiais: tráfico de entorpecentes, extorsão mediante seqüestro e roubos (a instituições financeiras, a joalherias e óticas, de cargas, de carros-fortes, de veículos).

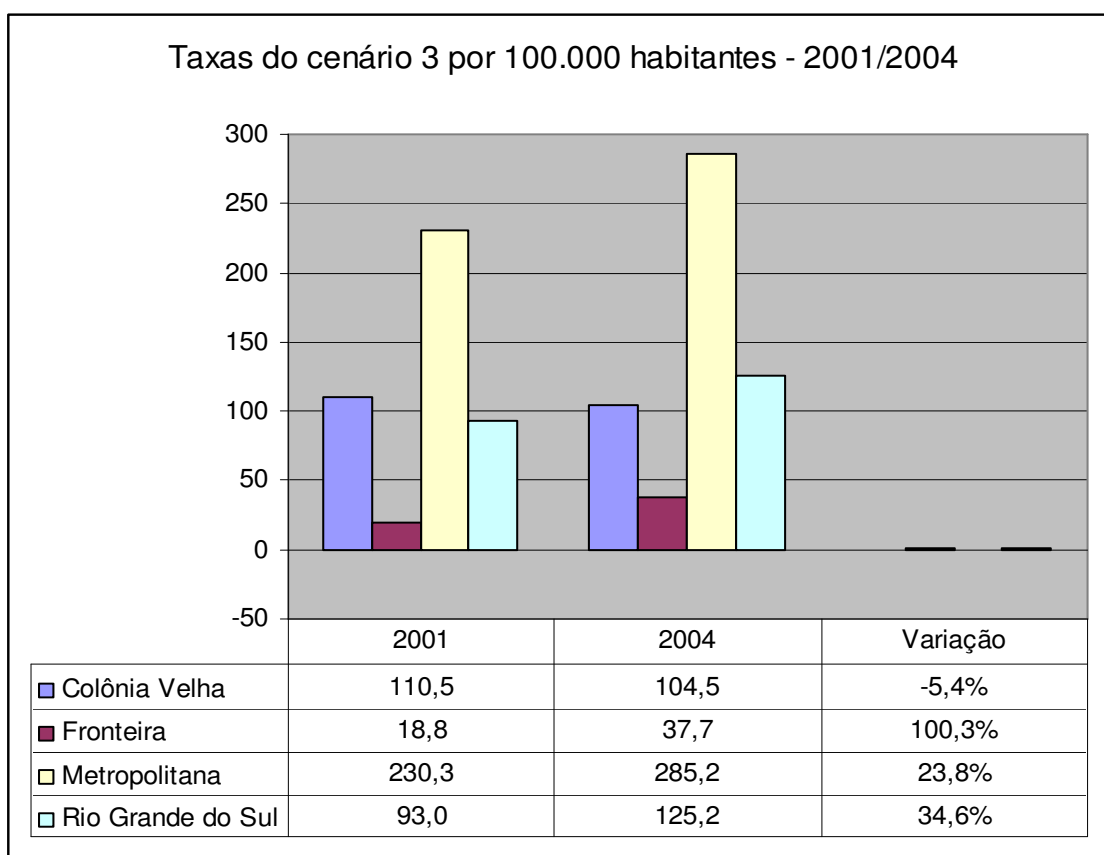


Gráfico 09 - Evolução histórica das taxas do cenário 3 – Crimes violentos organizados entre desconhecidos ou sem vítimas – 2001 e 2004

Fontes: SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

Em 2004, as taxas do cenário 3 cresceram no Estado comparativamente a 2001. Na RMPA os seus valores sempre foram mais elevados, ao contrário da Fronteira, embora esta tenha obtido a maior variação positiva dentre os espaços estudados. Na Colônia Velha houve um pequeno declínio destes crimes.

Mesmo que o tráfico de drogas seja um delito cuja variação dependa da decisão dos policiais em tipificarem o fato como sendo de tráfico ou de posse, com base na quantidade de substância apreendida, bem como do resultado de ações focalizadas da Polícia Civil (tais como as *blitzes* e outras operações), a distribuição das ocorrências nos espaços informa, de alguma maneira, a presença maior ou menor desta atividade criminal. A seguir expõe-se a série histórica das taxas de tráfico de entorpecentes, variável independente complementar da “presença do crime organizado”.

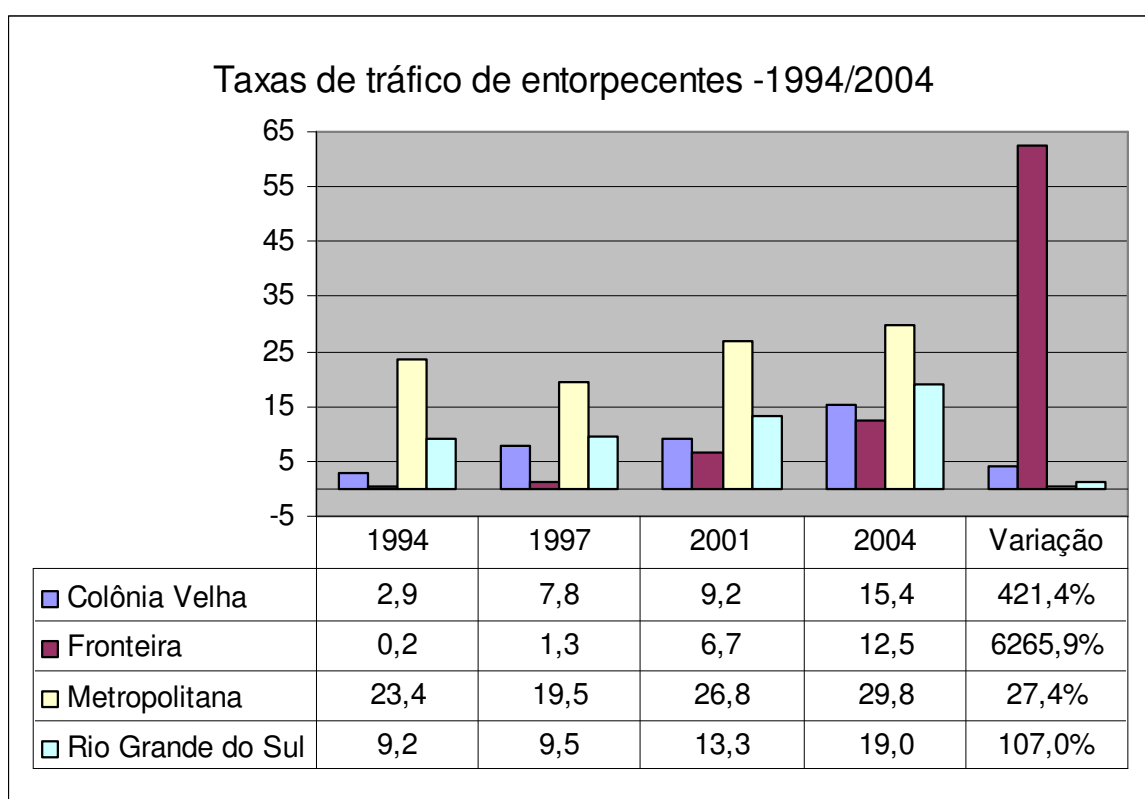


Gráfico 10 - Evolução histórica das taxas de tráfico de entorpecentes – 1994/2004

Fontes: Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1994 e 1997; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Dis-

ponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]; IBGE. Estimativas Populacionais (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download). Construção do indicador e cálculos efetuados pela autora.

Notas:

- N das 3 regiões socioculturais = 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes; N do RS = todos os municípios gaúchos.

- A variação do último ano em relação ao primeiro é representada graficamente em números simples e não em percentuais, procedimento necessário à sua inclusão na escala das taxas.

Neste gráfico percebe-se um surpreendente aumento das taxas de tráfico de entorpecentes na Fronteira, de 6.265,9%, muito superior ao dos outros espaços analisados. Esta tendência deve ser relativizada, uma vez que a taxa inicial da Fronteira é quase zero. Por sua vez, a RMPA sempre ostentou valores significativamente mais altos, mas suas taxas cresceram relativamente menos na década.

Comparando-se dados dos dois últimos gráficos, constata-se que o tráfico de drogas – um dos componentes do cenário 3 – cresceu mais no Estado entre os anos 2001 e 2004 do que o conjunto dos crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas (43,1% contra 34,6%).

Em que pese o tráfico representar apenas uma das ações do crime organizado, delegados de polícia de Porto Alegre indicaram a sua potencialidade em desencadear outros crimes: "*Onde existe tráfico, existe crime organizado. Este crime puxa outros: homicídios, proteção de criminosos*"; "*70 a 80% dos crimes têm relação com o tráfico de drogas*"; "*O tráfico potencializa o crime: roubos, furtos, agressões.*" (entrevistas de pesquisa com delegados de polícia de Porto Alegre).

Por outro lado, para alguns informantes esse crime - existente em sua área de atuação ou município - distingue-se dos outros delitos organizados, pois:

A) É mais rudimentar:

O tráfico não tem muita ciência, não precisa estudar para isso. É uma conexão simples: vende a cocaína e troca por dinheiro. [Os crimes de outros bairros exigem maior especialização e uso da tecnologia, por exemplo, para adulterar gasolina]: Há poder econômico atrás [...] São pessoas mais conceituadas. (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre)

B) É menos abrangente e sem ligações com pessoas do mundo convencional:

O crime organizado passa por bancos internacionais, transporte. Lá [na área de atuação do informante] não há esse nível. Há alguns praticando pequeno tráfico, é uma pequena empresa. O dono do ponto firma-se através da violência física e tem seus fornecedores, distribuidores. Pequena célula na Lomba, ali é só o fim desta cadeia. Se analisar toda cadeia, há crime organizado. Mas não há envolvimento de policiais, políticos, membros do Judiciário. Por isso não considero crime organizado. (entrevista de pesquisa com delegado de polícia de Porto Alegre)

Apesar da já citada controvérsia existente entre os delegados a respeito do conceito de crime organizado, de acordo com os seus depoimentos prevalece nos espaços pesquisados o tráfico de drogas do varejo, menos sofisticado e circunscrito a uma área específica, o “*narcomenudeo*”.

Expõem-se, na continuidade, as principais características do crime organizado referidas pelos informantes da pesquisa.

Tabela 26 - Características do crime organizado

Características		Colônia Velha	Fronteira	Metropolitana	Total de citações
Classe Social	Baixa	33%	63%	43%	44%
	Média-baixa	11%	0	7%	7%
	Média	33%	0	16%	16%
	Média-alta ou alta	11%	0	4%	5%
	Todas	11%	38%	30%	28%
	<i>Total de citações</i>	9	8	44	61
Sexo	Masculino	71%	13%	50%	47%
	Feminino	14%	0	0	2%
	Ambos	14%	88%	39%	43%
	<i>Total de citações</i>	7	8	36	51
Idade	Mínima citada	14	17	15	-
	Máxima citada	40	60	60	-
Formação	Internamente ao município	17%	63%	63%	57%
	Externamente ao município	50%	13%	26%	27%
	Ambos	33%	25%	11%	16%
	<i>Total de citações</i>	6	8	35	49
Abrangência	Bairro	15%	6%	20%	17%
	Município	31%	33%	27%	29%
	Região	38%	39%	18%	23%
	Estado	8%	11%	18%	16%
	País	8%	11%	13%	12%
	América Latina	0	0	4%	3%
	<i>Total de citações</i>	13	18	84	115
Cr. Adol.	Sim	100%	60%	75%	79%
	Não	0%	40%	25%	23%
	<i>Total de citações</i>	6	5	32	43
Atividades das crianças e adolescentes no crime organizado	Entorpecentes	63%	50%	44%	47%
	Homicídios	13%	0	5%	6%
	Ameaças	13%	0	0	2%
	Furtos	13%	25%	20%	19%
	Roubos	0	0	5%	4%
	Exploração sexual (como vítima)	0	25%	23%	20%
	Uso de armas	0	0	2%	2%
	<i>Total de citações</i>	8	4	41	53

Fonte: Pesquisa de campo. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: N=73 questionários respondidos pelos delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. As percentagens referem-se às frequências das citações.

Quanto à classe social dos integrantes do crime organizado, percebe-se que na Fronteira as respostas concentraram-se na baixa (63%) ou em todas (38%), enquanto que nas outras regiões houve uma maior distribuição entre as categorias. A classe baixa foi a mais citada pelo conjunto dos informantes, com 44% de frequência.

Na Colônia Velha e na Região Metropolitana os informantes indicaram maior presença exclusiva de membros homens¹⁶⁶ (71% e 50%, respectivamente), enquanto que na Fronteira existe uma maior participação simultânea dos dois sexos (particularidade também identificada entre as gangues de crianças e de adolescentes da zona fronteiriça), com 88% das citações.

No tocante à idade dos membros dos grupos organizados, na Colônia Velha foi mencionada a mais baixa – 14 anos -, enquanto que na Fronteira e na RMPA foi referida a mais alta – 60 anos.

Com respeito ao local de surgimento do crime organizado, os delegados de polícia da Fronteira e da Região Metropolitana citaram mais frequentemente (63%) a formação interna aos municípios, enquanto que entre os da Colônia Velha destacaram-se a organização externa (50%) ou ambos os níveis (33%).

Quanto à abrangência dos grupos, as respostas dos informantes convergiram para a atuação intramunicipal, enquanto que na Colônia Velha e na Fronteira destacou-se igualmente a intra-regional e na RMPA o bairro, indicando escalas maior e menor de ação. Poucos delegados da Região Metropolitana (4% das respostas) citaram abrangência internacional, em nível de América Latina.

Dentre os que confirmaram a presença do crime organizado em seus municípios, a maioria dos delegados confirmou a participação de crianças e de adolescentes, especialmente na Colônia Velha (100% das citações). As atividades mais frequentemente por eles praticadas seriam: venda de entorpecentes (47%), furtos (19%) e vítima de exploração sexual (20%). Uma justificativa muito citada para esse fato foi a de que: “[Os traficantes] *Preferem os adolescentes pela impunidade.*” No tráfico de

¹⁶⁶ Embora cometendo poucos crimes, as mulheres não são alheias ao meio: “Às vezes, elas ocupam posições secundárias dentro das redes criminosas e quase sempre aparecem no papel de mães, esposas ou namoradas de delinquentes. O atrativo provocado entre meninas das periferias pobres por jovens armados, aos quais a atividade criminosa confere dinheiro e poder que não poderiam obter de outro modo, é um dos fatores que motivam esses jovens do sexo masculino a entrar nesses circuitos”. (CANO, 2002, p. 14). Para um dos informantes: “*Droga é status, as mulheres do chefe são poderosas.*” (entrevista de pesquisa com direção de escola de Porto Alegre).

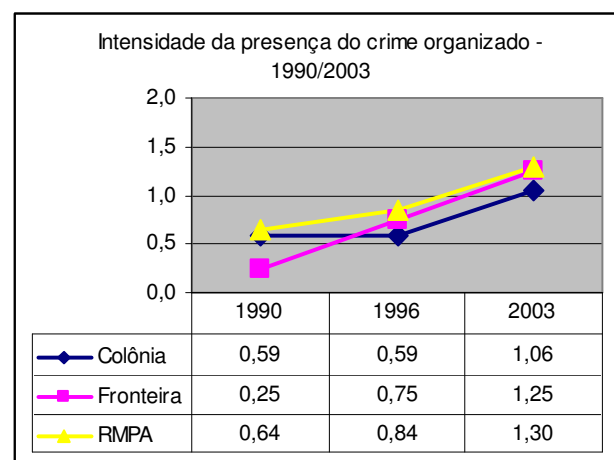
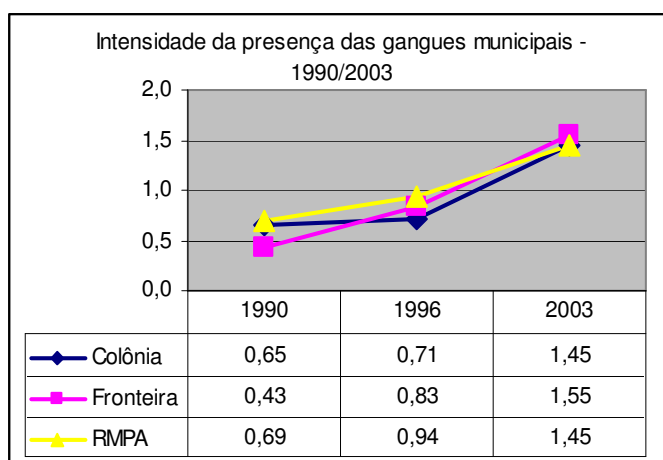
drogas eles chegam a assumir várias funções, como referiu delegada de polícia de Porto Alegre durante a fase inicial da pesquisa:

A participação dos jovens tem agora mudado, mudou muito. Antes participavam como ‘aviõezinhos’, para entregar drogas, agora são também seguranças de traficantes, portam armas, já pegamos pistolas nas mãos deles. (entrevista de pesquisa com delegada de polícia do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente)

Quanto às características organizacionais, citaram-se grupos mistos, que se reúnem por afinidade e para cometer crimes específicos, com liderança centralizada (inclusive de fora do Estado) e divisão de tarefas. Na Região Metropolitana foi citado o termo “falanges” e na Fronteira foi comentada a participação de famílias inteiras.

As modificações sofridas pelo crime organizado (referendadas por 82% dos informantes) incluem: maior quantidade de grupos, mais organizados, equipados (tecnologia, armas), informados, sofisticados (exemplo: venda de drogas em “consignação”), violentos, com maior participação da classe alta e precocidade dos membros.

A seguir comparam-se as intensidades da presença das gangues municipais e do crime organizado nos espaços pesquisados.



Gráficos 11 e 12 - Comparativo da intensidade da presença das gangues municipais e do crime organizado – 1990/2003

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração dos indicadores e cálculos efetuados pela autora.

Nota: 271 questionários envolvendo diretores de escola, conselheiros tutelares e delegados de polícia, distribuídos por 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes. Exclusivamente para o crime organizado foram analisadas as respostas dos 73 delegados de polícia.

No gráfico acima se percebe que a intensidade do fenômeno das gangues de crianças e de adolescentes foi sempre superior à do crime organizado, em todos os espaços analisados. Na região da Fronteira, os dois grupos fortaleceram-se mais do que nas outras regiões, embora na RMPA os valores dos indicadores sejam superiores, exceto o das gangues municipais em 2003.

8 ANÁLISE CAUSAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

Neste capítulo analisam-se os resultados da Análise Causal Multivariada, através da qual cada taxa criminal foi cotejada com os seus respectivos grupos de variáveis independentes, com a rodagem de regressões lineares (modalidade *stepwise*) relativas ao tempo 1 (década de 1990) e ao tempo 2 (início da década de 2000).

No tempo 1, as variáveis dependentes resultaram de uma média entre os anos 1992 e 1997, e as independentes referem-se ao ano de 1990 (pesquisa de campo), 1991 ou 1994 (dados secundários). No tempo 2, as taxas criminais (de delitos isolados ou dos cenários do crime 1 e 2) referem-se à média entre os anos 2001 e 2004 e as independentes aos anos de 1999 ou 2000 (dados secundários), 2002 ou 2003 (pesquisa de campo).

As taxas “de armas registradas”, “de evasão do 1º grau”, “de evasão do 2º grau” e “de policiais civis” foram obtidas através da média dos anos 1991 e 1996 (tempo 1) e 2000 e 2003 (tempo 2)¹⁶⁷.

A equação da regressão serve para predizer ou estimar o valor da variável dependente, dado o valor da independente. Ela não indica que uma variável “causa” outra, mas se existe (ou não) uma relação matemática entre elas.

O cálculo das regressões é realizado pelo método *stepwise*, que se adequa ao estudo em função do carácter mais exploratório da relação entre as variáveis independentes e dependentes. Tal método selecciona e remove, passo a passo, as variáveis independentes, com uma tolerância de até 0,05 de significância e limite de remoção igual ou superior a 0,1. Com a escolha das melhores variáveis em cada entrada, maximizam-se os resultados das equações.

Nas tabelas subseqüentes expõem-se os resultados das regressões lineares por tipo delitivo, especialmente os preditores do último modelo retido (do último passo do *stepwise*), ordenados, de forma ascendente, de acordo com o valor da significância (quanto menor for este mais forte será a associação, até o limite de 0,1). Elas contêm os seguintes coeficientes:

¹⁶⁷ Entende-se que a média entre dois anos não subseqüentes é uma medida mais precisa do comportamento das variáveis em intervalos mais longos do que dados de um só ano. Entretanto, elas foram calculadas somente quando as informações disponíveis não se restringiam a determinado ano (como é o caso dos censos demográficos de 1991 e 2000). Indica-se o Apêndice A para um maior detalhamento da elaboração dos indicadores.

R² ajustado (*Adjusted R Square*, na última linha da coluna à esquerda, em negrito) – Coeficiente de correlação múltipla ou quadrado da correlação múltipla, que indica a proporção total da variância da variável dependente explicada pela equação da regressão. Oscila entre 0 e 1, sendo que valores baixos indicam que o modelo não se ajusta bem aos dados.

R² ajustado de cada variável em sua entrada ou o ganho em R² (linhas da coluna à esquerda, exceto a última) – Coeficiente de correlação que representa a contribuição específica de cada preditor para a proporção total (R²) da variância explicada, quando de sua entrada. A fim de distingui-lo do anterior, este índice é simbolizado por GR².

Este ganho, é importante ressaltar, é influenciado pela ordem de entrada das variáveis independentes na equação, na medida em que elas estejam correlacionadas entre si. Portanto, mesmo que na presente análise se tenha eliminado os indicadores altamente colineares, resta ainda uma limitação quanto à estimativa da contribuição específica de cada preditor nas regressões, que pode ser menor do que a sua real contribuição. Mesmo assim, o *stepwise* ajuda a selecionar os indicadores mais importantes das equações, pela sua ordem de entrada e pelo cálculo do GR².

Preditores – São as variáveis independentes selecionadas pelo modelo (com exclusão das demais), ordenadas conforme o seu poder explicativo.

B – É o coeficiente angular não padronizado que mede o grau de inclinação entre as retas das duas variáveis.

Erro padrão (*standard error*) – É uma medida que avalia o grau de dispersão do verdadeiro valor do B frente ao estimado, operacionalizada através da média dos desvios de B. Quando o seu valor for duas ou três vezes maior que o de B, a influência causal da variável independente é pouco confiável.

Beta – Coeficiente estimado e estandarizado do modelo de regressão, que revela qual a melhor previsão entre a variável dependente e a independente, ou seja, para cada unidade de medida padronizada desta, o beta mostra quanto muda a variável dependente. É o valor médio ou esperado da influência de uma variável sobre outra, e a sua padronização é necessária porque as variáveis independentes têm escalas, desvios-padrão e médias muito distintas.

Significância – É um teste que avalia se as variáveis independentes conseguem explicar a variação da dependente. Se menor de 0,05, a hipótese nula é rejeitada, confirmando a associação causal entre elas.

Lembrando-se o que foi comentado na Introdução sobre o caráter da amostra, os resultados desta pesquisa aproximam-se das populações regionais, de forma muito mais significativa do que um estudo de casos múltiplos (YIN, 2005).

Antes de se examinar os resultados das regressões de cada taxa criminal, apresenta-se o conjunto específico de variáveis independentes que se mostraram relevantes do ponto de vista teórico e estatístico, após a exclusão dos indicadores que obtiveram correlação fraca com o respectivo delito ou que apresentaram colinearidade (vide as tabelas 04 e 11).

8.1 Homicídios

Gr	Subgrupo	Variáveis independentes que permaneceram após o exame de sua relevância teórica e estatística	Homicídios	
Identificação regional		Colônia Velha	-	
		Fronteira	-	
Condições socioeconômicas	Demográficas	Taxa de crianças e de adolescentes	+	
		Taxa de pessoas sem companheiro	+	
	Configuração urbana	Taxa de urbanização	+	
	Indicadores positivos de desenvolvimento	Educação	Taxa de responsáveis com 1º grau	- ou +
		Saúde	IDESE saúde	- ou +
	Indicadores negativos de desenvolvimento	Escolaridade deficiente	Taxa de evasão do 1º grau	+
		Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis	+
		Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em aglomer. subnormais	+
			Densidade por dormitório	+
	Migrações	Taxa de domicílios sem rede geral de água	+	
		Efeito da migração residual na pop.observada	+	
Segurança privada		Taxa de ocupados na segurança privada	-	
Presença de gangues de crianças e de adolescentes		Intens. da presença das gangues municipais	+	
		Intens. da presença das gangues escolares	+	
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado	+	
		Taxa de tráfico de entorpecentes	+	

Quadro 07 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de homicídios e direções esperadas

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- Na última coluna o sinal “+” significa que a associação tem um sentido positivo (ambas as variáveis movimentam-se na mesma direção), e o sinal “-“ mostra um sentido negativo, quando as variáveis movem-se em direções opostas.

- Para as regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira (no formato de variáveis dicotômicas), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a variável de referência.

No quadro acima, que reúne as variáveis selecionadas para a análise causal dos homicídios após o exame de sua relevância estatística e teórica, verifica-se a ausência dos indicadores de desigualdade, disposicionalidade social para a violência e segurança pública, já descartados na fase de preparação das bases de dados da análise causal.

Os principais resultados das regressões *stepwise* das taxas de homicídios dos dois períodos históricos, que contemplaram o conjunto de variáveis independentes do quadro 07, figuram nas tabelas seguintes.

Tabela 27 – Regressão *stepwise* final da taxa de homicídios (tempo 1)

Ganho em Adj.R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,368	Taxa de urbanização 1991	29,549	5,527	0,602	0,000
0,155	Intensidade da presença das gangues escolares 1990	13,013	3,843	0,381	0,002
0,092	Intensidade da presença do crime organizado 1990	-4,195	1,809	-0,266	0,028
0,043	IDESE Saúde 1991	-79,844	37,522	-0,241	0,043
0,659 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Ministério da Saúde. SIM. (Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Tabela 28 – Regressão *stepwise* final da taxa de homicídios (tempo 2)

Ganho em Adj.R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,354	Intensidade da presença das gangues escolares 2003	15,142	4,184	0,468	0,001
0,187	Taxa de ocupados na segurança privada 2000	1050,027	294,696	0,461	0,001
0,551 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Ministério da Saúde. SIM. (Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Analisando-se as tabelas acima, constata-se que, como preditor mais importante dos homicídios do tempo 1, aparece a **taxa de urbanização** (GR² = 0,368), posição confirmada pelo alto valor do seu beta (0,602).

A influência da taxa de urbanização - medida de configuração urbana - ampara-se nas seguintes teorias, conforme vimos anteriormente: a) da anomia durkheimiana (nos espaços altamente urbanizados o individualismo é mais forte e as instituições tradicionais são menos propensas a exercer seu poder regulador); b) do controle social (nas cidades os vínculos com as instituições são mais fracos e os indivíduos são menos controlados, formal e informalmente); c) da ecologia humana (municípios altamente urbanizados aglutinam áreas desorganizadas e segregadas, com altas taxas criminais e atraem criminosos); d) da associação diferencial (nas cidades existem condições propícias à aprendizagem do comportamento delituoso devido à maior disponibilidade de contatos e de associações com grupos criminosos consolidados).

Em anos recentes a urbanização perdeu o seu poder explicativo sobre os homicídios, porquanto houve uma ampliação dos espaços urbanizados no Estado, com exceção da Região Metropolitana, conforme foi constatado na análise descritiva das condições socioeconômicas (capítulo 4).

O segundo lugar na década de 1990 e o primeiro no início da de 2000 é ocupado pela “**intensidade da presença das gangues escolares**” – construída com base na opinião de diretores de escolas, em escala de 0 a 2 -, que contribuiu com 0,155 e 0,354 da variância explicada. Estes valores altamente expressivos são acompanhados por betas de 0,381 e 0,468, que, assim como o GR^2 , demonstram um aumento da influência das gangues escolares sobre a violência letal em anos recentes.

Por suas características, as gangues gaúchas aproximam-se mais das “galeras” do que das “quadrilhas” de Zaluar (1999c), reunindo-se em torno de atividades recreativas, sem organização ou liderança, e praticando “incivilidades” e atividades ilícitas ocasionais. Além disso, incorporam um estilo de vida e uma forma de pertencimento mútuo (ZALUAR, 2004), onde a violência, quando ocorre, é muito mais expressiva do que instrumental (ou seja, é menos freqüente e planejada, representando uma busca de afirmação sobre grupos rivais). Pressupõe-se que as gangues (em geral, não apenas as escolares) possam evoluir até a consolidação de trajetórias criminais, dentro de um *continuum* de organização e gravidade dos atos (EASTMAN, 1998, p. 78; SANJUAN, 1998, p. 70), além de muitas vezes possuírem ligações com grupos organizados de criminosos adultos, aspectos que compõem a dinâmica da criminalidade violenta.

Para Hagan (1994), a participação em gangues representa uma forma de contornar (*coping*) situações econômicas adversas, fazendo com que o jovem se afaste das vias convencionais para atingir as metas culturais gerais (teoria do estresse mer-toniano e geral), comportamento que é mais incidente quando as instituições e as organizações comunitárias estão enfraquecidas, resultando em déficits de regulação (anomia e controle social).

De fato, a presença destes grupamentos (cuja abrangência não se restringe ao interior das escolas) não implica que a violência letal seja perpetrada dentro ou por estes grupos, que às vezes reúnem alunos parentes ou conhecidos de criminosos. Tais grupos, além de suas práticas infracionais e violentas serem pouco freqüentes, refletem algo externo às escolas, isto é, condições propícias para a formação de gangues escolares existentes nos municípios também influenciam decisivamente os homicídios. Dentre estas, citam-se: a desorganização social (ecologia humana); a organização social diferencial (contatos freqüentes com criminosos mais experientes propiciam a aprendizagem e a socialização do indivíduo na delinqüência ou no crime, conforme Sutherland); a existência de estruturas de oportunidades ilegítimas que operam de forma seletiva, e estão mais ou menos integradas com as estruturas legítimas (Cloward e Ohlin); as características socioeconômicas desfavoráveis e a presença de certos valores culturais – a permissão dos atos desviantes, a exaltação da valentia e da esperteza, o compromisso com a família e o meio valorizado pelo ingresso em gangues familiares ou representativas da comunidade – que promovem o surgimento de subculturas desviantes (Matsueda e Heimer). Neste sentido, as gangues escolares podem estar figurando como um indicador de desorganização social e de organização criminal existentes fora do espaço escolar.

Em terceiro lugar e ainda muito expressiva, apareceu a “**taxa de ocupados na segurança privada**” apenas para o tempo 2, com GR^2 de 0,187 e beta próximo ao da “intensidade da presença das gangues escolares”, de 0,461. Portanto, em anos recentes a segurança privada faz uma diferença importante sobre os homicídios. Todavia, o sinal positivo e contrário ao esperado do seu beta sinaliza um maior provimento deste tipo de serviço nas localidades que já possuem alta incidência de homicídios, não possibilitando auferir o seu efeito bloqueador. O crescimento da segurança privada parece ser uma reação social ao crescimento dos delitos, que acontece de forma não prevista pelas comunidades. Neste caso, a dinâmica dos homicídios também é captada pelos investimentos em segurança privada.

Por fim, com influência menor e apenas para o tempo 1, figuraram a “intensidade da presença do crime organizado” e o “IDESE Saúde”, com GR^2 de 0,092 e de 0,043, respectivamente. Estes preditores possuem valores de beta próximos, - 0,266 e -0,241, cujo sinal negativo evidencia que eles funcionam como fatores de bloqueio da violência letal nos municípios.

A relação negativa da intensidade da presença do crime organizado (baseada na opinião dos informantes sobre a gravidade deste fenômeno, em escala de 0 a 2) com os homicídios não era esperada, indicando que naqueles municípios onde existiam grupos criminosos organizados ocorriam menos homicídios. Isto é, o fenômeno geral da criminalidade organizada (que reúne vários tipos de grupos, de estruturas e de modalidades delitivas inclusive o tráfico de entorpecentes) agia na década passada como inibidor da violência letal.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se a falta de um consenso a respeito do conceito de crime organizado dentre os informantes inquiridos sobre este fenômeno – os delegados de polícia -, ao mesmo tempo em que alguns deles (19%) discordaram da definição utilizada na pesquisa. Segundo Standing (2003), a falta de precisão do termo “crime organizado” deve-se à sua natureza oculta no mundo criminal e às raras evidências empíricas que possibilitem definir o que (tipo de atividades) ou quem (perfil dos criminosos) representa a sua unidade básica. Em nossa pesquisa, tal problema pode ter interferido na confiabilidade da variável “intensidade da presença do crime organizado”, prejudicando os resultados encontrados.

Nossa definição conceitual de crime organizado se refere aos grupos que reúnem adultos com trajetória criminal, possuem funcionamento permanente, liderança estável e hierarquia de postos, visam o lucro e o prestígio através de ações que envolvem principalmente: tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, furto e roubo de veículos, assaltos planejados (a carros fortes, de cargas, a instituições financeiras, a postos de pedágio), extorsão mediante seqüestro. Enquanto isso, nas respostas sobre a “intensidade da presença das gangues escolares” (cujos informantes foram diretores de escolas públicas e privadas), houve maior concordância e objetividade. Muito embora sua definição conceitual ampla, talvez a presença das gangues nas escolas tenha representado nesta pesquisa um indicador mais preciso da dinâmica da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul do que o próprio crime organizado.

Recentemente, com o crescimento generalizado do crime organizado no Estado (vide análise descritiva no capítulo 7), a associação negativa entre este e os homicídios não é mais observada, ao mesmo tempo em que outras variáveis ganharam força, dentre elas a segurança privada.

Por sua vez, apenas o IDESE Saúde dentre os indicadores de desenvolvimento teve relação negativa com os homicídios na década de 1990, demonstrando que um maior volume de investimentos na qualidade de saúde da população, especialmente a infantil (os seus componentes são: crianças nascidas com baixo peso, mortalidade de menores de 5 anos e expectativa de vida ao nascer, com peso de 1/3 cada) representava um fator de bloqueio da violência letal¹⁶⁸. Por outro lado, em anos recentes ocorreu uma elevação generalizada deste Índice no Estado (como já se viu no capítulo 4), retirando a sua especificidade como inibidor dos homicídios, concomitantemente ao ingresso de outros fatores na regressão.

Por fim, verifica-se que o modelo de regressão do tempo 1 explicou mais da variância dos homicídios ($R^2 = 0,659$) do que o do tempo 2 ($R^2 = 0,551$).

¹⁶⁸ Na década de 1990, uma maior assistência pública à saúde (medida pelo IDESE Saúde) poderia estar associada com certas características das cidades onde ocorreram menos homicídios, conforme aparece em várias perspectivas teóricas. Talvez fossem comunidades menos desorganizadas e anômicas (ecologia humana e anomia durkheimiana), cujas instituições eram influentes e com vínculos fortes estabelecidos com os indivíduos (controle social), onde havia menor privação econômica e pressão sobre os indivíduos para atingir as metas culturalmente valoradas (estresse mertoniano e geral). Cullen (apud HANNON; DEFRONZO, 1998, p. 384, tradução nossa) argumenta que os programas de suporte social diminuem “os efeitos da exposição a tensões criminogênicas”, elevam a “probabilidade de que criminosos abandonem sua trajetória criminal”, e são “frequentemente uma pré-condição ao controle social efetivo”. Vide: CULLEN, F. Social support as an organizing concept for criminology. *Justice Quarterly*, n. 11, p. 527-559, 1994. Complementarmente, Hannon e Defronzo (1998, p. 384) comentam que essa assistência de bem-estar não inibe o crime apenas por reduzir a pressão econômica, mas também por aumentar o interesse pela conformidade e a capacidade de proteção individual, bem como por auxiliar a reintegração social dos infratores.

8.2 Lesões corporais (exceto as culposas e as de trânsito)

Gr	Subgrupo	Variáveis independentes que permaneceram após o exame de sua relevância teórica e estatística	Lesões	
Identificação regional		Colônia Velha	-	
		Fronteira	-	
Condições socioeconômicas	Demográficas	Taxa de homens jovens	+	
		Taxa de pessoas sem companheiro	+	
	Configuração urbana	Taxa de urbanização	+	
		População urbana das sedes	+	
	Indicadores positivos de desenvolvimento	Trabalho	Taxa de ocupação	- OU +
		Educação	Média de anos de estudo	- OU +
	Indicadores negativos de desenvolvimento	Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis	+
		Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em aglomer. subnormais	+
			Taxa de domicílios sem rede geral de água	+
	Migrações	Efeito da migração residual na pop.observada	+	
Desigualdade	Índice L de Theil	+		
Disposicionalidade social para a violência		Taxa de armas registradas	+	
Segurança pública		Taxa de policiais militares no policiamento ost.	-	
		Taxa de policiais civis	-	
Segurança privada		Taxa de ocupados na segurança privada	-	
Presença de gangues de crianças e de adolescentes		Intens. da presença das gangues municipais	+	
		Intens. da presença das gangues escolares	+	
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado	+	
		Taxa de tráfico de entorpecentes	+	

Quadro 08 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de lesões corporais e direções esperadas

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- Na última coluna o sinal “+” significa que a associação tem um sentido positivo (ambas as variáveis movimentam-se na mesma direção), e o sinal “-” mostra um sentido negativo, quando as variáveis movem-se em direções opostas.

- Para as regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira (no formato de variáveis dicotômicas), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a variável de referência.

No quadro acima, que reúne as variáveis teórica e estatisticamente importantes para a análise das lesões corporais, constam indicadores de todos os grupos inicialmente previstos, enquanto que os demais delitos não obtiveram tal amplitude causal. Provavelmente, isto se deve à alta frequência e à ampla difusão destes crimes por todo o território estadual.

Tabela 29 – Regressão *stepwise* final da taxa de lesões corporais (tempo 1)

Ganho em Adj. R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,308	Taxa de pessoas sem companheiro 1991	5388,794	1006,770	0,850	0,000
0,154	Fronteira	-194,651	62,850	-0,492	0,004
0,462 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Tabela 30 – Regressão *stepwise* final da taxa de lesões corporais (tempo 2)

Ganho em Adj. R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,366	Taxa de pessoas sem companheiro 2000	1509,511	321,296	0,518	0,000
0,164	Taxa de tráfico de entorpecentes (média 2)	1,753	0,398	0,479	0,000
0,115	Taxa de armas registradas (média 2)	868,851	269,934	0,359	0,003
0,645 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

O principal preditor destes crimes, situado na primeira colocação em ambos os períodos, é a “**taxa de pessoas sem companheiro**” (proporção de indivíduos solteiros, viúvos, separados, desquitados, divorciados na população do município), que contribuiu, respectivamente, com 0,308 e 0,366 para a explicação da variância total das taxas de lesões corporais. Ou seja, municípios com alta proporção de pessoas sem relação conjugal tendem a apresentar maior quantidade de agressões, embora

não sejam elas, necessariamente, as autoras destes delitos (vide considerações sobre a falácia ecológica na Introdução).

No Brasil, o crescimento deste contingente populacional acompanha as alterações sofridas pelas estruturas familiares nas últimas décadas, cada vez mais "monoparentais" e com a mulher assumindo maior responsabilidade pela reprodução dos membros (o crescimento considerável das mulheres responsáveis pelos domicílios, especialmente nas áreas metropolitanas). Estas mudanças podem estar enfraquecendo a função socializadora e regulatória da família, que se torna incapaz de inibir os impulsos favoráveis ao desvio. (GOMÉZ BUENDIA, 1989).

A influência da proporção de pessoas sem companheiro (a) sobre as lesões ampara-se nas seguintes teorias: a) da anomia durkheimiana (em estados anômicos as instituições tradicionais e os grupos sociais deixam de impor sua superioridade moral sobre os indivíduos, ocorrendo, então, mais crimes); b) do controle social (a existência de vínculos sociais fracos com as instituições, ou a sua inexistência, influencia a criminalidade); c) das atividades rotineiras no tocante ao risco de vitimização (pessoas que moram sozinhas, trabalham fora e dedicam pouco tempo às atividades familiares e/ou domésticas são mais vitimadas); d) da curva etária do crime (um menor compromisso com papéis sociais convencionais adultos – dentre eles o casamento e a paternidade, geralmente incorporados em determinado momento do ciclo vital –, estimula a continuidade de um padrão de comportamento agressivo ou libera o indivíduo para as ações ou reações violentas). De acordo com a perspectiva do estresse geral de Agnew, a pressão sobre os indivíduos é mais forte quando eles, além da falta de recursos, não contam com a proteção psicológica dos laços familiares.

Em seguida, e exclusivamente para a década de 1990, aparece a "**Fronteira**", como uma diferenciação regional quanto às lesões corporais. Com GR^2 de 0,154 e beta de -0,452, a presença desta região sociocultural demonstra que na Região Metropolitana de Porto Alegre - categoria de referência das outras duas regiões - prevaleciam as lesões corporais¹⁶⁹. Ou seja, a Fronteira era, na década passada, dissuasória destes delitos, os quais, como se viu no capítulo 3, cresceram e se difundiram

¹⁶⁹ Embora os coeficientes de correlação entre as taxas de lesões corporais do tempo 1 e as regiões socioculturais tenham sido baixos, evidenciando a ausência de relação estatisticamente significativa entre as variáveis (-0,246; -0,016 e 0,264), os seus sinais (negativo para a Colônia Velha e a Fronteira e positivo para a RMPA) confirmam a proposição de que as duas regiões socioculturais do interior do Estado são o contrário da RMPA.

por todo o território estadual, eliminando sua especificidade regional na última regressão.

A configuração histórica e criminal da RMPA é oposta à da região fronteiriça, porquanto concentra os problemas advindos com a metropolização (concentração urbana, falta de infra-estrutura básica, favelização, presença de estruturas criminais). Por outro lado, nos municípios metropolitanos – que continuam recebendo contingentes migratórios internos, embora com menos intensidade do que no passado recente –, percebe-se um novo dualismo (com exceção talvez da capital) exemplificado pelo comportamento discriminatório dos moradores nativos sobre os migrados (Bazan, 1997). Este fato obstaculiza a integração social e o sentimento de confiança comunitário, alimentando os conflitos e a violência.

Por sua vez, na Fronteira este novo dualismo é menos freqüente, até porque a região tem se caracterizado historicamente pela perda de população.

Já na regressão do início da década de 2000, vem em segundo lugar a “**taxa de tráfico de entorpecentes**”, com GR^2 de 0,164, seguida por um valor elevado de beta (0,479). Isto é, cidades gaúchas onde existe tráfico de entorpecentes ou este é mais incidente¹⁷⁰ tendem a concentrar maior volume de agressões.

O tráfico de drogas é uma das formas contemporâneas de criminalidade organizada e representa uma via rápida e eficiente de ganho monetário para as classes populares (ABADINSKI, 1994; MARINO, 2000; PINHEIRO, 1997), cuja taxa cresceu mais, no período 2001 e 2004, do que a taxa de crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas – cenário 3 (43,1% contra 34,6%, como já se viu no capítulo 7). Juntamente com as gangues de crianças e de adolescentes, ele ativa a dinâmica da criminalidade violenta, e desencadeia vários outros crimes. Este último aspecto já foi destacado por vários autores brasileiros, dentre eles Cláudio Beato (BEATO FILHO, 2001), e também pelos delegados de polícia inquiridos.

Onde está presente (especialmente seus níveis organizativos inferiores), o tráfico de drogas instaura uma espécie de sociabilidade ou reciprocidade violenta nas interações sociais (MACHADO DA SILVA, 1999; MISSE, 1998; TAVARES DOS SANTOS; TIRELLI, 1999; ZALUAR, 2004).

¹⁷⁰ Lembram-se, novamente, os problemas de registro contidos nas ocorrências policiais de tráfico de entorpecentes.

Ao distinguir comunidades malignas ou turbulentas (nelas a luta pela dominância ou é regulada por normas violentas ou não é regrada, com predomínio de tipos individuais não pacifistas) das civis (normas e pessoas não violentas), Athens (1997, 1998), lança luz sobre certas características do meio típico de surgimento das redes do comércio de drogas ilegais, mais próximo das primeiras.

Comparando-se os resultados das regressões referentes ao tráfico de entorpecentes e à “intensidade da presença do crime organizado”, constata-se que estas variáveis produzem efeitos contrapostos sobre as taxas criminais (no último caso, como fator de bloqueio dos homicídios na década de 1990, e no primeiro, como preditor atual das lesões corporais). Ou seja, em anos recentes o tráfico introduz um componente mais caótico, embora não letal, nas estruturas tradicionais do crime organizado, que o aproxima da subcultura do conflito de Cloward e Ohlin (1960)¹⁷¹.

Por fim e com menor poder explicativo (GR^2 de 0,115) sobre as lesões corporais da década de 2000, figura a “**taxa de armas registradas**”. Isto é, municípios que registraram grande quantidade de armas dentre a população também tiveram alto volume de lesões corporais. Estes resultados respaldam-se nas abordagens da banalização da violência (o aumento das agressões interpessoais e a resolução dos conflitos por conta própria sem a intermediação de terceiros, em: GIDDENS, 1996; WIEVIORKA, 1997, 1999; TAVARES DOS SANTOS, 1993, 2000; COSTA, 1997), do retrocesso civilizatório (o contrário do processo civilizador de Elias, pois a internalização dos interditos e das normas sociais permanece inconclusa no Brasil, como enfatiza Zaluar, 1999a, 2004) e da disposição histórica latino-americana de exacerbação da violência (MARINO, 2000) .

Nota-se que o modelo de regressão do tempo 2 explicou mais da variância da taxa de lesões corporais do que o do tempo 1 (GR^2 de 0,645 contra 0,462).

¹⁷¹ Cloward e Ohlin (1960) diferenciam a subcultura criminal da do conflito: na primeira o recurso à violência é ocasional e com características mais freqüentemente instrumentais do que impulsivas; na última, composta por estruturas mais instáveis, a violência é recorrente, expressiva e significa um meio de adquirir reputação dentro de um contexto que oferece menos oportunidades e onde há menos controle. Como exemplo da primeira, tem-se o crime organizado em geral, enquanto que o tráfico de drogas situa-se entre ela (porquanto faz parte do crime organizado em geral, de acordo com o conceito adotado neste trabalho) e a subcultura do conflito. Ver capítulo 6.

8.3 Roubos e suas modalidades difusas

8.3.1 Roubos

Gr	Subgrupo	Variáveis independentes que permaneceram após o exame de sua relevância teórica e estatística	Roubos		
Condições socioeconômicas	Identificação regional		Colônia Velha	-	
			Fronteira	-	
	Demográficas	Taxa de crianças e de adolescentes		+	
		Taxa de homens jovens		+	
		Taxa de pessoas sem companheiro		+	
	Configuração urbana	Taxa de urbanização		+	
		População urbana das sedes		+	
	Indicadores positivos de desenvolvimento	Educação	Média de anos de estudo	- ou +	
			Taxa de responsáveis com 1º grau	- ou +	
	Indicadores negativos de desenvolvimento	Escolaridade deficiente	Taxa de pessoas c/menos 4 anos de estudo	+	
		Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis	+	
		Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em aglomer. subnormais		+
			Taxa de domicílios urbanos sem coleta de lixo		+
			Taxa de domicílios sem rede geral de água		+
			Taxa de domicílios sem rede interna de água		+
	Taxa de domicílios sem iluminação elétrica		+		
	Migrações	Efeito da migração residual na pop.observada		+	
	Segurança privada		Taxa de ocupados na segurança privada	-	
	Presença de gangues de crianças e de adolescentes		Intens. da presença das gangues municipais	+	
			Intens. da presença das gangues escolares	+	
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado	+		
		Taxa de tráfico de entorpecentes	+		

Quadro 09 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com as taxas de roubos e direções esperadas

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- Na última coluna o sinal “+” significa que a associação tem um sentido positivo (ambas as variáveis movimentam-se na mesma direção), e o sinal “-“ mostra um sentido negativo, quando as variáveis movem-se em direções opostas.

- Para as regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira (no formato de variáveis dicotômicas), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a variável de referência.

No quadro acima, que reúne as variáveis selecionadas para a análise causal dos roubos, não foram incluídos quaisquer dos indicadores de desigualdade, disposicionalidade social para a violência e segurança pública, ausências que também foram observadas na anterior análise dos homicídios.

Nas tabelas seguintes aparecem os fatores mais influentes das taxas de roubos, selecionados pelo modelo de regressão a partir do conjunto inicial acima.

Tabela 31 – Regressão *stepwise* final da taxa de roubos (tempo 1)

Ganho em Adj. R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,386	Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais 1991	3210,644	774,340	0,496	0,000
0,171	Taxa de domicílios sem rede geral de água 1991	-1609,044	589,965	-0,347	0,011
0,065	Taxa de crianças e adolescentes 1991	2551,587	1044,305	0,289	0,021
0,622(R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; Polícia Civil. Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior. Ocorrências criminais de 1992 e 1997; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Tabela 32 – Regressão *stepwise* final da taxa de roubos (tempo 2)

Ganho em Adj. R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,572	Taxa de ocupados na segurança privada 2000	55522,905	8139,165	0,562	0,000
0,202	Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais 2000	6393,174	1434,490	0,343	0,000
0,034	Taxa de tráfico de entorpecentes (média 2)	-2,792	0,839	-0,230	0,003
0,031	Taxa de domicílios sem rede interna de água 2000	-3715,278	1035,897	-0,291	0,001
0,025	Taxa de mães responsáveis 2000	9831,781	4012,419	0,215	0,021
0,864 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Na década de 1990, a primeira posição na regressão é ocupada pela “**taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais**”, com GR² de 0,386, seguido por beta de 0,496. Já na década de 2000, esta variável perde força e

passa para o segundo lugar, com GR^2 de 0,202 e beta de 0,343. Isto demonstra que os roubos prevalecem em municípios com maior contingente de favelados (cuja medida aproximativa é a referida taxa), apesar de estes delitos ocorrerem mais em zonas favorecidas dentro dos municípios, como aponta a literatura brasileira sobre o crime.

De acordo com discussão anterior no capítulo 4, a relação entre roubos e população residente em aglomerados subnormais pode ser explicada pelas seguintes abordagens: a) da ecologia humana (municípios com áreas desorganizadas e segregadas têm alta criminalidade e reúnem criminosos); b) do controle social (cidades com maior proporção de habitantes em domicílios precários também possuem instituições e mecanismos de controle menos potentes, liberando os indivíduos para cometer crimes, pois seus vínculos sociais são frágeis); c) do estresse mertoniano (municípios com grande contingente de favelados possuem maior quantidade de indivíduos desfavorecidos – pobres, com pouca escolaridade e outras desvantagens – que são pressionados por não atingirem as metas socialmente valoradas através de caminhos legítimos, então se frustram e reagem através do crime); d) do estresse geral (em complementação à anterior: os indivíduos favelados tendem a se frustrar e reagir não apenas por seu fracasso em atingir as metas culturais, mas quando comparam os seus ganhos com os de outros, bem como por não possuírem estímulos positivos, recursos psicológicos e externos – financeiros e redes de apoio - para se desvencilhar de situações difíceis).

Em segundo lugar e exclusivamente na década de 1990 está a “**taxa de domicílios sem rede geral de água**”, com GR^2 de 0,171 e beta -0,347. O sinal negativo e não esperado do seu beta demonstra que esta variável, ainda que indique certa precariedade domiciliar, não representa desorganização social, ao contrário da “taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais”. Naquela década ela sinalizava áreas menos urbanizadas (seu coeficiente de correlação com a taxa de urbanização foi de -0,794), aspecto que não se repetiu em anos recentes, quando o seu coeficiente de correlação com a taxa de urbanização teve o seu sinal invertido, atingindo 0,599, e houve uma ampliação da população urbana no Estado, exceto na RMPA (vide o capítulo 4). Portanto, a influência inibidora da taxa de domicílios sem água tratada sobre os roubos do 1º período remete às mesmas pistas explicativas referenciadas acima, mas em sentido inverso, quando da interpretação da relação positiva da taxa de urbanização com os homicídios.

Em seguida, tem-se, como principal preditor da taxa de roubos da década de 2000, a “**taxa de ocupados na segurança privada de 2000**”, ostentando um poder explicativo superior (GR^2 de 0,572 e beta de 0,562) ao demonstrado pelo primeiro preditor desses delitos na década de 1990, a “taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais”.

Portanto, em anos recentes, a segurança privada faz uma diferença sobre os roubos, ainda maior do que a demonstrada sobre os homicídios, anteriormente analisada. Também aqui o sinal do seu beta é positivo e contrário ao esperado, revelando novamente que este serviço é mais procurado em municípios onde os roubos são bastante freqüentes, ou seja, representa uma reação da comunidade ou dos indivíduos ao crescimento exponencial da criminalidade contra o patrimônio. Enfim, a dinâmica deste tipo criminal também é indicada pelo comportamento social reativo de investir na segurança privada.

Por fim, ainda influentes sobre as taxas de roubos, mas em menor grau, aparecem: na década de 1990, a “taxa de crianças e de adolescentes” ($GR^2 = 0,065$)¹⁷²; e no último período, o “tráfico de entorpecentes” (GR^2 de 0,034), a “taxa de domicílios sem rede interna de água” (com GR^2 de 0,031) e a “taxa de mães responsáveis” (com GR^2 de 0,025)¹⁷³. Os valores dos respectivos betas seguiram a reduzida influ-

¹⁷² Na década de 1990 a influência da “taxa de crianças e de adolescentes” demonstrava, em termos gerais, certo envolvimento destes com os roubos, sem se descuidar da falácia ecológica, referenciada na Introdução desta Tese. De acordo com os estudos sobre a adolescência (dentro da psicologia e da sociologia), sabe-se que este período etário é caracterizado por grandes modificações biológicas e ajustamentos sociais, quando o grupo de pares transforma-se no principal referente e fonte de controle, sendo comum a resistência contra regras adultas. Por outro lado, é quando inicia a “curva etária do crime”, por conta de uma menor ligação com os pais, o enfraquecimento dos vínculos escolares, o fortalecimento das associações com pares e o menor compromisso com atividades convencionais adultas tradicionalmente vistas como bloqueadoras do crime (emprego, serviço militar, paternidade). Além disso, por intermédio do exame das correlações significativas da proporção de jovens com indicadores socioeconômicos, constatou-se sua prevalência em municípios urbanizados, com famílias grandes e índices elevados de vulnerabilidade familiar (famílias com dependência e mães responsáveis pelos domicílios) e de precariedade domiciliar (densidade por dormitório); além de estarem negativamente associados com a taxa de ocupação. Tais condições revelam precariedade social, desorganização social e déficits de regulação social (conforme as teorias da anomia e da ecologia humana), bem como vínculos enfraquecidos com as instituições (teorias do controle). Concomitantemente, tais municípios – devido à maior quantidade de crianças e de adolescentes -, necessitavam de maior volume de recursos, insuficientes em áreas precárias. Assim, diante da falta de recursos e dificuldades decorrentes, os indivíduos estavam sujeitos a um maior estresse por não alcançarem as metas culturais (estresse mertoniano), e talvez, por não contarem com disposições individuais e apoio externo nos momentos difíceis (estresse geral). Na década passada, essas circunstâncias forneciam pistas explicativas para a maior ocorrência de homicídios em alguns municípios. Em anos recentes, a taxa de crianças e de adolescentes não se manteve entre os resultados da regressão, provavelmente devido à tendência de envelhecimento da população sul-rio-grandense (vide capítulo 4).

¹⁷³ Esta variável denota certa vulnerabilidade familiar e será comentada adiante.

ência causal destas variáveis e apresentaram sinal negativo não esperado em duas taxas do tempo 2: na “de tráfico de entorpecentes¹⁷⁴” e na “de domicílios sem rede interna de água¹⁷⁵”.

Das duas regressões envolvendo roubos, a maior explicação da variância foi obtida no 2º período (R^2 de 0,864, contra 0,622).

8.3.2 Cenário do crime 2 – crimes não organizados entre desconhecidos

Gr	Subgrupo	Variáveis independentes do tempo 2 que permaneceram após o exame de sua relevância teórica e estatística	Cenário 2	
Identificação regional		Colônia Velha	-	
		Fronteira	-	
Condições socioeconômicas	Demográficas	Taxa de homens jovens	+	
		Taxa de pessoas sem companheiro	+	
	Configuração urbana	Taxa de urbanização	+	
		População urbana das sedes	+	
	Indicadores positivos de desenvolvimento	Educação	Média de anos de estudo	- ou +
			Taxa de responsáveis com 1º grau	- ou +
	Indicadores negativos de desenvolvimento	Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis	+
		Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em aglomer. subnormais	+
			Taxa de domicílios sem rede geral de água	+
	Migrações	Efeito da migração residual na pop. observada	+	
Segurança pública		<i>Existência de CONSEPRO atuante em 2002</i>	-	
Segurança privada		Taxa de ocupados na segurança privada	-	
Presença de gangues de crianças e de adolescentes		Intens. da presença das gangues municipais	+	
		Intens. da presença das gangues escolares	+	
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado	+	
		Taxa de tráfico de entorpecentes	+	
		<i>Taxa do cenário 3</i>	+	

Quadro 10 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com a taxa do cenário 2 e direções esperadas

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

¹⁷⁴ O tráfico de entorpecentes organiza a sociedade em torno de uma atividade ilegal violenta que atrai pela possibilidade de ganhar, de forma rápida, mais recursos do que a maioria dos empregos legítimos disponíveis. Enquanto estruturação social com dinâmica e lógica próprias, o tráfico passou contemporaneamente a influenciar as lesões (vide acima) e impedir os roubos, uma vez que aquelas lhe são intrínsecas (as agressões são prática recorrente dentro das redes do comércio de drogas), enquanto os últimos representam organização social concorrente para ganhar dinheiro rápido.

¹⁷⁵ A influência reduzida e com sinal negativo não esperado da “taxa de domicílios sem rede interna de água” sobre os roubos pode ser interpretada na mesma linha dos comentários feitos anteriormente sobre a “taxa de domicílios sem rede geral de água” (regressão de roubos do tempo 1). Ampliaram-se no Estado os domicílios com canalização interna de água, fazendo com que o seu coeficiente de correlação com a taxa de urbanização mudasse de sinal, de negativo, na década de 1990 (-0,579), para positivo (0,517). Por outro lado, o valor da sua correlação com a população urbana da sede permaneceu próximo e com sinal idêntico ao da década passada (-0,265 no 1º período e -0,230 no 2º). Assim, embora evoque certa precariedade domiciliar, a ausência de canalização interna de água associa-se com uma menor diferenciação, em termos populacionais, da sede em relação ao conjunto do município. Nestas cidades, de menor concentração populacional no centro urbano, ocorrem menos roubos.

- Na última coluna o sinal “+” significa que a associação tem um sentido positivo (ambas as variáveis movimentam-se na mesma direção), e o sinal “-” mostra um sentido negativo, quando as variáveis movem-se em direções opostas.
- Para as regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira (no formato de variáveis dicotômicas), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a variável de referência.
- As variáveis em itálico são exclusivas do tempo 2 e dos cenários sociais do crime.

Assim como nos roubos, aqui também não aparecem variáveis indicativas de desigualdade social, de disposicionalidade social para a violência e de prevenção comunitária. Contudo, diferentemente daqueles, o cenário 2 inclui uma variável de segurança pública (exclusiva das regressões dos cenários sociais de crime), a “existência de CONSEPRO atuante em 2002”.

Os resultados da regressão *stepwise* desse padrão delitivo, que reúne modalidades difusas e mais comuns de roubos (exceto as organizadas), e envolve pessoas sem qualquer relação social, são examinados a seguir.

Tabela 33 – Regressão *stepwise* final da taxa do cenário 2

Ganho em Adjusted R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,646	Taxa de ocupados na segurança privada 2000	49786,298	6084,652	0,753	0,000
0,096	Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais 2000	3989,145	1120,658	0,320	0,001
0,035	Taxa de tráfico de entorpecentes (média 2)	-1,665	0,707	-0,205	0,026
0,778 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e portê de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Os resultados expostos nesta tabela reforçam a proximidade da taxa do cenário 2 do crime com a de roubos do tempo 2, correlacionados em 0,974. Aqui aparecem repetidos os mesmos três primeiros preditores da 2ª taxa de roubos, mas não figuram as taxas de “domicílios sem rede interna de água” e de “mães responsáveis”, que no modelo anterior detinham poder explicativo reduzido. O total da variância explicada nesta regressão atingiu 0,778.

Em comparação com a taxa de roubos do tempo 2, nesta equação a “**taxa de ocupados na segurança privada**”, aumentou a sua influência, com um GR^2 de 0,646 (contra 0,572); ao passo que o poder explicativo da “taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais” decresceu, atingindo um GR^2 de 0,096 (contra 0,202). Os valores dos respectivos betas acompanham a colocação destas variáveis: 0,753 para a “taxa de ocupados na segurança privada” e 0,320 para a “de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais”.

Em terceiro lugar, aparece a taxa de tráfico de entorpecentes, com GR^2 de 0,035 e beta de -0,205.

A segurança privada relacionou-se preponderantemente com as modalidades difusas de roubos, com muito mais força do que com os roubos em geral e os homicídios do 2º período. Neste sentido, as comunidades parecem ser mais sensíveis a este tipo de roubos – mais comum e que cresceu mais na década de 2000 do que o conjunto desses delitos, vide análise descritiva do capítulo 3 -, reagindo na forma de investimentos em equipamentos e contratação de profissionais de segurança. Esta variável explica mais da dinâmica das formas ordinárias de roubos - não organizadas e envolvendo desconhecidos -, do que as condições precárias dos domicílios e a inexistência ou menor incidência do tráfico de entorpecentes nos municípios.

Por fim, quanto à vinculação teórica das associações da taxa do cenário 2 com os três preditores exibidos no modelo, citam-se os mesmos comentários precedentes feitos por ocasião da análise dos resultados da regressão da 2ª taxa de roubos.

8.4 Cenário do crime 1 – crimes não organizados entre conhecidos

Gr	Subgrupo	Variáveis independentes do tempo 2 que permaneceram após o exame de sua relevância teórica e estatística	Cenário 1	
Identificação regional		Colônia Velha	-	
		Fronteira	-	
Sócio	Indicadores negativos de desenvolvimento	Escolaridade deficiente	+	
			Taxa de evasão do 2º grau	+
			Taxa de crianças sem escola	+
	Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis	+	
Presença de gangues de crianças e de adolescentes		Intens. da presença das gangues municipais	+	
		Intens. da presença das gangues escolares	+	
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado	+	
		Taxa de tráfico de entorpecentes	+	
		Taxa do cenário 3	+	

Quadro 11 – Lista das variáveis independentes hipoteticamente associadas com a taxa do cenário 1 e direções esperadas

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- Na última coluna o sinal “+” significa que a associação tem um sentido positivo (ambas as variáveis movimentam-se na mesma direção), e o sinal “-” mostra um sentido negativo, quando as variáveis movem-se em direções opostas.
- Para as regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira (no formato de variáveis dicotômicas), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a variável de referência.
- As variáveis em itálico são exclusivas do tempo 2 e dos cenários sociais do crime.

A base de dados do cenário 1 reúne o menor número de variáveis independentes dentre todas as taxas criminais, tendo sido excluídos os seguintes grupos de indicadores: demográficos, configuração urbana, positivos de desenvolvimento, desigualdade, migrações, disposicionalidade social para a violência, prevenção comunitária, segurança pública e privada.

Na seqüência, apresentam-se os resultados da regressão da taxa destes crimes menos graves, não organizados e envolvendo pessoas conhecidas, que foram obtidos a partir da soma de ameaças e lesões corporais leves.

Tabela 34 – Regressão *stepwise* final da taxa do cenário 1

Ganho em Adj. R Square (na entrada) (GR ²)	Preditores	Coeficientes do Modelo Retido			
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coeff.	Sig
		B	Std. Error	Beta	
0,235	Taxa de evasão do 2º grau (média 2)	-2019,844	476,783	-0,570	0,000
0,214	Taxa de mães responsáveis 2000	9225,709	2595,914	0,478	0,001
0,448 (R²)					

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); FEE. PIB Estadual. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>); IBGE. Dados sobre empregados em “vigilância-guarda” de 1991 e em “investigação, vigilância e segurança” de 2000. Tabela em: “VigilânciaRS1991-2000.zip” [arquivo pessoal]; IBGE. Estimativas Populacionais. (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download); Pesquisa de campo; PROCERGS. Relatório do Sistema ARM: dados de registro e porte de armas para o Estado e municípios – 1990 a 2003 (julho). Porto Alegre, 2003; RIO GRANDE DO SUL (1994, 1997, 1999); RIO GRANDE DO SUL (1996, 2000c, 2003); SEDUC. Divisão de Informática. CD com informações sobre matrículas, taxa de evasão e de reprovação escolar, e pesquisa *in loco*; SJS. DATASEG. Ocorrências criminais de 2001 e 2004 (Disponível em: <<http://www.sjs.rs.gov.br>>); SJS. Consultas Integradas [acesso restrito]. Indicadores e regressão elaborados pela autora.

Na regressão da taxa do cenário 1 aparece, em primeiro lugar, a “**taxa de evasão do 2º grau**”, atingindo GR² de 0,235. O expressivo valor do beta (-0,570) referendou o peso desta variável, mas com sinal negativo inverso ao esperado, indicando que naqueles municípios com menor evasão do ensino médio ocorrem mais ameaças e lesões corporais leves.

A taxa de evasão do 2º grau em sentido negativo denota uma associação espúria teoricamente insustentável entre criminalidade e abandono escolar, pois não é genuíno o seu impacto sobre o cenário 1 do crime. Uma pista teórica para esta inconsis-

tência entre teoria e dados pode ser encontrada na variável desenvolvimento econômico, que hipoteticamente causa incrementos na criminalidade e simultaneamente diminui a evasão escolar. Ou seja, o desenvolvimento econômico tem um impacto mais forte sobre a criminalidade e a evasão escolar do que a influência desta última sobre o cenário 1, terminando por inverter o sinal positivo esperado da relação entre as duas variáveis. Desta forma, o sinal negativo do beta na equação pode ser considerado teoricamente espúrio.

Posteriormente, com peso similar ao da primeira variável (GR^2 de 0,213 acompanhado por beta de 0,478), figura a “**taxa de mães responsáveis**”. Assim, em cidades com maiores proporções de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa – indicador que, além de sinalizar um processo de alteração das estruturas familiares, denota certa vulnerabilidade - ocorrem mais ameaças e lesões corporais leves. Como já se verificou no capítulo 4, tal associação apóia-se principalmente nas teorias: a) da anomia durkheimiana (o enfraquecimento da regulação exercida pelas instituições tradicionais em situações anômicas sucedâneas da alteração das estruturas familiares desemboca em comportamentos desviantes); b) da ecologia humana (através do conceito de desorganização social, ou seja, os processos desagregadores - como a expansão acelerada, a divisão do trabalho, a perda da influência das formas tradicionais de controle social - produzem áreas desorganizadas e de alta criminalidade que atraem pessoas interessadas no crime); c) do estresse geral (as cidades com mais famílias vulneráveis providenciam menos reforços positivos e apoio aos indivíduos); d) do controle social (municípios com maior vulnerabilidade familiar possuem instituições e mecanismos formais e informais de controle fracos, exercendo menor vigilância sobre os comportamentos e as disposições individuais).

Essa equação explica 0,448 da variância total do cenário 1, demonstrando que estes delitos – conjuntamente com as lesões corporais do tempo 1 ($R^2 = 0,462$) - são menos explicáveis pelo modelo do que os demais.

Enfim, os resultados das regressões evidenciaram a existência no Estado de diferentes perfis etiológicos relacionados com as características peculiares dos crimes violentos (letais, patrimoniais, relacionais).

8.5 O impacto dos principais preditores na criminalidade violenta ao longo do período analisado

Analisando-se de outra forma os resultados das regressões, interessa agora saber qual foi o impacto de cada um dos principais preditores (com GR^2 igual ou maior do que 0,10) nas três taxas de delitos isolados, que contemplaram os dois períodos estudados.

A) Fatores que permanecem constantes ao longo do tempo, não representando uma mudança no perfil etiológico dos delitos:

- A “intensidade da presença das gangues escolares” com as taxas de homicídios.
- A “taxa de pessoas sem companheiro” com as de lesões corporais.
- A “taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais” com as de roubos.

B) Fatores que sinalizam uma mudança no perfil etiológico dos delitos (presentes apenas na década de 1990)

- A “taxa de urbanização” com a de homicídios.
- A região sociocultural da “Fronteira” com a taxa de lesões corporais, com beta negativo, demonstrando que estas prevalecem na RMPA.
- A “taxa de domicílios sem rede geral de água” com a de roubos, com beta negativo.

C) Variáveis que adquiriram relevância no início da década de 2000:

- A “taxa de ocupados na segurança privada” com a de homicídios e a de roubos.
- A “taxa de armas registradas” com a de lesões corporais.
- A “taxa de tráfico de entorpecentes” com a de lesões corporais.

Examinando-se as regressões em seu conjunto, percebe-se que certos indicadores não tiveram efeito sobre qualquer das taxas criminais (foram descartados na etapa de seleção das variáveis ou posteriormente nas equações de regressão): Desigualdade, Migrações, Segurança Pública, Prevenção Comunitária, Intensidade da presença das gangues municipais. Todavia, não se conclui necessariamente que esses fatores não tenham influência sobre o fenômeno em tela. Eles podem ter um impacto mais fraco, entretanto, seriam necessários mensurações e desenhos de pesquisa diversos para captá-lo.

Em adição, identifica-se um pequeno número de fatores de bloqueio da criminalidade violenta entre os resultados da análise causal. Dos inibidores inicialmente previstos restaram somente: o IDESE Saúde (de influência reduzida sobre os homicídios) e a Fronteira (com as lesões corporais, revelando que estas prevalecem na Região Metropolitana de Porto Alegre), ambos restritos à década passada. Em nenhuma das equações apareceram indicadores de segurança pública, enquanto que, inversamente ao esperado, a “taxa de ocupados na segurança privada” obteve betas positivos com a do cenário 2, de roubos e de homicídios, no período recente.

Para outras variáveis - taxa de evasão do 2º grau, de domicílios sem rede geral de água e sem rede interna de água - previa-se uma associação positiva, mas os resultados das regressões revelaram o contrário, demonstrando que tais taxas ou medem fato social distinto do inicialmente estipulado ou se mostraram mais complexas, exigindo teorizações adicionais.

9 CONCLUSÃO

Este estudo analisou as tendências da criminalidade violenta em três regiões socioculturais do Rio Grande do Sul e seus principais fatores influentes, visando contribuir com o conhecimento deste fato social através de estratégia analítica que abranjeu distintos nexos causais, bem como as variações dos indicadores sociais e criminais na década de 1990 e nos primeiros anos da de 2000.

Ao se focalizar municípios e regiões socioculturais, procurou-se captar a contextualidade das práticas sociais ocorridas nestes distintos “espaços sociais de vulnerabilidade criminogênica” (MEDEIROS, 2004) ou contextos de risco (diferenciado) de incidência de delitos violentos (CEDEC, 1996a).

O trabalho empírico contemplou 32 municípios com 20.000 ou mais habitantes, cuja incidência relativa nas três regiões socioculturais (58% de um total de 55) atribui certo poder inferencial aos resultados da pesquisa, permitindo uma aproximação mais acurada da população do que um estudo de casos múltiplos (YIN, 2005).

Estritamente falando, as conclusões deste estudo se aplicam apenas aos municípios estudados (que não incluem cidades muito pequenas, com população inferior a 20.000 habitantes), mas se pode, tentativamente, fazer uma inferência a partir delas para os universos regionais.

Na seqüência apresentam-se, sinteticamente, os itens abordados em cada capítulo da Tese e seus principais resultados, esclarecendo-se, de antemão, que alguns deles não são interpretáveis de forma direta e fluída.

Após a exposição introdutória dos itens gerais da pesquisa (problema, objetivos, hipóteses, metodologia), no capítulo 2 discutiram-se os conceitos de violência e de criminalidade, seus diversos significados e manifestações. Este trabalho orientou-se por acepção estrita de violência tida como mais apropriada ao objeto de pesquisa, qual seja: a extrapolação da força (física ou através de instrumentos) que causa dano à vítima (s) e se materializa como ato ou ameaça dentro de uma interação social. Tal opção refletiu-se na definição das variáveis dependentes da pesquisa.

Alguns autores, como Wieviorka (1997), salientam que a violência adquiriu novos significados, cenários e atores neste contexto de globalização e reestruturação produtiva, vinculando-se a categorias como reordenamento identitário, exclusão social, indiferença, individualismo, entre outras. Nesta ambiência, um dos processos sobressalentes é o da banalização da violência e sua disseminação pelos diferentes

espaços sociais (GIDDENS, 1996; WIEVIORKA, 1997, 1999; TAVARES DOS SANTOS, 1993, 2000; COSTA, 1997), onde crescem o sentimento de insegurança, as agressões interpessoais e a busca de resolução dos conflitos por conta própria sem a intermediação de terceiros.

Por sua vez, o conceito de crime provém da tradição durkheimiana, esta mais abrangente do que a doutrina jurídica porquanto prevê para os transgressores não apenas sanções legais, mas também espontâneas e informais. Contudo, a tipificação jurídica tornou-se indispensável à operacionalização da pesquisa, orientando a escolha dos seguintes crimes violentos dolosos: ameaças, homicídios, lesões corporais, roubos e algumas modalidades dos dois últimos delitos. Todos são crimes frequentes que envolvem o uso (ou ameaça de) da força física ou por instrumentos para constranger e imobilizar a vítima, variando em sua maior ou menor gravidade.

Em seguida aparece, no segundo capítulo, revisão bibliográfica dos principais estudos sobre violência e crime no Brasil. Estes, em sua maioria, informam o avanço generalizado dos crimes violentos no País desde o final da década de 1970, principalmente dos patrimoniais. Revisando-se tal produção, percebeu-se que, muito embora tenham se consolidado várias linhas temáticas, são raros os trabalhos empíricos consistentes, devido especialmente à escassez de dados comparáveis e que cubram séries temporais mais longas. Apesar disso, ao longo de 30 anos de produção sistemática sobre a questão, constituíram-se algumas linhas explicativas, as quais foram reunidas nos seguintes enfoques: a) a conformação do Estado Brasileiro, sua relação com a sociedade e sua ineficácia em controlar a violência, bem como o desequilíbrio entre direitos políticos e sociais; b) anomia e retrocesso civilizatório, e a violência como mediadora das relações; c) a urbanização e seus efeitos deletérios; d) a determinação dos fatores econômicos (com destaque para a associação entre homicídios e pobreza constatada em nível intramunicipal, e entre crimes patrimoniais, renda e desenvolvimento em todos os níveis de agregação); e) o surgimento do crime organizado; f) os homens jovens como agressores e vítimas da criminalidade violenta; e g) a ampliação das oportunidades e alvos para a ação criminosa.

O terceiro capítulo examinou descritivamente as tendências históricas das variáveis dependentes da pesquisa - as taxas de crimes violentos ponderados por 100.000 habitantes -, análise que foi antecedida por um detalhamento das especificidades das três regiões socioculturais pesquisadas: a Colônia Velha, a Fronteira e a Região Metropolitana de Porto Alegre.

A região fronteiriça, pertencente à Metade Sul do Estado, é conhecida pela grande extensão territorial de suas propriedades agrárias e de seus municípios, pela especialização na pecuária extensiva, pela industrialização frágil e intermitente, pela concentração de renda e pelo antigo dualismo entre a população nativa e desfavorecida e os proprietários de terras. Além do seu persistente atraso econômico (desde os primórdios do século XX), a essa região é atribuído um padrão cultural típico de resolução dos conflitos por conta própria e com o acionamento da violência. A Colônia Velha, por sua vez, integrante da Metade Norte do Estado, apresentou desenvolvimento diferenciado, decorrente da colonização européia em pequenas propriedades, da existência de mercado interno, da diversificação produtiva, da industrialização capitalista ascendente e de um padrão societário menos desigual. Por fim, a Região Metropolitana, também situada na Metade Norte, consolidou-se historicamente como pólo concentrador das migrações intra-estaduais, devido à rápida industrialização e a atratividade do seu setor terciário. Nela a metropolização desencadeou graves problemas sociais, tais como: desemprego estrutural, alto custo de vida, carência de serviços públicos em algumas áreas e favelização. Nas duas últimas regiões socioculturais intensificou-se um novo dualismo, dos moradores nativos sobre os migrados, que é menos incidente na Fronteira. Ambos os processos discriminatórios – o antigo e o novo dualismo –, ao dificultarem a integração social e o sentimento de confiança comunitária, refletem-se sobre o comportamento da criminalidade violenta nos respectivos territórios.

A nova criminalidade organizada, embora com origem metropolitana (quanto à formação e à articulação dos grupos, muitas vezes nos grandes complexos prisionais ali localizados), está se difundindo para a região de Caxias do Sul e municípios menores, em um movimento de interiorização através de surtos efêmeros (com ações intermitentes, exemplificadas pelos roubos a carros-forte e de carga, a instituições financeiras, seqüestros-relâmpago, assaltos a postos de pedágio, etc.) e sem fixação nas localidades. Na região fronteiriça, este novo crime organizado convive com um tipo mais antigo e menos violento, caracterizado historicamente pelas práticas de abigeato, contrabando e descaminho.

Analisando-se as séries históricas da taxas de crimes violentos das três regiões socioculturais e do Estado, identificaram-se as seguintes tendências:

- Dentre os crimes violentos, os roubos cresceram mais e se disseminaram por todo o território estadual, principalmente na Colônia Velha. A RMPA sempre os-

tentou as taxas mais altas destes delitos. Altamente correlacionadas com as de roubos, também se elevaram as taxas do cenário 2 (crimes violentos não organizados entre desconhecidos, representados por modalidades difusas de roubos), com exceção da Fronteira, onde elas diminuíram 1%. Este cenário 2 ampliou-se proporcionalmente mais no Estado do que o conjunto dos roubos, 23,5% contra 19,1%.

- As lesões corporais cresceram em todo o Estado, especialmente na Fronteira.
- As taxas do cenário 1 (crimes não organizados entre conhecidos, expressos pela soma de ameaças e de lesões corporais leves) aumentaram nas regiões estudadas, exceto na RMPA, onde declinaram 1%.
- Por fim, os homicídios declinaram na Fronteira e ascenderam nos outros espaços, principalmente na RMPA, em 30,1%.

Na Fronteira, a expressiva redução dos homicídios (-28,9%) indica uma provável alteração do seu padrão cultural típico de resolução dos conflitos por conta própria através da violência letal, embora tenha se observado um crescimento das lesões corporais e dos delitos menos graves envolvendo conhecidos (cenário 1). Esta maior recorrência às agressões sem morte evoca certo autocontrole que reduz a letalidade dos conflitos.

A Colônia Velha sempre ostentou taxas criminais mais baixas, ainda que as dos delitos patrimoniais (roubos e cenário 2) tenham crescido relativamente mais no período. Em contrapartida, a RMPA deteve as taxas criminais mais elevadas de todos os tipos delitivos, embora com variação positiva inferior às outras regiões das taxas de lesões corporais, de roubos e de cenário 2, e decréscimo do cenário 1.

Desta forma, referenda-se a proposição inicial desta Tese de que as taxas criminais violentas têm incidência diferenciada nos espaços sociais pesquisados.

Por sua vez, a hipótese acerca da tendência de alteração dos padrões criminais estaduais, de impulsivos para instrumentais, foi parcialmente comprovada pela constatação do crescimento generalizado das taxas de roubos e da aproximação da incidência destas com as de lesões corporais, anteriormente prevalentes e tidas como delitos menos organizados e envolvendo conhecidos.

O crescimento dos homicídios na área metropolitana superou a sua variação nas outras regiões e no conjunto do Estado. Esta tendência pode ser explicada pela complexidade das motivações e circunstâncias que envolvem tais delitos, que vão desde os conflitos domésticos até o acerto de contas do crime organizado, dentro de

um *continuum* crescente de organização e racionalização. Assim, supõe-se que a presença de grupos criminosos nos micro-territórios metropolitanos, paralelamente ao acesso mais restrito ao mercado de trabalho legítimo, esteja conformando um meio propício à associação diferencial (SUTHERLAND, 1955) e onde estão presentes as estruturas de oportunidades ilegítimas (CLOWARD; OHLIN, 1960). Tais características sugerem que a violência letal metropolitana é, em grande parte, instrumental (e não relacional), ao contrário dos outros espaços estudados.

A existência de diferentes configurações regionais referendou a colocação das regiões socioculturais da Colônia Velha e da Fronteira de um lado, e da RMPA de outro. As duas primeiras participaram como variáveis independentes (dicotômicas) da análise causal, representando o contrário da Região Metropolitana, que figurou como variável de referência.

Nos capítulos 4, 5, 6 e 7, expôs-se a análise descritiva das séries históricas e a fundamentação teórica dos demais indicadores supostamente associados com os movimentos das taxas criminais, para além da diferenciação regional antes referida.

Ao longo do quarto capítulo foi examinado o conjunto de índices relativo às “condições socioeconômicas”, após a exclusão das variáveis não correlacionadas com as dependentes e das colineares. Em primeiro lugar, figuraram os indicadores demográficos (taxas de crianças e de adolescentes, de homens jovens e de pessoas sem companheiro), cujas principais tendências históricas demonstraram: certo envelhecimento da população evidenciado pela redução generalizada da proporção de crianças e de adolescentes, e o aumento global dos homens jovens (especialmente na Colônia Velha) e das pessoas que vivem sozinhas (em maior proporção na Região Metropolitana e, em menor, na Colônia Velha).

Posteriormente, analisaram-se os indicadores de configuração urbana, cujos movimentos históricos sinalizaram uma ampliação generalizada da urbanização (especialmente na Colônia Velha) e da população residente nas sedes municipais nas três regiões socioculturais, embora esta esteja declinando no Estado como um todo.

O comportamento dos indicadores positivos de desenvolvimento (taxa de ocupação, média de anos de estudo, taxa de responsáveis com 1º grau, IDESE saúde) indicou, em termos gerais, uma melhoria no tocante à maior escolaridade e saúde, mas uma redução da empregabilidade. Supunha-se que esta relativa melhoria da qualidade de vida nos municípios e conseqüente menor pressão sobre a população pudessem se refletir na diminuição dos crimes violentos, o que ocorreu apenas

quanto às taxas de homicídios e do cenário 2 na Fronteira, e a do cenário 1 na RMPA. Por outro lado, o desenvolvimento certamente está relacionado com o aumento dos delitos patrimoniais, devido à maior disponibilidade de oportunidades e de alvos para a ação criminosa, conforme a teoria das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1994)

Dentre os indicadores negativos de desenvolvimento, os de escolaridade deficiente (taxa de crianças sem escola, de pessoas com menos de quatro anos de estudo, de evasão no 1º e 2º graus) declinaram globalmente no Estado. Tendência semelhante apresentou a taxa de mães responsáveis - indicativa de vulnerabilidade familiar -, e as medidas de precariedade domiciliar (taxas de domicílios sem rede geral e interna de água, sem coleta de lixo e sem iluminação elétrica), exceto a proporção de domicílios sem água tratada, que cresceu na RMPA (embora os seus valores sempre tenham sido inferiores aos dos outros espaços).

Enfim, a tendência declinante da maioria dos indicadores negativos de desenvolvimento nas três regiões socioculturais e no Estado revela uma melhoria destes aspectos no período analisado, que reforça a anterior constatação sobre a otimização das mensurações de desenvolvimento, exceto da taxa de ocupação.

Em seguida avaliaram-se a desigualdade social (índice L de Theil) - decrescente apenas na Fronteira, região que sempre teve valores mais altos deste índice - e as migrações, cuja medida aproximativa, o efeito da migração residual sobre a população observada, aumentou na Colônia Velha, estabilizou-se na RMPA e no conjunto do Estado, e declinou na Fronteira. Ou seja, a Fronteira apresentou tendência diversa à estadual nestes dois aspectos: o decréscimo do índice L de Theil revela que lá a desigualdade está decrescendo; ao passo que a variação negativa do efeito da migração residual indica que ela continua expulsando população.

Das condições socioeconômicas, dois grupos de variáveis não obtiveram associação relevante com quaisquer das taxas criminais: os indicadores de suporte estatal (taxa de transferências governamentais e de suporte estatal familiar) e os Índices de Desenvolvimento (IDHM e IDESE). Também as mensurações de renda não figuraram nas regressões: o PIB *per capita* em reais por não apresentar correlação significativa com as variáveis dependentes e o de renda *per capita* por sua colinearidade com a média de anos de estudo. Quanto ao grupo de variáveis indicativas de indigência, apenas a taxa de indigentes correlacionou expressivamente com a de rou-

bos do 1º período, sendo depois descartada devido a sua colinearidade com a taxa de domicílios sem rede interna de água e a de domicílios sem iluminação elétrica.

No quinto capítulo desta Tese examinaram-se os grupos de variáveis acerca da disposicionalidade social para a violência, prevenção comunitária, segurança pública e privada. Destes, a única medida aproximada de prevenção comunitária – o tecido associativo em 2002 (número de associações comunitárias ponderado pela população) - não se mostrou estatisticamente relevante para entrar nas regressões, uma vez que os seus coeficientes de correlação com os cenários sociais do crime, embora com sinal negativo esperado, mostraram-se fracos (-0,074 e -0,164).

Quanto à disposicionalidade social para a violência, verificou-se que a taxa de armas registradas aumentou globalmente no Rio Grande do Sul, enquanto que a Fronteira apresentou o índice mais elevado de porte ilegal de armas em 2001 (único período disponível). Entretanto, esta última variável não figurou nas regressões por conta dos reduzidos valores dos seus coeficientes de correlação com as taxas do cenário 1 e 2 de crimes violentos (-0,001 e -0,127, respectivamente).

No tocante à segurança pública, viu-se que o efetivo de policiais militares no policiamento ostensivo e de policiais civis diminuiu no conjunto do Estado, com exceção da RMPA e da Colônia Velha, onde a quantidade de policiais civis aumentou. Em contrapartida, as taxas de guardas municipais elevaram-se notadamente na Região Metropolitana, ainda que não se conte com séries históricas confiáveis deste provável e incipiente movimento de municipalização da segurança no Rio Grande do Sul. No caso das forças policiais em conjunto, as taxas estaduais de 1991, 1996 e 2000 aproximaram-se da nacional (em torno de 278 policiais por 100.000 habitantes, conforme Kahn, 2002).

Os Conselhos pró-segurança (CONSEPROS) – que atuam suplementarmente às polícias estaduais - estão presentes em 26 (81%) dos municípios pesquisados, embora eles tendam a ser mais atuantes na Colônia Velha.

Na contramão deste movimento de redução dos efetivos policiais estaduais e de maior responsabilização dos municípios pela segurança urbana, nota-se uma ampliação do mercado privado da segurança. A taxa de ocupados na segurança privada e de estabelecimentos formais de “investigação, vigilância e segurança” teve elevação em todos os espaços estaduais, com a RMPA destacando-se no primeiro índice e a Colônia Velha no segundo, ou seja, nos municípios metropolitanos também cresceu a informalidade do setor.

Nos capítulos 6 e 7 abordaram-se dois conjuntos de indicadores acerca da presença de gangues de crianças e de adolescentes – nos municípios e nas escolas - e do crime organizado. Ambos constituem a “dinâmica da criminalidade violenta”, na medida em que o desenvolvimento de gangues contribui com a consolidação dos grupos criminosos organizados, e vice-versa, devido às prováveis ligações entre ambos os grupamentos, bem como ao processo de constituição de trajetórias criminais, dentro de um *continuum* de organização e gravidade dos atos praticados desde a adolescência, como aparece em Eastman (1998, p. 78) e SanJuan (1998, p. 70). Supunha-se, como hipótese, que esta dinâmica influencia não apenas os crimes violentos organizados, mas todas as práticas violentas.

Nossa definição operacional de gangues de crianças e de adolescentes refere-se a grupos minimamente organizados que se reúnem dentro de certos limites geográficos (escola, bairro, quarteirão, favela) para praticarem atividades de lazer, ações anti-sociais e, até mesmo, atos infracionais e/ou violentos. Tais grupos podem ter liderança e organização instável ou líder mais velho e estrutura permanente e aberta a arranjos com grupos criminais adultos organizados.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, as gangues - tanto municipais quanto escolares - recrutam membros majoritariamente de classe baixa (principalmente na Fronteira), de ambos os sexos na RMPA e na Fronteira e masculino na Colônia Velha, com formação original nos bairros e nas escolas. São grupos mistos e fechados, que se reúnem por afinidades (preferência musical, esportes, diversão, identidade visual), nutrem rivalidades e consomem álcool e drogas. Contemporaneamente, existem mais gangues, que estão mais violentas e organizadas, com maior participação feminina e ingresso precoce, além disso, ampliou-se o consumo de drogas entre os membros.

Utilizando-se as referências de Sutherland (1955), Cloward e Ohlin (1960), Matsueda e Heimer (1997), Sánchez-Jankowski (1997), Huff (1989 apud Lawrence, 1998), Zaluar (1999a, c; 2004), construiu-se uma tipologia de gangues, abrangendo as culturais (galeras) e as delitivas (quadrilhas), ambas distintas dos grupos criminosos adultos organizados, de acordo com: Skolnick (1990 apud ABADINSKI, 1994), Shaw (1998 apud STANDING, 2003), Kliksberg ([200?]) e Burke ([s/d]). Tal tipologia foi operacionalizada através da classificação dos tipos de atividades praticadas, concluindo-se que as gangues culturais são mais freqüentes do que as delitivas nos municípios das três regiões estudadas, ou seja, comparativamente às últimas, são

mais amorfas, com membros de todas as classes sociais, reunindo-se precipuamente para o lazer e praticando incivildades ou, eventualmente, atos infracionais menos graves, embora possam evoluir até homicídios ocasionais (raros).

As gangues municipais são mais incidentes na Fronteira e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Menos freqüentes do que as municipais, as gangues escolares também prevalecem na RMPA, sendo pouco encontradas na Fronteira. Em geral, as gangues municipais são relativamente mais freqüentes do que as escolares.

Em todos os espaços, a intensidade da presença das gangues municipais superou a das escolares, embora a existência de ambos os grupamentos tenha se intensificado no período.

Existem poucas referências sobre as gangues escolares. Estudos mais gerais sobre a violência na escola referem-nas, como em Cardia (1999), Lawrence (1998), Abramovay e Ruas (2002). As últimas autoras identificaram nas representações de membros de comunidades escolares uma “[...] dicotomia entre o espaço realmente violento na rua e o espaço relativamente menos inseguro da escola” (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 277). Ou seja, como também destacaram os diretores de escola entrevistados nesta pesquisa, as gangues escolares, quando existentes, têm origem externa, apesar de contarem com alunos entre os seus membros (que muitas vezes incluem familiares e conhecidos dos estudantes) e interferirem de diversas formas no cotidiano escolar (LAWRENCE, 1998).

Dentre as várias acepções existentes, definiu-se, no capítulo 7, o seguinte conceito operacional de crime organizado¹⁷⁶: compõe-se de grupos que reúnem adultos com trajetória criminal, possuindo funcionamento permanente, liderança estável e hierarquia de postos. Eles visam o lucro e o prestígio, embora suas ações nem sempre sejam instrumentais e violentas, abrangendo principalmente: tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, furto e roubo de veículos, assaltos planejados (a carros fortes, de cargas, a instituições financeiras, a postos de pedágio), extorsão mediante seqüestro. Podem ter ramificações dentro das prisões e ligações com representantes do mundo convencional, no âmbito da justiça, política e Estado. Desta forma, optou-se por acepção nem tão abrangente quanto a da Convenção de Palermo (em STANDING, 2003), nem tão limitada quanto a de Prado, F. (2006), mais

¹⁷⁶ Nossa definição operacional de crime organizado foi contestada por 19% dos delegados de polícia contatados, ao mesmo tempo em que se percebeu, entre eles, a ausência de consenso quanto à conceituação deste fenômeno.

próxima da noção de Abadinski (1994) e reunindo as modalidades de “quadrilhas” e “sindicatos” de Sutherland (1955). Neste conceito também se inserem as “estruturas criminais” referidas por Llorente e outros (2002), ou seja, grupos de menor abrangência e minimamente organizados, atuando dentro de mercados ilegais e praticando ações ilícitas mais difusas.

Mencionou-se ainda, no sétimo capítulo, um movimento de interiorização das ações do crime organizado através de surtos efêmeros, que transforma substancialmente a vida das comunidades, principalmente dos médios e pequenos municípios gaúchos. Este processo foi confirmado com a análise do comportamento das variáveis “intensidade da presença do crime organizado”, “taxa de tráfico de entorpecentes” e “taxa do cenário 3”, em crescimento no Estado com um todo.

Feitas as considerações teóricas iniciais, analisaram-se descritivamente os indicadores relativos à presença, evolução e características predominantes do crime organizado no Rio Grande do Sul.

Na opinião dos delegados de polícia entrevistados, a criminalidade organizada é encontrada principalmente na RMPA e menos na Colônia Velha, embora tenha se disseminado por todo o território estadual no período em análise. Sua presença é mais antiga na Fronteira.

As ações mais freqüentes do crime organizado de acordo com os citados informantes são: crimes patrimoniais difusos, tráfico de drogas, furto/roubo e desmanche de veículos, estelionato/extorsão/fraude, roubo ao comércio e a empresas e receptação. Quanto às suas características destacaram-se: a) um predomínio da classe baixa na Fronteira, enquanto nas outras regiões há maior distribuição entre todas as classes sociais; b) uma maior presença de homens na Colônia Velha (já observada nas gangues) e na RMPA, enquanto que na Fronteira há expressiva participação de ambos os sexos (repetindo característica das gangues fronteiriças); c) a idade dos integrantes varia entre 14 (Colônia Velha) e 60 anos (Fronteira e RMPA); d) na RMPA e Fronteira os grupos formam-se nos próprios municípios; enquanto que na Colônia Velha eles vêm de fora ou de ambos os espaços; e) atuação em âmbito municipal (em todas as regiões), regional (na Colônia Velha e Fronteira) e local (bairro, na RMPA); f) dele participam adolescentes (e, por vezes, crianças) que executam, principalmente, venda de entorpecentes, furtos e são vítimas de exploração sexual; h) são grupos mistos que se reúnem por afinidade e para cometer crimes específicos, com liderança centralizada (inclusive de fora do Estado) e divisão de tarefas; g) Os

grupos estão crescendo em número, organização, sofisticação e acionamento da violência, e ingressam membros de classe alta e mais precocemente.

As taxas de tráfico de entorpecentes - outra medida da presença do crime organizado nos municípios - cresceram de forma generalizada no Estado, especialmente na Fronteira. Este é um delito de registro problemático, variando conforme as ações policiais focais e a decisão dos agentes em tipificarem o fato como tráfico ou porte (de acordo com a quantidade de droga apreendida). As taxas do cenário 3 – crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas, que incluem o tráfico de entorpecentes, a extorsão mediante seqüestro e as modalidades organizadas de roubos – também recrudesceram no Estado, na Fronteira e na RMPA, mas declinaram na Colônia Velha. Em 2004 comparativamente a 2001, a elevação do tráfico de entorpecentes no Estado superou a do cenário 3 (43,1% contra 34,6%).

Comparando-se os dois componentes pesquisados da dinâmica da criminalidade violenta, verificou-se que, nas regiões estudadas, a “intensidade da presença das gangues municipais” cresceu mais do que a “intensidade da presença do crime organizado”. A Fronteira apresentou a maior variação positiva de ambos os grupos, e a RMPA os valores mais altos (com exceção do último ano, 2003, quando a intensidade das gangues fronteiriças foi maior).

Por fim, na análise causal utilizaram-se indicadores da intensidade da presença das gangues e do crime organizado obtidos através de levantamento primário da opinião dos entrevistados, em escala que vai de zero a dois, conforme a maior ou menor gravidade desses fatos nas escolas ou municípios. Ressalta-se que, embora de forma preliminar e aproximativa, é a primeira vez que se tenta incluir esse tipo de variável dentro de um estudo multivariado.

No oitavo capítulo avaliaram-se os resultados da análise causal multivariada obtidos através de regressões lineares *stepwise* dos dois períodos estudados (década de 1990 e início da de 2000). Dentre eles, os principais são apresentados na seqüência.

A “**intensidade da presença das gangues escolares**” demonstrou ser um forte fator causal da violência letal, em ambos os períodos históricos. Para além de sua aparente criminogenia, a presença destes grupamentos nas escolas dos municípios estudados sinaliza algo que ocorre do lado de fora, ou seja, a existência de condições propícias à ocorrência de homicídios, dentre elas: áreas desorganizadas (ecologia humana), que possuem estruturas de oportunidades ilegítimas (Cloward e O-

hlin) e possibilitam contatos freqüentes com criminosos experientes, indispensáveis à aprendizagem criminal (Sutherland), que enfrentam situações econômicas precárias e nutrem certos valores culturais favoráveis ao surgimento de subculturas desviantes (Matsueda e Heimer).

Além das gangues escolares, despontou em primeiro lugar na regressão dos homicídios do tempo 1, a **“taxa de urbanização”**. Ela indica que nos espaços urbanizados, o poder regulatório das instituições sociais é reduzido (anomia durkheimiana), os vínculos sociais são fracos e os indivíduos menos controlados (controle social), existe uma expressiva quantidade de áreas desorganizadas que atraem criminosos (ecologia humana), há maior disponibilidade de contatos e associações com criminosos experientes (associação diferencial). No período recente, esta associação não se repetiu, pois a taxa de urbanização expandiu-se de forma generalizada no Estado, exceto na RMPA, deixando de ser um diferencial no tocante aos homicídios.

Além dos já citados, destacou-se no período recente a **“taxa de ocupados na segurança privada”** como preditor dos homicídios, relação também observada nas regressões dos roubos e suas modalidades difusas (cenário 2), referentes ao tempo 2. Retornaremos a esta variável logo adiante.

Examinando-se as regressões das duas taxas de lesões corporais, verificou-se o forte poder explicativo demonstrado pela **“taxa de pessoas sem companheiro”**. Neste sentido, municípios com alta proporção de indivíduos sem relação conjugal declarada denotam desequilíbrios nos vínculos familiares, pois: as instituições deixam de exercer sua superioridade moral (anomia durkheimiana), o controle social é mais fraco (teorias do controle social), as pessoas comprometem-se menos com papéis adultos, estando mais liberadas para as ações violentas (o que faz a curva etária do crime não declinar em determinado período), além de contarem menos com o apoio psicológico propiciado pela família (estresse geral). Por outro lado, pessoas solitárias e que dedicam pouco tempo às atividades familiares e domésticas sofrem maior risco de vitimização (atividades rotineiras).

Segue, na década de 1990 e com beta negativo, a **“Fronteira”**, indicando que na Região Metropolitana de Porto Alegre - categoria de referência -, prevaleciam as lesões corporais, devido aos efeitos deletérios da metropolização e a existência do novo dualismo nos municípios metropolitanos. Esta relação não foi observada na última regressão por conta do crescimento e difusão das lesões corporais por todo o território estadual, não se concentrando mais em regiões específicas.

Em anos recentes, as lesões corporais são influenciadas positivamente, além da proporção de pessoas sem companheiro, pela “**taxa de tráfico de entorpecentes**” e de “**armas registradas**”.

O comércio ilegal de drogas representa uma das formas recentes de crime organizado e uma via rápida de ganho monetário para as classes populares, especialmente em nível de varejo. Onde está presente – em comunidades malignas ou turbulentas (ATHENS, 1997, 1998) -, ele instaura uma espécie de sociabilidade violenta nas interações sociais, aproximando-se, assim, da subcultura do conflito de Cloward e Ohlin (1960). Na medida em que as lesões corporais envolvem predominantemente pessoas conhecidas e ocorrem em geral nos espaços de convivência, compreende-se, desta forma, a influência causal exercida pelo tráfico de drogas.

A associação da “taxa de armas registradas” com as lesões corporais evoca um potencial de elevação da violência não letal existente nos municípios que possuem maior quantidade de armas entre a população, isto é, onde há maior disposicionalidade social para a violência. As seguintes abordagens fornecem pistas explicativas para tal relação: da banalização da violência (nestes municípios as pessoas tendem a resolver os conflitos por conta própria), do retrocesso civilizatório (a maior incidência de indivíduos e grupos que não internalizaram as regras sociais e têm menos autocontrole), de certa disposição para a violência (mais forte nestas cidades).

Nas regressões de roubos sobressaiu-se, em primeiro lugar no tempo 1 e em segundo no tempo 2, a “**taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais**”. Este indicador de precariedade domiciliar refere-se, de forma aproximada, à favelização, portanto, o sinal positivo do seu beta demonstra que em municípios com maior população favelada, prevalecem os roubos, muito embora estes delitos incidam predominantemente em áreas de rendas mais elevadas dentro das cidades, como registram os vários estudos sobre criminalidade no Brasil. Fundamentam este resultado os seguintes legados teóricos: municípios com áreas desorganizadas e segregadas e que atraem criminosos tendem a ser mais violentos (ecologia humana); cidades com maior quantidade de residentes em aglomerados subnormais têm instituições mais instáveis e vínculos sociais mais frágeis, exercendo pouco controle sobre o comportamento individual (controle social); em municípios com maior número de excluídos, que são pressionados por não contarem com os meios indispensáveis para atingirem as metas culturais (estresse mertoniano), ou que se frustram quando comparam os seus ganhos com os dos outros, sendo des-

providos de estímulos positivos, recursos psicológicos e redes de apoio (estresse geral), ocorrem mais delitos.

Na década de 1990 um fator importante e não esperado de bloqueio dos roubos foi a **“taxa de domicílios sem rede geral de água”**. A sua presença na regressão indica que, para além da precariedade domiciliar, os roubos incidiam menos em municípios com menor fornecimento de água tratada à população (rede geral de água), ou seja, em áreas menos urbanizadas (a correlação da taxa de domicílios sem rede geral de água com a população urbana atingiu coeficiente de -0,794 em 1991). Portanto, a referida variável figurou na regressão como indicativa de menor urbanização, e o sinal negativo do beta assinalou uma relação inversa: que os roubos prevalecem em municípios urbanizados. Neste caso, valem as mesmas premissas teóricas, acima referidas, que amparam a relação positiva entre a taxa de urbanização e os homicídios na década de 1990.

O principal preditor dos roubos em anos recentes é a **“taxa de ocupados na segurança privada”**. Este índice também apareceu, com peso ainda maior, na regressão do cenário 2 – crimes não organizados entre desconhecidos, que representam modalidades difusas de roubos. Neste sentido, apesar de sua alta correlação com os roubos (em 0,974), o perfil etiológico da taxa do cenário 2 não é idêntico ao daqueles, sendo mais sensível à influência dos serviços de segurança privada (ganho em R^2 de 0,646 contra 0,572 na regressão da taxa de roubos do tempo 2).

A segurança privada também incidiu sobre os homicídios do tempo 2, conforme se verificou acima, embora o seu poder explicativo tenha sido bastante inferior ($GR^2 = 0,187$) ao observado nos delitos patrimoniais.

Tais resultados, exclusivos das regressões do período recente, revelam que a segurança privada faz, contemporaneamente, uma diferença sobre os homicídios, os roubos e suas modalidades difusas, e sinalizam uma maior procura por este tipo de serviço em municípios onde esses crimes são freqüentes; ou seja, trata-se de uma reação individual ou comunitária ao crescimento da criminalidade violenta. Entretanto, o modelo não permitiu auferir se a oferta de serviços privados de segurança tem efetivamente um efeito inibidor sobre os crimes, conforme era esperado.

Na regressão da taxa do cenário 1 – crimes não organizados entre desconhecidos, reunindo ameaças e lesões corporais leves, delitos menos graves – destacaram-se duas variáveis: a **“taxa de evasão do 2º grau”**, em sentido negativo não esperado, e a **“de mães responsáveis”**, com beta positivo. No primeiro caso, o sinal

negativo do beta da evasão escolar pode ser considerado teoricamente espúrio, pois a variável determinante é outra - o desenvolvimento (com seus componentes de: renda, emprego, escolaridade, educação, saúde, etc.) -, não captada plenamente pelos indicadores utilizados na pesquisa. O desenvolvimento provoca um aumento da criminalidade e do abandono escolar do ensino médio.

Por sua vez, a “taxa de mães responsáveis” teve peso similar ao da evasão do ensino médio, mas com beta positivo. Portanto, municípios com maior incidência de mães responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa, apresentam maior vulnerabilidade familiar e altas taxas do cenário 1. A interpretação desta associação ampara-se nos seguintes pressupostos: municípios cujas instituições sociais estão desestabilizadas e enfraquecidas em sua função regulatória impõem menos freios morais aos comportamentos desviantes (anomia durkheimiana); cidades que passaram por processos desagregadores – dentre eles, a perda de influência das formas tradicionais de controle e a alteração das estruturas familiares – produzem áreas desorganizadas, que atraem criminosos (ecologia humana); em municípios com maior proporção de famílias vulneráveis os indivíduos não contam com estímulos positivos e apoio familiar (estresse geral); os habitantes de cidades cujas instituições e mecanismos formais e informais de controle estão debilitados são menos supervisionados (controle social).

Enfim, em consonância com a multicausalidade da criminalidade violenta, a Tese evidencia uma ampla variedade de fatores, condições e associações que apontam para a necessidade de enfoques analíticos muito diversificados e que possam subsidiar a formulação de políticas. O fato de alguns indicadores não figurarem entre os resultados da análise causal – desigualdade, migrações, segurança pública, prevenção comunitária, presença das gangues municipais – não permite concluir que eles não tenham influência sobre os crimes violentos, apenas que, para medi-la, são necessários outros desenhos e mensurações, que poderão ser trabalhados futuramente. Nesta agenda de pesquisa também se incluem as interconexões entre as variáveis, os efeitos indiretos e possíveis intermediações, por ora não contemplados.

Transpondo-se a citação inicial de Ítalo Calvino para a conjuntura de crime e de violência em nosso País, pode-se dizer que o inferno já está aqui, formado por nós todos. Dentro da atual atmosfera de medo e de perplexidade, entretanto, é preciso encontrar em nosso meio o que não é inferno – quiçá alguns focos de convivência pacífica e saudável - e estimulá-lo para que nos guie na construção de uma socie-

dade mais justa, cordial e feliz. Tal motivação e o exame dos resultados do presente estudo suscitaram o delineamento de estratégias de enfrentamento da criminalidade violenta, na medida em que “Uma teoria sem implicações políticas é estéril, enquanto que uma política não amparada por alguma teoria explícita é imprudente.” (ATHENS, 1997, p. 155, tradução nossa).

Assim como o fenômeno da criminalidade violenta é complexo e multidimensional, as propostas abaixo relacionadas não são simples, desconhecidas ou excludentes, e nem se referem a um segmento apenas do Sistema de Justiça Criminal – por exemplo, a polícia –, exigindo a articulação de todas as forças sociais, públicas e privadas. Elas devem ser combinadas entre si e com políticas mais amplas, bem como acompanhadas sistematicamente por instrumentos mensuráveis de avaliação:

- Campanhas massivas ou focais pela não violência, que incluam o ensino de estratégias individuais para se lidar com situações difíceis, as quais envolvem aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais (Agnew, 1992).
- Gerenciamento da urbanização e da concentração populacional nos médios municípios (que ainda não concentram todos os problemas sociais decorrentes da metropolização).
- Em todos os municípios, prover áreas com total infra-estrutura urbana e oferta de serviços públicos, que possuam espaços de lazer e de convivência (sobretudo nas áreas pobres), no sentido de melhorar a qualidade de vida e reduzir o “lado perverso da atratividade” (JARDIM; BARCELLOS, 2005). Condições que estimulem, entre os cidadãos, o resgate do espaço público.
- Mais conhecimento é necessário sobre a problemática das gangues nas escolas, até agora tratada de forma acessória na literatura sobre violência e omitido pelas direções dos estabelecimentos (que geralmente traçam uma dicotomia entre o ambiente aparentemente seguro da escola e o violento de fora dela). Por exemplo, recentemente, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO) lançou junto aos seus associados uma pesquisa a fim de investigar a ocorrência de situações de violência e de constrangimento vivenciadas por professores. (SINPRO, 2006, p. 1).
- Ainda quanto às gangues escolares, é providencial a criação de novos modelos de escola, que apostem no diálogo, na negociação e na mediação dos conflitos, bem como busquem a melhoria da qualidade de ensino, atacando o problema da repetência continuada (para além da evasão escolar). As Escolas da Paz, exis-

tentes em algumas cidades brasileiras, é uma iniciativa deste tipo. Além disso, são providenciais programas de incentivo financeiro aos estudantes de classes populares que freqüentam o ensino médio (como bolsas de estudo), de forma a reduzir a pressão sobre eles e suas famílias. Eficazes são também os programas de transporte gratuito aos estudantes - não só do ensino fundamental, mas também do nível médio e superior -, implantados por prefeituras do interior do Estado. Foram bastante citados pelos informantes, como medida de prevenção às gangues, a ampliação das atividades extracurriculares (15% das respostas), os projetos específicos para jovens (9%), a união da comunidade e sua conscientização para a implantação de projetos (8%) e um maior controle e disciplina sobre os alunos (7%).

- Programas de inclusão positiva para os jovens – trabalho, escola, esportes, formação profissional -, que façam frente à inclusão negativa propiciada pelas gangues, o tráfico de drogas e o crime em geral. Ampliar a rede de proteção para crianças e adolescentes que vivem na rua, contingente que está crescendo nos municípios metropolitanos e em alguns pólos regionais gaúchos.
- Avaliação da composição e da atuação dos Conselhos Tutelares, providenciando recursos e apoios indispensáveis à sua função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- Promover o fortalecimento das instituições, em especial das famílias, através de políticas sistemáticas de proteção. Dentre as medidas de redução da violência mencionadas pelos entrevistados, o foco sobre a família foi a mais citada (22% das respostas).
- Implantação de lei seca em certos horários nos municípios com maiores taxas de agressões e de homicídios (como já ocorre em algumas cidades), pois estes crimes são geralmente praticados sob a influência de álcool.
- Restrição ou proibição da circulação de armas, em consonância com a Lei Nº 10826 (BRASIL, 2003).
- Descriminalização do uso de entorpecentes, priorizando-se a redução dos danos aos usuários.
- Legislação rigorosa e agilização do judiciário (citadas em 17% dos comentários dos delegados acerca de possíveis saídas à criminalidade). Ampliação e descentralização do acesso à justiça com a criação de escritórios de assistência jurídica

e de programas comunitários (como o das promotoras legais populares) em áreas periféricas.

- Na medida em que nenhum dos indicadores de segurança pública apresentou qualquer efeito sobre os crimes violentos, pensa-se na necessidade de se ir além das iniciativas conhecidas – sintetizadas na ampliação do efetivo e dos recursos como viaturas, armas e coletes - priorizando-se uma melhor remuneração e capacitação dos agentes, bem como a implementação de programas comunitários e de inteligência policial. São necessárias técnicas de investigação mais sofisticadas – especialmente no enfrentamento da criminalidade organizada -, otimizando-se assim a taxa de esclarecimento. Nesta pesquisa foi bastante citada pelos delegados de polícia (17% das respostas) a priorização da política de segurança pública (no sentido de uma atuação mais eficiente dos profissionais). Na linha da sugestão de Kahn (2007), considera-se prioritária a criação de uma nova cultura de gestão nas organizações policiais, que produza diagnósticos científicos da realidade, adote critérios técnicos e padronizados nas operações, estabeleça o planejamento e a avaliação das ações, utilize com parcimônia os recursos, descentralize atividades e cobre responsabilidades.
- Levando-se em conta os resultados deste trabalho que demonstraram que, em anos recentes, a segurança privada associa-se positivamente com os crimes violentos (principalmente os patrimoniais); é preciso refletir sobre o verdadeiro impacto social dos investimentos neste mercado. Novos instrumentos de medida são necessários para se avaliar se, de fato, a segurança privada exerce algum efeito bloqueador e, em caso afirmativo, qual a sua extensão e que tipos de delitos atinge.

Enfim, finaliza-se este trabalho, entendendo-se que ele propiciou uma compreensão abrangente da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul – especialmente em três de suas regiões socioculturais -, de suas principais tendências e fatores influentes, além de ter delineado alternativas de enfrentamento deste problema. Ainda assim, ressalta-se que seus resultados são provisórios e servirão de referência para futuros estudos, pois a imaginação sociológica nutre-se de estágios alcançados para continuar existindo.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE DO CRIME. **Extra Classe**, Porto Alegre, ano 1, n. 103, junho 2006. p. 7.
- ABADINSKI, Howard. Nontraditional Organized Crime. In: _____. **Organized Crime**. Chicago: Nelson-Hall, 1994. p. 216-292.
- ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADORNO, Sérgio. **Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/USP, 1990. Mimeo.
- ADORNO, Sérgio. **A criminalidade urbana violenta no Brasil**: o ponto de vista dos cientistas sociais. Paris: Deuxième Conférence Internationale sur la Sécurité, les Drogues et la Prévention de la Criminalité em Milieu Urbain, 1991a.
- ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991b.
- ADORNO, Sérgio. O sistema penitenciário no Brasil (problemas e desafios). **Revista USP**, São Paulo, v. 9, p. 65-78, 1991c.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. X, n. 2, p. 299-342, jul/dez. 1995.
- ADORNO, Sérgio. **Entrevista ao Programa “Câmera Dois” da TV Guaíba**. Porto Alegre: 02/07/1997.
- ADORNO, Sérgio. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998a. p. 227-246.
- ADORNO, Sérgio. Entrevista ao **Jornal da Universidade (UFRGS)**, Porto Alegre, agosto 1998b. p. 8-9.
- ADORNO, Sérgio. **Violência e Civilização**. Conferência proferida no Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 03/09/1999.
- ADORNO, Sérgio. A crise no Sistema de Justiça Criminal. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, ano 54, n. 1, p. 50-53, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coordenado por Sérgio Adorno).
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo. **Revista Bras. de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.9, p.70-94, 1989.
- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. **Dilemas do controle democrático da violência**: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo. São Paulo: Núcleo de estudos da violência, USP, 1997. Mimeo.

AGNEW, Robert. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. **Criminology**, Emory University, v. 30, n. 1, p. 47-87, 1992.

ALONSO, José A.; BANDEIRA, Pedro S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Pedro (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990. t.1. p.65-130.

ALONSO, José A.; BANDEIRA, Pedro S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANDRADE, Mônica V.; LISBOA, Marcos de B. **Mortalidade nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000a. Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/arquivo/1248.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

ANDRADE, Mônica V.; LISBOA, Marcos de B. Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no período 1981/97. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. v. 1. p. 347-384.

AREND, Marcelo; CÁRIO, Sílvio. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglas North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, p. 63-94, maio 2005. Número Especial. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 mai. 2006.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Digitalizado em 2004. Disponível em: <<http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em: 20 set. 2006. Texto original: On Violence (1969), tradução de Maria Cláudia Drummond.

ATHENS, Lonnie. **Violent Criminal Acts and Actors Revisited**. Chicago: University of Illinois Press, 1997.

ATHENS, Lonnie. Dominance, ghettos and violent crime. **The Sociological Quarterly**, Berkeley, CA, v. 39, n. 4, p. 673-691, 1998.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BARBINI, Bernarda. **Prácticas culturales urbanas de jóvenes residentes en Mar del Prata**. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia. São Paulo: 31 de agosto a 05 de setembro de 1997. Mimeo.

BARCELLOS, Tanya M. de. et al. **Segregação urbana e mortalidade em Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 1986.

BAZAN, Luiza H. P. **Etnia, cooperação e conflito: mediações da identidade nas relações industriais (um estudo de caso no setor calçadista do Vale dos Sinos)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BEATO FILHO, Cláudio C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-89, 1998.

BEATO FILHO, Cláudio C. **Fontes de dados policiais em estudos criminológicos**: limites e potenciais. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Mimeo.

BEATO FILHO, Cláudio C. et al. **Criminalidade Violenta em Minas Gerais – 1986 a 1997**. Trabalho apresentado na XXII Reunião da ANPOCS. Caxambú, 1998. Mimeo.

BEATO FILHO, Cláudio C.; REIS, Ilka A. Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime. In: RODRIGUES, R. (org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 385-404.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BECKER, Howard. Career Deviance. (Reimpressão de “Outsiders. Free Press, 1963”). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.) **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 303-310.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

BLUMSTEIN, Alfred; ROSENFELD, Richard. Assessing the recent ups and downs in U.S. Homicide Rates. **National Institute of Justice Journal**, 1998. p. 9-11. (Crime’s decline - why?)

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Cap. V: Violência simbólica e lutas políticas.

BOURGUIGNON, Marco. **Crise na ética do trabalho, formação de redes fechadas de sociabilidade, medo da morte precoce**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UERJ, 1998. Mimeo.

BRASIL. **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 14 de 08 de junho de 1973**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=121699>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 6368, de 21 de outubro de 1976**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6368.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9437, de 20 de fevereiro de 1997**. Disponível em: <<http://www.armaria.com.br/Lei9437.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei Nº 1073, de 1999**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Projetos/PL/pl1073.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 10826, de 22 de dezembro de 2003**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.826.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

BURGESS, Ernest W. **The growth of the city**: an introduction to a research project. Proceedings of the American Sociological Society, XVIII, 1924. p. 85-97.

BURKE, Peter. O “processo civilizador” vencerá o poder das novas armas? Violência urbana e civilização. **Publicações – Braudel Papers**, n. 12. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/bps/paper12a.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2004.

CALDEIRA, Teresa. **City of walls**: crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Ph.D. Dissertation on Anthropology - Graduate Division of the University of California at Berkeley, 1992.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMACHO, Álvaro; GUZMÁN, Álvaro. La violencia urbana em Colombia: teorías, modalidades, perspectivas. In: CAMACHO, Álvaro et al. **Nuevas visiones sobre la violencia en Colombia**. Santa Fé de Bogotá: Fundación Friedrich Ebert de Colombia/Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales/Tercer Mundo Ed., 1997, p. 13-55.

CAMPOS COELHO, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. **Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.377-383, 1980.

CAMPOS COELHO, Edmundo. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Espaço e Tempo, 1987.

CAMPOS COELHO, Edmundo. A criminalidade urbana violenta. **Dados**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.145-183, 1988.

CANO, Ignacio. **Mapa de Risco da Violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1997. Mimeo.

CANO, Ignacio (coord.). **Pesquisa sobre armas registradas e acauteladas**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, janeiro 2000. Mimeo.

CANO, Ignacio. As origens da criminalidade. **Superinteressante Especial**: por um Brasil menos violento, São Paulo, p. 14, abril 2002.

CANO, Ignacio. **Mensurando a impunidade no sistema de justiça criminal no Rio Janeiro** (Relatório Final dos concursos nacionais de pesquisas aplicadas em justiça criminal e segurança pública). Brasília: SENASP, abr. 2006.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARRARA, Sérgio. O crime de um certo Custódio e o surgimento do Manicômio Judiciário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 279-301, 1991.

CARDIA, Nancy. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P. S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 133-154.

CARDIA, Nancy. **Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. Brasília: Secretaria de Estado de Direitos Humanos; São Paulo: NEV/USP, 1999.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. Violência e Desigualdade Social. **Ciência e Cultura** - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 1, p. 25-31, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coord. por Sérgio Adorno).

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Armas de Fogo no Rio de Janeiro: Cultura, Prevalência e Controle**. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. São Paulo: 1997. Mimeo.

CARRA, Cécile. Délinquances juvéniles et régulations institutionnelles. **Droit et Société**, Paris, Centre National de La Recherche Scientifique et Ministère de la Justice, n. 32, p. 105-113, 1996.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de São Paulo. São Paulo, 1996a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de Curitiba. São Paulo, 1996b.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, 1997a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapa de Risco da Violência**: cidade de Salvador. São Paulo, 1997b.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. La délinquance juvenile, essai de construction d'objet. **Revue française de sociologie**, v. XII, p. 335-377, 1971.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a02v47n2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

CHESNAIS, Jean Claude. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours**. Paris: Laffont, 1981.

CHESNEY-LIND, Meda. Girls' crime and Woman's place: toward a feminist model of female delinquency. (Reimpressão de "Girls' crime and woman's place: toward a feminist model of female delinquency. **Crime & Delinquency**, v. 35, n. 1, 1989, p. 5-

29"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.) **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 570-594.

CLOWARD, Richard A.; OHLIN, Lloyd E. **Delinquency and Opportunity**: a theory of delinquent gangs. New York: Free Press, 1960.

COELHO, Magda Prates. Crime organizado e pobreza: uma nova associação. In: Polícia militar: **Estado e sociedade**: os desafios da modernidade. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.

COHEN, Albert K. **Delinquent Boys**: the culture of the gang. New York: Free Press, 1955.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rates trends: a routine activity approach. (Reimpressão de "Social change and crime rate trends: a routine activity approach. American Sociological Review, v. 44, p. 588-608, 1979"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 535-570.

COLEMAN, J. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CONTE, Marta. Ser Herói já era: seja Famoso, seja Toxicômano, Seja Marginal! In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. p. 249-257.

CORRÊA, Marisa. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORNISH, Derek B.; CLARKE, Ronald V. Understanding crime displacement: an application of rational choice theory (Reimpressão de "Understanding criminal displacement: an application of rational choice theory. Criminology, v. 25, n. 4, p. 933-947, 1987"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 519-535.

COSER, Lewis. **Les fonctions du conflit social**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. Deuxième partie, caps. 2-5, p. 91-149.

COSTA, Cristina. A violência humana. In: _____. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997. p. 282-295.

COSTA, Márcia. Juventude e violência: a produção de subjetividades conservadoras. **Margem** (humanidades e fim de século). São Paulo: EDUC, 1998. p. 159-174.

CULLEN, Francis. Were Cloward and Ohlin strain theorists? Delinquency and opportunity revisited. **Journal of Research in crime and delinquency**, v. 25, n. 3, 1988. p. 214-241.

CULLEN, Francis. Social Support and Crime. In: CULLEN, Francis; AGNEW, Robert. **Criminological Theory**. Past to Present. Essential Readings. Second Edition. Los Angeles/Califórnia; Roxbury Publishing Company, 2003. p. 533-542.

CULLEN, Francis; AGNEW, Robert. Integrated Theories of Crime. In: **Criminological Theory**. Past to Present. Essential Readings. Second Edition. Los Angeles/Califórnia; Roxbury Publishing Company, 2003. p. 483-542.

DA MATA, Roberto. As raízes da violência no Brasil. In: DA MATA, Roberto et al. **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11-44.

DAVIE, Maurice R. The pattern of urban growth. In: MURDOCK, G. P. (ed.). **Studies in the Science of Society**. New Haven: Yale University Press, 1937. p. 133-61.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

DIOGENES, Glória. **Rebeldia Urbana**: tramas da exclusão e violência juvenil. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú: outubro 1995.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência, gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Anna Blume/Governo do Estado do Ceará, 1998.

DIÓGENES, Glória. O *corpus* das gangues e galeras juvenis: ritos de transgressão social. In: LEAL, César Barros; PIEDADE JR., Heitor (coord.). **A violência multifacetada**: estudos sobre a violência e a segurança pública. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 183-204.

DURKHEIM, Émile. **Lecciones de Sociologia**. Buenos Aires: Schapire, 1966.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Ed. Presença, 1978.

DURKHEIM, Émile. **Seleção de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social** (v.I). Lisboa: Ed. Presença, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

EASTMAN, Alberto Concha. Colômbia: epidemiologia e violência. In: PINHEIRO, P. S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 73-94.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e civilização. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ÉPOCA, São Paulo, Ano II, n. 53, p. 3-36, 24/05/1999.

ETCHICHURY, Carlos. Homicídios caem pela metade em três anos. **Conjuntura criminal**, 1998. Disponível em: <<http://www.conjunturacriminal.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2001.

EUFRÁSIO, Mário. **Estrutura urbana e ecologia urbana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

FARIS, Robert E. L.; DUNHAM, H. W. Natural Areas of the City. (Reimpressão de "Mental disorders in urban areas. Chicago: University of Chicago Press, 1965"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 63-72.

FAUSTO NETO, Ana M. Q. Violência e dominação: as favelas voltam à cena. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. X, n. 2, p. 417-438, jul/dez. 1995.

FONSECA, Cláudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson (org.). **Psicanálise e Colonização**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 255-274.

FONSECA, Pedro. **RS**: economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOX, James; ZAWITZ, Marianne. Homicide Trends in the United States: 2002 Update. **Bureau of Justice Statistics – Crime Data Brief**: US Department of Justice, november 2004. Disponível em: <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/homicide/homtrnd.htm>>. Acesso em: 10 out. 2006.

FRAGA, César. Um dia na cidade do crime. **Extra Classe**, Porto Alegre, jun. 2000, p. 6-7.

FREIRE COSTA, Jurandir. Sobre a "geração AI-5". Violência e Narcisismo. In: _____. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREITAS, Wagner C. de P. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCRIM, 2002.

FRY, Peter. Cor e Estado de Direito no Brasil. In: MÉNDEZ, Juan E., O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo S. **Democracia, Violência e Injustiça**: o não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 207-231.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Indicadores sociais de criminalidade**. Belo Horizonte, 1987.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Capítulo 6: A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GOMES, Martin L. Pesquisa de segurança urbana nos seminários realizados na cidade de Porto Alegre. **A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a segurança urbana**: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança. Porto Alegre: Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2003. p. 22-32.

GOMEZ BUENDIA, Hernando (ed.). **Urban crime**: global trends and policies. Tokyo: The United Nations University, 1989.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. **A general theory of crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GRIZA, Aida. **Armas de Fogo**: valores, significados e expectativas. (Projeto de Pesquisa encaminhado ao “Concurso de Dotações para Pesquisas Aplicadas em Programas de Prevenção” do Ministério da Justiça). Porto Alegre: Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul, 2003. Mimeo.

GRIZA, Aida; TIRELLI, Cláudia; SCHABBACH, Letícia M.; SOARES, Diná P. G. Os espaços sociais da criminalidade no Rio Grande do Sul: um estudo microrregional 1992-1998. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS - 98/99**. Porto Alegre, 1999a; p. 378-385.

GRIZA, Aida; SCHABBACH, Letícia M.; TIRELLI, Cláudia; SOARES, Diná P. G. **Determinantes municipais e regionais da criminalidade no Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado no Grupo Temático “Violência, Criminalização e Controle Social”, do IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 03 de setembro de 1999b. Mimeo.

GROSSI, Maria S. Entre a política e a religião: caminhos da contribuição weberiana à análise da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n.1, p.14-33, jan./jun. 1999.

HAGAN, John. The Poverty of a Classless. *Criminology* .– The American Society of Criminology 1991 Presidential Address. **Criminology**, v. 30, p. 1-19, 1992.

HAGAN, John; PALLONI, Alberto. The Social Reproduction of a Criminal Class in Working-class London, circa 1950-1980. **American Journal of Sociology**, v. 96, n. 2, sept. 1990. p. 265-299.

HARRIS, Anthony; MEIDLINGER, Lisa. Criminal Behavior: Race and class. **Criminology**, Belmont CA: Wadsworth, p. 115-143, 1995.

HERRLEIN JR., Ronaldo. O crescimento econômico no Rio Grande do Sul no período 1990-2002. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 25 mai. 2006.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency**. Berkeley: University California Pr., 1969.

HIRSCHI, Travis. A Control Theory of Delinquency. In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.) **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 250-268.

HIRSCHI, Travis; GOTTFREDSON, Michael. Control Theory and the Life-course Perspective. **Studies on Crime and Crime Prevention**, v. 4, n. 2, 1995. p. 131-42.

HOMEM PRESO POR PORTE DE ARMA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29/12/2003. p. 15.

IZUMINO, Wânia; NEME, Cristina. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e Cultura** - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 1, p. 47-49, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coordenado por Sérgio Adorno).

JANSEN, Susel. Evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul: uma análise do período de 1994 a 1995/96. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 mai. 2006.

JARDIM, Maria de L.; BARCELLOS, Tanya M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, p. 143-169, maio 2005. Número Especial.

KAHN, Túlio. Metodologia para a construção de um índice de criminalidade. **Os direitos humanos no Brasil – 95**. São Paulo: NEV/CTV, 1995.

KAHN, Túlio. A Violência Brasileira. **Conjuntura Criminal**, ano 1, n. 3, novembro 1998. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/concrim>>. Acesso em: 14 mai. 1999.

KAHN, Túlio. **Velha e nova polícia**: Polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual. São Paulo: Sicurezza, 2002.

KAHN, Túlio. **Armas de fogo**: argumentos para o debate. [10 Novembro 2003] Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/desarme/pesquisas/ armas_de%20fogo_argumentos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2003.

KAHN, Túlio. **Por que a criminalidade está em queda em São Paulo?** Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

KAMINSKI, André K. **O Conselho Tutelar, a Criança e o Ato Infracional**: Proteção ou Punição? Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 65-84, 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura jurídica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. **BIB**

– Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2º semestre 2000.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, [s/d].

KLIKSBURG, Bernardo. **El contexto de la juventud em América Latina y el Caribe**: interrogantes, busquedas, perspectivas. [S.l.], [200?]. Mimeo.

KRUG, Eg. et al. (ed.) **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LASH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LASH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAWRENCE, Richard. **School Crime and Juvenile Justice**. New York: Oxford University Press, 1998.

LEMERT, Edwin M. Primary and Secondary Deviation. (Reimpressão de “Social Pathology. New York: McGraw-Hill Book Co., 1951”) In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.) **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 298-303.

LENOIR, Remi. Desordem entre os agentes da ordem. In: BOURDIEU, Pierre (co-ord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 267-288.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LEVINE, Felice J.; ROSICH, Katherine J. **Social causes of violence**: crafting a science agenda. Washington/DC: American Sociological Association, 1996.

LIMA, Renato. Entrevista a André Moraes de Oliveira “Violência avaliada em dissertação”. **Hipertexto**, Jornal da FAMECOS/PUC-RS, Porto Alegre, set. 2000. p. 6.

LIMA, Antônio E. M. A indústria e a economia regional no Ri Grande do Sul. Formação histórica e evolução recente (1990/2000). In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 mai. 2006.

LLORENTE, Maria V. et al. **Violência homicida y estructuras criminales en Bogotá**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2002. Mimeo.

LUFT, Celso P. **Mini dicionário Luft**. São Paulo: Ática/Scipione, [s/d].

LUHMANN, Niklas. **O amor como paixão**: para a codificação da intimidade. Lisboa: Difel, 1991.

LUHMANN, Niklas. Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da Teoria da Sociedade. In: NEVES, Clarissa B.; SAMIOS, Eva M. B. (org.). **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997a. p. 60-74.

LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa B.; SAMIOS, Eva M. B. (org.). **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997b. p. 75-91.

LUHMANN, Niklas. **Organización y Decisión: Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo**. Introducción de Darío Rodríguez Mansilla. México: Universidad Iberoamericana/Anthropos, 1997c.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia**. Madrid: Trotta, 1998. Capítulo 8: Inclusión y Exclusión, p. 167-195.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 13, p. 115-124, nov. 1999.

MAIA NETO, Cândido Furtado. **Justiça Criminal Brasileira: Problemas e Soluções**. Curso avançado sobre direitos humanos, 1998. Disponível em: <<http://www.foznet.com.br>>. Acesso em: 27 abr. 2003.

MARINO, Juan M. F. Determinantes econômicos e sociológicos da migração rural-urbana: ensaio de uma metodologia de análise de resíduos migratórios. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 24-42, abr./jun. 1978.

MARINO, Juan M. F. **Os ciclos da violência na América Latina e a Sociologia do Crime**. Trabalho apresentado no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto/Portugal, agosto 2000. Mimeo.

MARINO, Juan M. F.; SCHABBACH, Letícia Maria; GRIZA, Aida. **Etiologia da violência e da criminalidade no Estado do Rio Grande do Sul, 1992-1998: Modelos de Trajetória e Análise de Stepwise**. (Relatório de Pesquisa para a FAPERGS). Porto Alegre: Convênio Ufrgs – Secretaria da Justiça e da Segurança. Núcleo de Pesquisa sobre a Violência, 2002a. Mimeo.

MARINO, Juan M. F. (coord.) et al. **Cenários Sociais do Crime no Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa para a FAPERGS). Porto Alegre: Convênio UFRGS – Secretaria da Justiça e da Segurança. Núcleo de Pesquisa sobre a Violência, 2002b. Mimeo.

MARINO, Juan M. F. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes: o novo caráter da agressividade social na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, [2007?]. Em preparo.

MARQUETTI, Ademir; BÊRNI, Diúlio; MARQUES, André. Determinantes dos diferenciais das taxas de crescimento sub-regionais do Rio Grande do Sul nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, p. 95-115. Número Especial. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

MARTINS, Clítia; MAMMARELLA, Rosetta. **Espacialização da exclusão social urbana no Rio Grande do Sul** (Relatório de Pesquisa). Porto Alegre: FEE, 1997. Mimeo.

MATOS, Sônia; PROIETTI, Fernando; BARATA, Rita. Confiabilidade da informação sobre mortalidade por violência em Belo Horizonte, MG. **Revista de Saúde Pública** [on line], São Paulo, v.41, n.1, p. 76-84, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

MATSUEDA, Ross L.; HEIMER, Karen. A Symbolic Interactionist Theory of Role-Transitions, Role-Commitments and Delinquency. In: THORNBERRY, T. (ed.) **A Developmental theories of crime and delinquency**. New Brunswick/NJ: Transaction, 1997, p. 163-213.

MCCARTHY, Bill; HAGAN, John. Mean Streets: The Theoretical Significance of Delinquency among Homeless Youths. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 3, 1992. p. 597-627.

MCKENZIE, Roderick. The ecological approach to the study of the human community. **American Journal of Sociology**, v. 30, n. 3, nov. 1924. p. 187-301.

MEDEIROS, Alexandre. **Conexões sociológicas entre questão social e questão criminal: desigualdades, desagregação sócio-espacial e delinqüência em Porto Alegre (2000-2003)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

MELLO JORGE, Maria H. Violência como problema de saúde pública. **Ciência e Cultura** - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 1, p. 50-53, p. 52-53, jul./ago./set. 2002. (Núcleo Temático Violência, coordenado por Sérgio Adorno).

MENDES, Laura. Arquitetura do Medo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07/04/2002.

MÉNDÉZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo S. **Democracia, Violência e Injustiça: o não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENDONÇA, M. J. **Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro**. São Paulo: IPEA, 2000. Mimeo.

MERTON, R. K. **Social theory and social structure**. Glencoe: Free Press, 1958.

MERTON, R. K. Social structure an anomie. (Reimpressão de "Social theory and social structure. Macmillan Inc., 1967"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 114-148.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MILLER, Walter. Lower-class culture as a generating milieu of gang delinquency. **Journal of Social Issues**, n. 14, 1958. p. 5-19.

MINGARDI, Guaracy. O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais. **Revista do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a prevenção do delito e o tratamento do delinqüente**, São Paulo, n. 8, p. 7-27, 1998.

MIRANDA, Ricardo. Tráfico de armas. **Isto É**, São Paulo, n.1763, p. 24-29, 16/07/03.

MISSE, Michel. Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: BOAS, Gláucia V.; GONÇALVES, Marco A. (org.). **O Brasil na virada do século**: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 79-89.

MISSE, Michel. **O final da cadeia**: interpretações da Violência no Rio. Trabalho apresentado no Seminário "Foucault". Rio de Janeiro, 11 ago. 1998. Mimeo.

MISSE, Michel; MOTTA, Dílson. **Crime**: o social pela culatra. Rio de Janeiro: Achiamé-Socii, 1979.

MUSUMECI, Leonarda. **As múltiplas faces da violência no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/textos.asp>>. Acesso em: 03 mai. 2003.

NYE, Ivan F. Family Relationships and Delinquent Behavior. In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 242-250.

OLIVEIRA, Carmen. Escola e delito: invenções de lugar na juventude de periferia. In: MARASCHIN, Cleci. **Psicologia e educação**: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 297-314.

OLIVEN, Ruben. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 371-376, 1980.

PAIXÃO, Antonio L. Crime e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.13-44.

PAIXÃO, Antônio L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 166-199.

PARK, Robert. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. **American Journal of Sociology**, v.20, n.5, mar.1915. p. 577-612.

PARK, Robert et al. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PARK, Robert. Social change and social disorganization. (Reimpressão de "Park, R. et al. The City. Chicago: University of Chicago Press, 1925") In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 60-63.

PASSETI, Edson. **Segurança, confiança e tolerância**. Apresentação de trabalho no GT 27 – Violência y derechos humanos – do XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS). Porto Alegre, 23 de agosto de 2005.

PESQUISA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO. A escola pública na opinião dos pais. **Correio do Povo**, 24/05/2005, p. 6.

PESTINE, Joseph. Violence, impotence et individualisme. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, UNESCO, n. 132, p. 193-207, mai 1992. (Penser la violence, perspectives philosophiques, historiques, psychologiques et sociologiques).

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

PINHEIRO, Paulo S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 43-52, maio 1997.

PINHEIRO, Paulo S. Diagnósticos da Violência. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 13-17.

PINHEIRO, Paulo S. Entrevista à **RADIS** – Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro, n. 54, p. 16-17, fev. 2007.

PLATT, Thomas. Emplois descriptifs et polémiques du concept de violence. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, UNESCO, n. 132, p. 185-191, mai 1992. (Penser la violence, perspectives philosophiques, historiques, psychologiques et sociologiques).

POCHMANN, Márcio. Violência e Emigração Internacional na Juventude. **Ciência e Cultura** - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 1, p. 39-43, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coord. por Sérgio Adorno).

PRADO, Fabiana L. **A ponderação de interesses em matéria de prova no processo penal**. Monografia vencedora do 10º Concurso de Monografias Jurídicas. São Paulo: IBCCrim, 2006.

PRADO, Ricardo C. Tempo de violência. **Superinteressante**, São Paulo, p. 39-45, nov. 1996.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Histórico da Guarda Municipal**. 2002.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUAGLIA, Giovanni. O Tráfico de Drogas como motor da violência. Pronunciamento. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Segurança Urbana**: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2003. p. 53-54.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos – Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RAMALHO, José R. **Mundo do crime, a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RAMOS, Marília P.; MARINO, Juan M. F. Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: RAMOS, Marília P.; WITTMANN, M. (Org.). **Desenvolvimento Regional, Capital Social, Redes e Planejamento**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2004. v. 1, p. 79-99.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. (org). **O Futuro das Metrôpoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN; FASE, 2000.

RICARDO, Celso. Armas. Elas podem aumentar a segurança de quem as carrega? Mais armas significam mais crimes? Afinal, o melhor é bani-las ou popularizá-las? **Superinteressante**, São Paulo, p. 62-71, abril 2002. Especial Segurança.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Florianópolis: UFSC, 1997. Mimeo.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s/d]. (Atualizado em 2006).

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Planilhas do Efetivo 1994**. Porto Alegre, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. **Efetivo da Polícia Civil de 1996**. Porto Alegre, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Situação do Efetivo BM Empregado no POL OST (31/12/97)**. Porto Alegre, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Mapa de Efetivo BM (março 1999)**. Porto Alegre, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e da Segurança. Revista DATASEG nº 1. In: _____. **Quatro anos de gestão pioneira – 1999-2002**. Porto Alegre: CORAG, dezembro 2002a.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e da Segurança. Revista DATASEG nº 2. In: _____. **Quatro anos de gestão pioneira – 1999-2002**. Porto Alegre: CORAG, dezembro 2002b.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. **Efetivo da Polícia Civil de 2000**. Porto Alegre, 2000c.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. **Efetivo da Polícia Civil de 2003**. Porto Alegre, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil. Divisão de Planejamento e Coordenação. **Relatório Anual de 2004**. Porto Alegre, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). **Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)**. Disponível em: <<http://www.metroplan.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2006.

ROBERT, Philippe; KELLENS, Georges. Nouvelles perspectives en sociologie de la déviance. **Revue Française de Sociologie**, Paris, n. 14, p. 371-395, 1973.

RODRIGUEZ MANSILLA, Darío. Nota a la versión en Español. In: LUHMANN, Niklas. **Organización y Decisión**: autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. México: Universidad Iberoamericana/Anthropos, 1997. p. VII-XXXIII.

ROSENBERG, Morris. The meaning of relationships in social-survey analysis. In: BULMER, Martin. (org.) **Sociological Research Methods**. An Introduction. London: Macmillan, 1984. p. 65-81.

SAVELSBERG, Joachim J. Controlando a violência: a justiça criminal, a sociedade e as lições dos EUA. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 73-94.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. **Science**, v. 277, p. 918-924, 15 aug. 1997.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martin. As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana. **Revista B. de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 31-74, jun. 1997.

SANJUÁN, Ana Maria. Juventude e violência em Caracas: paradoxos de um processo de perda de cidadania. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 155-171.

SCHABBACH, Letícia M. **Violência e criminalidade em Candelária/RS**: estudo das representações de operadores do Sistema de Justiça Criminal (Relatório de Pesquisa). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1998.

SCHABBACH, Letícia M. **Mídia e Violência em Santa Cruz do Sul**. (Relatório de Pesquisa). Santa Cruz do Sul: Núcleo de Pesquisa Social/UNISC, 2000a.

SCHABBACH, Letícia M. (coord.). **Determinantes sociais e jurídicos do processo de julgamento dos crimes de atentado contra a vida** (Relatório Preliminar de Pesquisa). Santa Cruz do Sul: UNISC, fevereiro de 2000b.

SCHABBACH, Letícia M.; GRIZA, Aida. **A mortalidade por homicídio e suas vítimas no Rio Grande do Sul – 1995 a 1999**. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2002. Mimeo.

SCHABBACH, Letícia M.; TIRELLI, Cláudia. A produção social da opinião pública santa-cruzense a respeito dos principais problemas da cidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 17, p. 107-122, 2002.

SCHUMACKER, Randall; LOMAX, Richard G. **A beginner's guide to structural equation modeling**. Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

SEN, Amartya. Social justice and the distribution of income. In: ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (orgs.). **Handbook of income distribution**. Amsterdam: Elsevier, 2000. V. 1.

- SHAW, Clifford R. et al. **Delinquency Areas**. Chicago: University Chicago P., 1929.
- SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- SHIHADDEH, Edward S.; STEFFENSMEIER, Darrel J. Economic Inequality, Family Disruption, and Urban Black Violence: Cities as Units of Stratification and Social Control. **Social Forces**, v. 73, n.2, p. 729-751, dec. 1994.
- SHIRLEY, Robert W. Atitudes em relação à polícia em uma favela no sul do Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 215-231, maio 1997.
- SHOEMAKER, Donald J. **Theories of Delinquency**: an examination of explanations of delinquent behavior. Third Edition. New York: Oxford University Press, 1996.
- SIEGEL, Larry J. **Criminology**. Sixth Ed. Belmont/CA: Wadsworth Publishing Company, 1998.
- SILVA, Maria Cristina C. da. Ato Delinqüente e adolescência, vicissitudes de uma travessia. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência entre o Passado e o Futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1997. p. 243-248.
- SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINPRO). Pesquisa Sinpro/RS sobre violência na escola. **Período Livre** – Boletim Informativo do SINPRO/RS, Porto Alegre, nov. 2006. p. 1.
- SOARES, Gláucio A. D. **A história da violência**: tempo e espaço em busca de uma teoria. [Rio de Janeiro]: [s/d]. No prelo.
- SOARES, Gláucio A. D. **A lógica estranha das mortes violentas**. [Rio de Janeiro], [2004?]. Mimeo.
- SOARES, Gláucio A. D.; CANO, Ignacio. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Mimeo.
- SOARES, Luiz E. Criminalidade Urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional. In: SOARES, Luiz E. et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996. p. 165-188.
- SOUZA, Dalva. **Motivações da Violência**. Trabalho apresentado no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Fortaleza: 2001. Mimeo.
- SPITZER, Steven. Toward a Marxian Theory of Deviance. (Reimpressão de "Toward a Marxian Theory of Deviance. Social Problems, v. 22, n. 5, p. 638-651, 1975"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F.E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 395-413.
- STANDING, André. Rival Views of Organized Crime. **Monographs**, n. 77, feb. 2003.
- SPSS®. **Statistical Package for the Social Sciences**. Versão 13.

STARK, Rodney. Deviant places: a theory of the ecology of crime. **Criminology**, v. 25, n. 4, p. 893-910, 1987.

SUPERINTERESSANTE ESPECIAL. **Por um Brasil menos violento**, São Paulo, abril 2002.

SUTHERLAND, Edwin. **Princípios de criminologia**. São Paulo: Martins, 1949. (Biblioteca de Ciências Sociais).

SUTHERLAND, Edwin (CRESSEY, Donald - revisor). **Principles of Criminology**. Chicago/ Philadelphia/New York: J. B. Lippincott Company, 1955. (original de 1924)

SUTHERLAND, Edwin; CRESSEY, Donald. **The theory of differential association**. (Reimpressão de "Sutherland, Edwin e Cressey, Donald. Criminology. 10th edition. New York: Harper & Row Publishing, 1978, p. 78-83"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F.E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 188-195.

SYKES, Gresham; MATZA, David. Techniques of neutralization: a Theory of Delinquency. (Reimpressão de "Techniques of Neutralization: a Theory of Delinquency. American Sociological Review, v. 22, 1957, p. 664-670"). In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 203-213.

TAVARES DOS SANTOS, José V. A Cidadania Dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 37, p. 131-148, jun. 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José V. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura** - Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 1, p. 22-24, jul./ago/set. 2002. (Núcleo Temático Violência coordenado por Sérgio Adorno).

TAVARES DOS SANTOS, José V.; MARINO, Juan M. F. et al. **Relatório Final do projeto de pesquisa aplicada "A violência e a criminalidade no Rio Grande do Sul"**. Porto Alegre: Convênio Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Secretaria da Justiça e da Segurança do RS, agosto 1997.

TAVARES DOS SANTOS, José V; MARINO, Juan M. F. (coord.). **A criminalidade no Estado do RS: análise descritiva da variação histórica e dos fatores regionais determinantes –1992-97**. (Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERGS). Porto Alegre: Convênio UFRGS-SJS, 1998.

TAVARES DOS SANTOS, José V.; TIRELLI, Cláudia. A ordem pública e o ofício de polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: SOUSA, Edson L. de. **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999. p. 113-127.

TAVARES DOS SANTOS, José V.; RUSSO, Mauricio. Espacialização das violências em Porto Alegre. Cidade Complexa e Diferenciada. **A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Segurança Urbana: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2003. p. 15-21.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La nueva criminología:** contribución a una teoría de la conducta desviada. Buenos Aires: Amorrortú Ed., 1990.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul/dez. 2001.

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. The concept of social disorganization. (Reimpressão de trecho do livro "The polish peasant in Europe and America. v. 4. Chicago: The University of Chicago Press, 1918.") In: TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F.E. Peacock Publishers Inc., 1994. p. 55-59.

THRASHER, F. M. **The Gang:** a study of 1.313 gangs in Chicago. Chicago, University of Chicago Press, 1927.

TIRELLI, Cláudia. **Cartografia social da violência:** estudo da criminalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

TIRELLI, Cláudia et al. Os espaços sociais da criminalidade no RS: um estudo microrregional 1992-1998. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 98/99**. Porto Alegre, v. 1, 1999. p. 378-385.

TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. (ed.). **Theories of Deviance**. Fourth Edition. Itasca/Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc., 1994.

ULMER, Jeffery. **Outline for book chapter on U.S Crime and Criminal Justice**. West Lafayette/Indiana: Purdue University, [1998?]. Mimeo.

VELHO, Gilberto. As vítimas preferenciais. **Ciência Hoje**, suplemento v. 5, n. 28, jan./fev. 1987. (Encarte Especial)

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VERGARA, Rodrigo. A origem da criminalidade. **Superinteressante Especial**. Por um Brasil menos violento, São Paulo: Abril, p. 9-15, abril 2002.

VIOLÊNCIA apavora mais os brasileiros. **Folha de São Paulo**, 11 a 17.03.03.

WAGNER, Carlos. Quadrilhas alugam armas para assaltos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15/01/2000. p. 34.

WAGNER, Carlos. **País-Bandido:** crime tipo exportação. Porto Alegre: RBS, 2003.

WAGNER, Carlos; BERNARDI, Ronaldo. Uma viagem ao País-Bandido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15.06.2003. p. 4-6.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência II: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO/Instituto Ayrton Senna/Garamond, 1998.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de cultura economica, 1969.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1974.

WEBER, Max. **O político e o cientista**. Lisboa: Ed. Presença, 1979.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

WIEVIORKA, Michel. **Violence en France**. Paris: Seuil, 1999.

WILSON, William J. **The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

WILSON, J; HERRNSTEIN, R. **Crime and Human Nature**. New York: Simon & Schuster, 1985.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1994a.

ZALUAR, Alba. **Memorial da Violência**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, novembro de 1994b (Cadernos do IFCH).

ZALUAR, Alba. **Da Revolta ao Crime S. A**. São Paulo: Moderna, 1996.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: ANPOCS; Sumaré, 1999a. p. 13-107.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: TAVARES DOS SANTOS (org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999b. p. 91-100.

ZALUAR, Alba. Violências, globalizações e exclusões. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01.05.1999c. p. 5.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ZERO HORA DIGITAL. **Pesquisa**: “Comportamento teen”, publicada em 12/05/99a. Disponível em: <<http://www.zh.clicrbs.com.br/especial>>. Acesso em: maio 2001.

ZERO HORA DIGITAL. **Pesquisa**: “Qualidade de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre”, publicada em 25/09/99b. Disponível em: <<http://www.zh.clicrbs.com.br/especial>>. Acesso em: maio 2001.

APÊNDICE A – Metodologia

O estudo investigou as causas da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul, tomando como variáveis dependentes taxas por 100.000 habitantes de certas modalidades de crimes violentos dolosos (ou intencionais) e consumados, em 32 municípios do Estado do Rio Grande do Sul pertencentes a três regiões socioculturais: Colônia Velha, Fronteira e Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ele contemplou a dimensão temporal através da incorporação de dados de dois períodos: década de 1990 (tempo 1) e início da de 2000 (tempo 2). Estes intervalos coincidem com o ano de realização dos dois últimos censos demográficos e cobrem as variações ocorridas na década de 1990 dos indicadores sociais e criminais no Rio Grande do Sul. Datas complementares às dos censos foram incluídas na análise descritiva dos indicadores, bem como serviram de referência para o resgate de informações históricas durante o trabalho de campo. Certas informações de anos intermediários participaram do cálculo de médias utilizadas na análise causal.

Para a operacionalização do modelo analítico exposto na introdução desta Tese seguiu-se uma série de procedimentos, a seguir descritos.

1 Definição das unidades de análise

A pesquisa não envolveu diretamente indivíduos, mas unidades territoriais: os municípios do Estado do Rio Grande do Sul que possuíam 20.000 ou mais habitantes em 2000. Optou-se por este nível de desagregação espacial devido à disponibilidade de dados e ao fato de algumas variáveis não se limitarem a territórios intramunicipais, por exemplo, a presença do crime organizado.

Os municípios pequenos (com número de habitantes inferior ao estipulado) em princípio não foram contemplados, pois neles a baixa frequência de determinados delitos – por exemplo, o homicídio - provoca grande instabilidade e imprecisão de suas taxas criminais. Contudo, para a operacionalização das variáveis (com exceção das obtidas através de coleta primária), os dados dos municípios pequenos emancipados após 1991 foram somados aos dos municípios-mãe.

Inicialmente, de um universo de 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes, definiu-se um conjunto de 60 (65%), a fim de se atingir uma consistência estatística razoável. Os critérios de seleção dos casos foram de natureza não aleatória, combinando a amostragem por cotas (considerando-se a contribuição proporcio-

nal de cada região para o universo total de municípios) e por julgamento (escolheram-se municípios típicos que representam a diversidade regional, em termos de urbanização e de tamanho populacional. Por intermédio destes critérios, buscou-se garantir a variabilidade suficiente dos fatores de interesse e a aleatoriedade dos valores das variáveis dependentes (as taxas criminais).

Após a defesa do projeto de tese, conclui-se que seria impossível pesquisar todos os 60 municípios inicialmente selecionados. Assim, a fim de se garantir a exequibilidade da pesquisa, selecionaram-se municípios de três das sete regiões socioculturais - Colônia Velha, Fronteira e Metropolitana de Porto Alegre – muito distintas e importantes no contexto estadual. Compõem estas três regiões 55 municípios com 20.000 ou mais habitantes.

Os 32 municípios (que representam 58% do total de 55 cidades com 20.000 ou mais habitantes pertencentes às três referidas regiões)¹⁷⁷ que constituem a população-alvo deste estudo são os seguintes:

¹⁷⁷ As referências estatísticas sobre amostragem indicam que, em populações pequenas (em torno de 50 elementos), a fim de se atingir uma amostra capaz de gerar resultados precisos para os parâmetros da população, deve-se trabalhar com uma quantidade de casos relativamente grande, em torno de 80% do total (BARBETTA, 1994). Transpondo-se tal proporção para o universo de municípios das três regiões socioculturais (55), obteve-se 44 casos, que foram reduzidos para 32 durante a execução da pesquisa. Atingiu-se, assim, um erro amostral aproximado de 11,5% (e intervalo de confiança de 88,5%). Neste sentido, ainda que exploratórias, as conclusões desta Tese são mais representativas do que as que poderiam ser obtidas com um desenho de estudo de casos múltiplos (YIN, 2005). Para o cálculo do erro amostral, utilizou-se a conhecida fórmula de mensuração do tamanho da amostra: n_0 (1ª aproximação) = $1/E_0^2$; n (amostra) = $N \cdot n_0 / (N + n_0)$; onde E_0 é o erro amostral previamente estipulado e N a população total.

Municípios com 20.000 ou mais habitantes em 2000	Região sociocultural	População 2000	Questionários aplicados por local		
			Escolas	Delegacias de polícia	Conselhos tutelares
Bento Gonçalves UMM	Colônia Velha	91.505	4	2	1
Candelária UMM		29.479	2	1	1
Caxias do Sul		360.207	15	2*	2
Encruzilhada do Sul		23.897	1	1	1
Flores da Cunha UMM		23.677	1	1	1
Gramado		28.576	1	1	1
Guaporé UMM		20.067	1	1	1
Igrejinha		26.767	1	1	1
Lajeado UMM		64.097	3	1	1
Rio Pardo UMM		37.778	2	1	1
Santa Cruz do Sul UMM		107.501	5	2 (+1 regional)	1
Teutônia UMM		22.897	1	1	1
Venâncio Aires UMM		61.207	2	1	1
Bagé UMM		Fronteira	118.747	6	3
Caçapava do Sul	34.448		1	1	1
Santana do Livramento	90.747		4	2	1
São Borja UMM	64.820		3	2	1
São Francisco de Assis UMM	20.802		1	1	1
São Gabriel UMM	62.200		2	1	1
Uruguaiana UMM	126.561		5	2	1
Alvorada	RMPA	183.421	7	3	1
Charqueadas		29.948	1	1	1
Estância Velha		35.121	1	1	1
Gravataí		232.447	10	2	1
Guaíba UMM		94.244	4	1	1
Novo Hamburgo		236.037	9	4	1
Parobé		44.760	2	1	1
Triunfo		22.192	1	1	1
Porto Alegre		1.359.932	45	24	8
São Leopoldo		193.403	8	3	1
Sapiranga UMM		69.181	4	1	1
Sapucaia do Sul	122.677	5	2	1	
TOTAL		4.018.541 (39% da pop. do RS)	158	73	40

Quadro 12 - Relação dos 32 municípios pesquisados e do número de questionários aplicados

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- N = 32 municípios ou unidades multimunicipais com 20.000 ou mais habitantes, 271 questionários.
- Os municípios de Montenegro e São Jerônimo não foram considerados integrantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, apesar de figurarem na definição legal da RMPA (também utilizada pelo IBGE). Eles foram incorporados à Região em 1999 e têm composição sociocultural distinta dos outros municípios metropolitanos, a qual pode estar se moldando por decorrência de sua inclusão formal à área.
- UMM = unidade multimunicipal, municípios-mãe aos quais foram incorporados os dados secundários dos municípios-filho, cfe. a proporção da contribuição dos primeiros para a população dos segundos, quando de sua emancipação.

2 A coleta dos dados

As características específicas dos indicadores e a existência ou não de dados secundários que os representassem determinaram o tipo mais apropriado de técnica de coleta para cada variável.

2.1 Levantamento de dados primários através de pesquisa de campo

As variáveis independentes “intensidade da presença de gangues de crianças e de adolescentes nas escolas”, “intensidade da presença das gangues de crianças e adolescentes nos municípios”, “intensidade da presença do crime organizado”, “taxa de guardas municipais” e “tecido associativo” foram obtidas através de pesquisa de campo, que envolveu duas fases: a) apresentação e discussão do objeto de estudo com juízes de pesquisa, na fase de levantamento de campo e b) aplicação de 271 questionários nos 32 municípios.

Em um primeiro momento foram contatados juízes de pesquisa que pudessem avaliar e dar sugestões à pesquisa, bem como responder sobre a existência ou não de gangues de crianças e de adolescentes e de crime organizado no município ou Estado. Esta etapa também serviu como pré-teste para os questionários e como mapeamento do campo, e enfocou a opinião dos seguintes informantes: sete delegados de polícia diretores de Departamentos ou Divisões da Polícia Civil, três de Delegacias Especializadas de Adolescentes Infratores, dois de Delegacias Distritais de Porto Alegre; três juízes das varas do Juizado da Infância e da Juventude, uma promotora de justiça vinculada a este Juizado, uma procuradora de justiça com experiência profissional na área da Infância e da Juventude, um assessor municipal que supervisiona os Conselhos Tutelares. Nesta fase efetuaram-se 18 entrevistas¹⁷⁸.

Posteriormente, entre junho de 2004 e dezembro de 2005, os questionários foram aplicados pela coordenadora da pesquisa e por quatro assistentes. O instrumento abrangia perguntas fechadas e abertas sobre gangues de crianças e de adolescentes nos municípios (respondidas por delegados de polícia, diretores de escola e conselheiros tutelares), nas escolas (respondidas por diretores de escolas) e sobre o crime organizado (respondidas por delegados de polícia), vide os Apêndices C e D.

¹⁷⁸ As entrevistas de mapeamento do campo já indicavam uma grande disparidade de opiniões quanto à existência ou não de gangues e de crime organizado no Estado, pois, dos entrevistados que responderam sobre as primeiras, sete apontaram a sua existência e sete a negaram; e dos que responderam sobre crime organizado, dois responderam que existia e três que não existia.

Os informantes-chave – delegados de polícia, conselheiros tutelares e diretores de escola – foram escolhidos por conta de sua familiaridade com a temática, em conformidade com sua respectiva competência profissional: investigativa, no caso dos delegados de polícia (inquiridos sobre as gangues municipais e o crime organizado), de assistência social, no caso dos conselheiros tutelares (inquiridos sobre as gangues municipais), e educativa, no caso dos diretores de escola (inquiridos sobre as gangues municipais e escolares). Além disso, devido a sua posição social, são formadores de opinião em seus municípios e áreas de atuação.

Nas Prefeituras Municipais aplicou-se questionário contendo questões fechadas sobre a existência de guardas municipais e de secretaria municipal de segurança, bem como sobre o número de empresas de segurança e de associações de moradores¹⁷⁹.

No início das entrevistas, logo após a exposição do resumo e dos objetivos da pesquisa, o questionário era mostrado e esclarecido presencialmente, sendo sua aplicação efetuada no mesmo instante ou recolhido depois de alguns dias. Neste momento da pesquisa, procurou-se adotar a seguinte postura, sugerida por Pierre Bourdieu: “A intervenção do analista é tão difícil quanto necessária: ele deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para se fazer esquecer.” (Bourdieu, 1988, p. 10).

Os informantes foram os seguintes:

A) Em Porto Alegre:

- 24 delegados titulares de delegacias distritais de polícia. Como há grande rotatividade nestes cargos, em algumas delegacias (1ª DP, 11ª DP e 16ª DP) foi necessário contatar o titular atual e o (s) anterior (es), a fim de se obter as respostas relativas à década de 1990. As delegacias especializadas não foram contempladas.

- 8 conselheiros tutelares. Anteriormente à aplicação presencial dos questionários em cada entidade, houve apresentação da pesquisa e entrega dos questionários à Coordenação dos Conselhos (11/03/2004), solicitando-se o seu retorno com as respostas, o que não ocorreu.

¹⁷⁹ Anteriormente foram enviados por e-mail questionários a 31 Prefeituras do interior do Estado, solicitando-se o seu retorno com as respostas. Tal procedimento revelou-se ineficaz, pois apenas Bento Gonçalves retornou o questionário preenchido. Devido a isso, as Prefeituras Municipais passaram a fazer parte da pesquisa presencial.

- 45 diretores de escolas. Para a escolha das escolas, optou-se pela regionalização do Orçamento Participativo (OP), que abarca 16 regiões. Em cada uma delas foram selecionadas, no mínimo, duas escolas, uma pública (estadual ou municipal) e uma particular. A fim de se garantir a representatividade, buscou-se abranger a diversidade social e geográfica (bairro, vila, ilha, tipo de clientela) da capital. A indexação dos endereços das escolas em bairros e em regiões do OP foi viabilizada através de lista das escolas obtida no *site* da Secretaria Estadual de Educação (<<http://www.educacao.rs.gov.br>>), na qual constava também o respectivo telefone. Excluíram-se as creches, escolas infantis, de 1º grau incompleto, especiais, profissionalizantes (SENAI, SENAC, etc.), exclusivas de ensino médio, cursos supletivos e pré-vestibulares; pois suas clientelas não cobriam todo o intervalo etário estudado (crianças e adolescentes em torno de 7 a 18 anos) ou eram muito específicas. Após contato inicial com as direções, constatou-se que alguns estabelecimentos (especialmente os municipais) passaram a funcionar há menos de 10 anos, não sendo possível retroceder no tempo até o início da década de 1990. Estes foram imediatamente substituídos. Na Região 06 do OP não existia escola particular, sendo escolhidas, então, duas públicas: uma municipal e outra estadual. Na Região 11, havia apenas uma particular, cujo diretor negou-se a responder, a escola sendo, então, substituída por outra pública (estadual). Também não foram contempladas as duas escolas rurais existentes no município (0,48%).

As informações sobre empresas de segurança foram coletadas no *site* da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC, <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic>>), sobre associações de moradores foram fornecidas pelo presidente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) e sobre guardas municipais foram providenciadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana.

B) No interior do Estado:

- Todas as delegacias de polícia dos municípios, com exceção das especializadas. A delegada titular da 2ª DP de Caxias do Sul não preencheu o questionário, depois de três meses de contatos sistemáticos. Este órgão terminou por ser excluído da pesquisa.

- Todos os conselhos tutelares, sendo que a maioria dos municípios possui apenas um.

- Uma escola a cada 25.000 habitantes e uma escola rural por município. Em alguns municípios pequenos pesquisou-se mais de uma escola. Naqueles com apenas uma escola, escolheu-se alternadamente, uma privada e uma pública, sediadas na área urbana. Quando a escola escolhida não possuía telefone ou o número fornecido estava incorreto, ela era imediatamente substituída. As escolas rurais que não possuíam telefone foram substituídas por urbanas. Algumas escolas exigiram autorização formal (por escrito) da SEDUC. O município de São Francisco de Assis não possui escola particular, razão pela qual se escolheu uma escola estadual.

Os dados dos questionários foram digitados em banco específico¹⁸⁰, através do programa Excel[®]. Alguns problemas no preenchimento foram solucionados durante a digitação, por exemplo, quando o informante não respondeu as questões referentes ao município, mas somente sobre sua área de atuação (escola, conselho tutelar ou delegacia de polícia), estas respostas também foram utilizadas para a parte municipal. Quanto aos sete questionários respondidos por delegados de polícia que discordaram da definição operacional de crime organizado e responderam pela sua inexistência no município¹⁸¹, na questão sobre a “intensidade da presença do crime organizado” foi preenchida a categoria intermediária: 1 - existe ou existia crime organizado, que, devido a pouca quantidade de grupos ou a pouca gravidade de suas ações, não representa ou representava um problema para o município ou região. Ainda assim, nestes sete casos não foram informadas as questões qualitativas sobre as características do crime organizado.

2.2 Levantamento de dados secundários

Como vantagens dos dados secundários, podem-se citar: são coletados regularmente sob condições “naturais” (cotidianas), indicam as condições sociais do momento e as mudanças, permitindo o acompanhamento das tendências. Todavia, eles apresentam sérias restrições, e uma das mais importantes diz respeito às condições de sua produção, muitas vezes desconhecidas e/ou não controladas pelo pesquisador:

¹⁸⁰ O trabalho de digitação exigiu, para cada item, um exame minucioso e global do instrumento de pesquisa, pois as respostas não se limitavam ao espaço inicialmente previsto para cada questão. Nas observações colocadas em sua parte final, por exemplo, muitas vezes constavam comentários complementares e/ou contraditórios às respostas iniciais.

¹⁸¹ 14 (19%) delegados de polícia discordaram da definição operacional sobre crime organizado da pesquisa, sendo que a metade deles (sete) também assinalou a sua inexistência em sua área de atuação ou em seu município.

Não se trata de impugnar por princípio a validade da utilização de um material de segunda mão, senão de recordar as condições epistemológicas deste trabalho de retradução, que se refere sempre a fatos construídos [...] e não a dados. (BOURDIEU, 1988, p. 55)

Além da consideração das condições de produção dos dados quantitativos, é preciso se ter clareza do que eles efetivamente medem. Conforme Giddens (1989, p. 271), eles nunca se referem a um fenômeno isolado, mas a “processos de vida social”.

Em geral, os problemas ligados às condições de produção das informações secundárias decorrem da sua vinculação com os objetivos imediatos dos órgãos (controle de atividades, trabalho investigatório policial, acompanhamento e avaliação de programas e ações, etc.). Ou seja, quase sempre tais dados não são produzidos para serem analisados estatisticamente ou como fontes de pesquisa. Certamente, estas restrições não se referem aos dados censitários, que são coletados regularmente pelo IBGE através de uma metodologia científica rigorosa e publicizada.

3 Definição e operacionalização das variáveis

Os dados obtidos de forma primária ou secundária foram transformados em taxas ou índices. Exceto para as variáveis obtidas na pesquisa de campo, o cálculo dos indicadores exigiu a inclusão das informações dos municípios filho aos de origem, na proporção da contribuição destes para a população dos primeiros. Através de contato telefônico com funcionários das Prefeituras Municipais, foi possível estimar-se a parcela de população recebida de cada município-mãe, como aparece no seguinte quadro:

MUNICÍPIO MÃE	Porcentagem a receber dos dados dos municípios-filho, conforme a contribuição dos de origem à população dos emancipados
Bagé UMM	Aceguá, Candiota, Hulha Negra – 100%
Bento Gonçalves UMM	Monte Belo do Sul, Santa Tereza – 100%
Candelária UMM	Vale do Sol – 5%
Flores da Cunha UMM	Nova Pádua – 100%
Guaíba UMM	Mariana Pimentel (100%), Sertão Santana (70%)
Guaporé UMM	União da Serra – 100%
Lajeado UMM	Canudos do Vale, Forquetinha, Marques de Souza, Santa Clara do Sul, Sério – 100%
Rio Pardo UMM	Passo do Sobrado – 100%
Santa Cruz do Sul UMM	Gramado Xavier, Herveiras, Sinimbu – 100%, Vale do Sol (95%)
São Borja UMM	Garruchos – 100%
São Francisco de Assis UMM	Manoel Viana – 100%
São Gabriel UMM	Santa Margarida do Sul – 100%, Vila Nova do Sul (5%)
Sapiranga UMM	Araricá – 90%
Teutônia UMM	Westfália – 72%
Uruguaiana UMM	Barra do Quaraí – 100%
Venâncio Aires UMM	Mato Leitão – 100%
Alvorada	Sem filhos
Caçapava do Sul	
Caxias do Sul	
Charqueadas	
Encruzilhada do Sul	
Estância Velha	
Gramado	
Gravataí	
Igrejinha	
Novo Hamburgo	
Parobé	
Porto Alegre	
Santana do Livramento	
São Leopoldo	
Sapucaia do Sul	
Triunfo	

Quadro 13 - Demonstrativo da contribuição dos municípios-mãe à população dos filhos

Fonte: Elaboração pela autora.

A partir destas indicações, calcularam-se, para cada município ou unidade multi-municipal (UMM), as variáveis integrantes do modelo analítico da pesquisa, reproduzindo-se a malha municipal de 1991 para 2000. Por intermédio desta reconstituição, gerou-se uma base geograficamente homogênea nos dois períodos.

3.1 Conjunto de variáveis dependentes

A pesquisa contemplou como variáveis dependentes taxas isoladas dos seguintes crimes violentos: homicídios (delitos cometidos com a intenção de matar alguém); lesões corporais (agressões físicas que objetivam ofender a integridade cor-

poral ou a saúde de outrem) e roubos (quando o autor emprega violência ou grave ameaça contra a pessoa para subtrair ou se apropriar de coisa alheia móvel), expressos nos óbitos por homicídio do Ministério da Saúde e nas ocorrências policiais de lesões corporais e de roubos de 1992, 1997, 2001 e 2004¹⁸². As definições jurídicas dos crimes encontram-se no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1996) e, no caso dos óbitos por homicídio, as categorias pesquisadas constam, até 1995, na “Classificação Internacional de Doenças (CID) n° 9 (“homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas”), e, posteriormente, no CID n° 10 (“agressões”).

Estas três modalidades de crimes violentos são representativas devido à sua regularidade e ao impacto social que produzem, uma vez que “[...] nem todos os crimes interessam tanto a polícia ou à sociedade e nem todos os crimes importantes ocorrem com regularidade suficiente para serem incluídos num índice.” (KAHN, 1995, p. 89). Os homicídios geralmente são tidos como um dos delitos com menor cifra oculta (crimes não notificados), enquanto que os furtos de objetos de pequeno valor e os crimes sexuais são menos registrados. Isso justifica a não inclusão do delito de estupro, que, embora violento, possui baixa freqüência resultante de sua alta subnotificação.

O delito de tráfico de entorpecentes foi incluído no estudo como integrante do grupo de variáveis independentes “presença do crime organizado”, pois é um tipo de crime praticado geralmente por grupos organizados.

O cálculo das taxas de crimes isolados abrangeu os seguintes itens:

Taxas criminais	Numerador	Denominador	Fontes	Período
Taxa de homicídios	N° absoluto de óbitos envolvendo homicídios, por local de residência da vítima.	População	SIM e IBGE	1992, 1997, 2001, 2004.
Taxa de lesões corporais	N° absoluto de ocorrências policiais de lesões corporais (exceto as culposas e de trânsito)		Polícia Civil – Departamento de Polícia Metropolitana e Departamento de Polícia do Interior, DATASEG e IBGE.	
Taxa de roubos	N° absoluto de ocorrências policiais de roubos			

Quadro 14 – Itens para o cálculo das taxas criminais isoladas

Fonte: Elaboração pela autora.

¹⁸² Para a análise causal que abrangeu dois períodos – tempo 1: década de 1990 e tempo 2: início da de 2000 – foram elaboradas taxas médias. Os cenários de crimes restringiram-se ao 2º período, pois os números absolutos dos respectivos delitos foram obtidos somente para 2001 e 2004.

Os números absolutos de crimes foram transformados em taxas criminais por 100.000 habitantes, que é o procedimento usual utilizado nas pesquisas nacionais e internacionais sobre criminalidade para tornar os valores comparáveis, na medida em que a variabilidade dos crimes é ponderada pela da população.

Neste estudo optou-se pelas estatísticas de mortalidade do Ministério da Saúde para a obtenção do número absoluto de homicídios, assim como fizeram outros autores brasileiros (dentre eles: WAISELFISZ, 1998; SOARES, G., [s/d]). Pretendia-se, inicialmente, trabalhar com as ocorrências policiais de homicídios do SIP, entretanto, a sua alta cifra cinzenta na década de 1990 (erros de digitação, de codificação e de duplicidade, em torno de 27% dos registros) comprometeu a sua validade.

No projeto de tese defendido em março de 2004 também estava prevista a distribuição dos crimes violentos em três cenários sociais: não organizados entre conhecidos, não organizados entre desconhecidos e organizados entre desconhecidos. Supunha-se, à época, que seria possível discriminar o tipo de cenário através da leitura dos históricos dos registros de ocorrências policiais de homicídios, lesões corporais e roubos. Para tanto, adquiriram-se cópias da base de ocorrências policiais do SIP relativas aos anos de 1991, 1996 e 2000. Contudo, a tarefa não obteve êxito devido aos dois seguintes motivos:

- As cópias do SIP estavam incompletas, especialmente as de 1991 e 1996.
- Conforme informações de policial civil que trabalha com a alimentação do SIP, a pesquisa nos históricos de ocorrência digitalizados é problemática, pois eles representam apenas um registro conciso no qual o comunicante não entra em maiores detalhes. Em sua opinião, seria mais apropriada a pesquisa nos históricos fr inquéritos, dos quais as delegacias de polícia têm cópia. Entretanto, tal procedimento requereria um trabalho de campo exaustivo, de busca e consulta *in loco* (a título de exemplo, somente em Porto Alegre, que possui 24 delegacias distritais de polícia, deveriam ser examinados, somente em 2004, 454 inquéritos de homicídios e 23.464 de roubos¹⁸³, sem considerar os outros delitos pesquisados). Tal procedimento inviabilizaria a pesquisa, nas condições e prazos estipulados.

Como procedimento alternativo de classificação, selecionaram-se delitos violentos representativos de cada cenário de crime violento, cujos números absolutos foram somados para o cálculo das suas respectivas taxas criminais. Os critérios utili-

¹⁸³ RIO GRANDE DO SUL, 2004.

zados para a escolha dos crimes foram a sua tipicidade e adequação inequívoca ao respectivo cenário, bem como a sua acessibilidade nas estatísticas policiais disponibilizadas via internet. Esta operação abrangeu somente os registros de ocorrência dos anos de 2001 e 2004, uma vez que o DATASEG permite a consulta aos diferentes delitos em nível municipal apenas de 2000 para frente.

Assim, além das de crimes isolados, foram elaboradas taxas de três cenários sociais de crimes violentos, pois para uma das combinações - a dos crimes organizados entre conhecidos -, foi impossível encontrar delito (s) representativo (s) cuja especificidade aparecesse discriminada na fonte consultada. Estes cenários e seus delitos integrantes aparecem no quadro a seguir.

	Descrição	Delitos violentos característicos
Cenários Sociais de Crimes Violentos	CENÁRIO 1 – Crimes violentos não organizados entre conhecidos	Ameaça ¹⁸⁴ Lesão corporal leve
	CENÁRIO 2 – Crimes violentos não organizados entre desconhecidos (difusos)	Roubo a estabelecimento comercial (minimercados e armazéns) Roubo a estabelecimento de ensino Roubo a motorista de táxi Roubo a passageiro de transporte coletivo e lotação Roubo a pedestre Roubo a pedestre com estupro Roubo a pedestre com lesões Roubo a pedestre com morte Roubo a pedestre escolar Roubo a transporte coletivo Roubo de telefone celular
	CENÁRIO 3 – Crimes violentos organizados entre desconhecidos ou sem vítimas	Tráfico de entorpecentes Extorsão mediante seqüestro Roubo a estabelecimento bancário Roubo a estabelecimento bancário com lesões Roubo a estabelecimento bancário com morte Roubo a joalherias e óticas Roubo a malote Roubo a motorista de carga de caminhão Roubo a motorista de carro forte Roubo a posto bancário Roubo de veículo Roubo de veículo com estupro Roubo de veículo com lesões Roubo de veículo com morte

Quadro 15 – Cenários sociais de crimes violentos e delitos característicos

Fonte: Elaboração pela autora.

Analisando-se o quadro acima, percebe-se que os cenários sociais de crimes violentos seguem ordem crescente de organização e anonimato entre as partes envol-

¹⁸⁴ Em pesquisa sobre os cenários sociais do crime, o cenário “doméstico” foi o mais freqüente entre as “ameaças” (70%) e as “lesões corporais” (53%). Vide: Marino e outros (2002b).

vidas, que vai do um até o três. Dessa tipologia, excluiu-se o homicídio por ser um delito complexo e heterogêneo, como já se viu anteriormente.

Tais grupos de crimes violentos foram, na seqüência, transformados em taxas ponderadas por 100.000 habitantes.

3.2 Grupos de variáveis independentes

A bateria inicial com os conjuntos de variáveis independentes – identificação regional, condições socioeconômicas, disposicionalidade social para a violência, segurança pública e privada, prevenção comunitária, presença das gangues municipais e escolares e presença do crime organizado - aparece no quadro a seguir. Apenas as marcadas com “*” constaram na Análise Causal.

Gr.	Su- br- guro	Variável	Tipo	Elaboração	Fon- tes
Identifi- cação		Colônia Velha*	Dico- tômi- ca	1 = Colônia Velha, 0 = Não Colônia Velha	Pes- quisa
		Fronteira*		1 = Fronteira, 0 = Não Fronteira.	
		RMPA		1 = RMPA, 0 = Não RMPA.	

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continua)

Gr.	S	Variável	Tipo	Elaboração	Fontes	
Condições Socioeconômicas						
Demográficas		População	Contínua com zero real	Utilizada exclusivamente para o cálculo das taxas.	IBGE	
		Taxa de crianças e de adolescentes*		Pessoas de 0 a 18 anos/população.		
		Taxa de homens jovens*		Homens de 15 a 24 anos/pop. do sexo masculino.		
		Taxa de pessoas sem companheiro*		Pessoas de 10 ou mais anos sem companheiro (solteiros + desquitados + separados + divorciados + viúvos)/população de 10 ou + anos de idade.		
Tam. Familiar Médio		Nº médio de pessoas por família	Cont.c/zero real	Total de membros /total de famílias	IBGE	
		Taxa fam. c/ 2 a 4 membros		Famílias que possuíam de 2 a 4 membros/ total de fam.		
Configuração Urbana		Taxa de urbanização*	Contínua com zero real	População urbana/população	IBGE	
		População urbana das sedes*		População urbana residente nas sedes municipais em números absolutos.		
		Razão entre moradores e domicílios urbanos		Moradores em domicílios particulares permanentes urbanos/ total de domicílios particulares perm. urbanos.		
Indicadores positivos de desenvolvimento	Trabalho e Renda	Pib <i>per capita</i> em reais	Contínua com zero real	Produto interno bruto em reais ¹⁸⁵ /população.	FEE	
		Renda <i>per capita</i>		Somatório da renda domiciliar/total de moradores em domicílios particulares permanentes.	Atlas	
		Taxa de famílias com renda familiar <i>per capita</i> superior a 1/2 SM		Famílias com renda familiar <i>per capita</i> maior do que 1/2 salário mínimo/total de famílias.	IBGE	
		Taxa de ocupação*		Pessoas ocupadas na semana de referência/população de 10 ou mais anos de idade.	IBGE	
		Taxa de chefes de domicílio com + de 2 SM		Responsáveis por domicílios particulares permanentes que auferiram mais de 2 salários mínimos/total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.		
		IDHM renda		Medido pelo PIB <i>per capita</i> expresso em dólares PPC (paridade de poder de compra).	Atlas	
		IDESE renda		Medido pelo PIB <i>per capita</i> e pelo valor adicionado bruto <i>per capita</i> do comércio, alojamento e alimentação, com peso de 0,5 cada.	FEE	
	Suporte estatal	Taxa de transferências governamentais		Contínua com zero real	Rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio como: renda mínima, bolsa-escola, seguro-desemprego, etc.)/renda total do município.	Atlas
		Taxa de suporte estatal familiar			Pessoas com mais de 50% da renda familiar <i>per capita</i> proveniente de transferências governamentais (aposentadoria, pensão, programas oficiais de auxílios)/total de moradores em domicílios particulares.	

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continua)

¹⁸⁵ PIB = Total de bens e serviços, ou a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Pode ser expresso sob três óticas: a) da produção, b) da demanda, c) da renda.

Condições Socioeconômicas					
Gr.	Sub grupo	Variável	Ti-po	Elaboração	Fon-tes
Indicadores positivos de desenvolvimento	Educação	Taxa bruta de frequência escolar	Contínua com zero real	Pessoas que freqüentam os cursos fundamental, médio ou superior/população de 7 a 22 anos de idade.	Atlas
		Média de anos de estudo*		Somatório dos anos de estudo completos das pessoas de 25 ou mais anos /população de 25 ou mais anos de idade.	
		Taxa de jovens com acesso ao ensino superior		Pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao ensino superior/população de 18 a 22 anos de idade.	
		IDHM educação		Medido pela alfabetização de adultos (peso 2/3) e taxa combinada de matrículas nos três primeiros níveis de ensino (peso 1/3).	
		Taxa de responsáveis com 1º grau*		Responsáveis por domicílios particulares permanentes com de 8 a 10 anos de estudo/total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.	IBGE
		IDESE educação		Medido pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 ou mais anos (peso 0,35), de evasão no ensino fundamental (peso 0,25), de reprovação no ensino fundamental (peso 0,20), e de atendimento no ensino médio (peso 0,20).	FEE
	Saúde e Saneamento	Índice de sobrevivência até 40 anos	Contínua com zero real	Probabilidade de uma criança recém nascida viver até os 40 anos se o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes em 2000 permanecerem constantes ao longo da vida/crianças até 1 ano.	Atlas
		Esperança de vida ponderada		Esperança de vida corrigida pela faixa de idade de 25 a 85 anos. Corresponde ao subíndice de Longevidade do IDHM.	
		Taxa de médicos		Médicos (inclusive residentes)/população.	
		IDESE Saúde*		Medido pela percentagem de crianças nascidas com baixo peso, taxa de mortalidade de menores de 5 anos e expectativa de vida ao nascer, com peso de 1/3 cada.	FEE
		IDESE Saneamento		Medido pela percentagem de domicílios abastecidos com rede geral de água (peso 0,5); proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial (peso 0,4) e média de moradores por domicílio (peso 0,1)	
	Índices	IDHM	Contínua com zero real	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - obtido pela média aritmética simples de três subíndices: longevidade, educação e renda.	Atlas
		IDESE		Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - obtido através da somade quatro subíndices: renda, educação, saúde e saneamento, ponderados em 0,25.	FEE

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continuação)

Condições Socioeconômicas					
Gr.	Sub grupo	Variável	Tipo	Elaboração	Fon-tes
Indicadores negativos de desenvolvimento	Escolaridade deficiente	Taxa de evasão do 1º grau*	Continua com zero real	Evadidos do ensino fundamental/ total de matrículas iniciais no ensino fundamental	SEDUC
		Taxa de evasão do 2º grau*		Evadidos do ensino médio/ total de matrículas iniciais no ensino médio	
		Taxa de reprovação do 1º grau		Reprovados no ensino fundamental/ total de matrículas iniciais no ensino fundamental, descontadas as evasões.	
		Taxa de reprovação do 2º grau		Reprovados no ensino médio/total de matrículas iniciais no ensino médio, descontadas as evasões.	
		Taxa de analfabetismo*		Pessoas de 15 ou mais anos sem instrução ou inferior a 1 ano/população de 15 ou mais anos de idade.	IBGE
		Taxa de chefes sem instrução		Responsáveis por dom. part. perm. sem instrução ou inferior a 1 ano/total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.	
		Taxa pessoas c/menos de 4 anos de estudo*		Pessoas de 25 ou mais anos com menos de 4 anos de estudo/população de 25 ou mais anos de idade.	Atlas
		Taxa de crianças sem escola*		Pessoas de 7 a 14 anos sem escola/população de 7 a 14 anos de idade.	
		Taxa de adolescentes sem escola		Pessoas de 15 a 17 anos sem escola/população de 15 a 17 anos de idade.	
	Vulnerabilidade familiar	Taxa de mães responsáveis*	Continua com zero real	Responsáveis por dom. part. perm. do sexo feminino, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa/total de responsáveis do sexo feminino (Devido à inviabilidade de acesso deste denominador no Atlas, usou-se o total de mulheres de 15 ou mais anos de idade).	Atlas
		Taxa de chefes do sexo feminino		Domicílios particulares permanentes chefiados por mulher/total de domicílios particulares permanentes.	IB-GE
		Taxa de mães adolescentes		Mulheres entre 15 e 17 anos que tivera filhos/mulheres de 15 a 17 anos de idade.	Atlas
		Taxa de residentes em famílias com dependência		Pessoas que vivem em famílias em que a razão da soma entre o número de membros de 0 a 14 anos e de 65 ou mais anos supera a soma entre o número de membros maiores de 14 anos e menores de 65 anos /total de moradores em domicílios particulares.	
		Taxa de trabalho infantil		Crianças de 0 a 14 anos que trabalhavam/população de 10 a 14 anos de idade.	
		Desemprego - medida parcial: Taxa de responsáveis sem rendimento		Responsáveis sem rendimento /total de responsáveis por domicílios particulares permanentes.	IB-GE
	Indigência	Taxa de indigentes	Continua com zero real	Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a 1/4 salário mínimo/total de morad.em dom. part.	Atlas
		Taxa de pobres		Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a 1/2 salário mínimo/total de morad.em dom. part.	
		Taxa de mortalidade infantil		Mortalidade até 1 ano corrigida pelo Método de Brass/crianças até 1 ano.	

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continuação)

Condições Socioeconômicas					
Gr.	Sub-grupo.	Variável	Tipo	Elaboração	Fon-tes
Indicadores negativos de desenvolvimento	Precariedade domiciliar	Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais*	Continua c/ zero real	Moradores de domicílios localizados em aglomerados subnormais ¹⁸⁶ / total de moradores em domicílios particulares permanentes.	Atlas
		Média de moradores por domicílio		Moradores em domicílios particulares permanentes/total de domicílios particulares permanentes	IBGE
		Densidade por cômodo		Moradores em dom. part. permanentes/total de cômodos em domicílios particulares permanentes.	
		Densidade por dormitório*		Moradores em dom. particulares permanentes/total de dormitórios em domicílios part. permanentes.	
		Taxa de domicílios sem instalações sanitárias		Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário/total de domicílios part. permanentes	
		Taxa de domicílios urbanos sem coleta de lixo*		Domicílios particulares permanentes urbanos sem coleta de lixo/total de dom. part. perm. urbanos.	
		Taxa de domicílios sem rede geral de água*		Domicílios particulares permanentes sem rede geral de água/total de domicílios part. perm.	
		Taxa de domicílios sem rede interna de água*		Domicílios particulares permanentes sem canalização interna de água em pelo menos 1 cômodo/total de domicílios particulares permanentes.	
		Taxa de domicílios sem iluminação elétrica*		Domicílios particulares permanentes sem iluminação elétrica/total de dom. part. permanentes	
		Taxa de domicílios considerados moradia inadequada (2000)		Domicílios com densidade por dormitório igual ou acima de 3 pessoas, sem iluminação elétrica e sem instalações sanitárias/total de moradores em domicílios particulares permanentes.	
Desigualdade		Índice de GINI	Continua com zero real	Distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i> /total de moradores em domicílios part. perm. com renda	Atlas
		Índice L de Theil*		Logaritmo da distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i> /total de moradores em domicílios part. perm. com renda	
		Razão entre a renda média dos 10% + ricos e a dos 40% + pobres		Renda média dos 10% mais ricos/renda média dos 40% mais pobres	
Migrações		Efeito da migração residual na população observada*	Cont c/ zero real	(População 2 – População teórica)/População teórica, sendo que esta corresponde a: População da Região Sul2/População da Região Sul1, em %. Cfe. Marino (1978, p. 29)	IBGE

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continuação)

¹⁸⁶ Aglomerados subnormais = de ocupação desordenada ou quando de sua implementação não houver a posse da terra ou o título de propriedade. São também designados como “assentamento informal”, por exemplo, mocambo, alagado, barranco de rio, e se aproximam do conceito de “favela”.

Gr.	Sub-grupo	Variável	Ti-po	Elaboração	Fon-tes
Disposi-cionalida-de social p/ violên-cia		Taxa de armas registra-das*	Continua com zero real	Registros de armas/população.	PRO-CERGS
		Taxa de portes de armas		Portes de armas/população.	
		Taxa de porte ilegal de armas em 2001		Ocorrências policiais de porte ilegal de arma (crime)/população.	DA-TA-SEG
Preven-ção comunitária		Tecido associativo em 2002	Continua com zero real	Associações comunitárias/população (2002)	Pesquisa
Segurança pública		Taxa de policiais militares no policiamento ostensivo*	Continua com zero real	Efetivo militar no policiamento ostensivo/ população. Ou vice-versa, na Análise Descritiva. Excluíram-se os bombeiros e os cargos administrativos e técnicos.	BM
		Taxa de policiais civis*		Efetivo policial civil/população. Ou vice-versa, na Análise Descritiva.	PC
		Taxa de cobertura da Polícia Civil		População/total de órgãos da Polícia Civil (Delegacias, Postos Policiais e Delegacias Especializadas)	
		Taxa de guardas municipais	Dicotômica	Número de guardas municipais/população	Pesquisa
		Existência de órgão municipal de segurança		0 = Não existe órgão municipal de segurança; 1 = Existe órgão municipal de segurança.	
		Existência de CONSEPRO atuante em 2002*		Indicador suplementar de segurança pública. Códigos: 0 = Não existe CONSEPRO atuante; 1 = Existe CONSEPRO atuante.	
Segurança privada		Taxa de estabelecimentos de segurança privada (formais)	Continua com zero real	Estabelecimentos de "investigação, vigilância e segurança"/total de estabelecimentos.	MTE - RAIS
		Taxa de trabalhadores na segurança privada (formais)		Trabalhadores formais em "investigação, vigilância e segurança"/total de trabalhadores formais.	
		Média de trabalhadores por estabelecimento de segurança privada		Trabalhadores formais em "investigação, vigilância e segurança"/ Estabelecimentos de "investigação, vigilância e segurança".	
		Taxa de ocupados na segurança privada*		Ocupados em "investigação, vigilância e segurança" ¹⁸⁷ /total de ocupados.	IBGE

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continuação)

¹⁸⁷ Referem-se ao código 74050 da CNAE, que abrange as seguintes categorias: empregado no setor privado (com ou sem carteira), empregador, conta própria, aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio.

Gr.	Sub grupo	Variável	Ti-po	Elaboração	Fon-tes
Presença de gangues de crianças e de adolescentes	Gangues municipais	Intensidade da presença das gangues municipais*	Contínua com zero real	Média dos valores das respostas de todos os informantes (diretores de escolas, delegados de polícia e conselheiros tutelares) em relação às seguintes categorias: 0. Não existem ou não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes no município. 1. Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam ou representavam um problema para o município. 2. Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representam ou representavam um problema para o município.	Pesquisa de campo
	Gangues escolares	Intensidade da presença das gangues escolares*	Contínua com zero real	Média dos valores das respostas dos diretores de escolas relativas às seguintes categorias: 0. Não existem ou não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes na escola 1. Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido a pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam ou representavam um problema para a escola. 2. Existem ou existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representam ou representavam um problema para a escola.	Pesquisa de campo
		Indícios da presença de gangues escolares	Contínua com zero real	Indícios da existência de gangues na escola, variável auxiliar de GANGESC - Aplica-se às escolas nas quais os diretores afirmaram não existir ou nunca terem existido gangues internamente à escola, embora haja indícios de que elas agem ou agiam em seu entorno, estabelecem vínculos com alunos, e eventualmente, invadem a escola, fazem arruaças ou vendem drogas defronte. Categorias: 0 = sem indícios de gangues, 1 = com indícios, apesar da negativa inicial, 2 – a existência de gangues foi constatada desde o início da entrevista.	Pesquisa de campo

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(continuação)

Gr.	Sub grupo	Variável	Ti-po	Elaboração	Fon-tes
Presença do crime organizado		Intensidade da presença do crime organizado*	Contínua com zero real	Média dos valores das respostas dos delegados de polícia relativas às seguintes categorias: 0 – não existe ou não existia crime organizado no município. 1 – existe ou existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representa ou representava um problema para o município. 2 - existe ou existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações, representa ou representava um problema para o município.	Pesquisas de campo
		Taxa de tráfico de entorpecentes*		Nº absoluto de ocorrências policiais de tráfico de entorpecentes /população	PC, DATASEG, Consultas Integradas.
		Taxa do cenário 3 – crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas*		Soma de ocorrências de crime organizado entre desconhecidos ¹⁸⁸ /população	DATA-SEG

Quadro 16 – Bateria inicial de variáveis independentes

(conclusão)

Fonte: Elaboração pela autora.

Notas:

- Na análise descritiva de sua variação histórica, os indicadores acima foram multiplicados por 100, 1000 ou 100.000, modificação de escala para facilitar a leitura.
- Os valores 1, 2 e 3 das categorias relativas à intensidade das gangues de crianças e de adolescentes (escolares e municipais) e do crime organizado, que constavam inicialmente nos questionários, foram substituídos por 0, 1 e 2.
- Os *missings* da variável "efeito da migração residual na população observada" de 1991 - referentes aos 3 municípios criados após 1980 - foram substituídos pelas respectivas médias regionais.

Os dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano referem-se aos anos de 1991 e 2000; os da Brigada Militar são de 1994, 1997 e 1999¹⁸⁹. Nas demais fontes, também foram obtidas informações de 1996 e de anos mais recentes. Para a Análise Causal, quando existiam dados de vários anos, foram calculadas médias referentes à década de 1990 (1991 ou 1994 e 1996) e à de 2000 (2000 e 2003 ou outro ano). Este foi o procedimento utilizado no cálculo das seguintes variáveis independentes: taxa de armas registradas, de evasão do 1º grau, de evasão do 2º grau, de policiais civis e de ocupados na segurança privada.

¹⁸⁸ Ver acima a relação das modalidades de crime organizado consideradas na pesquisa.

¹⁸⁹ Como as informações sobre o efetivo policial militar de 1991, 1996, 2000 e 2003 não foram disponibilizadas pelo Comando Geral da Brigada Militar, utilizaram-se dados mais antigos de anos intermediários, contidos nos seguintes documentos: RIO GRANDE DO SUL, 1994, 1997, 1999.

Quanto ao PIB *per capita*, cujas informações obtidas referiam-se aos anos de 1991, 1996, 2000 e 2003, para o cálculo dos indicadores do tempo 1 e do tempo 2 foram utilizados somente os valores de 1996 e 2003 (anos típicos e comparáveis), uma vez que em 1991 a metodologia era distinta, envolvendo outra moeda nacional.

A taxa de policiais militares no policiamento ostensivo contempla os anos de 1994 (tempo 1) e de 1999 (tempo 2).

As taxas e índices obtidos junto ao Atlas do Desenvolvimento Humano, à SEDUC e à FEE foram reconstruídos para a inclusão dos valores dos municípios-filho. Neste sentido, obtiveram-se os numeradores das taxas de todos os municípios (regra de três -> numerador = taxa x denominador existente). Posteriormente, os numeradores e os denominadores dos municípios-filho foram incorporados aos de origem, recalculando-se as taxas para as unidades multimunicipais. Inversamente à nossa, o Atlas utiliza como metodologia a transferência da malha municipal de 2000 para 1991 (quando os novos municípios eram distritos), exigindo-nos a recomposição das taxas de ambos os períodos dos 32 municípios selecionados. Para esta reconstrução, foram utilizados os seguintes denominadores:

Indicadores	Denominador	Fonte do Denominador	Período reconstruído		
Taxa bruta de frequência escolar	População de 7 a 22 anos de idade	ATLAS, IBGE em 1996	1991, 1996 e 2000		
Taxa de evasão do 1º grau	Matrículas Iniciais	SEDUC	1996, 2000 e 2003		
Taxa de evasão do 2º grau	Matrículas Iniciais				
Taxa de reprovação do 1º grau	Matrículas finais = Matrículas iniciais menos evadidos				
Taxa de reprovação do 2º grau	Matrículas finais = Matrículas iniciais menos evadidos				
Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Renda média dos 10% mais pobres	ATLAS	1991 e 2000		
Índice de GINI	Total de moradores em domicílios particulares c/renda				
Índice L de Theil	Total de moradores em domicílios particulares c/renda				
Esperança de vida ponderada	Crianças até 1 ano de idade				
Renda <i>per capita</i>	Total de moradores em domicílios particulares				
Taxa de jovens com acesso ao ensino superior	População de 18 a 22 anos de idade				
Média de anos de estudo	População de 25 ou mais anos de idade				
Índice de sobrevivência até 40 anos	Crianças até 1 ano de idade				
Taxa de médicos	População				
Taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo	População de 25 ou mais anos de idade				
Taxa de crianças sem escola	População de 7 a 14 anos de idade				
Taxa de adolescentes sem da escola	População de 15 a 17 anos de idade				
Taxa de mulheres responsáveis	População feminina de 15 ou mais anos de idade				
Taxa de mães adolescentes	População feminina de 15 ou mais anos de idade				
Taxa de residentes em famílias c/dep.	Total de moradores em domicílios particulares				
Taxa de trabalho infantil	População de 10 a 14 anos de idade				
Taxa de indigentes	Total de moradores em domicílios particulares				
Taxa de mortalidade infantil	Crianças até 1 ano de idade				
Taxa de transferências governament.	Renda total do município				
Taxa de suporte estatal familiar	Total de moradores em domicílios particulares				
Taxa de residentes em domicílios situados em aglomerados subnormais	Total de moradores em domicílios particulares				
IDHM	População				
IDHM renda	Total de moradores em domicílios particulares				
IDHM educação	População				
IDESE	População			IBGE	2000
IDESE renda	População				
IDESE educação	População				
IDESE saneamento	Total de domicílios particulares permanentes				
IDESE saúde	População de 0 a 11 anos de idade (crianças)				

Quadro 17 – Recomposição das taxas e índices

Fonte: Elaboração pela autora.

3.3 Variáveis independentes complementares

As variáveis independentes complementares referem-se às características das “gangues municipais”, “gangues escolares” e do “crime organizado”, qualificando e aprofundando o conhecimento destes fatos. Obtidas durante a pesquisa de campo, elas constaram exclusivamente na Análise Descritiva e são expostas no quadro abaixo:

Variáveis independentes de referência	Variáveis complementares	Categorias	Obtenção
Gangues municipais, escolares e crime organizado	Existência do fenômeno (no município ou escola)	1 – Nunca existiu 2 – Passou a existir após 2000 3 – Existe desde antes de 2000	Frequência das respostas
	Classe social dos membros	1 – Baixa 2 – Média-baixa 3 – Média 4 – Média alta ou alta 5 – Todas	
	Sexo dos membros	1 – Masculino 2 – Feminino 3 – Ambos	
	Idade dos membros		Mínima e máxima citadas
	Aspectos organizacionais e modificações sofridas		Frequência das respostas
Gangues municipais e escolares	Local de origem	11 – Na própria escola 1 – Escolas 2 – Bairros 3 – Clube ou esportes 4 – Família 5 – Outros	Frequência das respostas
Crime organizado	Ações praticadas		Frequência das respostas
	Formação	1 – Internamente ao município 2 – Externamente ao município 3 – Ambos	
	Abrangência	1 – Bairro 2 – Município 3 – Região 4 – Estado 5 – País 6 – América Latina	
	Participação de crianças e de adolescentes	1 – Sim 0 – Não	
	Atividades praticadas pelas crianças e adolescentes		

Quadro 18 – Relação das variáveis independentes complementares

Fonte: Elaboração pela autora.

4 Tratamento e análise dos dados

O objetivo precípua desta pesquisa foi operacionalizar análise causal para identificar as associações principais entre as variáveis independentes e dependentes, especialmente o peso das que podem prever as taxas criminais, comparando-se o tempo 1 (década de 1990) com o tempo 2 (início da de 2000). Além das regressões destes dois períodos, executou-se análise específica do tempo 2, no caso dos cenários sociais de crimes violentos 1 e 2.

Como técnica de análise multivariada, pensou-se inicialmente em efetuar análise estrutural (ou análise de estruturas de co-variância¹⁹⁰), um tipo de regressão múltipla que permite calcular, simultaneamente, as influências diretas e indiretas das variáveis independentes entre si e destas com a dependente (ou dependentes). Entretanto, devido ao reduzido número de unidades de análise (32), esta operação mostrou-se inadequada. Assim, optou-se pelo método de Regressão Linear *Stepwise*, executado através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS®).

A regressão é uma operação estatística que possibilita determinar se existe relação matemática entre x (variável independente ou independentes) e y (variável dependente). Em termos gráficos, a regressão procura a reta mais próxima dos pontos observados e sua equação é:

$$y = f(x_1, x_2, x_3, x_4, x_5).$$

Stepwise é uma modalidade de entrada e remoção das variáveis independentes da Regressão Linear, examinadas passo a passo. O SPSS® especifica como critério de remoção das variáveis independentes em cada bloco a significância maior ou igual a 0,100.

A fim de se operacionalizar as regressões das taxas criminais foi necessário o ajuste do modelo, reduzindo-se a grande quantidade de variáveis independentes (especialmente as socioeconômicas) do conjunto inicialmente previsto (vide quadro 16). Desta forma, buscou-se preservar o requisito de igualdade entre o número de variáveis e o de casos para a utilização do modelo de equação estrutural sugerido por Schumacker e Lomax (1996), isto é, o número de variáveis não pode ultrapassar o de casos (tamanho amostral suficiente). Apesar de o estudo não envolver análise estrutural e sim um modelo mais simples, este critério parece apropriado.

¹⁹⁰ Para maiores informações sobre a Análise de Estruturas de Co-variância, ver: KERLINGER, [s/d], p. 264-270.

Para a escolha das melhores variáveis independentes, recorreu-se ao conhecimento teórico e empírico já consolidado, além de procedimentos de avaliação estatística. Assim, a fim de se evitar a redundância e se contar com variáveis independentes com significância estatística e teórica, utilizaram-se os seguintes critérios de exclusão: a) fenômeno pouco freqüente, indicador problemático ou por outra razão, b) variáveis redundantes do ponto de vista teórico e/ou estatístico, c) ausência de correlação com quaisquer das variáveis dependentes, e d) multicolinearidade (coeficiente de correlação bivariada igual ou acima de 0,80, nos dois períodos)¹⁹¹.

As variáveis excluídas das bases de dados da análise de regressão aparecem a seguir.

A) Fenômeno pouco freqüente, indicador problemático ou por outra razão:

Variáveis Descartadas	Motivos
Taxa de mães adolescentes	Indicadores problemáticos, não medem adequadamente a vulnerabilidade familiar ¹⁹² .
Taxa de trabalho infantil	
Taxa de portes de armas	É problemática, pois altamente concentrada na RMPA, devido, talvez, à localização dos órgãos autorizados a fornecer o porte.
Taxa de guardas municipais	Fenômeno recente. Em alguns municípios atuam também na fiscalização do trânsito.
Existência de órgão municipal de segurança	Fenômeno recente e pouco freqüente, presente em apenas em quatro municípios da amostra em 2003: Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Uruguaiana.
RMPA	É a variável de referência das regiões "Colônia Velha" e "Fronteira".

¹⁹¹ Os itens "c" e "d" já foram examinados nos capítulos 4 e 5 da Tese.

¹⁹² Estes dois indicadores mostraram-se problemáticos. A "taxa de trabalho infantil" abrange situações muito diferentes - desde crianças pobres esmolando nas esquinas dos municípios mais populosos ou o "trabalho infantil perigoso" (PINHEIRO, 2007, p. 17) até filhos de agricultores que colaboram com a produção familiar -, que nem sempre significam que as famílias são vulneráveis e vivem em condições precárias. Por sua vez, a "taxa de mães adolescentes" é outra variável complexa, pois as dificuldades decorrentes da gravidez adolescente variam de acordo com a disponibilidade de recursos e de redes de apoio, isto é, vivenciar este fato dentro de uma família apoiadora e economicamente favorecida pode não significar um problema individual e familiar grave (MATSUEDA; HEIMER, 1997). Assim, a sua ocorrência em famílias pobres representaria um indicativo mais adequado de vulnerabilidade familiar. Diante disso, para se medir acuradamente a vulnerabilidade familiar através desses indicadores, seria imprescindível discriminar as várias situações neles contidas, escolhendo-se as mais apropriadas; tarefa que exige pesquisa específica, pois os dados secundários existentes não contemplam tal diversidade.

B) Variáveis redundantes (do ponto de vista teórico e/ou estatístico):

Variáveis Descartadas	Motivos
Taxa de famílias de 2 a 4 membros	Próximo ao “Número médio de pessoas por família”
Razão entre moradores e domicílios urbanos	Próximo à “Taxa de Urbanização”
Taxa de chefes de domicílio com mais de 2 salários mínimos	Próximo à “Taxa de famílias com renda familiar <i>per capita</i> superior a ½ salário mínimo”.
Taxa de ocupados no setor primário	Colinear com a taxa de urbanização (Coef. de correlação de -0,948 e -0,918).
Taxa de famílias com renda familiar <i>per capita</i> superior a ½ SM	Colinear com a taxa de indigentes (Coef. de correlação de 0,927 e 0,906).
IDESE saneamento	Colinear com a taxa de domicílios sem rede geral de água (Coef. de correlação de -0,935 e -0,834).
Taxa de responsáveis sem instrução	Colinear com a taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo (Coef. de correlação de 0,927 e 0,906).
Razão entre a renda média dos 10% + ricos e a dos 40% + pobres	Colinear com o Índice L de Theil (Coef. de correlação de 0,992 e 0,987).
Taxa de responsáveis do sexo feminino	Similar à “Taxa de mães responsáveis”, indicador mais abrangente de vulnerabilidade familiar ¹⁹³ .
Média de moradores por domicílio	Substituídas por “Densidade por dormitório”, indicador mais apropriado para se medir a precariedade domiciliar.
Densidade por cômodo	
Taxa de cobertura da Polícia Civil	Próximo à “Taxa de policiais civis”.
Taxa de estabelecimentos de segurança privada (formais)	Similares à Taxa de ocupados em “investigação, vigilância e segurança” obtida junto ao IBGE, que é mais abrangente, pois inclui a informalidade.
Taxa de trabalhadores na segurança privada (formais)	
Média de trabalhadores por estabelecimento de segurança privada	
Indícios da presença de gangues escolares ¹⁹⁴	Para a Análise Causal, o valor “1” foi incorporado à variável “intensidade da presença das gangues escolares”, em substituição ao “0” (ausência destes grupos)

¹⁹³ Nesta pesquisa, as variáveis “taxa de mães responsáveis”, “taxa de responsáveis do sexo feminino”, e “taxa de mães adolescentes” não correlacionaram com a “taxa de pobres” de 1991 e 2000. Com a proporção de indigentes, apenas a “taxa de mães responsáveis” teve correlação estatisticamente significativa na década de 2000, com um coeficiente de 0,372.

¹⁹⁴ Exemplos de depoimentos de diretores que, apesar de negarem a existência (atual e/ou no passado) de gangues em suas escolas (23), indicaram certos indícios delas: “Eles não levam a gangues para a escola, só quando vão trazer alguém de fora”; “Não conseguimos identificar, um oculta o outro [...]”; “Eventualmente corredor polonês, práticas eventuais. Existem alunos envolvidos, mas fora da escola.”; “O 1º ano do ensino médio juntou um quinteto. Mas foram diluídos.”; “Existe formação de grupos que se reúnem na esquina, principalmente nas 2ªs e 6ªs feiras para pegar alunos da escola, por motivo que outro vai ficar com a menina tal. Mas isso ocorre fora da escola”; “Os alunos da escola todos pertencem a gangues, só que não praticam ações na escola”; “Há grupos de bairros periféricos que ficam na porta da escola na saída e na entrada fazendo arruaças, implicando com os alunos que estão dentro da escola. É que no horário do recreio eles pulam as grades para darem encima das meninas, confrontam professores dizendo que querem ver quem vai tirá-los lá de dentro. E só saem quando elas pegam o telefone para ligar para a BM, mas prometem voltar.”

C) Ausência de correlação estatisticamente significativa (coeficiente de correlação de Pearson igual ou de 0,4)¹⁹⁵ com quaisquer das variáveis dependentes, em ambos os períodos:

- Número médio de pessoas por família,
- PIB *per capita* em reais,
- IDHM renda,
- IDESE renda,
- Taxa bruta de freqüência escolar,
- Taxa de jovens com acesso ao ensino superior,
- IDESE educação,
- Índice de sobrevivência até 40 anos,
- Esperança de vida ponderada,
- Taxa de transferências governamentais,
- Taxa de suporte estatal familiar,
- IDHM,
- IDESE,
- Taxa de reprovação do 1º grau,
- Taxa de reprovação do 2º grau,
- Taxa de analfabetismo (de 15 ou mais anos de idade),
- Taxa de adolescentes sem escola,
- Taxa de pobres,
- Taxa de mortalidade infantil,
- Taxa de responsáveis sem rendimento (medida parcial de desemprego),
- Taxa de domicílios sem instalações sanitárias,
- Índice de GINI,
- Tecido associativo em 2002 (número de associações comunitárias / população),
- Taxa de porte ilegal de armas em 2001.

¹⁹⁵ Certamente, um maior ou menor volume de cifra oculta presente nas taxas criminais dos espaços estudados incide sobre a relevância estatística das suas correlações com as variáveis independentes.

D) Multicolinearidade (coeficiente de correlação bivariada igual ou acima de 0,80, nos dois períodos¹⁹⁶)

Variáveis Descartadas	Variáveis que permaneceram e seus coeficientes de correlação bivariada com a descartada, nos dois períodos
Renda <i>per capita</i>	Média de anos de estudo (0,859 e 0,807)
IDHM educação	Média de anos de estudo (0,826 e 0,808) e Taxa de pessoas com menos de 4 anos de estudo (-0,822 e -0,873)
Taxa de médicos	População urbana das sedes (0,884 e 0,833)
Taxa de indigentes	Taxa de domicílios sem rede interna de água (0,887 e 0,888) e de domicílios sem iluminação elétrica (0,832 e 0,811).
Taxa de residentes em famílias com dependência	Densidade por dormitório (0,766 e 0,812)
Taxa de domicílios considerados moradia inadequada (só para 2000)	Taxa de urbanização (-0,803)

Excluídas as variáveis independentes redundantes, pouco freqüentes ou sem correlação estatisticamente significativa com as dependentes, elaboraram-se bancos específicos para uma das taxas criminais (homicídios, lesões corporais, roubos, cenário 1 e cenário 2), contendo o bloco de prováveis preditores. Exclusivamente nas regressões dos cenários sociais do crime, constou a variável “Taxa do cenário 3 – crimes organizados entre desconhecidos ou sem vítimas”, uma das medidas da presença do crime organizado nos municípios. Além desta, na análise causal do cenário 2 também participou a variável “Existência de CONSEPRO atuante em 2002”, que não obteve associação estatisticamente significativa com o cenário 1.

Após a formatação final das bases específicas de dados, rodaram-se regressões *stepwise* para cada taxa criminal e cada período temporal.

No texto da Tese, a Análise Causal foi antecedida de arrazoado teórico e análise descritiva dos grupos de indicadores, contendo gráficos, quadros de cruzamento de variáveis (com testes de qui-quadrado e de significância) e de distribuição de freqüências, além de outras ferramentas estatísticas. Para a comparação dos diferentes espaços sociais entre si, elaboraram-se taxas regionais através da indexação dos dados municipais brutos nas regiões. Isto exigiu a reconstituição e cálculo dos indicadores para cada região sociocultural, através da soma de numeradores e denominadores dos respectivos municípios.

¹⁹⁶ As variáveis colineares em apenas um dos períodos não foram descartadas.

APÊNDICE B – Relação dos 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes em 2000 (população da pesquisa)

Tabela 35 – Relação dos 93 municípios gaúchos com 20.000 ou mais habitantes em 2000 e alguns de seus indicadores

(continua)

Municípios com 20.000 ou mais habitantes (população)	Região sociocultural	POP 2000	IDESE 1991	IDESE 2000	IDHM 1991	IDHM 2000
Lagoa Vermelha	Campos do Nordeste	29.833	0,633	0,746	0,704	0,755
Vacaria		57.341	0,657	0,807	0,750	0,805
Butiá	Centro-sul/Litoral-lagunar	20.322	0,659	0,698	0,700	0,755
Cachoeira do Sul		87.873	0,685	0,724	0,740	0,788
Camaquã		60.383	0,650	0,758	0,702	0,768
Canguçu		51.447	0,574	0,640	0,663	0,743
Capão do Leão		23.718	0,590	0,670	0,711	0,770
Júlio de Castilhos		20.416	0,632	0,721	0,750	0,804
Pelotas		323.158	0,737	0,757	0,768	0,816
Rio Grande		186.544	0,725	0,774	0,739	0,793
Santa Maria		243.611	0,740	0,788	0,792	0,845
Santa Vitória do Palmar		33.304	0,702	0,728	0,721	0,799
Santiago		52.138	0,668	0,756	0,754	0,816
São Jerônimo		20.283	0,613	0,711	0,726	0,790
São José do Norte		23.796	0,520	0,606	0,613	0,703
São Lourenço do Sul		43.691	0,621	0,666	0,728	0,777
São Sepé		24.621	0,645	0,753	0,700	0,775
Tupanciretã		20.947	0,641	0,733	0,724	0,787
Carazinho	Colônia Nova	59.894	0,665	0,747	0,741	0,799
Cruz Alta		71.254	0,700	0,751	0,758	0,825
Erechim		90.347	0,700	0,794	0,768	0,826
Frederico Westphalen		26.759	0,663	0,772	0,746	0,834
Ijuí		78.461	0,696	0,768	0,748	0,803
Marau		28.361	0,675	0,786	0,762	0,830
Palmeira das Missões		38.192	0,616	0,711	0,725	0,784
Panambi		32.610	0,692	0,748	0,756	0,820
Passo Fundo		168.458	0,711	0,779	0,756	0,804
Santa Rosa		65.016	0,708	0,778	0,747	0,831
Santo Ângelo		76.745	0,701	0,748	0,762	0,821
São Luiz Gonzaga		39.553	0,668	0,749	0,716	0,800
Soledade		29.727	0,635	0,735	0,728	0,798
Três de Maio		24.136	0,681	0,741	0,750	0,830
Três Passos		24.656	0,635	0,747	0,727	0,822

Tabela 35 – Relação dos 93 municípios com 20.000 ou mais habitantes em 2000 (população da pesquisa) e alguns de seus indicadores

(continuação)

Municípios com 20.000 ou mais habitantes (população)	Região sociocultural	POP 2000	IDESE 1991	IDESE 2000	IDHM 1991	IDHM 2000
Bento Gonçalves	Colônia Velha	91.486	0,717	0,808	0,799	0,870
Candelária		29.585	0,591	0,639	0,677	0,756
Canela		33.625	0,676	0,758	0,758	0,818
Carlos Barbosa		20.519	0,691	0,786	0,768	0,858
Caxias do Sul		360.419	0,711	0,832	0,793	0,857
Encruzilhada do Sul		23.902	0,585	0,639	0,677	0,760
Estrela		27.401	0,695	0,788	0,771	0,829
Farroupilha		55.308	0,709	0,766	0,777	0,844
Flores da Cunha		23.678	0,656	0,757	0,766	0,839
Garibaldi		28.337	0,686	0,792	0,773	0,843
Gramado		28.593	0,692	0,749	0,785	0,841
Guaporé		20.064	0,667	0,763	0,743	0,826
Igrejinha		26.767	0,682	0,714	0,763	0,822
Lajeado		64.133	0,677	0,759	0,759	0,838
Montenegro		54.692	0,681	0,773	0,757	0,833
Rio Pardo		37.783	0,618	0,669	0,704	0,754
Santa Cruz do Sul		107.632	0,689	0,759	0,754	0,817
Taquara		52.825	0,670	0,690	0,770	0,819
Taquari		25.887	0,670	0,734	0,707	0,794
Teutônia		22.891	0,709	0,766	0,765	0,816
Venâncio Aires	61.234	0,644	0,698	0,736	0,793	
Vera Cruz	21.300	0,648	0,715	0,730	0,791	
Alegrete	Fronteira	84.338	0,689	0,723	0,735	0,793
Bagé		118.767	0,710	0,754	0,758	0,802
Caçapava do Sul		34.643	0,658	0,710	0,703	0,768
Dom Pedrito		40.410	0,686	0,716	0,707	0,783
Itaqui		39.770	0,662	0,762	0,734	0,801
Jaguarão		30.093	0,688	0,731	0,707	0,764
Quaraí		24.002	0,695	0,741	0,721	0,776
Rosário do Sul		41.058	0,673	0,703	0,700	0,769
Santana do Livramento		90.849	0,700	0,755	0,730	0,803
São Borja		64.869	0,672	0,739	0,745	0,798
São Francisco de Assis		20.810	0,607	0,650	0,695	0,774
São Gabriel		62.249	0,668	0,714	0,729	0,780
Uruguaiana		126.936	0,695	0,742	0,731	0,788
Capão da Canoa	Litoral Norte	30.498	0,687	0,738	0,746	0,806
Osório		36.131	0,704	0,748	0,774	0,839
Santo Antônio da Patrulha		37.035	0,602	0,660	0,713	0,770
Torres		30.880	0,655	0,764	0,735	0,821
Tramandaí		31.040	0,687	0,733	0,719	0,808

Tabela 35 – Relação dos 93 municípios com 20.000 ou mais habitantes em 2000 (população da pesquisa) e alguns de seus indicadores

(conclusão)

Municípios com 20.000 ou mais habitantes (população)	Região sociocultural	POP 2000	IDESE 1991	IDESE 2000	IDHM 1991	IDHM 2000
Alvorada	RMPA	183.968	0,631	0,704	0,716	0,768
Cachoeirinha		107.564	0,716	0,788	0,745	0,813
Campo Bom		54.018	0,630	0,808	0,766	0,837
Canoas		306.093	0,730	0,810	0,759	0,815
Charqueadas		29.961	0,704	0,770	0,761	0,806
Dois Irmãos		22.435	0,676	0,763	0,760	0,812
Eldorado do Sul		27.268	0,724	0,713	0,740	0,803
Estância Velha		35.132	0,665	0,717	0,749	0,808
Esteio		80.048	0,750	0,818	0,763	0,842
Gravataí		232.629	0,671	0,726	0,766	0,811
Guaíba		94.307	0,677	0,714	0,760	0,815
Novo Hamburgo		236.193	0,706	0,737	0,758	0,809
Parobé		44.776	0,614	0,709	0,718	0,786
Portão		24.657	0,576	0,668	0,711	0,831
Porto Alegre		1.360.590	0,762	0,815	0,824	0,865
São Leopoldo		193.547	0,687	0,753	0,757	0,805
Sapiranga		69.189	0,659	0,693	0,727	0,806
Sapucaia do Sul		122.751	0,691	0,739	0,759	0,806
Triunfo		22.166	0,660	0,706	0,722	0,788
Viamão		227.429	0,629	0,708	0,732	0,808

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>); FEE. Índice de desenvolvimento socioeconômico. (Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>); IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional. (Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>).

Notas:

- Os municípios de Montenegro e São Jerônimo não foram considerados integrantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, apesar de figurarem na definição legal de RMPA (também utilizada pelo IBGE). Estes municípios foram incorporados à Região em 1999 e têm composição sociocultural distinta dos outros municípios metropolitanos, a qual pode estar se moldando por decorrência de sua inclusão formal à área.

- Desta população, foram selecionados 32 municípios que aparecem grifados assim como as suas respectivas regiões socioculturais.

APÊNDICE C - Questionário (delegados de polícia)

APRESENTAÇÃO

Através desta pesquisa, pretende-se detectar a existência de gangues de crianças ou adolescentes e de grupos de crime organizado em seu município, local de atuação ou de moradia. A sua opinião sobre estes fatos é extremamente importante, pois o conhecimento sobre eles é ainda reduzido em nosso Estado.

Neste sentido, agradecemos desde já a sua valiosa colaboração e comprometemo-nos com o anonimato das respostas, no caso de divulgação externa.

Esclarecimento dos termos:

As gangues (ou bandos) são grupos de crianças ou adolescentes que se reúnem para realizar atividades de lazer, atos anti-sociais e, eventualmente, pequenos atos infracionais, tais como: pichações, arruaça, vandalismo, brigas e agressões movidas por rivalidades, etc. Alguns destes grupos surgem em um espaço geográfico específico, como em determinado bairro ou vila.

O crime organizado envolve grupos criminosos cujos membros, em sua maioria adultos, reúnem-se para cometer atos criminais planejados, visando o lucro e o poder. Eles apresentam organização explícita, abrangendo considerável número de pessoas e líderes definidos. Seus membros aprendem habilidades e qualificações específicas para desempenhar a atividade criminosa, que envolve, por exemplo: tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas e a bancos, roubo e furto de automóveis, receptação, seqüestro, abigeato.

Município: _____

Delegacia de Polícia: _____

Tempo de atividade como delegado de polícia: _____

Tempo de atividade neste município: _____

Contato (telefone, e-mail): _____

A) QUESTÕES SOBRE O CRIME ORGANIZADO

ATENÇÃO, CASO EXISTA APENAS UMA DELEGACIA DE POLÍCIA NO MUNICÍPIO, PASSE PARA A QUESTÃO 8.

A1) EM RELAÇÃO À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

1. Em sua área de atuação profissional existe ou existia crime organizado, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Município e local de atuação do entrevistado no período	Nº aprox. de grupos
2003 a 2004	() não existe crime organizado. () existe crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representa um problema para a região ou município. () existe crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representa um problema para a região ou município.		
1996	() não existia crime organizado. () existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representava um problema para a região ou município. () existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representava um problema a região ou município.		
1990	() não existia crime organizado. () existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representava um problema para a região ou município. () existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representava um problema para a região ou município.		

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

2. Se existe ou existia crime organizado em sua área de atuação profissional, como os grupos se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

- * classe social: _____
 * sexo: _____
 * idade: _____

3. Como se deu a formação destes grupos (marcar com um X):

- () internamente à sua área de atuação profissional
 () externamente à sua área de atuação profissional
 () outro, indicar: _____

4. Qual a abrangência da atuação do crime organizado existente em sua área de atuação profissional:

	Marcar com 'x', podendo assinalar mais de um item
Bairro (s)	
Município	
Região	
Estado	
País	
América Latina	
Outra	

5. Cite as principais características destes grupos, presentes em sua área de atuação profissional:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de ações praticam (ou praticavam)? _____

C) Qual seria o perfil (características) dos agressores e das vítimas do crime organizado?

* Agressores: _____

* Vítimas: _____

6. Se estes grupos ainda existem em sua área de atuação profissional:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

7. O crime organizado em sua área de atuação profissional envolve ou envolvia a participação de crianças e adolescentes? () Sim () Não. Em caso afirmativo, informe quais ações são por eles praticadas: _____

A2) EM RELAÇÃO AO SEU MUNICÍPIO:

8. Em seu município existe ou existia crime organizado, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Nº aproximado de grupos
2003 a 2004	() não existe crime organizado. () existe crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representa um problema para a cidade. () existe crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representa um problema para a cidade.	
1996	() não existia crime organizado. () existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representava um problema para a cidade. () existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representava um problema para a cidade.	
1990	() não existia crime organizado. () existia crime organizado, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representava um problema para a cidade. () existia crime organizado, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representava um problema para a cidade.	

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

9. Se existe ou existia crime organizado em seu município, como os grupos se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

* classe social: _____

* sexo: _____

* idade: _____

10. Como se deu a formação destes grupos (marcar com um X):

() internamente ao seu município
() externamente ao seu município
() outro, indicar: _____

11. Qual a abrangência da atuação do crime organizado em seu município:

	Marcar com 'x', podendo assinalar mais de um item
Bairro (s)	
Município	
Região	
Estado	
País	
América Latina	
Outra	

12. Cite as principais características destes grupos existentes em seu município:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de ações praticam (ou praticavam)? _____

C) Qual seria o perfil (características) dos agressores e das vítimas do crime organizado?

* Agressores: _____

* Vítimas: _____

13. Se estes grupos ainda existem em seu município:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

14. O crime organizado em seu município envolve ou envolvia a participação de crianças e adolescentes? () Sim () Não. Em caso afirmativo, informe quais ações são por eles praticadas:

B) QUESTÕES SOBRE GANGUES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ATENÇÃO, CASO EXISTA APENAS UMA DELEGACIA DE POLÍCIA NO MUNICÍPIO, PASSE PARA A QUESTÃO 20.

B1) EM RELAÇÃO À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

15. Em sua área de atuação profissional existem ou existiam gangues de crianças ou adolescentes não vinculados ao crime organizado acima referido, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Nº aproximado de grupos
2003 a 2004	<input type="checkbox"/> não existem gangues ou bandos de crianças e adolescentes. <input type="checkbox"/> existem gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam um problema para a região ou município. <input type="checkbox"/> existem gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representam um problema para a região ou município.	
1996	<input type="checkbox"/> não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. <input type="checkbox"/> existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a região ou município. <input type="checkbox"/> existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a região ou município.	
1990	<input type="checkbox"/> não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes crime organizado. <input type="checkbox"/> existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a região ou município. <input type="checkbox"/> existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a região ou município.	

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

16. Se estes grupos existiam ou existem em sua área de atuação profissional, como se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

* classe social: _____

* sexo: _____

* idade: _____

17. Qual o local de origem destes grupos em sua área de atuação profissional:

	Marcar com 'x', podendo assinalar mais de um item
Escola (s)	
Bairro (s)	
Clube (s) ou esporte	
Família (s)	
Outro Município (indicar qual)	
Outra (s)	

18. Se estes grupos existem (ou existiam) em sua área de atuação profissional:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de atividades desenvolvem mais freqüentemente? _____

C) Eles praticam atos infracionais? Quais? _____

19. Se estes grupos ainda existem em sua área de atuação profissional:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

B2) EM RELAÇÃO AO SEU MUNICÍPIO:

20. Em seu município existem ou existiam gangues de crianças ou adolescentes não vinculados ao crime organizado acima referido, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Nº aproximado de grupos
2003 a 2004	() não existem gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existem gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam um problema para a cidade. () existem gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representam um problema para a cidade.	
1996	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a cidade. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a cidade.	
1990	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a cidade. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a cidade.	

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

21. Se estes grupos existiam ou existem em seu município, como se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

* classe social: _____

* sexo: _____

* idade: _____

22. Qual o local de origem destes grupos em seu município:

	Marcar com 'x', podendo assinalar mais de um item
Escola (s)	
Bairro (s)	
Clube (s) ou esporte	
Família (s)	
Outro Município (indicar qual)	
Outra (s)	

23. Se estes grupos existem (ou existiam) em seu município:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de atividades desenvolvem mais freqüentemente? _____

C) Eles praticam atos infracionais? Quais? _____

24. Se estes grupos ainda existem em seu município:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

C) QUESTÃO SOBRE CONSELHO PRÓ-SEGURANÇA (CONSEPRO)

25. Existe CONSEPRO no seu município? () sim () não. Em caso afirmativo, quais as ações que ele realiza? _____

Data do Preenchimento : _____ Pesquisador: _____

Observações:

Nota: o questionário aplicado aos conselheiros tutelares repete as questões da parte B (sobre gangues de crianças e adolescentes) deste questionário, razão pela qual não foi anexado.

APÊNDICE D – Questionário (diretores de escola)

APRESENTAÇÃO

Através desta pesquisa, pretende-se detectar a existência de gangues de crianças ou adolescentes e de grupos de crime organizado em seu município, local de atuação ou de moradia. A sua opinião sobre estes fatos é extremamente importante, pois o conhecimento sobre eles é ainda reduzido em nosso Estado.

Neste sentido, agradecemos desde já a sua valiosa colaboração e comprometemo-nos com o anonimato das respostas, no caso de divulgação externa.

Esclarecimento dos termos:

As gangues (ou bandos) são grupos de crianças ou adolescentes que se reúnem para realizar atividades de lazer, atos anti-sociais e, eventualmente, pequenos atos infracionais, tais como: pichações, arruaça, vandalismo, brigas e agressões movidas por rivalidades, etc. Alguns destes grupos surgem em um espaço geográfico específico, como em determinado bairro ou vila.

Município: _____

Escola: _____

Tempo de atividade nesta Escola: _____

Contato (telefone, e-mail): _____

A) QUESTÕES RELATIVAS À SUA ESCOLA

1. Em sua escola existem ou existiam gangues de crianças ou adolescentes, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Município e local de atuação do entrevistado no período	Nº aproximado de grupos
2003 a 2004	() não existem gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existem gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam um problema para a escola ou município. () existem gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representam um problema para a escola ou município.		
1996	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a escola ou município. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a escola ou município.		
1990	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a escola ou município. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a escola ou município.		

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

2. Se estes grupos existem (ou existiam), como se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

* classe social: _____

* sexo: _____

* idade: _____

3. Qual o seu local de origem?

Local de origem	Marcar com 'x' nas caselas, podendo ser assinalado mais de um item	
Interna a esta escola	()	
Externa a esta escola	Outra (s) Escola (s)	()
	Bairro (s)	()
	Clube (s) ou esporte	()
	Família (s)	()
	Outro Município – indicar qual	()
	Outra (s)	()

4. Se estes grupos existem (ou existiam) em sua escola:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de atividades desenvolvem mais freqüentemente? _____

C) Eles praticam atos infracionais? Quais? _____

5. Se estes grupos ainda existem em sua escola:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

B) QUESTÕES RELATIVAS AO SEU MUNICÍPIO:

6. Em seu município existem ou existiam gangues de crianças ou adolescentes, considerando-se os seguintes períodos?

Período	Marcar com um X a resposta mais adequada, em sua opinião, a cada período temporal	Nº aproximado de grupos
2003 a 2004	() não existem gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existem gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representam um problema para a cidade. () existem gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representam um problema p/a cidade.	
1996	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a cidade. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema p/a cidade.	
1990	() não existiam gangues ou bandos de crianças e adolescentes. () existiam gangues ou bandos, que, devido à pouca quantidade de grupos ou à pouca gravidade de suas ações, não representavam um problema para a cidade. () existiam gangues ou bandos, que, devido à significativa quantidade de grupos ou à gravidade de suas ações (por exemplo, aumento da violência), representavam um problema para a cidade.	

Caso seja impossível responder as questões relativas aos anos anteriores, indique um possível informante: _____ Contato: _____

7. Se estes grupos existem (ou existiam), como se caracterizam (ou se caracterizavam) em termos de:

* classe social: _____

* sexo: _____

* idade: _____

8. Qual o seu local de origem?

	Marcar com 'x' nas caselas, podendo ser assinalado mais de um item
Escola (s)	
Bairro (s)	
Clube (s) ou esporte	
Família (s)	
Outro Município (indicar qual)	
Outra (s)	

9. Se estes grupos existem (ou existiam) em seu município:

A) Como se organizam (ou organizavam? Exemplo: tipo de grupos, com ou sem liderança, etc.)

B) Que tipos de atividades desenvolvem mais freqüentemente? _____

C) Eles praticam atos infracionais? Quais? _____

10. Se estes grupos existiam e existem em seu município:

A) Atualmente houve modificação em suas características organizacionais em relação a 1990 ou 1996? Se sim, quais? _____

B) E nas suas ações? _____

C) E no perfil (características) dos seus membros? _____

Data do Preenchimento: _____ Pesquisador: _____

Observações: